

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

O TRABALHO NO LIXO

MARCELINO ANDRADE GONÇALVES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, com vistas à obtenção do título de Doutor.

**PRESIDENTE PRUDENTE
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente

G627t

Gonçalves, Marcelino Andrade.

O Trabalho no lixo / Marcelino Andrade Gonçalves. - Presidente Prudente : [s.n.], 2001

303 f. : il. ; graf.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de

Ciências e Tecnologia

Orientador: Antônio Thomaz Júnior

Co-Orientador: Antônio Cezar Leal

1. Geografia. 2. Reciclagem - Indústria.. 3. Coleta seletiva. 4. Resíduos recicláveis. I. Gonçalves, Marcelino Andrade. II. Thomaz Júnior, Antônio. III. Leal, Antônio Cezar.

CDD (18.ed.)910

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCELINO ANDRADE GONÇALVES

O TRABALHO NO LIXO

Tese Com Vistas à Obtenção do Título de Doutor em Geografia

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Antônio Thomaz Junior

Co-orientador: Prof. Dr. Antônio Cezar Leal

Examinador Prof. Dr.....

Examinador Prof. Dr.....

Examinador Prof. Dr.....

Examinador Prof. Dr.....

Presidente Prudente, _____ de _____ de 2006.

Aos meus amigos

AGRADECIMENTOS

Aos Orientadores e Amigos, Antônio Thomaz Junior e Antônio Cezar Leal.

A Orientadora Prof.Dr^a. Margarida Queirós, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Aos Professores Paulo Morgado, Jorge, Nuno, Eduarda, Diogo Abreu, Alexandra e Mário Vale, pelo apoio durante o estágio no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Aos trabalhadores das cooperativas e associações de catadores de Presidente Prudente, Álvares Machado, Pres.Epitácio, Rancharia, Assis e Ourinhos, com a certeza de construir um mundo melhor.

A minha mãe Etelvina e ao meu pai Afonso pela simplicidade.

Aos meus irmãos Tadeu, Renato Geruza e André e aos meus sobrinhos Otávio, Renan, Renato, Isabela e Marina que são lindos, mesmo sendo meus parentes!

A Flávia Ikuta pela amizade, pelo amor e pelo companheirismo que construímos.

Aos irmãos de fé Ricardo Bozza, Julho César Ribeiro, Alexandre Ribas, Divino, Sônia, Sílvia, Jorge e Fernanda, Rodolfo, Timóteo, Janete e Santiago, Fabrício Bauab, Jones, José Augusto da Silva, Claudemir Lima, Cida e Mitsuo, Marcelo e Terezinha, Virginia Reyes, Maria Franco e Lima, Atamis, Bruna, Nécio, Marquiana, Márcia, Ana e João, Márcio, Gilnei e Cristina, Fabrícia, Franciane, Fernando, Patrick, Silvinha, Márcio Celeri, Eduardo e Regiane.

Aos meus tios Darci Pereira de Andrade, Manoel Andrade e Enaile pelo apoio.

Aos Professores Carlos Ladeia e Ana Maria da Unesp de Assis, com os quais tenho aprendido muito.

Aos professores do grupo 3R da UFSCar, Amadeu Logarezzi e Maria Zanim, que sempre nos deram apoio no desenvolvimento dos Projetos.

Aos Professores Eliseu Savério Spósito, Encarnação Beltrão Spósito, Raul Borges, Nivaldo Hespanhol, Jayro Gonçalves Mello, Marília Coelho..

Aos amigos do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

Aos amigos do Grupo Gestão Ambiental e Dinâmica Sócio-Espacial (GADIS).

Aos Amigos de Assis, Ednei (*Go*), Roberto e Jéferson.

À Lúcia, Nair, Neide, D. Gilda e Ademar estendendo os agradecimentos a todos os funcionários da Universidade.

**Não sei o que é a vida de um patife,
pois sou um homem honrado e a
vida de um homem honrado é
abominável.**

*Xavier de Maistre, por Fausto Wolff.
Pasquim XXI, Número 74, 2003*

GONÇALVES, M.A. **O TRABALHO NO LIXO**. Presidente Prudente: FCT, UNESP, 2005. 307 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2006.

Resumo: Entender as formas de utilização/exploração do trabalho na coleta e recuperação dos resíduos sólidos recicláveis foi o principal objetivo deste trabalho. O trabalho dos catadores nos lixões, a inserção destes trabalhadores no circuito econômico dos resíduos recicláveis, marcado pela informalidade, pela exploração de pequenos e grandes negociantes e pela dominação dos que controlam o processo de industrialização, são alguns temas discutidos. A presença do poder público municipal na triagem e comercialização dos resíduos, através da instalação das Centrais de Triagem, é mais um elemento discutido. A pesquisa teve como recorte territorial os Municípios que compõem a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Pontal do Paranapanema, UGRHI-22. Partindo do pressuposto de que os índices de recuperação dos resíduos e de reciclagem de materiais no Brasil, são alcançados a partir da exploração e da precarização do trabalho dos catadores, procuramos abordar também as formas de organização coletiva que atualmente estão aparecendo: cooperativas e associações. Neste sentido, apresentamos o processo que vivenciamos de organização da Cooperativa de Catadores de Presidente Prudente. Com relação às questões organizativas dos trabalhadores catadores, discutimos o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCMR) e o seu recente processo de criação e formação, destacando as formas regionais de organização através da formação dos Comitês Regionais, processo que pudemos acompanhar de perto como apoiador no Oeste Paulista. As formas e as dificuldades encontradas pelos trabalhadores catadores para organização, a relação com os poderes públicos locais e a situação das cooperativas no mercado dos resíduos de reciclagem são pontos sobre os quais aprofundamos o debate. Ainda dentro da lógica de recuperação dos resíduos recicláveis, apresentamos a metodologia utilizada em Portugal para a coleta e valorização dos materiais contidos nos resíduos sólidos e, especialmente nas embalagens. De maneira geral, procuramos discutir algumas contradições da sociedade do capital regida por um sistema destrutivo, que muitas vezes apresenta a reciclagem de resíduos sólidos como solução para os problemas decorrentes do consumismo, pela crescente geração de resíduo, ao mesmo tempo em que estimula o desperdício de imensas quantidades de energia, para o deleite de poucos, relegando a maior parte da humanidade à miséria.

Palavras –Chave: trabalho; trabalhador catador; resíduos recicláveis; lixo; reciclagem; mercadoria; cooperativa; coleta seletiva; movimento de organização, informalidade

GONÇALVES, M. A. **EL TRABAJO EN LA BASURA**. Presidente Prudente: FCT, UNESP, 2005. 307 p. Tesis (Doctorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2006.

Resumen: Entender las formas de utilización/explotación del trabajo en la recogida y recuperación de los residuos sólidos reciclables fue el principal objetivo de este trabajo. El trabajo de las personas que buscan entre la basura de los basureros, la inserción de estos trabajadores en el circuito económico de los residuos reciclables, marcado por la informalidad, por la explotación realizada por pequeños y grandes intermediarios y por la dominación de los que controlan el proceso de industrialización, son algunos temas discutidos. La presencia del poder público municipal en la selección y comercialización de los residuos, a través de la instalación de las Centrales de Selección, es otro elemento debatido. La investigación tuvo como recorte territorial los municipios que componen la Unidad de Administración de Recursos Hídricos del Pontal do Paranapanema, UGRHI-22. Partiendo del presupuesto de que los índices de recuperación de los residuos y de reciclaje de materiales en Brasil, son alcanzados a partir de la explotación y de la precarización del trabajo de las personas que recogen y seleccionan la basura por su cuenta en los basureros y por las calles (*catadores*), procuramos abordar también las formas de organización colectiva que actualmente están apareciendo: cooperativas y asociaciones. En este sentido, presentamos el proceso que vivimos de organización de la Cooperativa de Catadores de Presidente Prudente. En relación a las cuestiones organizativas de los trabajadores *catadores*, discutimos el Movimiento Nacional de los *Catadores* de Materiales Reciclables (MCMR) y su reciente proceso de creación y formación, destacando las formas regionales de organización a través de la formación de los Comités Regionales, proceso que pudimos acompañar de cerca en el Oeste Paulista como incentivador. Las formas y las dificultades encontradas por los trabajadores *catadores* para su organización, la relación con los poderes públicos locales y la situación de las cooperativas en el mercado de los residuos de reciclaje son puntos sobre los cuales profundizamos el debate. Todavía dentro de la lógica de recuperación de los residuos reciclables, presentamos la metodología utilizada en Portugal para la recogida y valorización de los materiales contenidos en los residuos sólidos de embalajes. De forma general, buscamos presentar algunas contradicciones de una sociedad regida por un sistema destructivo, que muchas veces plantea el reciclaje de residuos sólidos como solución para los problemas generados por la creciente producción de residuos, al mismo tiempo en que estimula el desperdicio de inmensas cantidades de energía, para el deleite de pocos, relegando gran parte de la humanidad a la miseria.

Palabras clave: trabajo; trabajador *catador*; residuos reciclables; basura; reciclaje; mercadería; cooperativa; colecta selectiva; movimiento de organización; informalidad

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização dos Municípios que compõem a UGRHI – Pontal do Paranapanema.....	32
Figura 2 - Número de Trabalhadores Catadores por Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – 2002.....	38
Figura 3 - Municípios onde há Trabalhadores Catadores nos Lixões da UGRHI- Pontal do Paranapanema - SP 2003.....	41
Figura 4 - Localização dos Compradores de Resíduos Recicláveis Coletados nos Lixões dos Municípios que Compõem a UGHRI - Pontal do Paranapanema – 2003.	92
Figura 5 - Descrição Esquemática de uma Usina de Compostagem.....	126
Figura 6 - Municípios com Usinas de Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos na UGRHI - Pontal do Paranapanema- 2003.....	132
Figura 7 - Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos no Continente - Portugal, 2005...	156
Figura 8 - Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos Multimunicipais regulados pela EGF - Portugal, 2005.....	158
Figura 9 - Municípios que compõem o Sistema VALORSUL: Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (em Toneladas) 2001.....	170
Figura 10 – Esquema Ilustrativo das Etapas do Processo de Incubação.....	241

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Trabalhadores catadores no lixão de Presidente Prudente (SP), 2004.....	43
Foto 2 - Trabalhadores realizando a catação ao mesmo tempo em que a máquina realiza a compactação do lixo em Presidente Prudente (SP), 2004.....	45
Foto 3 - Trabalhadores no lixão de Pirapozinho (SP), 2003.....	47
Foto 4 - Identificação dos catadores no lixão de Pirapozinho (SP), 2003.....	49
Foto 5 - Inflamação nos dedos das mãos de uma catadora do lixão de Presidente Prudente (SP), 2004.....	51
Foto 6 - Material acumulado ao lado de um barraco construído no lixão de Teodoro Sampaio (SP) 2003.....	52
Foto 7 - Veículo utilizado na compra dos resíduos recicláveis no lixão de Presidente Prudente (SP) 2004.....	80
Foto 8 - Catador trabalhando em sua prensa improvisada, Iepe (SP) 2003.....	85
Foto 9 - Fardo de papelão produzido artesanalmente – 2003.....	86
Foto 10 - Foto 10 – Material amontoado para venda conjunta em Sandovalina no Pontal do Paranapanema (SP), 2003.....	87
Foto 11 - Local de aterro de resíduos em sólidos domiciliares em Anhumas (SP), 2003.....	96
Foto 12 - Usina de triagem e compostagem de Presidente Bernardes (SP), 2003.....	133
Foto 13 - Lixo domiciliar urbano enviado a usina de triagem e compostagem de Presidente Bernardes (SP), 2003.....	135
Foto 14 - Foto 14 - Fardos de PEBD acumulados na usina de triagem e compostagem de Presidente Bernardes (SP), 2003.	137
Foto 15 - Pilhas acumuladas no depósito da usina de triagem e compostagem de Presidente Bernardes (SP), 2003.....	138
Foto 16 - Trabalho de triagem do lixo em Martinópolis (SP), 2003.....	140
Foto 17 Ecoponto instalado na cidade de Lisboa, 2005.....	178
Foto 18 – Ecoponto com problemas de superlotação, 2005.....	179
Foto 19 - Caminhão utilizado para coleta dos resíduos volumosos, Lisboa (PT), 2005	184
Foto 20 – Móveis e eletrodomésticos dispostos no ecocentro, Lisboa (PT), 2005.....	184
Foto 21 – Aplicação do questionário no lixão de Presidente Prudente, 2001.....	192
Foto 22 – Primeira reunião fora do lixão com os trabalhadores catadores para a apresentação do projeto, 2002.....	193
Foto 23 – Cooperados na divulgação no bairro Ana Jacinta em Presidente Prudente, 2002.....	204
Foto 24 - Entrega das chaves do caminhão para os Cooperados, 2004.....	206

Foto 25 – Esteira instalada na Cooperlix para realização da triagem dos resíduos sólidos recicláveis, 2004.....	207
Foto 26 - Trabalhadores prensando resíduos recicláveis na Cooperlix, 2004.....	207
Foto 27 - Caminhada dos Participantes do “II Festival Lixo e Cidadania” até a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 2004.....	259
Foto 28 – Audiência Pública realizada na Assembléia Legislativa Estadual de Minas Gerais, 2004.....	259
Foto 29 - Mesa de abertura do I Encontro Regional dos Trabalhadores Catadores de Materiais Recicláveis. Assis-SP, 2004.....	262
Foto 30 – Participantes da Reunião do Comitê Regional, Sudoeste Paulista, do Movimento Nacional dos Catadores, em Rancharia (SP), 2004.....	267
Foto 31 – Abertura da Reunião do Comitê Regional dos catadores em Ourinhos(SP), 2004.....	270
Foto 32 – Mesa formada pelos representantes dos catadores na quinta Reunião do Comitê Regional, 2004.....	272
Foto 33 - Reunião dos grupos para debate da Carta de Princípios do Movimento Nacional dos Catadores, 2004.....	275
Foto 34 - Marcha de abertura do “V Fórum Social Mundial em Porto Alegre”.....	279

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Trabalhadores Catadores no Lixão de Presidente Prudente em Relação ao Total da UGRHI – 22.....	57
Gráfico 2 - Número de Trabalhadores Catadores nos Lixões do Pontal do Paranapanema (2002-2003).....	60
Gráfico 3 - Tempo de Trabalho nos Lixões da UGRHI Pontal do Paranapanema.....	64
Gráfico 4 - Faixa Etária dos Trabalhadores Catadores Entrevistados nos Lixões dos Municípios da UGRHI Pontal do Paranapanema.....	68
Gráfico 5 - Divisão por Gênero dos Trabalhadores Catadores Entrevistados nos Lixões dos Municípios da UGRHI-22.....	69
Gráfico 6 - Atuação Profissional dos Catadores Anterior ao Lixão por Setores da Economia.....	73
Gráfico 7 - Renda Mensal dos Trabalhadores Catadores nos Lixões do Pontal do Paranapanema.....	76
Gráfico 8 – Número de Municípios do Estado de São Paulo que Assinaram o TAC....	95
Gráfico 9 - Tratamentos e Destino dos RSU – 1995.....	151
Gráfico 10: Resíduos de Embalagens produzidos na UE 15.....	168
Gráfico 11 : Quantidades de resíduos de embalagens reciclados na União Européia em 2001 (%).....	168
Gráfico 12 - População e Geração de Resíduos Sólidos Urbanos por Região, Portugal 2001.....	171
Gráfico 13 - Número de Trabalhadores Cooperados que já Tiveram Registro em Carteira.....	198
Gráfico 14 – Faixa etária dos Cooperados.....	201
Gráfico 15 - Papelão Comercializado no Período de Abril de 2003 a Março de 2004..	214
Gráfico 16 - Quantidade de Embalagens de Cimento Comercializada no Período de Abril de 2003 à março de 2004.....	215
Gráfico 17 - Quantidade Comercializada de Garrafas PET no Período de Abril 2003 a Março 2004.....	216
Gráfico 18 - Comercialização de Sucata Durante o Período de Abril de 2003 a Março de 2004.....	216
Gráfico 19 - Comercialização de Alumínio Durante o Período de Abril de 2003 a Março de 2004.....	218
Gráfico 20 - Material Coletado em Programas de Coleta Seletiva* (peso).....	220
Gráfico 21 - Vasilhames Comercializados pela Cooperlix, Abril de 2003 a março de 2004. (em unidades).....	221
Gráfico 22 - Evolução da Instalação de Programas de Coleta Seletiva no Brasil – 1994 – 2004.....	229

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Número de Trabalhadores catadores por UGRHI do Estado de São Paulo – 2002.....	39
TABELA 2 - Número de Catadores em Aterro nos anos de 2002 e 2003 nos municípios da UGRHI - Pontal do Paranapanema- SP.....	56
TABELA 3 - Municípios da UGRHI Pontal do Paranapanema que Apresentaram Acréscimo no Número de Catadores nos Lixões entre 2002 e 2003.....	59
TABELA 4 - Tempo de Trabalho dos Catadores Entrevistados nos Lixões dos Municípios da UGRHI Pontal do Paranapanema – 2003.....	63
TABELA 5 - Trabalhadores Catadores nos Lixões, Segundo Faixa Etária e Sexo nos Municípios da UGRHI Pontal do Paranapanema.....	67
TABELA 6 – Experiência Profissional dos Trabalhadores Catadores dos Lixões dos Municípios do Pontal do Paranapanema-SP.....	71
TABELA 7 – Renda dos Trabalhadores(as) Catadores(as) nos Lixões da UGRHI - Pontal do Paranapanema (SP).....	77
TABELA 8 - Preços Pagos pelos Resíduos Recicláveis	89
TABELA 9 - Número de trabalhadores Catadores nos locais de disposição final - 2002 e 2003.....	96
TABELA 10 - Material Reciclável Separado na Usina de Triagem e Compostagem de Presidente Bernardes (SP) – 2003.....	136
TABELA 11 - Preços Pagos pelos Resíduos Recicláveis na Usina de Triagem e Compostagem de Presidente Bernardes.....	137
TABELA 12 - Tipos de Resíduo Recicláveis Separados na Usina de Triagem e Compostagem de Martinópolis (SP).....	141
TABELA 13: Dimensão de Diferentes Sistemas Multimunicipais de Gestão de RSU, Portugal - 2005.....	157
TABELA 14: População e Resíduos Recolhidos na Região da Grande Lisboa - 2001	172
TABELA 15: Resíduos Recolhidos na Cidade de Lisboa.....	183
TABELA 16 – Campo de Atuação Profissional dos Trabalhadores da Cooperativa	198
TABELA 17 - Quantidade Mensal de Materiais Recicláveis Comercializados pelas Cooperativas e Associações Mensalmente, 2004.....	273

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE FOTOGRAFIAS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO.....	21
1. A Territorialidade do trabalho de catação de resíduos recicláveis em lixões da UGRHI -Pontal do Paranapanema.....	31
1.1 Trabalho nos lixões dos municípios da UGRHI - Pontal do Paranapanema.....	40
1.1.1 Os catadores.....	53
1.2 O comércio dos resíduos recicláveis.....	78
1.3 Aterros fechados para os catadores.....	93
2. A Reciclagem de materiais e a diminuição da vida útil das mercadorias.....	101
2.1 Trabalho vivo na catação do trabalho morto.....	114
3. O Processo de recuperação dos resíduos recicláveis: o trabalho nas usinas de triagem e compostagem no Brasil e o sistema multimunicipal em Lisboa - PT.....	124
3.1 O trabalho na separação dos recicláveis nas usinas de triagem e compostagem.....	124
3.1.1 As usinas de triagem e compostagem de Martinópolis e Presidente Bernardes.....	131
3.1.2 As diferentes formas de relação e de exploração do trabalho na triagem dos recicláveis.....	142
3.2 Resíduos sólidos e reciclagem em Portugal: o caso de Lisboa-PT.....	148
3.2.1 O sistema multimunicipal VALORSUL.....	169
3.2.2 A coleta seletiva de resíduos recicláveis em Lisboa.....	177
3.2.3 Algumas considerações sobre este sistema.....	186
4. O processo de organização da Cooperativa dos Trabalhadores em Resíduos Recicláveis de Presidente Prudente.....	190
4.1 A organização dos trabalhadores catadores	193

4.2 Quem são os trabalhadores da Cooperativa de Trabalhadores em Produtos Recicláveis de Presidente Prudente (Cooperlix) ?.....	197
4.3 A coleta seletiva em Presidente Prudente.....	203
4.3.1 Dos resíduos coletados às mercadorias comercializadas.....	212
4.4 A inserção da cooperativa dos Trabalhadores em Produtos Recicláveis de Presidente Prudente no circuito econômico da reciclagem.....	222
4.4.1 A cooperativa enquanto lugar da possível construção de resistência econômica à lógica destrutiva do capital.....	234
4.5 A organização das cooperativas de catadores na perspectiva da economia solidária.....	237
5. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis no Brasil e a formação do Comitê Regional Sudoeste Paulista.....	245
5.1 A organização do Comitê Regional dos Catadores de Materiais Recicláveis do “Sudoeste Paulista”.....	261
5.1.1 As Reuniões do Comitê Regional dos Catadores Sudoeste Paulista.....	264
5.2 O II Congresso Latino-Americano de Catadores	276
5.3 Reterritorialização do Trabalho: do Lixo aos Resíduos Recicláveis.....	279
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	284
7. REFERÊNCIAS.....	293
APÊNDICE	
ANEXOS	

Apresentação

Desde que passamos a freqüentar a Universidade sempre ouvimos dizer que o resultado das pesquisas de mestrado e doutorado eram frutos de um trabalho solitário. Com certeza essa afirmação não se aplica aos resultados que aqui apresentamos e que sem dúvida resultam de um esforço e de uma participação coletiva. Um processo que coube a nós, sistematizar, aprofundar em alguns pontos e buscar transformar em um texto acadêmico e científico.

A pesquisa sobre os catadores inicia-se ainda no mestrado, momento no qual estudamos a informalidade do trabalho a partir da territorialidade assumida pelos camelôs e catadores de papel/papelão em Presidente Prudente. Essa experiência nos deixou muitas inquietações, que felizmente conseguimos sistematizar em um conjunto de questões que tomou corpo em um pré-projeto apresentado no processo de seleção para o doutorado.

Fizemos a opção por aprofundar a pesquisa sobre as transformações atuais do mundo do trabalho, de maneira a entender melhor os processos que levam ao crescimento do desemprego, da precarização e da informalidade do trabalho. Tínhamos como ponto de partida o trabalho dos camelôs e sua territorialidade no Oeste do estado de São Paulo. Porém, como a vida é movimento e tudo acontece ao mesmo tempo e agora, eis que surgiu nesse período uma oportunidade interessante de aprofundarmos a pesquisa com outro grupo de trabalhadores, que desenvolvem suas atividades em condições ainda mais perniciosas, os catadores de resíduos recicláveis.

Entender o trabalho na catação, por dentro da lógica do sistema produtor de mercadorias, nos apresentava uma diversidade de questões e um grande desafio. Esse despertar, essa mudança, resulta da nossa participação em um projeto de políticas públicas voltado para esse segmento em Presidente Prudente.

O referido projeto começou a ser executado no final do ano de 2001, com a aprovação do mesmo junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), na alínea Políticas Públicas, sob responsabilidade dos Professores doutores Antônio Cezar Leal, Antonio Thomaz Junior e Neri Alves. Intitulado: “Educação Ambiental e Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos em Presidente Prudente-SP: Desenvolvimento de Metodologias para Coleta Seletiva, Beneficiamento do Lixo e Organização do Trabalho”, tinha como um dos objetivos propor aos trabalhadores catadores que atuavam no lixão da cidade, uma nova forma de organização do trabalho nessa atividade. O resultado dessa experiência, além de várias pesquisas em diferentes

níveis, possibilitou intervenção direta na realidade vivida pelos trabalhadores catadores que atuavam no lixão naquele período.

Com a decisão de aprofundar os estudos sobre o trabalho na catação, o nosso projeto de pesquisa de doutorado passou a se confundir em alguns momentos com o desenvolvimento do Projeto de Políticas Públicas. Ao mesmo tempo em que nos propúnhamos investigar o trabalho no lixo, trabalhávamos diretamente com os catadores no sentido de promover a organização e a transformação de uma realidade radicalmente dura e que com o passar do tempo passou a ter nome. O nome dessa realidade é o de todas as pessoas que conhecemos nesse processo, com as quais pudemos vivenciar momentos de descontração, de frustração, ilusão/desilusão, mas que nos possibilitou um rico e inigualável aprendizado pessoal e que tentamos dividir com os demais companheiros.

Um dos maiores desafios que se colocou diante de nós nesta pesquisa foi justamente o de entender o trabalho dos catadores dentro do circuito econômico da reciclagem, a estrutura de poder, de dominação e de subordinação dos catadores pelos demais agentes envolvidos nesta trama, posto que esta relação de exploração do trabalho na catação é também fruto de determinações mais amplas, as quais envolvem a sociedade como um todo, orientada por uma lógica de otimização das condições sociais e econômicas que visa à reprodução ampliada do capital, que nesse processo reinventa e cria novas formas de exploração do trabalho.

À medida que enfrentávamos os desafios, nos deparávamos com contradições inerentes a todo esse processo, que explicitavam questões que se tornaram importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Desta forma, o que leva a sociedade atual a empenhar esforços para produzir mercadorias e descartá-las em seguida; o que leva a aceleração do desperdício se ainda há várias pessoas que não têm acesso ao consumo; o que move a indústria da reciclagem de materiais se a tendência é a aceleração do consumo e do descarte das mercadorias; por que as formas atuais de organização do trabalho na catação e na triagem dos recicláveis são importantes para os trabalhadores, mas não representam ainda uma força contrária ao sistema do capital? Foram questões sob as quais nos debatemos e que ainda nos movem para além desta pesquisa.

Estas questões e a nossa busca pelas respostas puderam se intensificar a partir do nosso trabalho em outro projeto de pesquisa, coordenado pelo Professor Dr. Antônio Cezar Leal, em que realizamos o diagnóstico da situação dos resíduos sólidos na Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema, no qual levantamos informações sobre o

trabalho dos catadores nos locais de disposição de resíduos sólidos domiciliares urbanos nos municípios localizados na área de estudo.

Essa pesquisa nos ajudou a obtermos informações e entendermos melhor as várias faces do trabalho de catação dos recicláveis nos lixões em âmbito regional, que em cada um dos locais visitados apresentava especificidades com relação não só à composição da força de trabalho envolvida, mas também da relação dos catadores com o poder público local e com os compradores intermediários, apresentando-nos mais pistas sobre a diversidade de elementos que povoam o universo do trabalho na catação, de forma que pudemos caracterizar melhor os trabalhadores catadores, que apesar da diversidade de histórias de vida pessoal, apresentaram um traço comum, que é a situação do desemprego e da opção pela catação como sendo a única forma de conseguir meios para sua sobrevivência.

Os diferentes grupos de catadores nos deram pistas para pensarmos também sobre como o processo geral de reprodução do capital, que exclui um grande número de trabalhadores colocando-os na condição de desemprego, ganha toda sua grandeza de força destrutiva da vida humana quando se territorializa nos lixões, uma condição que ameaça e assusta a todos os trabalhadores brasileiros, mas que aí não se limita, afinal os princípios orientadores do sistema do capital atingem mesmo aqueles trabalhadores que estão empregados, diminuindo ou extinguindo direitos trabalhistas, precarizando as condições de trabalho e desarticulando a capacidade organizativa e de resistência da classe trabalhadora.

No período em que todas essas questões compareciam, já trabalhávamos então em três frentes diferentes, o Projeto de Políticas Públicas, o Diagnóstico dos Resíduos no Pontal e a Tese. Além é claro, das ações e discussões internas aos grupos de pesquisa, que são o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), que se ocupa em suas pesquisas das questões atinentes às transformações do mundo do trabalho e o Grupo de Pesquisa Gestão Ambiental e Dinâmica Social (GADIS). Nessa aproximação de grupo de pesquisadores, criou-se um espaço no qual encontramos até hoje o apoio para construirmos o nosso referencial teórico e político para o desvendamento das questões postas.

Na construção desses referenciais, pudemos contar também com a contribuição de pessoas pertencentes a outras instituições, das quais pudemos nos aproximar durante a realização destes projetos. Foi assim com os Professores Amadeu Logarezzi e Maria Zanin, membros do Grupo Pesquisa 3R “ Núcleo de Reciclagem de Resíduos” da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, que nos levaram a conhecer mais sobre os resíduos sólidos,

os processos de organização dos trabalhadores em cooperativas e a constituição da Incubadora Regional de Cooperativa Populares da UFSCar (INCOOP).

Certo de que temos que aproveitar as oportunidades que construímos, embarcamos em mais uma empreitada durante o curso de doutoramento, realizando um estágio de seis meses junto ao Centro de Estudos Geográficos (CEG) da Universidade de Lisboa, em Portugal, sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Margarida Vilar de Queirós, uma profissional atuante e que nos acompanhou em todos os trabalhos de campo que fizemos. Com certeza nesse doutoramento não nos faltaram orientadores com bons referenciais.

Neste estágio, no qual pudemos analisar a partir da territorialidade assumida pelo sistema de gestão de resíduos sólidos em Lisboa, as formas de organização do trabalho no sistema de coleta, transporte, tratamento e destinação dos resíduos sólidos domiciliares, procuramos entender também um pouco mais sobre o papel desempenhado pelo Estado e pelas indústrias da reciclagem nesse circuito econômico, que tem uma configuração diferente da que conhecemos no Brasil.

A recuperação e a reciclagem dos resíduos no modelo que conhecemos em Portugal têm como principal característica a “parceria” do Estado com empresas privadas, estruturadas e desempenhando diferentes papéis no processo de coleta, triagem e tratamento destes, sendo que elas atuam nos setores de tratamento, reciclagem e recuperação da energia contida nos resíduos, o que garante a reprodução do capital aplicado no setor, já que os custos da coleta e recuperação, por exemplo, ficam com as administrações municipais. A eficiência exigida pelo mercado e as regras para fazer parte desse modelo extinguiu a participação de agentes informais no setor, acabando com a catação dos resíduos recicláveis nas ruas e nos locais de disposição final. O serviço nesse setor passou a ser realizado com emprego de novas tecnologias e com melhoria na gestão, implicando em novas formas de exploração/utilização de trabalho.

Esse modelo, baseado na “parceria” das empresas com o Estado para atuação no setor da valorização e da reciclagem de resíduos, tende a ser exportado para o restante do mundo e, claro, pode chegar ao Brasil, o que terá rebatimentos sobre todo o circuito, mas atingirá com toda sua força o trabalho dos catadores de recicláveis de forma geral. Claro está, que sem a organização política dos trabalhadores não haverá como fazer frente a esse processo, colocando ainda a eles mais uma questão nessa disputa, que é a de brigar pelo trabalho com os recicláveis, mas não pelo trabalho no lixo. O que significa que a possibilidade de uma transformação social radical que possibilite aos trabalhadores catadores deixarem de viver da catação, mas continuarem a viver dignamente como

qualquer outro ser humano, pode ser capturada dentro desse novo sistema, no Brasil, sem mudar as condições precárias em que sobrevivem.

Além do aprendizado da pesquisa, foi muito interessante conhecermos um pouco mais sobre a Geografia portuguesa, o vinho, as pessoas e sobre a história de um país territorialmente pequeno, mas de uma diversidade cultural, política e paisagística fantástica. Ali, com certeza deixamos bons amigos, plantamos idéias e comungamos preocupações.

Enfim, todo esse foi um período de muito trabalho e de um aprendizado incrível, que não se deu somente pela experiência da participação nas pesquisas, mas também por meio da convivência com pessoas do mais alto nível intelectual, dentro e fora da Universidade, das quais a maior lição que nos deram foi de que ainda é possível construir conjuntamente um mundo diferente, com solidariedade e amizade.

Por tudo isso, dizemos que esta não foi uma pesquisa solitária!

É certo também que no caminhar deste trabalho o pesquisador e o militante confundiram-se muitas vezes, gerando situações conflitantes, em que não sabíamos se estávamos a estudar a situação ou a construí-la, a contestá-la, ou a negá-la. Porém, essa confusão não nos tirou a certeza de que o aprendizado só faria sentido se servisse ao propósito político de organização e transformação positiva da realidade vivida por todos nós.

Claro, como o trabalho teve que ser escrito individualmente, temos que assumir as imperfeições, as incongruências e até as incertezas que ele apresenta como fruto do nosso processo de aprendizado, e fazemos isso com a certeza de que continuaremos aprendendo com aqueles que nos cercam, estejam eles distantes ou próximos, nas Universidades ou nos lixões ou em qualquer outro lugar onde estejam.

INTRODUÇÃO

As formas de exploração e de organização do trabalho na catação dos resíduos sólidos recicláveis nos lixões e a inserção desses trabalhadores no circuito econômico que envolve a reciclagem dos materiais dos quais estes resíduos são compostos, são o ponto de partida de nosso trabalho de pesquisa. Abarcamos também outros elementos como a organização desses trabalhadores, os programas de coleta seletiva e o comércio dos recicláveis, que também fazem parte do circuito econômico e de estruturas de poder e do controle social em questão.

O trabalho na catação de resíduos recicláveis é na atualidade o elemento fundamental deste circuito econômico, sendo a base, como demonstraremos no decorrer do trabalho, de sustentação dos índices de reciclagem de resíduos e dos ganhos que a indústria brasileira envolvida neste setor vem alcançando nos últimos anos. Porém, seja qual for o modo sob o qual o trabalho se (des)organiza para a catação dos resíduos recicláveis, nas ruas, nos lixões, nas usinas de triagem e compostagem, por meio das cooperativas de catadores, etc., os trabalhadores estão sempre expostos aos riscos de lidar diretamente com os mais diferenciados tipos de resíduos, submentendo-se a uma situação de contato com agentes contaminantes nocivos à saúde, sem que isso se reverta em melhores rendimentos para os mesmos.

A verdadeira legião de trabalhadores, que no Brasil sobrevive a partir da comercialização dos resíduos recicláveis que interessam à indústria e aos agentes que compõem os circuitos que daí se estruturam, desenvolve suas atividades, na maioria dos casos, à margem do mercado de trabalho formal, sem nenhum tipo de vínculo empregatício com os comerciantes ou as indústrias recicladoras. Na maior parte dos casos encontrados, o desemprego de longa duração e a necessidade de obter meios de sobrevivência levaram estes trabalhadores (homens, mulheres, idosos, crianças) a buscar este tipo de trabalho.

A miséria que se aprofunda com o desemprego e obriga estes trabalhadores a viverem do/no lixo é um dos aspectos mais cruéis da sociedade capitalista, que se fundamenta na lógica da produção/consumo de mercadorias, na efetivação do valor de troca em detrimento do valor de uso, objetivando a reprodução ampliada do capital e não a satisfação das necessidades dos homens e das mulheres que produzem estas mesmas mercadorias.

Lógica que coloca toda a potencialidade produtiva do ser que trabalha a serviço da criação para o desperdício, fazendo crescer em quantidade e em diversidade os tipos de

resíduo sólido gerados, descartados por aqueles que nesta sociedade extremamente desigual ainda podem consumir, antecipando dessa forma o fim da vida útil das mercadorias, para nesse processo acelerar o movimento da própria reprodução capitalista, sem que isso signifique a ampliação do círculo dos consumidores. O mundo hoje tem problemas com a geração dos resíduos descartados pelos que consomem e um outro maior: a fome dos que não têm acesso aos bens produzidos, contradição que encontra explicação na própria forma destrutiva de organização para produção sob o comando do capital.

Com o aumento do fluxo de resíduo gerado pelo desperdício, a quantidade de materiais em condições de serem reciclados que é enviada aos locais de disposição é exorbitante. De olho nessa potencialidade econômica, que é a recuperação das qualidades dos materiais que compõem os resíduos através da reciclagem, o capital tem se voltado para a recuperação de diferentes tipos de materiais que passam então a ser utilizados como matéria-prima na indústria da reciclagem.

No Brasil, a expansão das indústrias de reciclagem dinamizou esse circuito econômico, que encontrou terreno fértil para garantir a sua lucratividade através do trabalho de milhares de trabalhadores desempregados, com baixa ou nenhuma qualificação profissional (serviços gerais, domésticas, servente de pedreiro, etc.) que como forma de obter algum rendimento são obrigados a desenvolver a catação dos resíduos recicláveis.

Diante do contexto do crescente desperdício do qual o lixo é símbolo, o processo de reciclagem comparece como uma ação detentora de uma capacidade de redimir toda a sociedade do capital do processo destrutivo gerado pelo consumismo e pelo descarte dos resíduos. Apesar dos benefícios que pode proporcionar, a reciclagem não dá conta de resolver o crescente problema da geração de resíduos e de lixo. Isso porque, dentro da sociedade do capital, não há como esse circuito econômico, que transforma, beneficia os resíduos recicláveis para revitalizar os materiais para outros usos, contrapor a própria lógica destrutiva, ou seja, a reciclagem industrial e em grande escala só se aplicará nos casos em que a reprodução do capital estiver garantida, não podendo esse processo ser aplicado indistintamente a todo e qualquer tipo de resíduo, mesmo que esse seja potencialmente reciclável.

Além disso, como em qualquer outro setor, o capital investido na reciclagem busca diminuir os custos de produção. Neste sentido, as empresas estão sempre objetivando a diminuição dos preços pagos pelas matérias-primas, buscando obter facilidades e privilégios junto às diferentes instâncias de poder político, mas, sobretudo, procurando

verticalizar as condições de exploração do trabalho, para que desta maneira se possa extrair a maior quantidade de mais-valia e o máximo de lucro possível.

Orientada por essa lógica, a reciclagem dos materiais que compõem os resíduos tem como base, como dissemos, a super-exploração do trabalhador, conhecido como catador, carrinheiro, etc. A precariedade do trabalho da catação revela-se para nós como fundamental para os ganhos dos demais agentes do circuito, já que o cumprimento das leis trabalhistas e os contratos formais de trabalho dos catadores, tornariam a reciclagem dos resíduos menos rentável e economicamente inviável para as indústrias. Neste caso, seria preferível ao capital produzir mercadorias a partir de matérias-primas virgens, o que é sempre uma opção, à medida que haja contratemplos que encareçam o processo de reciclagem nos moldes existentes atualmente. É a lucratividade e não propriamente a tomada de consciência dos capitalistas, no que diz respeito a problemas ambientais relativos ao lixo, que estimula a atividade industrial da reciclagem.

Desta forma, toda a sociedade tem sido envolvida no movimento de seu fortalecimento, que ressalta, é claro, sempre a positividade da ação, como por exemplo, a diminuição do consumo de energia nos processos produtivos de alguns materiais reciclados e a descontaminação progressiva do “meio ambiente”.

As indústrias que reciclam os materiais mais lucrativos estimulam a comunidade a encaminhá-los para os locais corretos, de onde possam ser redirecionados para alimentar seus processos produtivos. Não faltam campanhas nas escolas e em outros lugares onde a comunidade se junta para o descarte “adequado” das latinhas de alumínio, enquanto as embalagens do tipo longa-vida são em grande parte enterradas sem a menor cerimônia. Isso permanecerá até que se encontre uma forma lucrativa de utilização desse resíduo após a reciclagem.

Ao mesmo tempo em que muitos ressaltam os altos índices de reciclagem de alguns resíduos, como as embalagens feitas de alumínio (ex: latinhas de cerveja e refrigerante) ou de papel/papelão no Brasil, não se publica normalmente qual a lucratividade obtida pelas indústrias da reciclagem, esquecendo-se com facilidade dos trabalhadores catadores, das condições em que realizam o trabalho e os seus baixos rendimentos. Os legisladores já falam em diminuição dos impostos para indústrias de reciclagem, mas não discutem com firmeza o cumprimento da legislação trabalhista, das condições de vida e de trabalho. Pelo contrário, nesses tempos neoliberais, os direitos dos trabalhadores se flexibilizam sempre a favor do mercado e da tão prometida idéia da geração de emprego, de preferência à base de intensa e crescente precarização.

Os trabalhadores catadores, por sua vez, têm procurado se mobilizar e se organizar através de cooperativas e associações para realizar o trabalho de recolha e triagem dos resíduos, às vezes aliado a programas de coleta seletiva, como presenciamos no caso estudado. No entanto, estas organizações têm enfrentando sérios problemas para se firmar dentro deste circuito de relações fundadas no mercado, já que seus membros são pobres e desempregados e quase sempre não têm condições de instrumentalizar ou gerenciar adequadamente esses empreendimentos, de maneira a garantir minimamente um rendimento mensal satisfatório. Não obstante a essas dificuldades, esses espaços têm se tornado de grande valia para a sociabilização e trocas de informação que possibilitem um melhor entendimento da realidade a qual esses trabalhadores enfrentam, da estrutura de poder e de possíveis alternativas de organização e transformação da realidade em que se encontram.

Acreditando que poderíamos fazer um texto que possibilitaria ao leitor conhecer melhor as questões aqui destacadas, organizamo-no em cinco capítulos, buscando focar a questão do trabalho na catação dos resíduos recicláveis e suas diferentes formas e processos de organização, dentro da lógica de mercado que estimula e dá sentido atualmente à reciclagem desses resíduos em materiais.

No primeiro capítulo, abordamos aspectos do trabalho de catação dos resíduos recicláveis em lixões pertencentes aos municípios localizados na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Pontal do Paranapanema, nosso recorte territorial. Aqui abordamos as condições em que os catadores realizam o trabalho nas diferentes localidades, o número de pessoas atuando dentro dos lixões e os dados que nos ajudam a compreender melhor quem são esses trabalhadores.

A maioria das informações foi levantada em trabalho de campo no qual percorremos todos os locais citados, falando com os trabalhadores, com funcionários das prefeituras, quantificando e qualificando os dados obtidos. As entrevistas com os catadores tornaram-se um instrumento bastante importante para a compreensão do universo vivido por estes trabalhadores, não se resumindo a um levantamento meramente quantitativo como: quanto cata por dia; quantas horas trabalham etc. Desta forma, à medida que qualificávamos as informações para melhor entender a territorialidade, as mediações e as amarras que envolvem o trabalho da catação e os catadores, dentro e fora do circuito econômico da reciclagem avançávamos também, de forma mais ampla, para a compreensão do sentido do trabalho na sociedade capitalista.

É claro que para o aprofundamento das questões teóricas atinentes ao tema, tivemos que recorrer à produção intelectual de vários estudiosos, geógrafos e não geógrafos, que se debruçam sobre o tema do trabalho e da reciclagem dos resíduos. Neste aspecto, estivemos bem servidos e cercados por referências bibliográficas geradas no âmbito do próprio grupo de pesquisa do qual participamos, ou seja, o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Esse diálogo vai além das citações que nos textos aparecem e tomam forma, creio, no corpo e no conteúdo do mesmo.

Neste primeiro capítulo, discorreremos também sobre a comercialização dos resíduos recicláveis entre os catadores e os intermediários que atuam na região, procurando entender melhor quais são os mecanismos utilizados pelos compradores para obter as mercadorias e manter suas margens de lucro, já que não são eles que realizam a reciclagem propriamente dita. Outra questão abordada está relacionada ao fechamento de alguns locais de aterro de lixo da região para evitar a entrada e o trabalho dos catadores, sendo esta a única maneira encontrada pelo poder público, em alguns municípios, para resolver o problema da presença de pessoas não autorizadas nessas áreas e adequar-se às normas ambientais estabelecidas, evitando as sanções por parte dos órgãos fiscalizadores. Todas as situações apresentadas foram fotografadas e as imagens por nós selecionadas ilustrarão o texto, de maneira a melhor expressar os assuntos.

Como elemento fundante da lógica que leva ao desperdício, abordamos no segundo capítulo a questão relativa à taxa de utilização decrescente das mercadorias, aspecto fundamental do processo de reprodução ampliada do capital na atualidade, demarcando aqui a sua característica destrutiva, que ao estabelecer a supremacia do valor de troca das mercadorias em detrimento do seu valor de uso, leva ao desperdício de uma quantidade imensa de energia na forma física das mercadorias pois, estas não têm mais como objetivo principal a satisfação das necessidades humanas, mas a própria reprodução ampliada do capital. Um desperdício que atinge a todas as mercadorias indistintamente, dentre elas a própria força de trabalho, fato que pode ser observado pelo crescente número de desempregados e de trabalhadores precarizados.

Desta forma, nesta seção do texto, analisamos o crescimento da geração de resíduo a partir da diminuição da vida útil das mercadorias, procurando traçar algumas considerações sobre quais são as motivações do capital que atuam nessa cadeia produtiva, discutindo a reciclagem dos materiais e o trabalho na catação dos resíduos sólidos recicláveis, como elementos pertencentes a essa mesma tendência impetrada pelo capital e geradora da aceleração do consumo e do desperdício.

A atuação do poder público também é debatida no terceiro capítulo, no qual abordamos o processo de trabalho na separação dos resíduos recicláveis nas usinas de triagem instaladas por prefeituras da região. Os exemplos apreciados dão conta de como este poder público imaginava lucrar com a instalação desses empreendimentos, as formas de organização do trabalho na triagem e os problemas econômicos e ambientais decorrentes desta forma de recuperação dos resíduos recicláveis. As usinas de triagem e compostagem são resultados de uma idéia que objetivava tornar o lixo fonte de renda para as prefeituras, mas que na verdade tornaram-se um grande negócio para os seus fabricantes que venderam várias destas estruturas para um grande número de municípios brasileiros.

O trabalho dos catadores, atividade a ser eliminada com a instalação das usinas de triagem e compostagem, toma novas feições com a mediação feita pelas máquinas, mas continua a ser realizado de maneira precária e insegura. A exploração do trabalho dos catadores torna-se, em alguns casos, o meio pelo qual algumas administrações tentam salvar esses empreendimentos e o dinheiro neles investido, ou seja, mais uma vez a exploração do trabalho do catador em condições adversas e precárias, aparece como elemento de sustentação do circuito que envolve a catação e a triagem dos resíduos recicláveis.

Nesse capítulo também analisamos a recuperação dos resíduos recicláveis, sobretudo de embalagens fora do Brasil. Uma análise feita a partir do caso português, destacando as transformações que ocorreram nos últimos dez anos naquele país no que tange à gestão dos resíduos sólidos. Esse exercício nos permite demonstrar quais os resultados alcançados com a reestruturação desse sistema, numa perspectiva mais abrangente do que as que temos visto no Brasil e quais os impactos na atividade informal da catação dos recicláveis, que levaram à eliminação da atividade assim caracterizada.

A infra-estrutura utilizada e as metodologias para recuperação e valorização dos resíduos recicláveis são apreciadas mais de perto a partir do que pôde ser visto em funcionamento na área metropolitana Norte de Lisboa. A atuação das empresas privadas credenciadas, as formas de intervenção e o apoio do Estado são elementos discutidos e que dão uma dinâmica diferente da brasileira para o circuito econômico que se ocupa da reciclagem e da valorização dos resíduos.

No quarto capítulo expusemos o processo de organização da cooperativa de catadores de Presidente Prudente, abordando aspectos históricos de sua constituição que se confunde, em alguns momentos, com a urdidura desse trabalho. A temática da organização das cooperativas, o que elas têm significado para os trabalhadores catadores e quais os seus

efeitos no circuito econômico da reciclagem são pensados a partir desse exemplo concreto e da nossa atuação junto a um grupo de pessoas que desenvolveram ações que levaram a sua constituição. Neste aspecto, a nossa atuação junto aos trabalhadores nos permitiu ir além da pesquisa propriamente dita e passar a colaborar diretamente nesse processo de formação, posto que as informações obtidas e sistematizadas foram motivo de debates e instrumentos também de norteamento de algumas ações. Sobre a perspectiva política e ideológica que tem orientado esses empreendimentos, realizamos uma discussão a respeito da economia solidária e sua abordagem em relação à organização da cooperativa de catadores.

Assuntos como as dificuldades no processo organizativo dos catadores e os problemas encontrados pela cooperativa para comercializar os resíduos são algumas das questões que também comparecem nesta parte do texto. Esta análise é feita concomitantemente à discussão sobre a implantação do programa de coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis também na cidade de Presidente Prudente, procurando destacar quais os meios infra-estruturais utilizados para a sua implantação, quais as dificuldades que compareceram para a sua otimização e como isso se reflete na organização interna do trabalho. Enfim, procuramos estabelecer uma correlação entre a cooperativa e coleta seletiva, com o propósito de demonstrarmos a importância da organização desses trabalhadores junto a programas dessa natureza, que se bem estruturados permitem a garantia de uma renda mensal e um trabalho em melhores condições do que aquele realizado nos locais de disposição de resíduos.

Ainda com relação às formas de organização dos trabalhadores catadores, apresentamos no capítulo cinco o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Um movimento que nasce a partir do estímulo de pessoas ligadas à Igreja católica, que sensibilizadas com a precariedade de vida/trabalho dos catadores estimularam a mobilização dos mesmos, como maneira de melhorar as condições de inserção desse grupo no mercado da reciclagem. Assim, a formação do MNCR tem origem no trabalho desenvolvido com moradores de rua de algumas das capitais de estado brasileiras, a maior parte, catadores carrinheiros.

Ao discutirmos a organização do MNCR, que ainda está em movimento, apontamos para a importância da mobilização política dos trabalhadores como forma de colocar as suas reivindicações em pauta para toda a sociedade. No caso estudado, os trabalhadores buscam, além de melhores condições de trabalho/vida, o reconhecimento da sociedade que os marginaliza e discrimina a atividade que desenvolvem (a catação de resíduos

recicláveis). Sem essa mobilização os trabalhadores permaneceriam isolados e *invisíveis*, sem possibilidade de se apresentarem como sujeitos de um processo amplo de mudança, que transforme, não só as condições em que se realiza o trabalho da catação, mas o próprio processo social e histórico que tem levado milhões de trabalhadores a sobreviver miseravelmente.

A análise sobre o MNCR também se confunde com a nossa participação junto aos trabalhadores catadores nesse processo organizativo. Uma militância que ganha sentido e força a partir da constituição da cooperativa dos catadores em Presidente Prudente e segue esse conjunto rumo à constituição de uma rede de catadores regional, dentro da perspectiva do Movimento Nacional dos Trabalhadores Catadores. Mais uma vez, fica claro para nós que as informações que sistematizamos ou o conhecimento que construímos durante a pesquisa ganham sentido nesse diálogo.

Nesse mesmo capítulo apresentamos então o processo de formação do Comitê Regional do Sudoeste Paulista de Catadores, que nasce com o objetivo de levar informações e organizar os trabalhadores catadores em atividade nos municípios da região, procurando criar espaços para informar e debater, além da situação nacional do trabalhador como catador de resíduos recicláveis, as especificidades locais e temas nacionais como o desemprego e a legislação federal relativa aos resíduos sólidos. Atualmente fazem parte deste Comitê as Cooperativas de Assis, Presidente Prudente, Rancharia, Presidente Epitácio e as Associações de Catadores de Álvares Machado e Ourinhos. No entanto, as condições estruturais que estão sendo criadas e as ações a serem realizadas buscam envolver outros grupos organizados e não organizados, nesse processo.

Toda a imensa trama social e econômica que envolve o trabalho na reciclagem que apresentaremos no texto procura demonstrar o sentido que o trabalho de maneira geral assume sob o domínio do capital, que se resume em servir de meio para a própria reprodução capitalista.

Nesse sentido, a produção desse mesmo trabalho não objetiva a satisfação das necessidades dos que produzem, nem da sociedade de maneira mais ampla, tem como finalidade a produção de mercadorias que serão comercializadas e que, independentemente da forma como serão utilizadas ou desperdiçadas, já terão realizado no ato da sua compra o seu objetivo principal, que é estimular e acelerar as formas de consumo, e torna-se pedra fundamental para o capital.

O produto do trabalho transformado em mercadoria não pertence ao trabalhador e esse não se reconhece no resultado de seu trabalho. Portanto, o que dele será feito não lhe

interessa de imediato porque a força de trabalho empregada na produção dessas mercadorias também já não lhe pertencia mais. A venda dessa mercadoria, que é a sua própria energia viva, objetivava a obtenção de um rendimento para trocar por outras mercadorias para garantir a reprodução de sua própria vida. O trabalho sob o capital é então meio, e não manifestação, para garantir a vida. Trabalhar e viver são situações diferentes nessa lógica.

Como o resultado do trabalho não visa à satisfação primeira das necessidades dos homens e mulheres, mas a reprodução do capital, depois de garantido esse último objetivo, termina para o capital o sentido da mercadoria. Desta forma se ela será consumida ou desperdiçada não fará diferença.

Sob essa mesma lógica, o trabalho é duplamente desperdiçado: como trabalho morto, incorporado no que é desperdiçado, e como trabalho vivo, que mesmo cheio de potencialidades é dispensado pelo capital, não encontrando sentido para a sua aplicação fora desse sistema.

CAPÍTULO 1. A TERRITORIALIDADE DO TRABALHO DE CATAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS EM LIXÕES¹ DA UGRHI PONTAL DO PARANAPANEMA²

O trabalho de recuperação e separação dos resíduos sólidos recicláveis³, realizado pelos catadores visando à comercialização para a industrialização, se dá das mais diferentes formas nos municípios localizados na Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema⁴, Oeste do estado de São Paulo⁵ (Figura 1), compondo uma estrutura econômica complexa e que estende a sua territorialidade para além destas localidades.

Tal estrutura é composta em sua base pelos trabalhadores catadores, pelos compradores (intermediários, atravessadores que vão até os lixões, ou fazem aquisição do material junto aos catadores que atuam nas ruas das cidades), que por sua vez podem comercializar com outros intermediários de maior porte, com capacidade de estocagem e triagem, ou diretamente com as indústrias da reciclagem. Estas, por sua vez, compram os resíduos recicláveis de acordo com o tipo de material que lhes interessa processar.

¹ De acordo com o Instituto de Pesquisa Tecnológica (1995), o lixão é uma forma inadequada de disposição de resíduos sólidos, geralmente com a simples descarga sobre o solo, ou em locais sem manejo adequado, como por exemplo, sem a cobertura diária dos resíduos. Os lixões estão associados à presença de animais e de catadores no local. Assim, utilizaremos o termo lixão para os locais de aterro onde há catadores.

² A pesquisa de campo para o levantamento dos dados relativos aos trabalhadores catadores apresentados nesta, contou com o apoio de outros pesquisadores. Isso se tornou possível através de nossa participação no Projeto de Pesquisa realizado pelo Grupo de Pesquisa Gestão Ambiental e Dinâmica Sócioespacial (GADIS) intitulado “Educação Ambiental e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos na UGRHI – 22 – Pontal do Paranapanema”, realizado de agosto a Novembro de 2003. A mesma teve apoio do Comitê de Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema e Financiamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e foi coordenada pelo Prof. Dr. Antônio César Leal. O estudo apresentou como resultado final o diagnóstico sobre a situação geral dos resíduos sólidos urbanos gerados nos municípios da UGRHI – 22, coleta, transporte, tratamento e disposição. Os resultados do trabalho foram publicados em 2004. Durante esta pesquisa de campo percorremos todos os locais de aterro de lixo dos municípios, aplicando um questionário (anexo 1) junto aos catadores, visando ao levantamento de informações sobre a situação social e econômica desses trabalhadores e comércio dos recicláveis. Contamos ainda com o apoio do CEGeT, via o projeto financiado pela alínea Universal do CNPq, coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior.

³ São os resíduos compostos por materiais passíveis de serem recuperados para nova utilização. Esse tipo de resíduo é, em grande parte, formado pelas embalagens que envolvem produtos duráveis e não duráveis.

⁴ Esse recorte territorial, que foi a base do estudo anteriormente citado, também é utilizado pela CETESB na realização do Inventário Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo. Este estudo apresenta a situação dos serviços de limpeza urbana e dos locais de destinação final de resíduos sólidos urbanos nos municípios do estado de São Paulo. Os dados apresentados estão agrupados por Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI), que perfazem um total de 22 unidades.

⁵ A UGRHI - Pontal do Paranapanema (UGRHI-22), com 11.838 Km², está localizada no oeste do Estado de São Paulo e é formada por 26 municípios. De acordo com o Censo do IBGE (2000), a população aproximada é de 534.351 habitantes.

FIGURA 1 : Localização dos Municípios que compõem a UGRH - Pontal do Paranapanema

Estado de São Paulo - Divisão por UGRHI

LEGENDA
 - - - - - Limite municipal
 - - - - - Limite da UGRHI - 22

ESCALA 1:250.000
 2500 0 500 1000 1500 2000 m

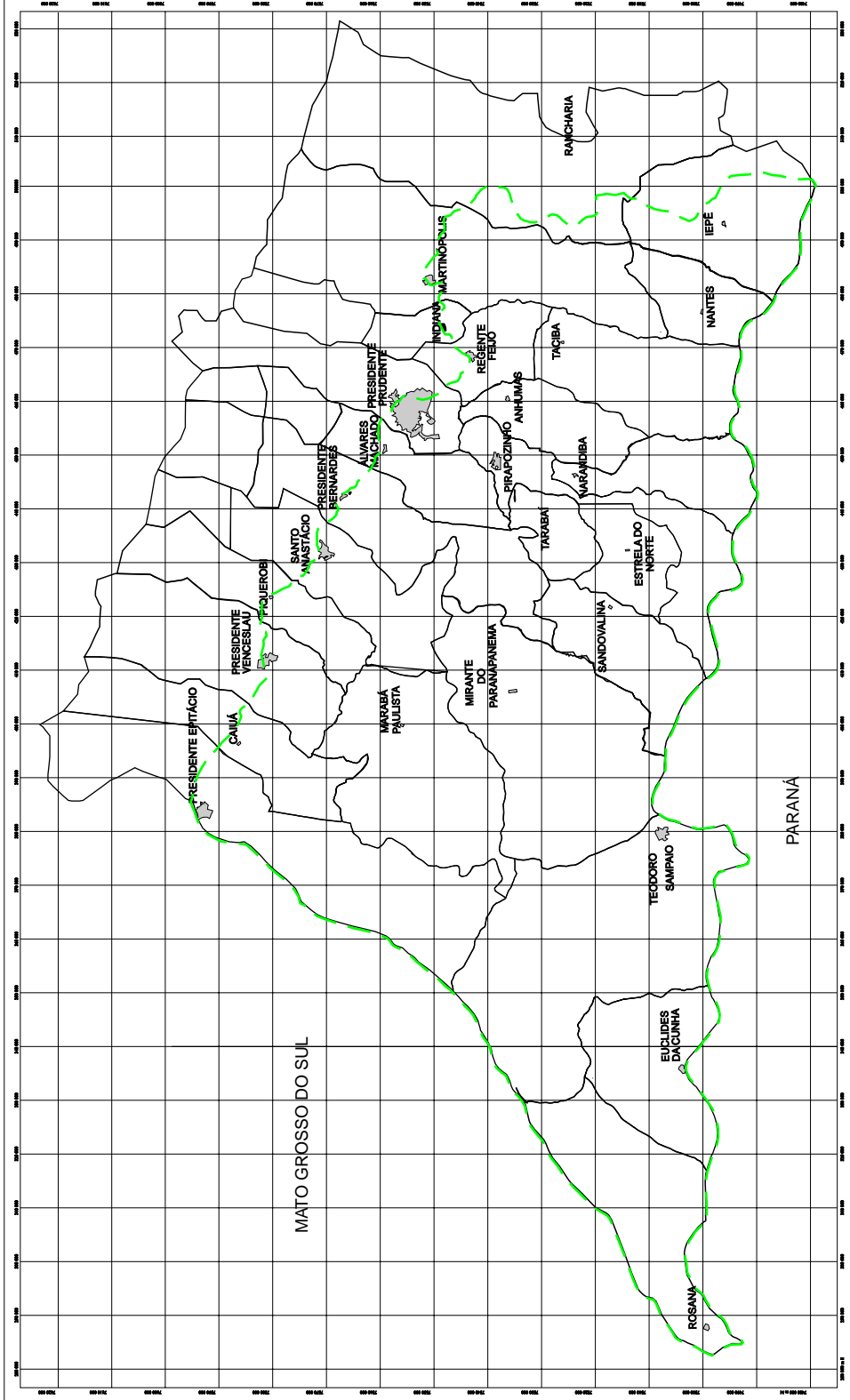
PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
 Datum vertical: Marégrafo, Imbituba - SC
 Datum horizontal: Córrego Alegre - MG

ORGANIZAÇÃO
 Marcelino Andrade Gonçalves

ORIENTAÇÃO
 Antônio Thomaz Junior

EDIÇÃO GRÁFICA
 Marcelino Andrade Gonçalves

Fonte
 UGRHI - PONTAL DO PARANAPANEMA
 Mapa Base - Escala: 1:250000 - Oswaldo Y. Iwasa, 1999.
 Cartas do IBGE 1:250.000, edições de 1979/80.
 atualizadas com base nas imagens de satélite (LANDSAT/IM5, 1997).
 Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), 1998.



Ao exercer o poder de compra final, as indústrias da reciclagem controlam toda essa estrutura e, portanto, acabam por definir os procedimentos adotados pelos agentes locais envolvidos com essa atividade, abarcando tanto os trabalhadores catadores como os atravessadores envolvidos.

Os empresários do setor industrial exercem esse controle pelo poder de compra, encontrando respaldo ideológico e legal na própria lógica social sob a qual toda sociedade está envolta e que fundamenta todo o sistema produtor de mercadorias. Esse controle varia de acordo com a escala de ação da empresa e o ramo em que atua. Em determinados setores como o da reciclagem de plásticos há uma maior fragmentação, onde várias empresas atuam. Já na siderurgia existe uma centralização, ou seja, poucas empresas operando nacionalmente.

Essa complexa trama social e econômica que envolve o resíduo reciclável assume uma territorialidade bastante diversificada no que diz respeito à organização e à exploração do trabalho dos catadores nos municípios localizados na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Pontal do Paranapanema-SP.

No entanto, essa diversificação não representa um processo caótico e sem direção; ao contrário, revela, nessas diferentes feições assumidas e que ganham territorialidade no Pontal do Paranapanema, as estratégias de reprodução do capital em um determinado circuito econômico, mais propriamente a reciclagem.

O trabalho na catação dos resíduos recicláveis nos lixões apresenta uma das faces mais perversas da organização da sociedade nessa viragem do século XXI. Ao garantir sob qualquer aspecto da vida humana a reprodução ampliada do capital, subjuga e eleva à máxima potência a exploração do trabalho, ou a super-exploração do trabalho, não conferindo outra razão para a vida aos que estejam a seu serviço, mesmo que em condições precárias.

A atividade na catação e na separação de resíduos recicláveis nos municípios da UGHRI Pontal do Paranapanema pode ser dividida em três formas, obedecendo à lógica de organização do trabalho. A mais conhecida é a dos trabalhadores catadores carrinheiros, que percorrem as ruas das cidades empurrando seus carrinhos de mão, e catando os resíduos de embalagens recicláveis para vendê-los aos comerciantes que fazem a intermediação e que têm seus depósitos no perímetro urbano. Esses catadores caminham pela cidade à procura de resíduos recicláveis, objetivando, ao encherem os seus carrinhos mais do que o volume, um peso que lhes garanta algum rendimento. Por isso, a

“preferência” na recolha do papel/papelão e dos metais, dispensando quase sempre as embalagens plásticas volumosas e com pequeno peso.

Os carrinheiros estão geralmente ligados aos donos dos depósitos pelo empréstimo da principal ferramenta de trabalho, o carrinho. Pela necessidade de ter o dinheiro e por não ter onde armazenar o que foi recolhido realizam a venda do que recolhem diariamente. (LEGASPE, 1996; GONÇALVES 2000)

Uma outra forma de trabalho na catação e separação dos resíduos recicláveis que ocupa um grande número de pessoas é aquela realizada diretamente nos lixões, que assume várias formas de organização e de execução na área de pesquisa. Essa organização depende da quantidade de trabalhadores envolvidos, da quantidade de resíduos gerados nos municípios, das ações ou do papel do poder público no processo de coleta, transporte e disposição⁶ dos resíduos sólidos nos locais de aterro. Incluem-se também outros agentes locais envolvidos, como por exemplo, os compradores/atravesadores que vão até o lixão, ou mesmo agentes dos órgãos de fiscalização municipais, regionais e/ou estaduais que fiscalizam os serviços ligados aos resíduos sólidos urbanos⁷.

Diferenciando-se dessas duas formas anteriores pela ordenação das ações de descarte e de coleta dos resíduos, está aquela realizada pelas Cooperativas e Associações de catadores, quando funcionam concomitantemente a um programa de descarte e coleta seletivos dos resíduos recicláveis. A principal diferença está no planejamento das ações de realização deste serviço de catação dentro das cidades. É importante destacar que as três diferentes formas de coleta dos resíduos recicláveis não se excluem, coexistem em alguns municípios. Em todas elas os trabalhadores buscam no lixo o que pode tornar-se uma mercadoria, ou seja, os resíduos recicláveis. A nossa pesquisa está voltada para a análise

⁶ Não utilizaremos nesse trabalho a expressão disposição final, pois, como afirma Logarrezzi (2004), não devemos considerar como etapa final do processo a disposição dos resíduos em forma de lixo em aterros e lixões. Mesmo após esse procedimento, os resíduos continuam a representar um importante potencial de problema.

⁷ O órgão delegado do Governo do estado de São Paulo para controle da poluição ambiental, que fiscaliza a situação de disposição de resíduos sólidos nos municípios é a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB). Este órgão pode autuar os municípios que não estejam enquadrados na lei, aplicando sanções e multas, na busca da adequação técnica e ambiental das instalações, seguidas de seu correspondente licenciamento ambiental. Para obter este licenciamento, as administrações municipais vêm tomando uma série de medidas para melhorar o seu índice de Qualidade de Aterros de Resíduos (IQR). O IQR segue, de acordo com as normas da CETESB, a seguinte variação de acordo com a pontuação: **0 a < 5** classifica o aterro como **Inadequado**; **6 a < 8** classifica o aterro como **Controlado**; **8 a < 10** classifica o aterro como **Adequado**. A presença dos catadores nos aterros é um item importante na definição dessa pontuação, puxando para baixo a nota a ser conferida ao município.

mais pormenorizada das duas últimas formas de trabalho na catação aqui citadas, ou seja, o trabalho nos lixões e aquele realizado pelas cooperativas e associações.

Para que possamos compreender o trabalho dos catadores é interessante que tenhamos claro uma diferenciação entre lixo e resíduos sólidos recicláveis, posto que, normalmente, utiliza-se da palavra lixo para definir todo tipo de resíduo gerado.

Os catadores, mesmo quando realizam o trabalho no local de disposição dos resíduos em estado sólido em geral, atuando diretamente sobre a massa total do lixo, procuram ali objetos compostos por materiais⁸ que, sendo a princípio descartados como inservíveis, podem ter suas qualidades físicas e químicas e, conseqüentemente, seu valor econômico recuperados. Não buscam o lixo. Logarezzi (2004, p. 224) define lixo como:

Aquilo que sobrou de uma atividade qualquer e que é descartado sem que seus valores (sociais, econômicos e ambientais) potenciais sejam preservados, incluindo não somente resíduos inservíveis, mas também, incorretamente do ponto de vista ambiental, resíduos reutilizáveis e recicláveis.

Assim, todo resíduo reciclável pode tornar-se lixo. No entanto, nem tudo o que compõe o lixo pode vir a ser reciclado na prática comercial. Desta maneira, além das potencialidades físicas e químicas daquilo que é rejeitado, o contexto social em que se insere e a ação desempenhada pelo gerador no momento do descarte podem torná-lo lixo ou um resíduo. O resíduo gerado pode, ao invés de ser desperdiçado como lixo, ser reciclado. Para Logarezzi (2004, p. 222):

...ao ser descartado um resíduo pode ter seu “status” de resíduo (que contém valores sociais, econômicos e ambientais) preservado, ao longo do que pode ser chamada de *rota dos resíduos*, a qual geralmente envolve descarte e coleta seletivos – terceiro R - reciclagem; caso contrário, um resíduo pode, por meio do descarte comum, virar lixo – nenhum dos 3R. A categoria dos resíduos é ampla e inclui os resíduos particulados dispersíveis, os gasosos, os líquidos, os esgotos etc, gerados nos mais diversos contextos, como domicílio, escola, comércio, indústria, hospital, serviços, construção civil, espaço público, meios de transporte, agricultura, pesca etc.

Assim, a atividade de catar e separar do lixo os resíduos recicláveis para a comercialização, executada por centenas de trabalhadores nos lixões do conjunto de

⁸ Para Logarezzi (2004), temos que atentar para o fato de que o resíduo, um objeto qualquer, pode ter o seu corpo formado por diferentes materiais. Uma garrafa plástica pode ter suas partes compostas por vários tipos de polietilenos, por exemplo, o corpo pode ser de Poli (tereftalato de etileno) ou PET, o rótulo de Polietileno de Baixa Densidade (PBD) e a tampa de Polietileno de Alta Densidade (PAD). Essa separação não é feita pelos catadores, que conhecem os diferentes materiais, não por seus nomes técnicos, mas geralmente pela consistência do material ou formato do objeto, daí as expressões como: plástico duro, plástico mole, papel fino, papel colorido, PET óleo.

municípios pesquisados, apesar de poder ser resumida genericamente como “catação de resíduos recicláveis”, guarda um amplo leque de determinações que ao se territorializarem manifestam, desde a paisagem, as diferenças existentes na combinação dos fatores de interesse dos agentes envolvidos no processo.

Por meio do Quadro 1 podemos notar as formas de organização do trabalho na catação e separação de resíduos recicláveis nos municípios pesquisados na UGRHI Pontal do Paranapanema.

QUADRO 1 - Formas de Organização do Trabalho dos Catadores nos Municípios do Pontal do Paranapanema – 2003

	Municípios	Organização do Trabalho
1	Álvares Machado	Trabalhadores no lixão/ Carrinheiros
2	Anhumas	Proibida a entrada no aterro/ Carrinheiros
3	Caiuá	Trabalhador no lixão
4	Estrela do Norte	Não há Trabalhadores catadores
5	Euclides da Cunha Paulista	Trabalhadores no lixão
6	Iepê	Trabalhadores no lixão/ Carrinheiros
7	Indiana	Proibida a entrada/ Carrinheiros
8	Marabá Paulista	Não há Trabalhadores/ Carrinheiros
9	Martinópolis	Usina de Triagem/ Carrinheiros
10	Mirante do Paranapanema	Trabalhadores no lixão
11	Nantes	Não há Trabalhadores
12	Narandiba	Proibida a entrada no aterro/ Carrinheiros
13	Piquerobi	Trabalhadores no lixão
14	Pirapozinho	Trabalhadores no lixão/ Carrinheiros
15	Presidente Bernardes	Usina de Triagem/ Carrinheiros
16	Presidente Epitácio	Associação de Catadores/ Carrinheiros
17	Presidente Prudente	Cooperativa/ Carrinheiros
		Trabalhadores no lixão
18	Presidente Venceslau	Trabalhadores no lixão/ Carrinheiros
19	Rancharia	Trabalhadores no lixão/ Carrinheiros
20	Regente Feijó	Trabalhadores no lixão/ Carrinheiros
21	Rosana	Proibida a entrada no aterro/ Carrinheiros
22	Sandovalina	Trabalhadores no lixão
23	Santo Anastácio	Proibida a entrada/ Carrinheiros
24	Taciba	Trabalhadores no lixão
25	Tarabai	Proibida a entrada no aterro/ Carrinheiros
26	Teodoro Sampaio	Trabalhadores no lixão/ Carrinheiros

Fonte: Trabalho de Campo. Março – Novembro de 2003

Org: Marcelino Andrade Gonçalves

Como podemos observar no Quadro 1, há municípios do Pontal do Paranapanema em que a separação dos resíduos é realizada por funcionários das Prefeituras, como acontece nas Usinas de Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos (Presidente Bernardes e Martinópolis), sendo que estas estruturas estão instaladas nas áreas de aterro.

Há ainda, municípios em que a entrada dos catadores nos locais de aterro dos resíduos sólidos domésticos foi proibida. Houve o cercamento dos locais de disposição destes a colocação de vigias, a fim de impedir a entrada nesses lugares dos catadores que ali atuavam (Quadro 1).

No período da realização do trabalho de campo, em dois municípios a atividade de triagem dos resíduos era realizada por trabalhadores organizados em Cooperativa ou em Associação. Essas organizações existentes no Pontal do Paranapanema, mais precisamente em Presidente Prudente e Presidente Epitácio⁹, contam com algum tipo de apoio das administrações públicas municipais e de vários outros segmentos da sociedade civil. Nos exemplos aqui citados elas estão associadas à instalação de um programa de coleta seletiva de resíduos sólidos nas áreas urbanas.

No entanto, na maioria dos municípios visitados foram encontrados trabalhadores catadores realizando suas atividades dentro dos lixões, sempre com o conhecimento das administrações municipais e em número bastante variável, guardando uma proporção direta com a quantidade de resíduos sólidos, sobretudo os de origem doméstica, gerados nos municípios e encaminhados aos locais reservados para a disposição: lixões e aterros.

Há também onze municípios em que não foram encontrados catadores nos aterros. Essa ausência em seis deles é resultado de uma situação de impedimento, em que a Prefeitura Municipal cerca o local e proíbe a entrada de pessoas não autorizadas. Em três não foram encontrados catadores, mesmo não havendo uma proibição explícita por parte das Prefeituras, nos dois restantes esse fato se deve a instalação de Usinas de Triagem e compostagem (ver Quadro I).

Os elementos aqui apresentados, que compõem a dinâmica que determina o trabalho da catação de resíduos recicláveis nos lixões da UGRHI Pontal do Paranapanema, acabam por comparecer com maior ou menor influência em outros municípios localizados nas demais Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, indicando a dimensão social e territorial do trabalho na catação (Figura 2).

De acordo com os dados apresentados pela CESTESB (2003), o trabalho da catação nos lixões ocorre na quase totalidade das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com exceção da Mantiqueira (UGRHI-1), atingindo um total de 3.674 catadores¹⁰ trabalhando nos lixões do estado, como podemos observar na Tabela 1.

⁹ Em 2004, foi formada a Associação dos catadores Lutando pela Vida, na cidade de Álvares Machado.

¹⁰ De acordo com a CETESB (2003), os dados apresentados são resultados das informações coletadas nas inspeções, por meio de um questionário padronizado.

FIGURA 2 - Número de Trabalhadores Catadores por Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo - 2002

LEGENDA

- Nenhum trabalhador em aterro
- De 1 a 50 Trabalhadores catadores
- De 51 a 150 Trabalhadores catadores
- De 151 a 250 Trabalhadores catadores
- De 251 a 350 Trabalhadores catadores
- Acima de 351 Trabalhadores catadores

ORGANIZAÇÃO
Marcelino Andrade Gonçalves

ORIENTAÇÃO
Antônio Thomaz Junior

EDIÇÃO GRÁFICA
Marcelino Andrade Gonçalves
Dezembro de 2003

FONTE

CETESB, São Paulo (Estado). Invenário de Resíduos Sólidos Domiciliares : Relatório 2002. São Paulo: CETESB, 2003

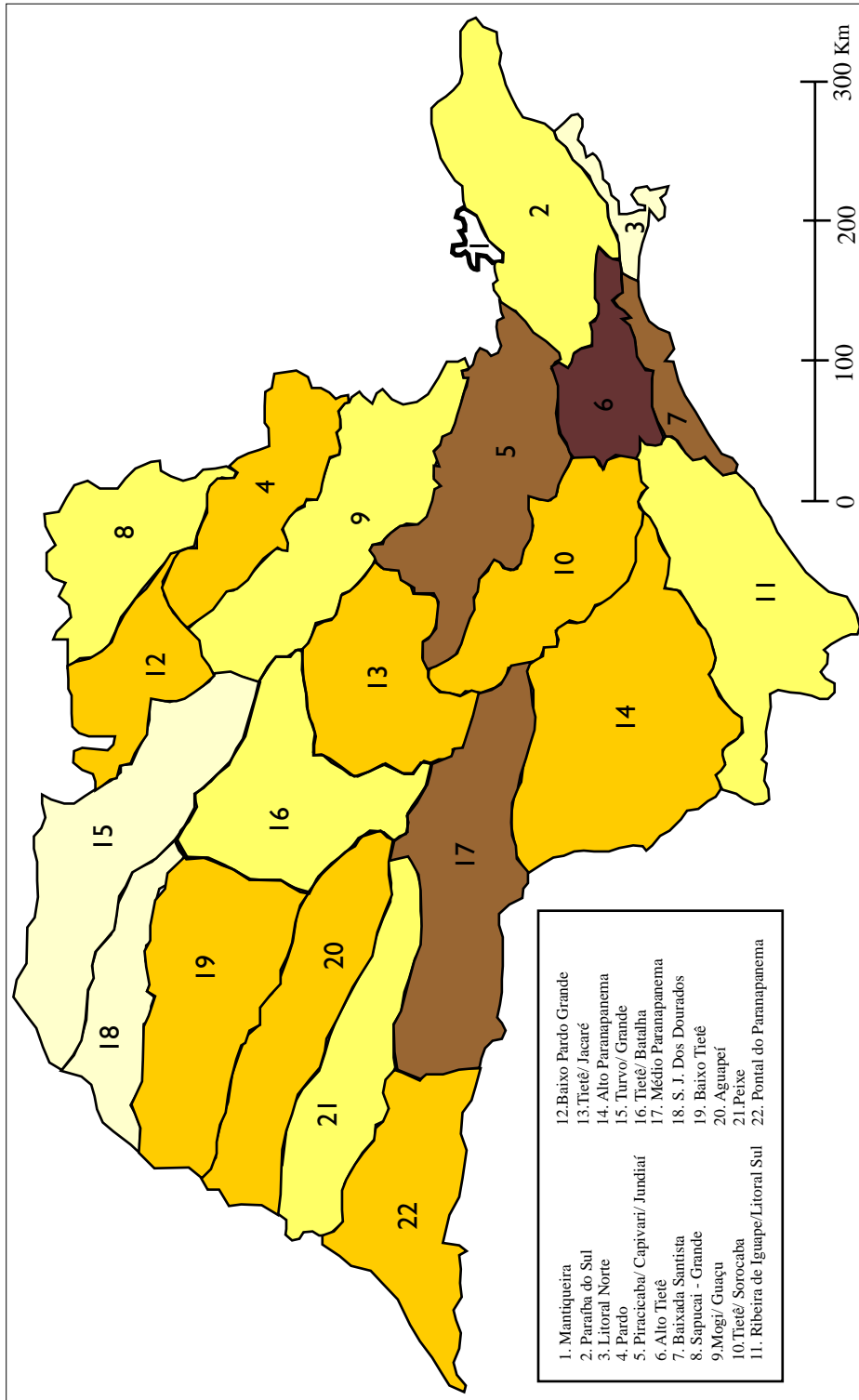


TABELA 1 - Número de Trabalhadores Catadores por UGRHI's do Estado de São Paulo – 2002

Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos	Número de Catadores nos Lixões	% Em relação ao total
Mantiqueira (UGRHI -1)	0	0
Paraíba do Sul (UGRHI -2)	110	2,99
Litoral Norte (UGRHI -3)	2	0,05
Pardo (UGRHI -4)	185	5,05
Piracicaba/ Capivari/ Jundiaí (UGRHI -5)	350	9,53
Alto Tietê (UGRHI -6)	598	16,28
Baixada Santista (UGRHI -7)	310	8,44
Sapucaí - Grande (UGRHI -8)	51	1,37
Mogi - Guaçu (UGRHI -9)	99	2,69
Tietê - Sorocaba (UGRHI -10)	154	4,19
Litoral Sul (UGRHI -11)	89	2,42
Baixo Pardo - Grande (UGRHI -12)	180	4,9
Tietê/ Jacaré (UGRHI -13)	124	3,37
Alto Paranapanema (UGRHI -14)	198	5,39
Turvo - Grande (UGRHI -15)	50	1,36
Tietê - Batalha (UGRHI -16)	69	1,87
Médio Paranapanema (UGRHI -17)	336	9,15
S.J. Dos Dourados (UGRHI -18)	22	0,6
Baixo Tietê (UGRHI -19)	173	4,71
Aguapei (UGRHI -20)	248	6,77
Peixe (UGRHI -21)	101	2,75
Pontal do Paranapanema (UGRHI -22)	225	6,12
TOTAL	3.674	100

Fonte: Inventário de Resíduos Domiciliares São Paulo: Cetesb, 2003
Org: Marcelino Andrade Gonçalves

Os dados apresentados apontam ainda para uma maior concentração de catadores na Unidade de Gerenciamento do Alto Tietê (UGRHI - 6), onde estão localizados cerca de 40 municípios, dentre eles a cidade de São Paulo, capital do estado. Somente na capital são geradas cerca de 13.000 toneladas de resíduos domiciliares por dia (CETESB, 2005).

As UGRHI's Piracicaba/Capivari/Jundiaí, Baixada Santista e do Médio Paranapanema, também apresentam um número relativamente maior de catadores nos lixões localizados nos municípios que as compõem, se comparadas às demais (Figura 2).

A Unidade de Gerenciamento da Mantiqueira (UGRHI 1, a menor de todo o estado), onde está localizada a cidade de Campos do Jordão é a única do estado em que não foram encontrados catadores nos locais de disposição de lixo (CETESB, 2003).

Já a UGRHI Pontal do Paranapanema, ocupava, do período do levantamento realizado pela CETESB, o sexto lugar em números de catadores no estado, ou seja, 225 catadores, perfazendo 6,12% do total encontrado. Aproximando-se, neste aspecto, a uma realidade que se avizinha àquela encontrada nas áreas em que se localizam cidades mais populosas, como por exemplo, na UGRHI 7, onde está Santos.

Ainda em número de catadores, o conjunto de municípios que forma a UGRHI Pontal do Paranapanema, está à frente de vários outros localizados também no interior do estado.

1.1 Trabalho nos lixões¹¹ dos municípios da UGRHI Pontal do Paranapanema

O trabalho na catação dos resíduos recicláveis nos lixões dos municípios localizados na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Pontal do Paranapanema (UGRHI – 22) reflete a complexidade e à heterogeneidade de suas múltiplas determinações, de maneira que apresenta, nos diferentes locais, características diversas. Algumas mais comuns às distintas localidades, como por exemplo, poderíamos destacar a forma de (des)organização do trabalho, e outras situações mais específicas, como a maneira de comercializar as mercadorias, numa combinação que gera no movimento um fenômeno bastante diverso.

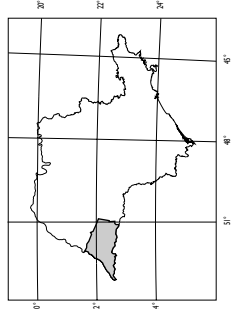
Essa combinação entre as diversas escalas de observação do fenômeno nos permite e nos obriga ao mesmo tempo a homogeneizar o conjunto das informações obtidas na pesquisa, a fim de evidenciarmos as especificidades que se expressam, para que não desapareçam ou sejam secundarizadas na análise de conjunto.

Em suma, o trabalho nos lixões, apesar de se apresentar à primeira vista como igual atividade nos diferentes lugares que conhecemos, guarda por de trás das aparências um amplo leque de combinações de situações sociais e históricas, que a nós se apresentam quando nos aproximamos e interagimos com o propósito de entender os arranjos territoriais assumidos. Em nossa pesquisa de campo encontramos trabalhadores catadores nos lixões de quinze municípios dos vinte e seis que compõem a área de estudos (Figura 3).

¹¹ De acordo com o IPT (1995, p.76), o lixão é uma forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos, que se caracteriza pela simples descarga sobre o solo. Associa-se aos lixões fatos altamente indesejáveis, como criação de porcos e existência dos catadores.

FIGURA 3 - Municípios onde há Trabalhadores Catadores em Lixões da UGRHI - Pontal do Paranapanema - SP - 2003

Estado de São Paulo



LEGENDA

- Limite municipal
- Limite da UGRHI - 22
- Trabalhadores Catadores em Lixões

ESCALA 1:250.000
 250 500 750 1000 1250 1500 1750 2000 m

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
 Datum vertical: Marégrafo Imbituba - SC
 Datum horizontal: Córrego Alegre - MG

ORGANIZAÇÃO
 Marcelino Andrade Gonçalves

ORIENTAÇÃO
 Antônio Thomaz Junior

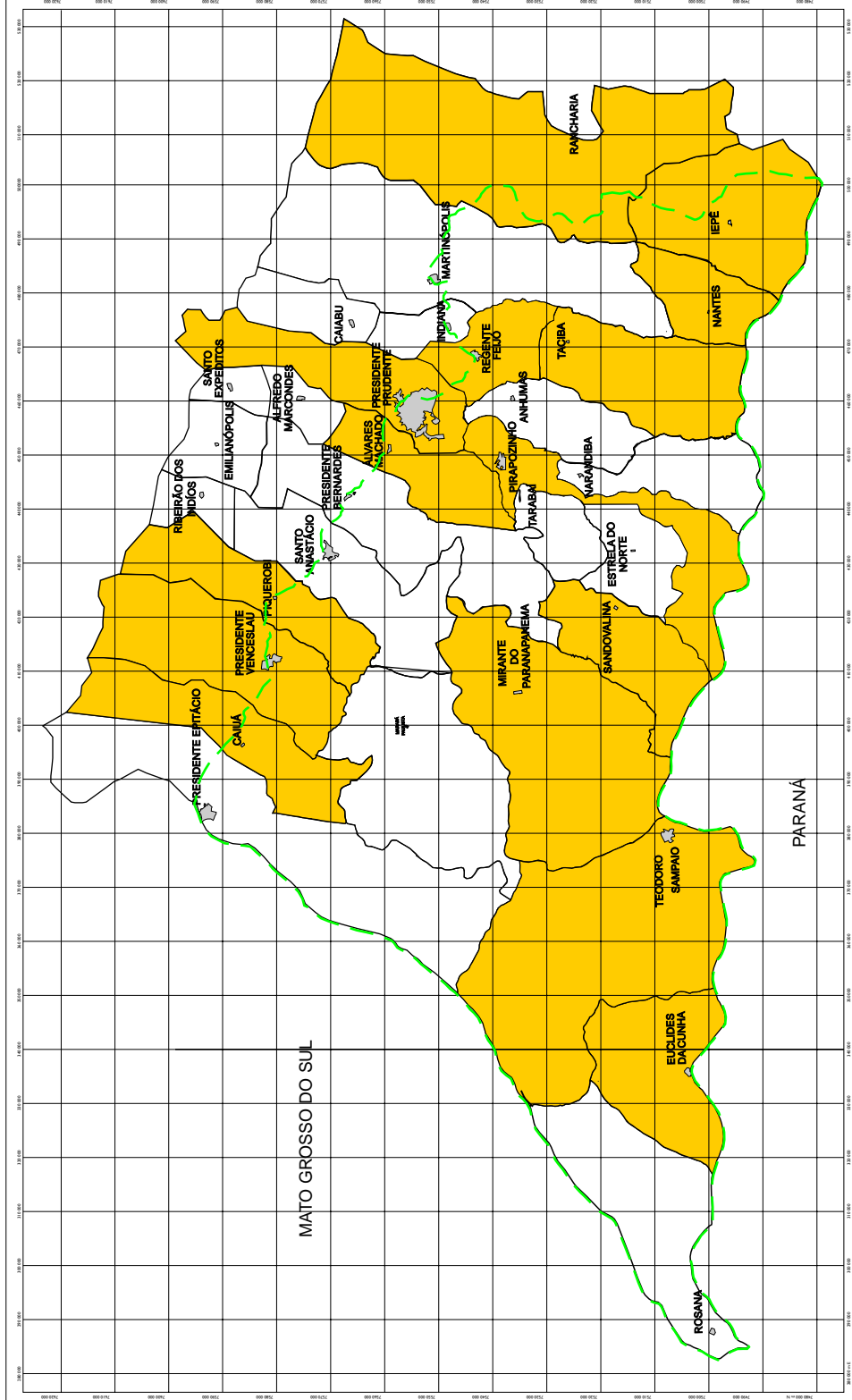
EDIÇÃO GRÁFICA
 Marcelino Andrade Gonçalves

Fonte

UGRHI - PONTAL DO PARANAPANEMA
 Mapa Base - Escala: 1:250.000 - Osvaldo Y. Iwasa, 1999.

Cartas do IBGE 1:250.000, edições de 1979/80.

atualizadas com base nas imagens de satélite (LANDSAT TM5, 1997).
 Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), 1998.



O trabalho dos catadores nestes lixões é executado quase sempre da mesma maneira. A atividade consiste em recuperar, dentre os detritos produzidos nos centros urbanos e levados pelos caminhões para os locais de aterro, os resíduos recicláveis que podem ser comercializados.

Nos casos estudados o que é recolhido pelos catadores é separado e encaminhado, vendido para os compradores/atravessadores (os sucateiros donos de depósitos na região), que posteriormente revendem para as indústrias da reciclagem.

Os trabalhadores catadores dos lixões, apesar de inclusos informalmente no circuito econômico dos resíduos recicláveis e da reciclagem de forma mais ampla, estão longe dos olhos daqueles que geram o lixo nos centros urbanos, ou seja, a maioria dos cidadãos desconhece esses lugares e nunca viu de perto como se realiza o trabalho de catação/garimpagem¹² em um lixão.

Distantes também do contato com empresários e das portas das indústrias recicladoras, que estão interessadas nas mercadorias e não na maneira como se dá o trabalho daqueles que as fazem chegar até as suas engrenagens. Mesmo sem a proximidade, controlam a escolha dos resíduos que devem ser retirados do lixo pelos catadores através da compra de materiais determinados.

Os resíduos recicláveis alvos da catação são compostos quase sempre dos mesmos materiais nos diferentes lixões, com especificidades em alguns locais, dependendo do mercado comprador. Dentre os principais resíduos que alimentam este circuito estão as embalagens, seja de papel branco ou colorido, ou de plásticos¹³ dos mais variados tipos, poli(tereftalato de etileno), PET), polietileno de baixa densidade (PEBD), polietileno de alta densidade (PEAD), poli (cloreto de vinila), (PVC), etc).

Os metais são também bastante procurados compondo o que se chama comumente de sucata, mas não são expressivos na composição do lixo que vai para os aterros, formado quase que majoritariamente por resíduos sólidos domésticos orgânicos. Como no caso do alumínio, material que atualmente compõe vários tipos de embalagens.

¹² Os próprios catadores que atuam nos lixões denominam a sua atividade como garimpagem. Uma alusão ao trabalho artesanal dos garimpeiros de jazidas de pedras preciosas. A semelhança está em ter como principal objetivo encontrar no meio do lixo materiais que tenham valor e possam ser comercializados.

¹³ Os objetos de plásticos são artefatos fabricados a partir de resinas (polímeros) sintéticas, derivadas do petróleo. O desafio atual enfrentando pelas prefeituras relacionado à disposição e confinamento do lixo, são as embalagens e objetos plásticos, que pela sua natureza física e química apresentam uma grande resistência ao processo de biodegradação.

As embalagens produzidas a partir dos diversos tipos de vidro, por não haver compradores interessados, são em alguns casos rejeitadas, assim como os objetos de madeira. Em alguns lixões os ossos de bovinos são separados para a venda.

A disputa por essas mercadorias por parte dos catadores começa já no momento de descarregamento do caminhão coletor de lixo, que antes mesmo de terminar as manobras necessárias para despejar o que transporta é cercado e “agarrado”, como se possível fosse assumir o controle da máquina em movimento, isso para chegar à frente e poder fazer a escolha dos resíduos que têm maior valor (Foto 1).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 1 – Trabalhadores catadores no lixão de Presidente Prudente (SP), 2004

São comuns os relatos por parte dos catadores, de acidentes, atropelamentos e contusões que acontecem, às vezes com gravidade. Além do perigo representado pelo caminhão, a disputa pelos resíduos e por eventuais objetos ainda em condições de uso pode levar a desentendimentos.

Essa situação não ocorre nos lixões onde há um pequeno número de trabalhadores, como é o caso da maior parte dos municípios visitados. Ai a “tomada” do caminhão de lixo não acontece de imediato, sendo que a procura pelas mercadorias só se inicia após o descarregamento e a saída do veículo do local.

Mas nesse trágico espetáculo em que seres humanos têm como única saída para continuar obtendo uma renda que lhes permita sobreviver minimamente, garimpar, vender, comer e misturar-se ao lixo produzido por outros seres humanos, por mais difícil que possa

parecer, ganha na atualidade grandes dimensões e, ao mesmo tempo, uma “invisibilidade” no tecido social construído pela sociedade do capital.

Alguns encontram motivos para comemorar situações decorrentes desse fato, como por exemplo, os altos índices de reciclagem atingidos pelos setores que recuperam alguns tipos de material no Brasil, produzindo certo sensacionalismo ambientalista, que camufla a realidade das condições econômicas e sociais sob as quais crescem esses indicadores, especialmente pelas condições de trabalho e de desrespeito à legislação trabalhista.

Esse fato explicita com todas as palavras e magnitude, a crueldade e a ação autodestrutiva assumida pela sociedade do capital fundada na lógica do sistema produtor de mercadorias, colocando em questão a positividade de tudo que se possa considerar como avanço alcançado para o bem comum desta mesma sociedade e a sua capacidade de continuar fazendo-se humana. Ao descrever a situação dos trabalhadores catadores, Moura (1997, p.18), adverte que essa é uma situação que também nos atinge:

Verdaderos hombres-basura que viven dentro de sumideros y se alimentan de despojos en los vertederos municipales, en un descenso a las más negras profundidades del asco y de la inhumanidad, ilustran lo cotidiano de todas las ciudades del planeta y hacen de cada nuevo éxito científico, económico, cultural o personal, un detalle patético en el escenario de una crisis irremediable. [...] En esa celebrada incapacidad de solucionar la deshumanidad vigente, todos nosotros, cada uno a su manera, nos vamos transformando en hombres-basura. En la pérdida de lá última condición de la existencia que nos hace humanos.

No entanto, não há muito tempo para se pensar no que poderia ter sido. Quando chega o caminhão de lixo, a agilidade para recolher mais e o melhor pode significar a diferença entre comer e não comer. Desta forma, a busca pelo material tem como primeiro passo a captura dos sacos e sacolas que chegam. Essas embalagens são rasgadas pelos catadores que observam o seu conteúdo e definem se é interessante apropriar-se do que é ali encontrado.

Alguns catadores utilizam para isso um gancho, que permite rasgar e vasculhar o interior dos sacos de lixo sem precisar introduzir a própria mão para retirar o que possa interessar. Outros levam amarrada, à cintura ou no braço, uma embalagem que servirá para o armazenamento do que for coletado. Mas, na maior parte do tempo o único instrumento utilizado são as mãos: o único meio de realização da atividade que ainda lhes pertence de fato.

O ato de rasgar os sacos e retirar o resíduo ou o objeto que lhe interessa tem que ser realizado com rapidez, pois nos lixões, onde é disposto um grande volume de lixo, a

máquina compactadora que realiza o espalhamento deste para posterior aterramento está sempre pronta para cumprir a sua função, esteja terminado ou não o trabalho de “garimpagem”. Esse fato gera muitas vezes conflitos entre os catadores e os maquinistas funcionários das prefeituras, que dizem ter atraso no trabalho se forem esperar que os catadores recolham o que lhes interessa (Foto 2).

A verdade é que as máquinas, caminhões e pás carregadeiras e seus condutores, são as únicas presenças constantes nos lixões que podem nos levar a crer na existência do poder público instituído, em seus mais diferentes extratos hierárquicos.



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves
Foto 2 – Trabalhadores realizando a catação ao mesmo tempo em que a máquina realiza a compactação do lixo em Presidente Prudente (SP), 2004

A presença do poder público nos lixões tem por objetivo desempenhar um papel organizador do processo de aterramento de lixo, ou seja, busca organizar minimamente o que está tecnicamente fora de controle, já que nestes locais não se obedecem às normas técnicas básicas para o controle da poluição. Para tanto, os funcionários que manobram as máquinas devem manter um aspecto de controle da situação, espalhando o lixo e o cobrindo com terra, não deixando que permaneça a céu aberto, sem criar problemas na relação com os catadores.

A solução para o conflito das atividades dos maquinistas e dos catadores, em Presidente Prudente, por exemplo, fica por conta do funcionário da Prefeitura Municipal.

Este tem que cumprir as ordens, mas também deve tomar o cuidado de não entrar em desentendimento com aqueles¹⁴.

Os desentendimentos não são uma constante em todos os lixões. No Município de Caiuá, por exemplo, há apenas um catador realizando o trabalho no lixão, o Senhor Manuel Nunes, 40, que está há quatro anos trabalhando no local. Indagado sobre possíveis conflitos, nos informou que conhece todos da Prefeitura e tem ordens para colaborar com o trabalho realizado pelo trator e pelo caminhão, dando orientações para os funcionários sobre onde e como depositar o lixo. De acordo com o senhor Manuel, em entrevista realizada dia 27 de maio de 2003:

Aqui ninguém atrapalha ninguém. Eles fazem o serviço deles e eu faço o meu. Eu ajudo eles e eles me ajudam. Não deixo entrar criança. Não deixo pega fogo e eles deixam eu tirar o material antes de aterrar o lixo.

A situação que encontramos em Caiuá-SP guarda semelhança com a que ocorre no Município de Sandovalina. O trabalhador catador informou, em entrevista realizada no dia 18 de Julho de 2003, que tem permissão do próprio Prefeito para realizar o trabalho de separação dos resíduos recicláveis e que colabora com a administração Municipal, contribuindo para que os animais não fiquem no local. Nas palavras do senhor Valdelício, 63 anos:

Tenho um acordo com a Prefeitura. Eu cuido do lugar e a Prefeitura deixa eu trabalhar. Eu também cato o material que sai voando por aí, não deixo os saquinhos espalhados voarem para as propriedades vizinhas, se não os bicho come e pode até morrer.

Uma outra situação de “colaboração” entre catadores e Prefeitura Municipal acontece também nos lixões onde o aterramento não é feito a todo o momento, podendo o lixo ficar a céu aberto por um dia, ou por vários. Nesses lixões os próprios trabalhadores catadores acabam por realizar o espalhamento do lixo trazido pelos caminhões nas valas (Foto 3).

A troca de favores que acontece entre os poderes públicos de alguns municípios do Pontal do Paranapanema (SP) e os catadores revela outra face perversa da situação em que estão inseridos estes trabalhadores, que para terem acesso ao resíduo que pode ser

¹⁴ De acordo com o senhor Valdir Rotta, responsável pela coleta e aterro de lixo em Presidente Prudente, os conflitos entre catadores e maquinistas têm sido motivo de algumas trocas de funcionários, que sofrem ameaças de agressão física pelos catadores. Segundo a senhora Maria Avelino da Silva, catadora de 62 anos, os maquinistas não ligam para o trabalho dos catadores, tratando-os com desprezo. “Às vezes eles quase atropelam a gente: tem que sair da frente, aqui gente é igual cachorro”.

reciclado e que foi recolhido como lixo nas residências, têm ainda que dar a retribuição para justificar a sua presença no local de aterro, contrariando a legislação vigente, já que pela lei é vedada a presença de seres humanos dentro dos locais de disposição dos resíduos.



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 3 - Trabalhadores no lixão de Pirapozinho (SP), 2003

Assim, nesses casos, os trabalhadores que enfrentam uma situação de extrema precariedade de trabalho e de vida nos lixões, têm ainda que se preocupar em desenvolver outras atividades como sua guarda e organização. Exercem a função de manejo do local, orientando os condutores das máquinas no momento de abrir valas e aterrar o lixo, coletando os sacos plásticos que são levados pelo vento para propriedades vizinhas, passando a ter como suas essas tarefas complementares.

O fato é que, na troca de gentilezas, as administrações municipais também exploram a força de trabalho do catador, todavia, por meio de um pseudo-acordo de cavalheiros, o que não implica em nenhum tipo de remuneração, tampouco vínculo institucional.

As prefeituras têm com essa conduta um ganho elevado com as atividades desenvolvidas pelos catadores, sem nenhum custo adicional, pois, além de colaborarem na organização dos lixões, os catadores retiram de dentro das valas as embalagens que ocupariam a maior parte do espaço destinado ao aterro, aumentando a vida útil da área, o que a longo prazo diminui o gasto das Prefeituras com a aquisição de terrenos para essa finalidade. De acordo com Calderoni (2003, p.296 -297):

A cada tonelada de recicláveis desviada da corrente de lixo, há uma economia de 16,12m³ de aterro, volume no qual é possível dispor cinco toneladas de lixo Orgânico.

E ainda:

Adia também o início de uma nova fase, em que o patamar de custos será necessariamente mais elevado, pois as áreas para aterros serão mais caras e mais distantes e o custo de transporte, por conseguinte maior.

Apesar de todos os benefícios diretos e indiretos para as prefeituras, a atividade dos catadores aparece nesse cenário como um empecilho, colocando os trabalhadores numa condição de aceitar as regras para obter o “favor” de poder trabalhar nos lixões, sem que lhes sejam concedidos quaisquer benefícios que amenizem o sofrimento, que lhes dêem melhores ou mínimas condições de trabalho, levando-se em conta que não nos parece possível tornar aceitável o trabalho dentro dos lixões.

Os catadores aparecem como um elemento estranho ao serviço público de coleta de resíduos sólidos urbanos domésticos regular, não havendo nenhum tipo de obrigação das administrações municipais para com eles. No entanto, eles desempenham um papel importantíssimo para a limpeza pública nos lixões ou nas ruas, sem qualquer tipo de reconhecimento institucional, abrindo espaço para ações que os aviltam ainda mais, ou os colocam em condição de receber doações e caridades pela prestação de seu serviço.

Um indicativo desse descaso está no fato de que a maioria dos trabalhadores entrevistados nos lixões da área pesquisada não participa de nenhum tipo de programa assistencial das respectivas prefeituras. Os que foram inseridos em projetos assistenciais estão ligados a programas sociais estaduais ou federais, como o bolsa escola e bolsa família. No entanto, dentre todas as condições e situações encontradas e que demonstram as várias formas estabelecidas de relação entre os catadores e as Prefeituras Municipais no Pontal do Paranapanema, uma nos pareceu bastante peculiar, a que encontramos no município de Pirapozinho (SP). A Prefeitura, segundo os catadores, na tentativa de estabelecer algum controle no lixão, firmou um acordo verbal com os trabalhadores catadores, estabelecendo que para continuarem a realizar o trabalho no local de aterro, deveriam cumprir algumas tarefas, como as que aqui já foram apresentadas: impedir entrada de menores, de animais e recolher o material dispersado, etc.

No acordo está acertado que não é permitida a entrada de novos catadores para realizar a catação dos resíduos recicláveis no local. O não cumprimento dessa regra poderia implicar na retirada de todos e o fechamento do lixão para atividade.

Após o cadastramento¹⁵ e como forma de autorização para “trabalharem e cuidarem” do local, foi distribuído pela Prefeitura um crachá de identificação (Foto 4).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 4 - Identificação dos catadores no lixão de Pirapozinho (SP), 2003

O crachá exibido pelos catadores do lixão de Pirapozinho (SP) indica a realização da coleta seletiva, o que evidentemente não ocorre, pois ela é realizada diretamente no lixão, sem que haja nenhum tipo de separação prévia.

É claro que a catação é feita de maneira a selecionar o que se pode comercializar o que não é comercializável, havendo aí uma escolha, uma seleção no lixo. Porém, estando muito distante do que se pode entender tecnicamente como um programa de coleta seletiva, que tem como um dos fundamentos básicos não encaminhar os resíduos recicláveis ou reaproveitáveis para os lixões e não mistura-los a resíduos sólidos orgânicos também gerados nos domicílios, o que não acontece no caso aqui mencionado.

Os trabalhadores envolvidos na catação nos lixões da área de pesquisa não utilizam nenhuma proteção apropriada na lida com o material. As que existem são improvisadas, em consonância com as possibilidades e com os objetos encontrados com mais frequência.

¹⁵ O cadastramento teve como objetivo, de acordo com o Sr. João Degair Favareto (engenheiro sanitário), integrar os catadores ao Programa de Renda Mínima, além de oferecer mensalmente para cada catador cadastrado uma cesta básica proveniente de doações dos moradores da cidade.

A calça, a camisa de manga comprida, o boné, o chapéu ou lenço na cabeça, são na maior parte dos casos, tudo do que podem dispor para protegerem-se do sol escaldante e da perturbação causada pelas moscas, que são um transtorno para aqueles que não estão habituados.

Desta forma, a impossibilidade de obter equipamentos que garantam a mínima proteção na realização do trabalho faz com que um par de luvas encontrado no meio do lixo, ou mesmo uma peça de roupa, venham a ser utilizados.

Uma camisa, por exemplo, pode tornar-se, ao ser enrolada em torno do rosto, uma máscara que ameniza o mau cheiro. Apesar disso, nenhum desses aparatos improvisados impede a ocorrência de acidentes. De acordo com os relatos dos catadores, o mais comum é o corte nas mãos e nos braços, ou mesmo perfurações por objetos pontiagudos e outros materiais cortantes que provocam ferimentos, alcançando diferentes níveis de gravidade.

Apesar de estarem expostos a uma série de elementos contaminantes existentes nestes locais, os trabalhadores sempre afirmam nas conversas informais, ou nas entrevistas, que não há perigo de sofrerem contaminações (o perigo seria o de ferirem-se) e que nunca tiveram doenças relacionadas ao trabalho no lixo, havendo em geral a preocupação em não abordar esta questão.

Em entrevista realizada no dia 20 de agosto de 2003, com o Senhor José Elias de Souza, o “Careca”, 46, catador há 32 anos em Presidente Prudente, quando questionado sobre se já havia visto, durante todo seu tempo de trabalho nos lixões, problemas de saúde com os catadores, disse-nos que:

Não, nunca vi doença pegando aqui no lixo. Inclusive, certa feita, teve uma assistente social, isso tá com uns vinte três anos, ela chegou no lixão com uma lista de pessoa que tinha contraído doença no lixão e alguns tinha morrido e meu nome tava lá, como morto. E as pessoas tava tudo trabalhando lá. Foi o meu nome, o nome da minha tia Carmem, o nome da minha tia Rosa, o nome do meu primo Neno. Alguns deles tudo como morto. E por que fizeram isso? Para colocar medo em nós aqui com nós mesmo, para se ver livre de nós, não souberam planejá né. Eu nunca fico doente, foi por isso que eu parei de pagar INPS e eu trabalho aqui a trinta e dois anos.

No entanto, apesar da negativa dos trabalhadores, o que pudemos observar em vários casos foram manchas de pele, geralmente nos braços e pescoço, o que pode indicar em casos não muito graves a ação parasitária de fungos, conhecida usualmente por micose. As mãos, por serem o principal instrumento de trabalho e estarem sempre expostas ao

contato direto com todo tipo, imaginável e inimaginável de resíduos, são alvos frequentes dos acidentes e também das doenças (Foto 5).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 5 – Inflamação nos dedos das mãos de uma catadora do lixão de Presidente Prudente (SP), 2004

Além das condições aqui mencionadas, que já são bastante difíceis, em nenhum dos lixões visitados havia infra-estrutura mínima que pudesse colaborar para a amenização das duras condições enfrentadas por esses trabalhadores. Em todos aqueles que percorremos não havia, por exemplo, um local onde se pudesse recorrer para a satisfação de necessidades fisiológicas, para tomar água, ou para abrigar-se por conta das altas temperaturas. Para Rafael Tragino, 20 anos, catador há três meses no lixão de Álvares Machado, a questão da falta dessas infra-estruturas se resolve da seguinte forma:

A água eu trago de casa, a comida também, na marmita. Agora, para outras coisas tem que acostumar o corpo, mas se não tiver jeito tem que correr para mato. (Entrevista realizada em 16/07/2003)

As únicas construções encontradas para que os catadores façam uso nos lixões são aquelas feitas por eles mesmos, que têm como finalidade acumular o material coletado ou servir de proteção em alguns momentos do dia em que o sol torna-se insuportável, ou o cansaço impede o corpo “acostumado” a continuar desempenhando o trabalho. Em alguns casos os pequenos barracos passam a ser uma moradia temporária, utilizada durante alguns dias da semana (Foto 6).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 6 – Material acumulado ao lado de um barraco construído no lixão de Teodoro Sampaio (SP), 2003

Os pequenos barracos são construídos a partir do material encontrado também no lixão. São pedaços de madeira, de plástico, junto a todo e qualquer tipo de artefato que possa servir para levantar e dar sustentação a uma pequena estrutura, que pode ser desmontada de acordo com a necessidade da localização. Assim, os barracos nunca estão muito distantes do local de aterro do lixo.

Esses abrigos servem para protegerem-se da chuva e do sol, mas o ritmo de trabalho raramente permite essa regalia. Mesmo tendo a “possibilidade de escolher” entre continuar ou parar a catação em alguns momentos do dia, isso não acontece. Ficar sem catar é certeza de ganhar menos dinheiro e de sofrer todas as complicações decorrentes disso. Na catação a força, o ritmo e a agilidade são fatores importantes para obtenção de um ganho maior. A velocidade e a quantidade de horas trabalhadas são estabelecidas pelo fluxo dos caminhões e pela quantidade de lixo que trazem. Um tempo que nem todos, sobretudo os mais velhos, têm força para acompanhar.

Após a realização da catação dos resíduos recicláveis comercializáveis, os catadores fazem uma separação inicial das embalagens e dos objetos de acordo com suas características físicas, levando em conta os materiais predominantes. O que foi selecionado é então acomodado em embalagens (sacolas, sacos, “*bag's*”) retiradas do meio do lixo ou em recipientes emprestados pelos compradores atravessadores. Caso o material esteja

pronto para a venda e não haja sacolas suficientes ele será simplesmente amontoado próximo aos barracos, permanecendo ali até o momento da venda.

1.1.1 Os Catadores

As condições e o trabalho na catação até agora descritos fazem parte e são os pontos básicos de todo o circuito econômico e social da reciclagem dos resíduos, um trabalho realizado por pessoas que não encontraram outro meio de prover a subsistência.

No entanto, sabemos que as amarras e as várias formas de coerção social e econômica existentes na sociedade do capital obrigam aqueles que têm como único meio para assegurar a sua sobrevivência a venda da sua força de trabalho a se sujeitarem às condições extremamente precarizadas e destrutivas, estando dentro ou fora do mercado formal de trabalho.

A necessidade de encontrar um comprador para sua força de trabalho, tida como condição natural na sociedade do capital, aparece então como a única coisa a se fazer, pois ficar fora desse mercado, como acontece com os catadores, é ser excluído das relações de trabalho assalariadas, é ter a vida dificultada, ou mesmo ser privado das condições mínimas de sobrevivência. É ser colocado à margem, é converter-se, do ponto de vista do sistema produtor de mercadorias, em coisa inútil, sem valor (ANTUNES, 1998).

Mesmo com toda a radicalidade, que pode ser expressa, ao nosso ver, pelo trabalho no lixo, esta condição de crescente precarização do trabalho e de desemprego não tem apontado para a classe trabalhadora em geral a possibilidade da organização e emancipação do sistema do capital. Embora sendo colocados à margem da sociedade do trabalho e vivendo a despossessão em toda a sua plenitude, os trabalhadores desempregados e os precarizados afirmam-na, embora não reneguem a lógica que os leva a esta condição. De acordo com Thomaz Júnior (2002, p.18):

Como resultado das transformações e metamorfoses que recobrem o mundo do trabalho, sinteticamente referido pela subproletarização e pelo desemprego – especialmente pela pequena distância existente entre ambos – podemos afirmar que os desdobramentos para o universo simbólico dos trabalhadores e particularmente dos desempregados são seriamente afetados. Esse assunto é central, pois, na prática, os trabalhadores desempregados são proletários que vivem a radicalidade da despossessão, no entanto a fragilidade dessa radicalidade se expressa no fato de que a partir da sua exclusão da ordem do capital, são incapazes de articular um movimento emancipatório para além do capital. Os trabalhadores desempregados afirmam a sociedade do trabalho, mesmo sendo a materialização da negação do trabalho (empregado).

Assim, não resta outra alternativa àqueles que são “rejeitados” pelo mercado formal, buscar a sobrevivência realizando de alguma forma a auto-exploração ou a venda da sua força de trabalho. Daí a expansão do contingente de trabalhadores terceirizados, informais e com contratos precários. Para Bernardo (2000 p.83):

Os desempregados a longo prazo só conseguem voltar a encontrar trabalho em profissões sem estabilidade de emprego nem seguridade social. No melhor dos casos poderão laborar no quadro da terceirização. De resto, irão alimentar a economia informal, enquanto trabalhadores eventuais nas tarefas mais rudes, e poderão constituir uma mão-de-obra para o crime organizado.

A energia do trabalhador deverá converter-se a qualquer custo e de qualquer forma em coisa útil para reprodução do próprio sistema que o renega. Entretanto, esta procura deve se dar dentro das regras morais e éticas estabelecidas e legitimadas e que socialmente justificam a própria lógica que os massacra, o respeito às leis e à propriedade privada.

É neste contexto histórico-social que parte dos trabalhadores desempregados, geralmente por um longo período e já sem esperança de encontrar um novo emprego, se colocam na catação dos resíduos recicláveis nos lixões. Para Bihl (1998, p.86):

A experiência mostra enfim que, passado certo tempo, o desemprego provoca verdadeiros fenômenos de exclusão e de auto-exclusão em relação ao mercado de trabalho, ainda que seja simplesmente pelo fato da desvalorização de uma qualificação profissional já fraca inicialmente. Os desempregados de longa duração são assim progressivamente encerrados em um verdadeiro gueto social e institucional.

A catação, mais do que uma atividade que lhes garanta alguma remuneração, é para os trabalhadores a única forma que resta para garantir sua sobrevivência e a de sua família dentro de uma lógica considerada socialmente como honesta, ou seja, a do trabalho. De todo modo, sua busca do trabalho no lixo, tido como honesta, é um esforço não reconhecido. Além de mal remunerado este tipo de atividade é socialmente considerada execrável, desenvolvendo-se à margem das regras sociais básicas estabelecidas, ao descaso dos poderes públicos, embora não sendo por este desconhecido.

Atuando nesse gueto, os catadores constroem suas próprias regras. A entrada ou a saída dos lixões, por exemplo, não está geralmente sob nenhum tipo de controle externo. Na maioria dos casos a permanência no trabalho da catação está diretamente ligada à necessidade de ter uma atividade remunerada, e a cada um cabe responsabilizar-se pela guarda dos resíduos que recolhem com sua lavra, e forçar-se ao máximo desempenho, sem se preocupar se há novos concorrentes.

Desta forma, o aumento do número de catadores em um determinado lixão sem a ampliação proporcional da quantidade de resíduos que possam ser coletados e comercializados levará à diminuição do ganho esperado por cada um do conjunto dos catadores, o que, em tese, desestimulará alguns à permanência na atividade. Porém, essa lógica não se aplica para todos os casos da mesma maneira. Dado o nível de infortúnio e a impossibilidade de encontrar trabalho, o ganho considerado mínimo pode ser insuficiente para manter a sobrevivência, que se garante através de outros meios de auxílio, seja da própria família ou de grupos assistenciais.

O rendimento também pode diminuir a partir da queda dos preços no mercado consumidor, que em geral são ditados pela indústria da reciclagem nos diferentes setores.

O principal elemento mercadológico que determina o ritmo do trabalho no lixão é ter quem compre o que foi recolhido. A presença e a quantidade dos resíduos que podem ser reciclados na massa total do lixo também servem de estímulo, mas enfim, a possibilidade de comercializar e obter um ganho é o principal objetivo dos catadores.

Assim, nos municípios localizados na UGRHI Pontal do Paranapanema, a quantidade de catadores presentes nos lixões varia bastante de um para outro. Além dela quantidade, temos que considerar também os tipos de materiais que compõem os resíduos gerados e que vão para o local de disposição. No entanto, as condições socioeconômicas específicas de cada município como por exemplo, o desemprego, precisam também ser consideradas.

Temos ainda, a interferência de agentes como o Estado, ou da sociedade civil organizada, que podem influenciar diretamente nesta situação, seja proibindo a entrada no lixão, como em alguns casos acontece, seja colaborando na organização dos trabalhadores catadores por meio das associações e cooperativas ligadas a programas de coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis domiciliares. Essas ações bastante diferentes entre si, tendem a alcançar o mesmo objetivo, que é a eliminação do trabalho nos locais de disposição dos resíduos. Ambas são de difícil aplicação, pois impedir a entrada ou colaborar na organização, tornam-se ações complicadas à medida que o número de catadores envolvidos é grande e tende a aumentar, posto não haver sinais que indiquem o controle ou mudança imediata na estrutura totalizante de organização e controle do metabolismo social do capital e sua lógica destrutiva. Para Antunes (1999, p.23):

Por ser um sistema que não tem limites para sua expansão (ao contrário dos modos de organização societal anteriores, que buscavam em alguma medida o atendimento das necessidades

sociais), o sistema de metabolismo social do capital configurou-se como sistema, em última instância, ontologicamente incontrolável.

As ações citadas tendem a “solucionar” momentaneamente a manifestação do problema, que é o trabalho com o lixo, porém sem atingir os elementos que compõem o processo social que gera a situação combatida. É como resultado de um processo excludente, que os catadores buscam e podem ser encontrados na maior parte dos locais de aterro de lixo localizados na UGRHI -22.

A quantidade de catadores presentes em cada um dos lixões, no período da pesquisa apresentou-se bastante variável, a menor correspondeu a um. Já a maior concentração de catadores está localizada no lixão de Presidente Prudente¹⁶ (Tabela 2).

TABELA 2 - Número de Catadores em Locais de Disposição de Resíduos nos Anos de 2002 e 2003 nos Municípios da UGRHI - Pontal do Paranapanema (SP)

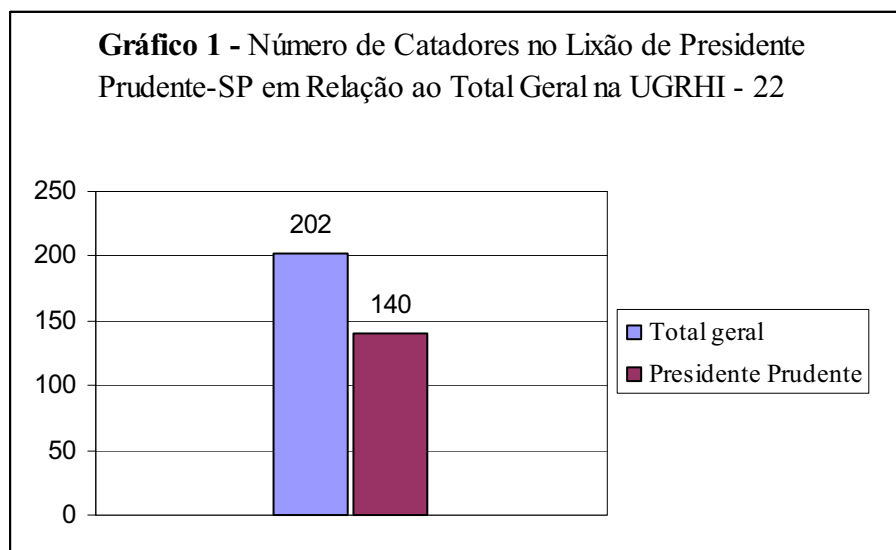
Municípios do	Catadores em lixões – 2002 ¹	Catadores em lixões – 2003 ²	Nº de questionários aplicados
Álvares Machado	7	10	5
Anhumas	10	0	-
Caiuá	1	1	1
Estrela do Norte	1	0	-
Euclides da Cunha	1	2	2
Iepê	0	4	3
Indiana	6	0	-
Marabá Paulista	0	0	-
Martinópolis	3	0	-
Mirante	2	6	5
Nantes	0	0	-
Narandiba	10	0	-
Piquerobi	0	2	2
Pirapozinho	0	16	10
Presidente Bernardes	0	0	-
Presidente Epitácio	0	0	-
Presidente Prudente	150	140	100
Presidente Venceslau	5	8	6
Rancharia	4	2	2
Regente Feijó	2	8	5
Rosana	0	0	-
Sandovalina	2	1	1
Santo Anastácio	20	0	-
Taciba	0	1	1
Tarabai	0	0	-
Teodoro Sampaio	1	1	1
Total	225	202	144

1. Fonte: CETESB, 2003

2. Fonte: Dados Trabalho de Campo, Março – Novembro de 2003

¹⁶ Assim, por contar com a maioria dos catadores da região, o município de Presidente Prudente-SP receberá uma maior atenção, ressaltando a experiência de organização dos trabalhadores em cooperativa.

Como podemos observar na Tabela 2, os catadores que desenvolvem atividades no lixão de Presidente Prudente representam 69% do total geral de trabalhadores em atividade nos lixões dos municípios da UGRHI – Pontal do Paranapanema. Em trabalho de campo realizado no dia 11/08/2003, esse total compreendia cento e quarenta pessoas, de um total de duzentos e dois catadores encontrados (Gráfico 1).



Fonte: Trabalho de Campo, Março – Novembro de 2003

A diferença observada nos lixões de um município para outro, no que diz respeito ao número de trabalhadores catadores, se explica a partir de fatores econômicos e sociais já mencionados. No entanto, os lixões são lugares que refletem as condições e formas sociais de reprodução também em outras escalas que extrapolam a escala local. Tudo que neles se materializa é produto das relações sociais estabelecidas dentro do modo de produção e de reprodução da sociedade capitalista, sejam objetos ou seres humanos. Para Miziara (2001 p.144), os lixões:

Pelas descrições desses espaços, por fotos e matérias de jornais, é possível visualizá-los como lugares dissonantes. Mas ao mesmo tempo, interligados socialmente aos espaços de produção e consumo. Uma comunhão entre lixo e pessoas, animais e máquinas, produzindo um espaço maldito, um espaço de despejo.

Os lixões são uma das expressões mais perversas de um processo mais geral, de uma lógica reprodutiva que impele a sociedade à produção/consumo destrutivos mundial e nacionalmente, condenando os que não podem consumir a viver das sobras daqueles que consomem, sempre reforçando e expandindo a lógica do capital de transformar tudo que é valor de uso em valor de troca, por mais desumanizante que possa ser esse processo.

Um outro elemento que podemos notar ainda, a partir dos dados apresentados na Tabela 2, é que a maior parte dos municípios pesquisados sofreu alguma mudança com relação ao número de trabalhadores catadores em seus locais de aterro de lixo, para mais ou para menos.

Destacamos as variações no sentido da redução do número de trabalhadores catadores nos lixões, que em alguns municípios não foram mais encontrados, como nos casos, por exemplo, de Santo Anastácio-SP, Indiana-SP, entre outros (Tabela 2).

A não existência de catadores se deve nestes casos, ao fato de que nestes municípios os lixões se tornaram definitivamente um local de acesso proibido para pessoas não autorizadas, decisão tomada pelas administrações públicas municipais, que procuram se ajustar às normativas ambientais impostas pelas legislações estadual e federal, e que tem o seu cumprimento fiscalizado pelos órgãos ambientais.

O fechamento do local de aterro para os catadores tem sido, na maioria dos casos, a medida mais comum tomada pelas autoridades para fazer frente à presença dos catadores nos lixões (MORAES, 2003).

A implementação dessas ações de fechamento, colaborou sensivelmente para a diminuição da quantidade total de catadores em lixões nos municípios em questão. Por este motivo, como podemos observar na Tabela 1, quarenta e seis catadores deixaram de trabalhar nesses locais de 2002 para 2003. Porém, a diferença do número de trabalhadores atuantes segundo os dados de 2002 e de 2003, aponta para uma saída de cinquenta catadores se considerarmos todos os municípios.

E mesmo com as ações no sentido de eliminar o trabalho no lixo, a catação de recicláveis continuou sendo uma atividade em expansão. Dos vinte e seis municípios visitados, dez tiveram aumento no número de trabalhadores catadores em seus lixões (Tabela 2).

A comparação entre o número de catadores encontrados pela CETESB nestes municípios em 2002 e a quantidade levantada por meio de nossa pesquisa em 2003 e 2004, nos permite afirmar que houve, no período entre os dois levantamentos, nos lixões onde a atividade da catação ainda continua sendo permitida, um acréscimo de quarenta e um trabalhadores catadores (Tabela 3).

TABELA 3 - Municípios da UGRHI-22 que Apresentaram Acréscimo no Número de Catadores nos Lixões entre 2002 e 2003

Municípios	Catadores em lixões 2002¹	Catadores em lixões 2003²	Aumento do Número de catadores/2003
Álvares Machado	7	10	3
Euclides da Cunha	1	2	1
Iepê	0	4	4
Mirante	2	6	4
Piquerobi	0	2	2
Pirapozinho	0	16	16
Presidente Venceslau	5	8	3
Regente Feijó	2	8	6
Taciba	0	1	1
Total	17	57	40

¹Dados CETESB, 2002

² Trabalho de Campo, Março – Novembro de 2003/2004

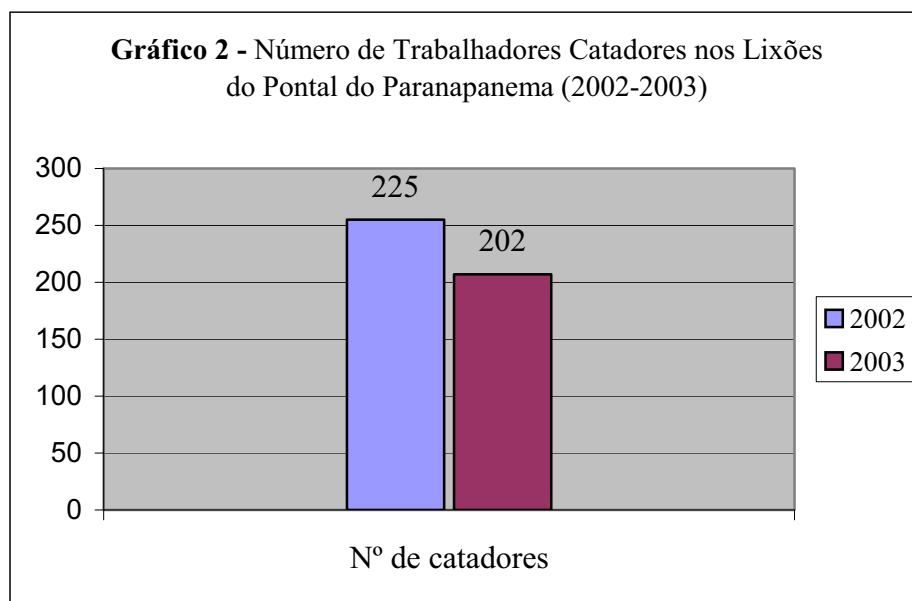
Como podemos notar na Tabela 3, em quatro dos municípios não havia em 2002, nenhum catador nos seus respectivos locais de aterro de lixo, o que sinaliza não para o crescimento, mas para a iniciação da atividade da catação em novos locais em 2003.

A maior variação crescente do período ficou por conta do município de Pirapozinho-SP, que passa de nenhum¹⁷, para dezesseis trabalhadores catadores no lixão municipal, ficando assim com a segunda colocação entre o conjunto dos municípios da UGRHI-22.

Essa variação, decorrente de fatos que modificam a situação do trabalho e a quantidade de catadores nos municípios em questão, tem reflexo direto no total geral de trabalhadores envolvidos com esta atividade no conjunto dos municípios, que na comparação dos dados relativos ao período 2002 – 2003, apresenta uma diminuição do total geral (Gráfico 2).

Apesar desta diminuição do número total de catadores no conjunto pesquisado (Tabela 2), este quadro mostra que as determinações sociais e econômicas que envolvem toda a sociedade nas mais diversas escalas e que contribuem para colocar os trabalhadores no desemprego (o que leva parte deles a procurar como meio de sobrevivência o trabalho nos lixões, catando os resíduos recicláveis) continuam agindo sobre o conjunto da classe trabalhadora.

¹⁷CETESB 2002.



Fonte: Trabalho de Campo, Março – Novembro de 2003

O que queremos afirmar é que o fenômeno aqui apresentado, do ponto de vista quantitativo e da delimitação territorial, pode parecer relativamente insignificante, se comparado às escalas estaduais e nacionais, porém expressa, de fato, um movimento de determinações mais amplo. Apoiando-se em Ribeiro (2001, p.330 – 331) afirmamos que:

A via da escala qualitativa será o meio de averiguação do real e a expressão territorial cartografada os auxílios formais de representação e de repensar do fenômeno social, haja vista que singular, particular e universal não se definem em si, matematicamente e como níveis separados e autônomos. São dimensões interconectas dialeticamente, superpostas e inerentes funcionalmente na ordem sócio-territorial que a sociedade assume. A parte é o todo e o todo é a parte.

Assim, como sabemos, a redução do número de catadores se deu, em grande parte, devido à proibição da catação em alguns lixões. Mas, como pudemos observar na Tabela 3, houve um número significativo de ingressantes nesta atividade no período entre os dois levantamentos dos dados apresentados.

A impossibilidade de encontrar um outro trabalho que garanta uma renda fixa é motivo geralmente declarado pelos catadores para estarem trabalhando no e com o lixo.

Nas palavras de Edson Santos, 42 anos, catador no lixão de Regente Feijó (SP):

A minha profissão é de pedreiro, até gosto mais do que essa aqui. Mas essa cidade aqui, já tem mais pedreiro que casa, então a gente fica sem o serviço, o jeito é vir pra cá. (Entrevista realizada em 09/11/2003)

De acordo com o senhor Antônio Cândido Oliveira Neto, 37 anos, catador no lixão de Alfredo Marcondes-SP:

Aqui nós depende da roça e serviço na roça tá difícil. A gente fica sem ocupação e aí tem que se virar. O negócio é vir para cá ver se ajeita alguma coisa. (Entrevista realizada em 10/11/2003)

O senhor Cecílio, 56 anos, catador no lixão de Teodoro Sampaio-SP, quando perguntado sobre os motivos que o levaram a trabalhar no lixão, declarou:

Eu trabalhava na roça, com a braquearia. Mas sabe como é, uns período tinha serviço e outros período não tinha, a gente passava apertado. Agora aqui no lixo não, lixo tem todo dia. (Entrevista realizada em 11/07/2003)

De acordo com o senhor Laudelino Souza de Oliveira, 61 anos, catador no lixão de Pirapozinho-SP:

Ninguém dá emprego para uma pessoa que tem a minha idade. (Entrevista realizada em 01/07/2003)

Nas palavras do senhor José Elias de Souza., o “Careca”, 46 anos, catador no lixão de Presidente Prudente-SP:

Não tem emprego mesmo, tá muito custoso emprego. Só vê firma mandando embora. Manda cinco, seis, dez e assim por diante. Mandando embora e não pegando ninguém, tá muito custoso arrumar serviço. No tempo da gente ainda tinha muita roça, muita plantação. Hoje até isso não tem mais na nossa região. Nem isso mais tem. O lixão não. Aqui é a maior empresa de prudente, só admite! (Entrevista realizada em 20/07/2003)

Os depoimentos aqui reproduzidos somente confirmam aquilo que sabemos a respeito das condições a que estão submetidos os trabalhadores desempregados. Corroboram o que historicamente vem acontecendo e vários estudos já comprovaram, para a lógica do sistema produtor de mercadorias: tudo o que é considerado inservível é descartado.

Quanto tempo estes trabalhadores podem permanecer no lixo? Talvez alguns dias, meses ou anos. Ou ainda, até o momento em que as empresas que controlam a reciclagem deixarem de ser lucrativas, ou implantarem outra maneira de conseguir a matéria prima para mover suas engrenagens no sentido da reprodução ampliada de seu capital. Pode ser que permaneçam nos lixões até o dia em que forem impedidos ao acesso. Em suma, talvez o lixo, última opção para estes trabalhadores, possa vir a ser negado. Isso não quer dizer que sem o trabalho no lixo os catadores tenham uma vida ainda pior.

A situação em que estão colocados atualmente é a de sujeição à uma lógica destrutiva da vida que os envolve em geral, mas neste caso específico, com requintes de extremo descaso e de precarização.

A miséria, a pobreza e a situação de inferioridade econômica em que se encontram os desempregados e os trabalhadores em atividades precárias e informais, como os catadores de resíduos recicláveis, assume um aspecto de normalidade e de naturalidade, não só para o conjunto de trabalhadores em questão, mas para toda a sociedade. Para Santos (2000, p.59):

...ser pobre não é apenas ganhar menos do que uma soma arbitrariamente fixada; ser pobre é participar de uma situação estrutural, com uma posição relativa inferior dentro da sociedade como um todo. Essa condição se amplia para um número cada vez maior de pessoas. O fato, porém, é que a pobreza tanto quanto o desemprego agora são considerados como algo “natural”, inerente a seu próprio processo.

A normalidade com que são aceitas situações como essa é somente uma das facetas de um processo de precarização da vida, que condena parte da classe trabalhadora a passar a vida no lixo, sem enxergar ou pensar na possibilidade de contestação desta lógica excludente, já que, a explicação para as situações de desemprego e de precarização do trabalho é construída a partir de elementos e argumentos encontrados na própria lógica de reprodução do capital. Ou seja, a crescente miséria é fruto do aumento do emprego da tecnologia no processo produtivo e da falta de “educação”, de formação técnica do trabalhador para o trabalho.

Para a classe trabalhadora a educação é constantemente resumida à educação para o trabalho, ou seja, conjunto de conhecimentos técnicos que permitam ao capital a melhor exploração da força de trabalho no processo produtivo. O saber técnico, demandado pelo capital, como exigência pelas mudanças geradas por novas tecnologias aparece como reivindicação de maior “educação”, de melhor qualificação do trabalhador por parte do capital. É claro que essa educação se resumirá a um saber parcial sobre o processo de trabalho. Para Carvalhal (2004, p. 261):

Disso decorre que a formação profissional deve ocorrer segundo as necessidades do capital, portanto, de forma a manter apenas parcial o conhecimento do trabalhador sobre o processo de trabalho. Caso contrário, com uma formação profissional que proporcione o conhecimento pleno para o trabalhador de todo o processo produtivo levará o trabalhador a ter no próprio trabalho a fonte da construção deste conhecimento, tornando-se independente do capitalista, o que provocará a perda deste, do controle do processo de produção. Daí que a formação profissional no capitalismo deve ser sempre parcial e acompanhar as especializações da divisão técnica do trabalho, sob o risco de desconstrução da lógica do capital.

Assim, a miséria, o desemprego e o trabalho precário e informal são dissociados dos problemas sociais e econômicos fundados na lógica destrutiva do capital. Essa desvinculação leva grande parte dos trabalhadores a uma compreensão equivocada da situação, conformando-se em permanecer trabalhando no meio do lixo, tendo como principal justificativa para si mesmos suas carências profissionais, suas “desqualificações”.

A catação de resíduos recicláveis nos lixões, que para alguns trabalhadores desempregado do Pontal do Paranapanema (SP) é vista a princípio como uma solução possível e momentânea ao desemprego, acaba se transformando para muitos, em uma maneira definitiva de ganhar o sustento.

Sobre este aspecto, com relação ao tempo que permanecem os trabalhadores na atividade da catação nos lixões dos municípios da UGRHI-22, nossa pesquisa de campo revelou os seguintes dados, apresentados a seguir na Tabela 4 e no Gráfico 3:

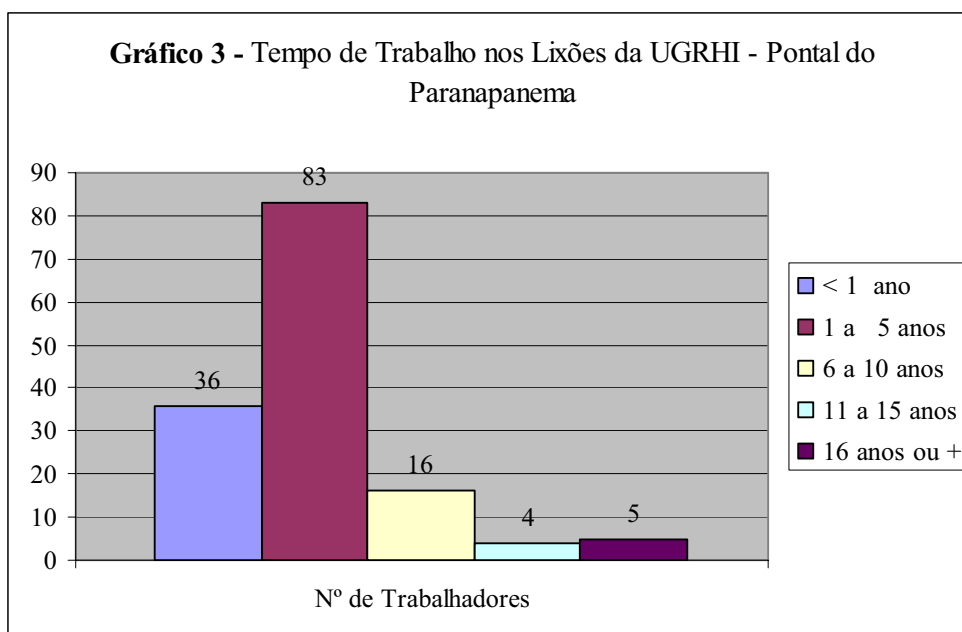
TABELA 4 - Tempo de Trabalho dos Catadores Entrevistados nos Lixões dos Municípios da UGRHI- Pontal do Paranapanema - 2003

Tempo de Trabalho no Lixão/ano	Nº de Trabalhadores	%
< 1 (ano)	36	25 %
1 a 5	83	57,64 %
6 a 10	16	11,11 %
11 a 15	4	2,78 %
16 anos ou +	5	3,47 %
Total	144	100%

Fonte: Trabalho de Campo, Março – Novembro de 2003

Como podemos observar na Tabela 4, 75% dos entrevistados estão a mais de um ano na catação de recicláveis nos lixões. Deste conjunto, 17,36% a mais de seis anos neste trabalho.

Já os dados apresentados no Gráfico 3 nos permitem visualizar a concentração da maior parte dos catadores na faixa entre um e cinco anos de trabalho nos lixões.



Fonte: Trabalho de Campo, Março – Novembro de 2003

É importante notar que as informações apresentadas no Gráfico 3, sinalizam um fluxo de entrada contínuo e um processo de permanência para um número considerável de trabalhadores na atividade.

Uma vez colocado fora do mercado de trabalho formal, assalariado e urbano, uma vez vinculado ao trabalho no lixo, o trabalhador terá majorado os obstáculos que o impedem de encontrar outro emprego. O fato é que, quanto mais tempo permanecer trabalhando no lixão, menores serão as chances de conseguir um emprego em outra atividade, sobretudo naquelas que exigem algum tipo de especialização.

Ao ter que garantir a sua reprodução imediata, conseguir dinheiro para comer e suprir as demais necessidades, os trabalhadores catadores não têm condições de sair à procura de emprego de barriga vazia e com as contas de água e luz em atraso. Deixar o lixão e andar por aí é perder tempo, é deixar de ganhar dinheiro.

O senhor José Elias de Souza, o “Careca”, 46 anos, catador no lixão de Presidente Prudente-SP, ao responder a pergunta sobre se as pessoas que trabalham no lixão procuram encontrar emprego em outra atividade, nos respondeu:

Bom, não é costume meu cuidar da vida de ninguém, mas às vezes o pessoal fala e a gente escuta. Mas é bem pouco que tem esse pensamento de pagá um INPS, ou de sair daqui e procurar serviço. Porque às vezes a pessoa tira uma semana na cidade para caçar serviço e não acha, aí perde uma semana de serviço aqui, o povo desilude, o povo desanima. (Entrevista realizada em 20/07/2003)

Estes trabalhadores desanimados e desiludidos pelo fato de não encontrarem outro emprego sofrem ainda pelo estigma de serem catadores de lixo, uma situação que os leva a se menosprezarem perante a sociedade. Para Cattani (1996, p.166):

Facetas essenciais do processo de socialização, de construção identitária e de desenvolvimento da inteligência estão associadas à situações de trabalho. Quando estas situações se apresentam de forma precária ou medíocre, quando o trabalhador está desprovido dos recursos intelectuais e da habilitação prática, o resultado é o embotamento da inteligência, a frustração e o desinteresse. Sob formas diversas esses resultados repercutem no conjunto da vida social e nos comportamentos cívicos.

Os depoimentos dos catadores sempre lembram fatos como a dificuldade para o crédito no mercado do bairro, ou para realizar as compras no crediário das lojas e da mercearia. Alguns, como dona Eva Santos, 39 anos, falam dos preconceitos sofridos pelos filhos que são agredidos por outras crianças, seja na escola ou no bairro, tornando-se alvo de piadas, etc.

Os fatores aqui apresentados e bem representados na fala do senhor José Elias de Souza, o “Careca”, são elementos inibidores e obrigam os catadores a permanecerem cada vez mais tempo nos lixões, aprofundando as marcas da exclusão que o próprio lugar, lixão, representa. Marcas estas que passam a carregar em si e que muitos dos demais trabalhadores têm medo de um dia vir a ter que enfrentar.

A exclusão, a precarização e o desemprego tornam-se elementos de coerção sobre a classe trabalhadora. A esse respeito, Moura (1997, p.43) afirma:

Aquellos que se marginan o son expulsados del orden económico, continúan visibles y sirven de ejemplo para todos los otros. En un chantaje obvio: quien se porta mal es excluido y el excluido es aquel no se portó bien.

Desta forma, os trabalhadores catadores dos lixões se sentem responsáveis pela sua condição de miséria, assumindo o discurso oficial e dominante do mercado, que prega que há sempre empregos para os que estão bem preparados.

Pudemos perceber que número expressivo dos trabalhadores entrevistados manifestou constrangimento em relação a sua ocupação diante da sociedade, que se reproduz sob uma lógica perversa de reprodução, condenando-os a essa situação.

Ao contrário do que podemos imaginar, não ter nada a perder, estar em uma situação de extrema miserabilidade, em condições precárias de trabalho, ainda não os impele à contestação. Cada dia trabalhado no meio do lixo tende a amortizar o ímpeto de rebeldia e se tornar uma repetição de um cotidiano regido pelo tempo e pela expectativa

das idas e vindas dos caminhões compactadores repletos de lixo. Assim, todos os dias parecem iguais.

Nas condições de trabalho e de vida extremamente adversas, os catadores têm ainda maiores dificuldades para compreender as causas reais da condição em que estão. A explicação encontrada para esta situação é culpar-se pelo fato de não terem estudado, ou por estarem velhos, ou por serem jovens e não terem experiência para realizar outros tipos de trabalho. Desta forma, a cada um cabe entender e procurar a explicação para a sua fragilidade. Geralmente chegam à conclusão de que estão inaptos para conseguir outro emprego, outra ocupação.

O interessante é que apesar de cada um alegar motivos específicos: idade, falta de estudos, falta de formação/qualificação para o trabalho, para estar no lixão, não lhes é possível enxergar que não há só analfabetos, ou somente velhos, ou ainda somente pessoas sem nenhuma profissão realizando aí a catação das mercadorias recicláveis.

A resposta para o fato de estarem vivendo da catação de resíduos recicláveis, no lixo, é justificável para os catadores. A lógica explicativa da situação em que se encontram é a inaptidão pessoal para participar em melhores condições e em outras formas de inserção da reprodução do capital, sobretudo, falta de formação e de qualificação profissional.

Esta concepção manifesta um conjunto de valores ideológicos plantados e reproduzidos há séculos por aqueles que detêm a riqueza e o poder, impedindo que os trabalhadores enxerguem que sua formação social e histórica, ou seja, as condições materiais que tiveram historicamente para reproduzir suas vidas, não lhes favoreciam e nem lhes favorecem no sentido da construção de um futuro melhor e mais justo, pelo contrário, as perpetuam.

A miséria não aparece então para esse grupo de trabalhadores como fruto das relações de submissão e de exploração a que a classe trabalhadora está submetida. Para Franco García (2002, p.69):

Na exploração da classe trabalhadora a opressão tem lugar através de um processo continuado de apropriação da mais-valia do trabalho pelo capital. Mas a injustiça da divisão em classes da sociedade produtora de mercadorias, não radica só no fato distributivo de que “os menos têm mais”. A exploração determina também as relações sociais estruturais entre as classes. As regras sociais a respeito do que é trabalho, quem faz o que para quem, como é recompensado e qual é o processo social pelo que as pessoas se apropriam dos seus resultados, operam para determinadas relações de poder e desigualdade.

A ampliação da desigualdade social e econômica é uma situação que contradiz a idéia de justiça na sociedade do capital. Se vivêssemos em uma sociedade mais igualitária na apropriação da riqueza produzida, talvez pudéssemos dispor de outro regramento para que, por exemplo, o trabalhador que alcançasse a velhice não precisasse mais ter que trabalhar em lixões ou em qualquer outro lugar para sobreviver.

Mas no rol de explicações encontradas para o trabalho no lixo, a idade avançada aparece como justificativa para alguns catadores. Esse elemento se apresenta como uma das determinantes para que estes busquem trabalho nos lixões. O que podemos dizer a partir dos dados levantados na pesquisa de campo é que este não pode ser considerado o fator decisivo e que os lixões não são locais de trabalho somente para os idosos (homens e mulheres). Apesar de ser um fator utilizado por alguns, nestes locais encontram-se trabalhadores das mais variadas faixas etárias de ambos os sexos (Tabela 5).

TABELA 5 - Trabalhadores Catadores nos Lixões, Segundo Faixa Etária e Sexo nos Municípios da UGRHI Pontal do Paranapanema.

Idade	N.º de catadores		Homens		Mulheres	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
< 14	1	0,69%	-	-	1	0,69%
15 a 18	11	7,64%	11	7,64%	-	-
19 a 30	45	31,25%	32	22,22%	13	9,04
31 a 40	35	24,31%	20	13,88%	15	10,42%
41 a 50	26	18,06%	15	10,42%	11	7,64%
51 a 60	16	11,11%	9	6,25	7	4,86%
61 a 65	5	3,47%	2	1,39%	3	2,08
66 anos ou +	5	3,47%	5	3,47%	-	-
TOTAIS	144*	100%	94	65,27%	50	34,73%

* Somente trabalhadores entrevistados

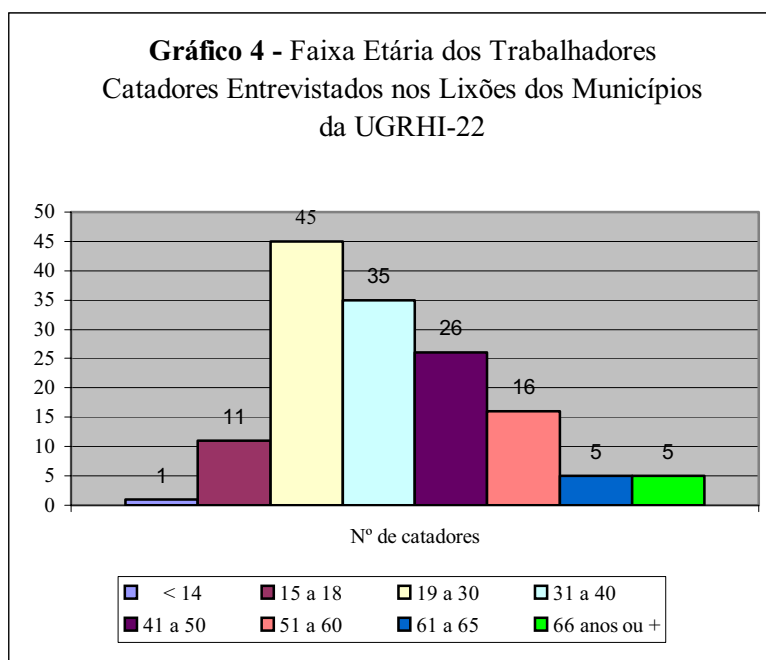
Fonte: Trabalho de Campo, Março – Novembro de 2003

A heterogeneidade no que diz respeito à faixa etária dos trabalhadores envolvidos com a catação de resíduos recicláveis nos lixões visitados é uma das suas características marcantes. No entanto, essa variedade assume um outro aspecto quando agrupamos os catadores por uma faixa etária determinada, pois percebemos que a atividade da catação de resíduos recicláveis não atinge a todas as faixas com a mesma intensidade. A tabela 5 nos revela que a maioria dos trabalhadores está entre os dezenove e trinta anos de idade, demarcando 31,25% dos entrevistados. Do ponto de vista da potencialidade de utilização/exploração desta força de trabalho no processo produtivo capitalista, poderíamos afirmar que se encontram, em tese, no auge de suas potencialidades físicas.

A Tabela 5, apresenta ainda, dados que apontam a presença majoritária dos homens nas diferentes faixas etárias. Já as mulheres não estão presentes nas faixas etárias estabelecidas entre os quinze e os dezoito anos, e acima de sessenta e seis anos.

A lógica excludente do capital, que se reforça com as inovações tecnológicas e nas novas formas de gestão dos processos produtivos, diminui as possibilidades de emprego para a classe trabalhadora em geral, colocando à margem do mercado um grande número de trabalhadores, levando à diminuição do operariado industrial tradicional. Em suma desproletariza o trabalho manual e faz crescer a subproletarização, a informalização e a auto-exploração do trabalho, fundada pois, na intensa precarização característica da última década (THOMAZ JR., 2002).

Se acrescentarmos a este agrupamento os trabalhadores até quarenta anos, teremos então um número ainda mais expressivo, ou seja, 55,56% dos catadores entrevistados estão entre dezenove e quarenta anos, o que sinaliza para uma extremização da exclusão do mercado de trabalho formal, aprofundando a lógica destrutiva do capital sobre esses trabalhadores, em um processo que se dá ao luxo de descartar um contingente significativo de força de trabalho (Gráfico 4).

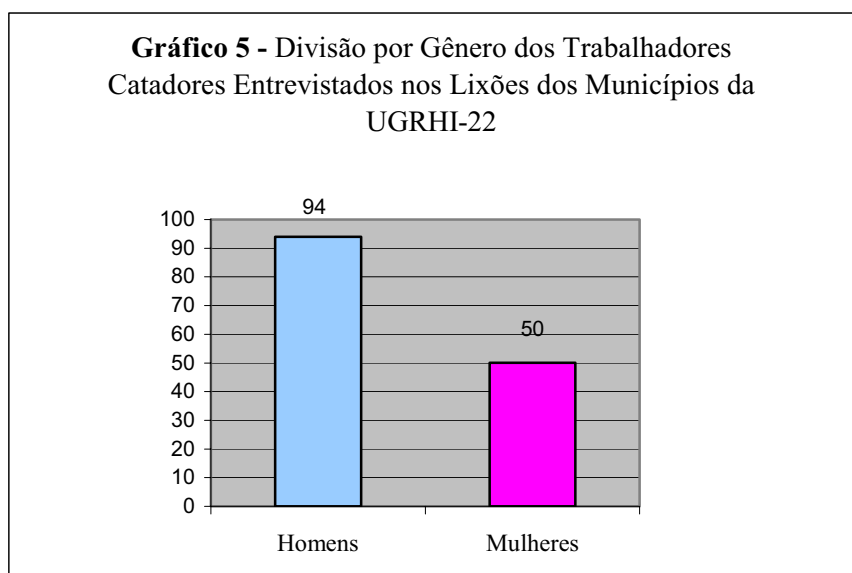


Fonte: Trabalho de Campo, Março – Novembro de 2003

Dos 26 entrevistados, 18,05% estão acima de 51 anos de idade, o que torna o trabalho no lixo ainda mais perverso, já que, a permanência, catação e transporte do material coletado (do local de disposição para os pequenos barracos) exigem o emprego

intenso de força física e destreza, elementos estes que repercutem diretamente no rendimento obtido por esses trabalhadores.

Contudo, tanto os homens quanto as mulheres que catam resíduos recicláveis nos lixões do Pontal do Paranapanema-SP concentram-se, em sua maioria, na faixa etária compreendida entre os dezenove e quarenta anos¹⁸, considerando que os homens compõem a maioria no total apresentado (Gráfico 5).



Fonte: Trabalho de Campo, Março – Novembro de 2003

O número de mulheres chega a 34,72% do conjunto dos trabalhadores catadores entrevistados, sendo importante ressaltar que, dos quinze locais de disposição de lixo em que os trabalhadores foram encontrados as mulheres estavam presentes em seis, sobretudo naqueles localizados nas maiores cidades, por exemplo, Presidente Prudente-SP, Pirapozinho e Álvares Machado. Do total apresentado, quarenta e duas mulheres foram encontradas somente no lixão de Presidente Prudente.

O fato de estarmos falando de um contingente de trabalhadores relativamente pequeno, não nos desautoriza a afirmar que o poder destrutivo do capital envolve a classe trabalhadora em sua totalidade, homens e mulheres. Tanto uns quanto outros estão

¹⁸ O reduzido número de crianças trabalhando nos lixões dos municípios do Pontal do Paranapanema (SP) é resultado de pressões realizadas pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares de Crianças e Adolescentes. Estes órgãos têm atuado junto às Prefeituras no sentido de implantação de políticas, ou programas assistenciais, que retirem do trabalho no lixo os menores. Em Presidente Prudente, onde se encontrava um grande número de crianças no lixo, um programa foi implementado, no ano de 1999-2000, intitulado Projeto Vaga-Lume. Há ainda uma campanha nacional, apoiada pela UNICEF, “Criança no lixo nunca mais”, que apóia ações neste sentido. Porém, não é difícil encontrar reclamações das catadoras a respeito das fragilidades destes programas, que em alguns casos, não dão assistência durante todo dia para os menores. A falta de vaga nas creches municipais também é um dos motivos que levam as mães a carregar os filhos para o lixão, evitando que os menores permaneçam sozinhos em casa.

subordinados ao metabolismo do capital e em situação de extrema fragilidade, do ponto de vista da sua inserção como força de trabalho na sociedade do sistema produtor de mercadoria. No entanto, a preparação para essa inserção é marcadamente diferente entre os gêneros. Como afirma Antunes (1999, p.109):

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma *construção social sexuada*, onde homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, *diferentemente* qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa *divisão sexual do trabalho*.

As mulheres trabalhadoras, e nesse aspecto há um forte elemento de classe, realizam, quase sempre, uma dupla jornada de trabalho. Além das atividades laborativas fora de casa¹⁹, desempenham atividades domésticas na vida privada, criando condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos e filhos/as e as delas mesmas (ANTUNES, 1999).

Porém, nossa intenção não é discutir ou demarcar a atividade da catação dos resíduos recicláveis como sendo área de atuação deste ou daquele gênero, mas de ressaltar que a precarização das condições de vida atinge a classe trabalhadora como um todo. As coerções sociais e econômicas que submetem as mulheres ao trabalho no lixo não deixam de ser trágicas, já que sinalizam a desestruturação familiar fundada no desemprego, ou na queda do poder de compra do salário de seus maridos, que sozinhos não conseguem suprir de maneira satisfatória as necessidades básicas da família.

Os motivos apresentados pelas mulheres catadoras podem revelar o que as levaram a buscar trabalho no lixo.

Nas palavras da senhora Cláudia Regina Ferreira dos Santos, 30 anos, catadora no lixo de Presidente Prudente-SP:

Antes de vim para cá eu trabalhava como doméstica, aí eu fiquei grávida e a patroa mandou eu embora. O marido ganha pouco e eu não achava outro serviço, o jeito que deu foi vir para cá. (Entrevista realizada em 09/2003)

Sandra Regina da Silva, 19 anos, catadora no lixo de Presidente Prudente-SP nos disse:

¹⁹ Para CARVALHAL, T.B (2003), mesmo sendo a dupla jornada um elemento de opressão da mulher, o trabalho assalariado as tem levado à convivência com pessoas de diferentes posições e posturas, o que pode levar a uma vida mais politizada, descobrindo seus direitos como trabalhadoras e como mulheres.

Eu trabalhava de doméstica, mas fiquei sem emprego e esta foi a única opção que sobrou, já tem dois anos que trabalho aqui, a gente tem família e tem que trabalhar. (Entrevista realizada em 09/ 2003)

Para Valdivina Batista de Brito, 34 anos, catadora de Pirapozinho (SP):

Sempre trabalhei em casa mesmo, nunca tinha trabalhado para fora, mas como a gente precisa de ganhar um dinheiro para ajudar em casa então eu vim trabalhar no lixão.

Como vemos na tabela 6, o trabalho no lixão é a única forma encontrada pela maioria das mulheres catadoras para conseguirem alguma renda, e assim colaborarem com o orçamento e a reprodução material de sua família.

Os depoimentos das catadoras aqui reproduzidos nos dão uma idéia do campo de atuação profissional desse grupo de trabalhadoras, anterior à atividade da catação de resíduos recicláveis nos lixões, que está circunscrito majoritariamente à inserção como empregada doméstica.

Do ponto de vista da formação para o trabalho, as respostas obtidas em nossa pesquisa de campo demonstram que a maioria absoluta dos trabalhadores catadores teve algum tipo de experiência profissional que antecedeu à atividade da catação dos resíduos recicláveis (Tabela 6).

TABELA 6 – Experiência Profissional dos Trabalhadores Catadores dos Lixões dos Municípios do Pontal do Paranapanema-SP

Profissão	Homens	Mulheres	Total	%
Pedreiro e Servente de Pedreiro	22	-	22	15,28%
Garçom	1	-	1	0,69 %
Balaieiro	2	-	2	1,39%
Barrageiro	1	-	1	0,69 %
Catador de papel (carrinheiro)	2	-	2	1,39 %
Empregada Doméstica	-	30	30	20,84 %
Enfermeira	-	1	1	0,69 %
Jardineiro	1	-	1	0,69 %
Dona de casa	-	1	1	0,69 %
Laticínio	1	-	1	0,69 %
Motorista	5	-	5	3,47 %
Trabalhador(a) Rural	29	7	36	25 %
Pescador	1	-	1	0,69 %
Indústria	4	-	4	2,78 %
Recepcionista	-	1	1	0,69 %
Serralheiro	2	-	2	1,39 %
Serviços Gerais	22	10	32	22,22 %
Sem profissão definida	1	-	1	0,69 %
Total	94	50	144	100%

Fonte: Trabalho de Campo, Março – Novembro de 2003

As ocupações anteriores dos catadores não são, do ponto de vista da formação técnica, as de maior exigência, estando a maioria dos trabalhadores entrevistados concentrados em atividades agrícolas (bóia-fria; retireiro, etc.), serviços gerais e trabalho doméstico. A construção civil apareceu como atividade da força de trabalho masculina.

O que podemos apreender sobre a formação para o trabalho dos catadores e catadoras, ainda com base nos dados da Tabela 6, é que independentemente das profissões mencionadas, as mulheres comparecem em somente seis, com uma concentração expressiva no trabalho doméstico e em serviços gerais.

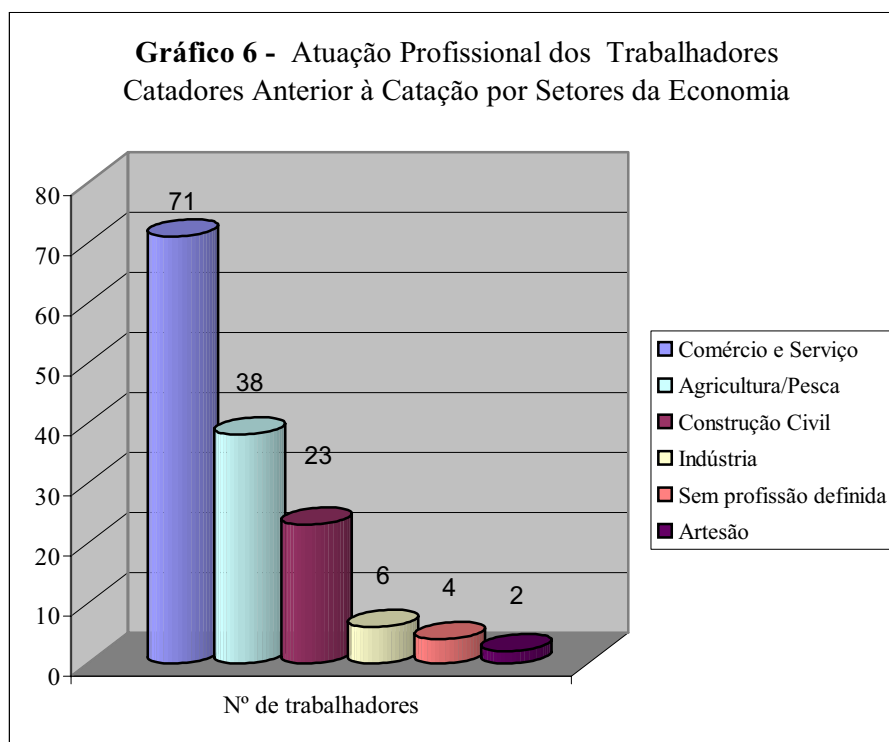
Estes dados que apresentam o trabalho doméstico como a principal experiência profissional das atuais catadoras, corroboram os dados sobre as pesquisas nacionais relativas ao mercado de trabalho.

Segundo Leite (2003), apoiada em estudos realizados pelo DIEESE em 2001, o emprego doméstico está em segundo lugar em importância no Brasil, atingindo cerca de 17% dessa força de trabalho no país, com índices que chegam a 24% nas áreas metropolitanas. A autora destaca ainda que esta atividade apresenta também os menores níveis de vinculação formal, além de jornadas de trabalho irregulares e péssimas condições de trabalho (LEITE, 2003).

Assim, para grande parte das mulheres catadoras, o trabalho nos lixões representa o aprofundamento do que já vinha ocorrendo, tendo a informalidade e a precariedade no trabalho a afetá-las. Mas o mais difícil é pensar que este pode ser melhor do que aquele em algumas casas de família, onde além do trabalho diário, não raras vezes, são obrigadas a conviver com patroas desequilibradas. De fato, na sociedade do capital, uma mulher para se libertar dos serviços domésticos de sua casa, quase sempre tem que explorar uma outra.

Ao nosso ver esse quadro reflete, sobretudo, as características do mercado de trabalho e também da dinâmica da economia regional, que tem nas atividades agrícolas, comerciais e de serviços as principais atividades empregadoras/exploradoras da força de trabalho.

Atividades no setor industrial não comparecem como marcantes entre os antigos empregos dos trabalhadores catadores (Gráfico 6).



Fonte: Trabalho de Campo, Março – Novembro de 2003

O fato de que a maioria dos trabalhadores catadores esteve anteriormente empregada no setor de comércio e de serviços (Gráfico 6) nos permite também fazer conjecturas a respeito das influências no mercado de trabalho regional, das decisões políticas e do modelo econômico adotado pelo governo brasileiro na última década e que tem permanecido atualmente. De acordo com Pochmann (2001, p.111):

Independentemente da constatação acerca das múltiplas razões explicativas para o problema do desemprego no Brasil, faz-se necessário procurar hierarquizar, entre o conjunto das causas, aquelas sobre as quais uma ação corretiva seria capaz de reverter o grosso da situação do sem-trabalho. Assim, interessa tratar aqui, fundamentalmente, as razões estruturais do desemprego, como a persistência de baixas taxas de expansão da economia brasileira nas duas últimas décadas e a condução do novo modelo econômico desde 1990. Somente esses dois pontos ajudam a explicar, na maior parte das vezes, a atual epidemia de desemprego no país.

Assim, o longo período de arrocho salarial, concomitantemente ao processo de concentração de renda no Brasil, teve como consequência a diminuição do poder de compra dos trabalhadores, que aliado ao crescimento do desemprego, acabou diminuindo os ganhos/rendimentos daqueles que anteriormente pagavam pelos serviços de trabalhadores que atuam nesse setor, afetando também o consumo no comércio regional e local.

Desta forma, com a diminuição da renda, os trabalhadores ainda empregados, cortam o consumo ou substituem os serviços e as mercadorias que não sejam extremamente necessárias para a sua reprodução imediata, o que atinge diretamente o emprego da força de trabalho empregada nesses setores, forçando muitos a buscarem o trabalho de catação nos lixões, o que, contraditoriamente, faz com que se transformem em uma válvula de escape para uma situação socialmente crítica, que é a do desemprego de longa duração.

Ao invés de estar engrossando a massa de desempregados nas cidades, estão longe, afastados de tudo e de quase todos, procurando ganhar a vida de uma maneira que consideram dentro da lei, mas que não podemos considerar como um trabalho apropriado a qualquer ser humano. Aliás, há um rol bastante grande de atividades que podemos considerar impróprias.

A catação dos recicláveis, em suas diversas formas, ocupa um número relativamente considerável de trabalhadores em algumas cidades do Pontal do Paranapanema, em alguns casos o maior número está no lixão, como em Presidente Prudente (SP). O senhor José Elias de Souza, o “Careca”, 46 anos, catador neste nos diz:

Quase umas duzentas pessoas, família para dizer, duzentas famílias. E todo dia chega gente nova. A firma que mais emprega aqui em Presidente Prudente é o lixão. Todo dia chega dois, três e nunca tá de porta fechada. E essa facilidade de entrar e sair é tranqüila. Não tem confusão porque aqui é público é para todo mundo. Onde come um, come dois, três e assim por diante. (Entrevista realizada em 20/08/2003)

À medida que o atual modelo econômico adotado empobrece a classe média e espezinha os trabalhadores de forma geral, os lixões tendem a se apresentar como saída aos trabalhadores desempregados do setor da prestação de serviço e da construção civil, serviços gerais e domésticas, atividades consideradas de baixo nível técnico.

Aqueles que anteriormente podiam pagar, agora dispensam as empregadas domésticas, que trabalham geralmente por um salário mínimo. Também deixam a reforma da casa ficar esperando um momento financeiro melhor. Não pelo preço do serviço prestado pelo pedreiro, que vive a concorrência de outros profissionais desempregados, mas pelo custo dos materiais de construção que se tornam elevados para um padrão de renda em declino, o que diminui a possibilidade de emprego e renda dos trabalhadores nestas atividades.

É claro que, no que diz respeito à formação para o trabalho dos catadores, esta é uma especificidade da nossa área em estudo, que pode ou não se repetir em outras regiões

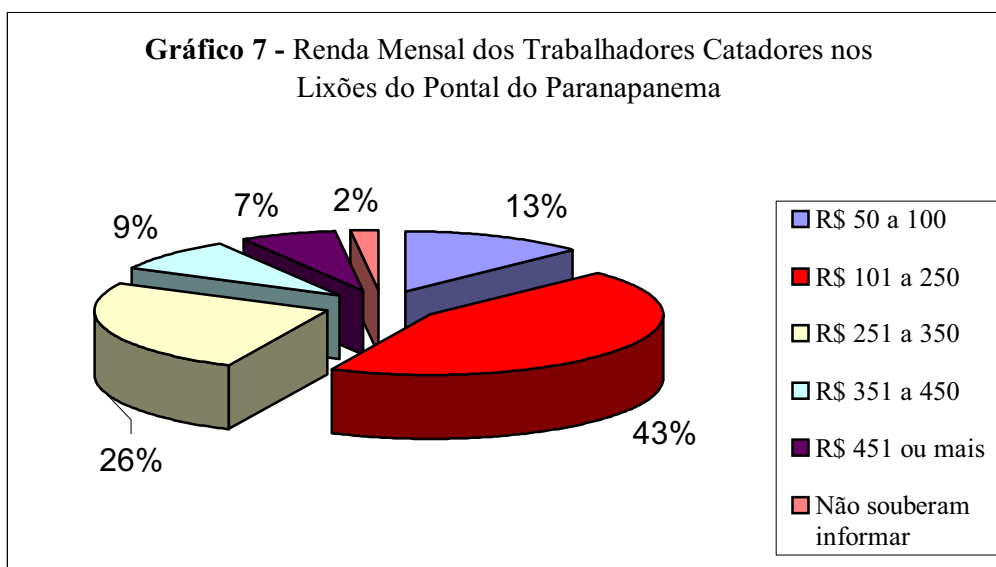
do estado ou do país. Nos lixões localizados nas grandes áreas metropolitanas, ou em suas proximidades, por exemplo, estas características guardam relação direta com a complexidade e as transformações que dizem respeito ao mercado de trabalho local/regional. Sem, é claro, se desvincilharem da lógica econômica perversa imposta pelos atuais ditames do capital, que atinge a classe trabalhadora em suas diversas escalas territoriais.

No que diz respeito aos rendimentos obtidos, os catadores utilizam como parâmetro de comparação para avaliação o valor do salário mínimo vigente. Ter um rendimento maior que o salário mínimo trabalhando nos lixões é um dos fatores que desestimulam a procura de outra ocupação, já que os ganhos imediatos são em alguns casos maiores. Porém, se os trabalhos precários e informais se apresentam como um meio de sobrevivência imediata, às vezes mais interessante do que um trabalho formal com rendimento mínimo, em longo prazo trarão prejuízos para os trabalhadores nessa situação.

A possibilidade dos catadores ganharem mais que um salário mínimo nos lixões é um elemento que sinaliza para a precarização e para o baixo rendimento do trabalho formal em alguns setores, sobretudo naqueles em que os trabalhadores desempenham atividades tecnologicamente menos exigentes. Esse fato demonstra também o aviltamento do salário mínimo e a precariedade das condições de vida da classe trabalhadora assalariada. O baixo salário atinge de outras maneiras esse segmento da classe trabalhadora, obrigando muitos a terem dois empregos, forçando os aposentados a procurar outra atividade, obrigando famílias a ter no trabalho infantil uma forma de melhorar a renda (POCHMANN, 2001).

Assim, mesmo trabalhando em condições muito ruins, sem nenhum tipo de seguridade social, os catadores dos lixões vêem de imediato a possibilidade de conseguirem ganhar um pouco mais, o que fará diferença nas suas condições de reprodução e sobrevivência. Poderíamos lembrar que uma diferença mínima nessa renda pode significar ter ou não ter energia elétrica durante um mês, como pudemos constatar por meio das entrevistas.

Com relação à renda mensal dos trabalhadores catadores entrevistados nos lixões do Pontal do Paranapanema (SP), pudemos notar na nossa pesquisa que existe uma diferença considerável de rendimento (Gráfico 7).



Fonte: Trabalho de Campo, Março – Novembro de 2003

Como podemos observar no Gráfico 7, a maioria dos catadores entrevistados, 43%, informou um ganho mensal que está na faixa entre R\$ 101,00 a R\$ 250,00²⁰.

Na faixa composta pelos menores rendimentos estão inclusos 13% dos catadores entrevistados. Esse grupo é formado por aqueles que obtêm ganhos mensais entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00.

A segunda maior faixa de rendimento é composta pelos trabalhadores que informaram ganhos mensais que variam entre R\$ 251,00 e R\$ 350,00.

Um outro fator a ser destacado é a diferença existente entre as faixas de maior e menor rendimento apresentadas. No Gráfico 7, como podemos observar, 7% dos entrevistados disseram obter ganhos acima de R\$ 451,00 por mês, o que significa um rendimento quatro vezes maior em relação aos catadores que estão na faixa entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00.

A diferença de ganhos se torna mais aguda se compararmos os dois rendimentos extremos apresentados (R\$ 50,00 em relação a R\$ 451,00), que chega a ser de nove vezes.

No entanto, o fato de terem informado um determinado valor no momento da entrevista, que os insere em um grupo de renda pré-determinado por nós, não significa que esta condição se mantenha fixa. A situação que lhes permite obter um ganho maior ou menor, como sabemos, bastante instável pode mudar rapidamente, influenciando

²⁰ É preciso ressaltar que esse e os demais valores aqui apresentados, são estimativas realizadas a partir do ganho semanal, ou quinzenal, informado nos questionários no período do trabalho de campo.

diretamente no rendimento. Um acidente ou uma doença são acontecimentos que podem impedir a permanência diária no trabalho e a queda dos ganhos.

A diferença entre os rendimentos apontados pelos catadores pode ser explicada a partir de diversos fatores como, por exemplo, o tempo de trabalho no lixão (horas trabalho); tipo de material que coleta²¹ e também da própria condição física do catador, que pode lhe conferir maior ou menor agilidade na disputa pelos resíduos recicláveis. Inclui-se como fator importante também a quantidade de dias em que há coleta de lixo nas cidades, já que em algumas delas esse serviço acontece somente três vezes por semana, limitando os dias de trabalho na catação. Para Calderoni (2003) o rendimento depende também da produção de lixo na cidade, que pode sofrer variações durante o ano.

A diferença dos rendimentos recebidos mensalmente pelos catadores aparece também na divisão por gênero, como podemos ver na Tabela 7.

TABELA 7 – Renda dos Trabalhadores(as) Catadores(as) nos Lixões da UGRHI - Pontal do Paranapanema (SP)

Renda Mensal	Homens	%	Mulheres	%
50 a 100	12	12,77	7	14
100 a 250	38	40,43	26	52
251 a 350	25	26,60	10	20
351 a 450	9	9,57	4	8
451 ou mais	9	9,57	1	2
N. I.	1	1,06	2	4
Total	94	100%	50	100%

N.I – Não souberam informar

Fonte: Trabalho de Campo, Março – Novembro de 2003

A Tabela 7 demonstra que a maior parte das trabalhadoras catadoras entrevistadas, ou seja, 52%, estão concentradas na faixa de renda mensal estipulada entre R\$ 100 e R\$ 250,00, na qual ficaram aglutinados 40,20% dos homens entrevistados. Se compararmos entre os dois agrupamentos as faixas em que o rendimento é menor, a concentração de mulheres é relativamente maior. O contrário pode-se ver nas faixas de maior rendimento.

Nas faixas de renda compreendidas entre R\$ 251,00 e mais que R\$ 451,00 mensais, estão inseridos 45,74% dos homens entrevistados, enquanto as mulheres que se enquadram nesse perfil de rendimento perfazem 34% do total de mulheres entrevistadas. Esse valor, R\$ 251,00 era superior ao do salário mínimo vigente no período da pesquisa, R\$ 240,00.

²¹ A preferência dos catadores é pelos materiais que alcançam maior preço junto aos atravessadores como, por exemplo, as latinhas de alumínio e outros tipos de sucata. Os trabalhadores tentam se especializar na catação desse tipo de material, porém, como a disputa é acirrada no lixão, alguns disseram nem tentar pegar as latinhas, evitando assim a possibilidade de virem a se envolver em algum tipo de conflito.

As diferenças no rendimento entre os homens e mulheres estão ligadas, a nosso ver, às mesmas variações anteriormente levantadas e que determinam a quantidade de resíduos recicláveis a serem retirados do lixo pelos catadores e catadoras. Um outro fator, que pudemos observar em nosso trabalho de campo, principalmente no lixão de Presidente Prudente (SP), é que, além da desvantagem física, as mulheres procuram não se envolver na disputa por resíduos compostos por materiais de maior valor, que são mais disputados e exigem a utilização da força bruta para afastar os concorrentes.

De acordo com alguns depoimentos, elas também não costumam lançar mão das artimanhas utilizadas para aumentar os ganhos, e que são consideradas desonestas, tais como: misturar terra ou molhar as embalagens de papelão para ganhar mais peso na hora da venda, ou mesmo retirar do monte de um outro catador uma quantidade de material para si. Essa prática, na verdade, é condenada por todos por ser uma transgressão às regras locais. Porém às vezes ocorre. Mas se o transgressor for flagrado, além de todos os riscos de agressões, será expulso do lixão.

Outro elemento importante a ser discutido para melhor entendermos a questão dos rendimentos dos catadores é a atuação dos comerciantes que vão até os locais de disposição de lixo para comprar as mercadorias. Esses negociantes desempenham um papel de intermediário, compram dos catadores e vendem às indústrias da reciclagem.

1.2 O Comércio dos Resíduos Recicláveis

O trabalho dos catadores nos lixões, até agora apresentado, insere-se em uma complexa rede de captação e comercialização de resíduos recicláveis. Um circuito estabelecido, estruturado a partir de relações econômicas informalizadas e que se encontram bastante dispersas no território e que são de pouca visibilidade na economia urbana, sendo as ações de seus principais agentes facilmente notadas, bastando que se observem os trabalhadores catadores e os depósitos que acumulam os resíduos recicláveis instalados nas cidades.

Os compradores de resíduos recicláveis reconhecidos pelos catadores como sucateiros, intermediários, aparistas, ou simplesmente compradores, participam desse circuito econômico como “receptores” dos resíduos recicláveis recolhidos por aqueles nas ruas ou nos lixões, ou com qualquer outro que queira comercializar quantidades relativamente pequenas dessa mercadoria.

Instalados nos centros urbanos, esses comerciantes compram e acumulam em seus depósitos os resíduos recicláveis, materializando-se como ponto principal de uma rede de comércio local. Dependendo da capacidade de compra, de armazenamento e estrutura para transporte, podem também atuar regionalmente. Mas têm duas principais fontes de abastecimento: dentro da cidade exploram o trabalho dos catadores carrinheiros que coletam e entregam os resíduos recicláveis nos barracões: fora, onde estão os lixões, deslocam os veículos e os empregados que compram o que interessa.

Esses comerciantes se aproveitam para lucrar no circuito econômico da reciclagem através de uma economia de escala, ou seja, da sua capacidade de agregar grandes quantidades para depois comercializar, da condição que têm de armazenar para segurar as mercadorias estocadas em época de preços baixos.

Os sucateiros fazem a negociação direta com a indústria da reciclagem, diferentemente de como fazem os trabalhadores catadores. Os entraves que impedem o comércio destes últimos com a indústria recicladora são muitos: primeiramente não há interesse da indústria para que essa negociação seja feita diretamente; os catadores têm a necessidade premente do dinheiro, por isso têm que comercializar diariamente; como não há infra-estrutura para armazenamento nos lixões, também não conseguem acumular grandes quantidades de mercadoria (dezenas de toneladas), afinal conseguem coletar no máximo algumas dezenas de quilos diariamente. A quantidade que acumulam individualmente justificaria economicamente o investimento no transporte dos resíduos recicláveis dos lixões até as indústrias recicladoras, mas não garantiria os ganhos dos compradores que fazem o transporte do lixão até o depósito na cidade.

Nem todos podem comprar e acumular grandes quantidades de resíduos recicláveis. Os menores deles adquirem dos próprios catadores e realizam uma triagem dos resíduos comprados de acordo com os tipos de materiais, antes de revendê-los. Como exemplo, para que uma carga de embalagens longa vida (caixinhas de leite) compense o frete de Presidente Prudente a São Paulo ela deve estar limpa, prensada e pesando na totalidade entre 10 e 15 toneladas²².

Assim, para que possa participar de maneira lucrativa dessa rede de comércio, o sucateiro deve contar, além do conhecimento sobre o funcionamento do mercado dos resíduos recicláveis em suas diversas escalas, com uma infra-estrutura básica que pressupõe a existência de um local para armazenamento, máquinas e pessoas que farão a

²² Isso a um preço de R\$ 75,00 a tonelada, cerca de R\$ 0,075 por quilo. Fonte: Cooperativa de Trabalhadores em Produtos Recicláveis de Presidente Prudente, 2004.

separação e prensagem e veículo(s) para transporte das mercadorias dos lixões aos depósitos (Foto 7).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 7 – Veículo utilizado na compra dos resíduos recicláveis no lixão de Presidente Prudente (SP), 2004

Neste emaranhado de relações informais de comércio, o que saiu dos centros urbanos como lixo, como coisa inservível, e foi levado para o local de disposição e confinamento, retorna novamente como resíduo reciclável, como mercadoria. O que foi expelido dos centros urbanos com custos para os poderes públicos municipais, retorna como propriedade dos intermediários.

Nos depósitos são realizadas algumas ações de preparação das mercadorias compradas nos lixões: a separação, a prensagem e, dependendo do nível técnico e de organização do trabalho, pode ocorrer algum tipo de pré-processamento dos materiais comprados, como a moagem do vidro ou do plástico.

Na relação entre sucateiro e catadores, estes últimos são diretamente explorados pelos primeiros e indiretamente pelas indústrias da reciclagem, sem que isso signifique um contrato ou qualquer outro tipo de formalização do negócio. De acordo com Calderoni (2001, p.297):

Segundo indicações de mercado, os sucateiros prestam à indústria um “serviço especial”: contratam carrinheiros sem pagar os encargos que a legislação estabelece e os custos assim economizados são repassados à indústria sob a forma de preços baixos, por ela estabelecidos de modo

que os benefícios derivados de tal prática não venham a redundar em ampliação da margem de ganho dos sucateiros.

O comércio dos recicláveis entre os trabalhadores catadores dos lixões dos municípios estudados e os sucateiros, atravessadores, mesmo estando dentro de uma lógica de exploração do trabalho comumente vista na economia capitalista, assume expressões bastante peculiares em relação à forma como se realizam essas negociações nos diferentes locais de disposição de resíduos sólidos.

Assim, dependendo do município em questão, a estratégia adotada para a realização do negócio entre intermediários e catadores é diferenciada, mas sempre no mesmo sentido, conservando as relações de dominação para que este negócio se mantenha estruturado e, sobretudo, lucrativo para os sucateiros que têm que manter o controle sobre os trabalhadores catadores e afastar indesejáveis concorrentes para não perder o monopólio no recebimento das mercadorias.

Essa dominação exercida pelos sucateiros sobre os catadores é garantida não só pela miséria dos trabalhadores, mas também pelo “isolamento” nos lixões, o que não permite uma movimentação por parte dos catadores que lhes possibilite romper com um sucateiro para negociar com outro. O sucateiro apresenta-se como o “benfeitor” único, afinal o que o catador pode fazer com aquilo que recolheu e está amontoado, se não vender?

Estes lançam mão, muitas vezes, até mesmo de regras de conduta e de uma pretensa ética no negócio, instituindo um pacto, que vincula o catador ao comprador de suas mercadorias.

Procuram se apresentar como e, muitas vezes, são reconhecidos por serem bons pagadores, como compradores constantes, como amigos que sempre têm dado mostra da sua fidelidade na hora da compra. Assim, diminuem o risco de perder o seu negócio para outro, já que é livre a entrada de compradores nestes locais. De acordo com o senhor José Elias de Souza, catador no lixão de Presidente Prudente (SP):

Cada um tem seu comprador. Às vezes um paga mais, outro paga menos, mas a pessoa tem o costume de vender para aquele. Não tem enrosco. É uma relação de confiança mesmo. Eu vendo para a pessoa há muitos anos, tem muito tempo já. (Entrevista realizada em 20/07/2003)

Aparentemente toda negociação é feita em comum acordo, um negócio que envolve duas partes que estão em igual condição para a sua realização, existindo até um “companheirismo” entre os envolvidos.

Os relatos dos trabalhadores catadores dão conta de que existe uma idéia de fidelidade, baseada no fato de que aquele sucateiro que sempre compra ou comprou é o que deve ter a preferência. Isso porque se determinado catador vender a um concorrente e esse vier a deixá-lo, terá prejuízos e dificuldades para voltar a estabelecer a antiga relação.

O interessante é que o sucateiro não é obrigado a comprar tudo o que o catador recolhe, não se estabeleceu nenhum acordo no sentido da obrigação do primeiro para com o outro. Se não há demanda por parte da indústria a compra não acontece. Se o preço pago por ela cai, imediatamente essa diminuição é repassada para o catador, que tem sua renda diminuída e entra em dificuldades ainda maiores. Porém, estas são condições consideradas adversas à vontade do atravessador, que compra ainda mais barato e acumula para vender em períodos de alta de preços.

As indústrias, por sua vez, mesmo conseguindo a matéria-prima para produção de suas mercadorias a preços mais baixos, não colocam no mercado os produtos derivados dos recicláveis a preços menores. Para Rodrigues (1998, p.140):

Nos dias atuais, para setores do circuito produtivo que realizam o reaproveitamento (reciclagem) dos resíduos, a compra da mercadoria lixo tem implicado menores custos de produção, embora os produtos resultantes não tenham diminuído de preço no mercado de consumo, o que implica a possibilidade de auferir maiores lucros.

A garantia do lucro está na utilização desse verdadeiro exército de trabalhadores na recuperação dos resíduos sem nenhum custo contratual. A indústria obtém o fruto do trabalho dos catadores sem necessariamente tê-los como trabalhadores, ou se quer vínculo empregatício, com eles, sendo que a relação mais aproximada é feita, como vimos, pelos atravessadores.

O domínio exercido pelos sucateiros sobre os trabalhadores catadores – que, acreditamos ocorrer em todo circuito econômico que envolva a reciclagem de materiais no Brasil – encontra apoio também no controle exercido pelas indústrias recicladoras que visando à reprodução ampliada do capital investido, conta ainda com dispositivos coercitivos parte da própria estrutura social na qual estamos inseridos.

Obedecendo a lógica econômica imposta de cima para baixo pela indústria, os intermediários acabam diversificando as formas e os ritmos das compras, os preços pagos, e o tipo de material a ser coletado, isso tudo variando de acordo com a situação de cada lixão e dependendo da demanda do mercado nacional que pode sofrer variações. Inclusive

algumas alterações nos preços e nas preferências pelas mercadorias podem resultar da conjuntura econômica do mercado mundial.

É claro que de acordo com o andamento do mercado é que se estabelece o preço e o movimento de compra e de catação dessas mercadorias nos lixões, não só do Pontal do Paranapanema, mas de todo o Brasil²³. Isso não significa que uma alta dos preços pagos pelas indústrias por determinados materiais se transforme imediatamente em maiores ganhos aos trabalhadores catadores. Uma possível valorização tende a chegar com menos intensidade com o controle de preços exercidos pelos sucateiros.

Já o inverso, a queda dos preços praticados no mercado, chega rapidamente aos catadores. A diminuição do preço pode estar ligada a mudanças na economia brasileira, às relações econômicas internacionais e mesmo à expansão da coleta seletiva em outros países. A baixa dos preços ocorrida no segundo semestre de 2005, que pôde ser sentida pelos catadores e cooperativas de todas as regiões do Brasil²⁴, teve como causa, segundo a reportagem publicada pelo Jornal O Globo, em 13/11/2005, a queda do dólar, pois a valorização da moeda no país, deixou mais cara a sucata brasileira para o comprador internacional. Influenciadas por esse fato, as matérias-primas virgens ficaram mais baratas para que a indústria importasse. Um outro fator foi o crescimento da miséria e do desemprego na América Latina. De acordo com o Globo:

O engenheiro José Henrique Penido, assessor da Diretoria Técnico-Industrial da Comlurb, lista outros fatores que, numa cruel conjunção, contribuíram para a queda nos preços este ano. Em muitas capitais da América Latina, como Montevidéu (Uruguai) e Buenos Aires (Argentina), as elevadas taxas de desemprego multiplicaram o número de catadores de lixo. Muitos desses países estão agora exportando para a China, que até meados deste ano comprava grandes volumes de PET no Brasil e vinha sustentando os preços aqui (reportagem publicada no Caderno Economia, 13/11/2005)

A dinâmica do mercado de recicláveis passa a ter, cada vez mais, como elemento definidor de preços e da procura por determinados tipos de materiais, a economia globalizada e ainda as transformações no mercado de trabalho interno brasileiro e na América Latina. Nesse movimento, claro que os catadores são os que sofrem as maiores

²³ A reportagem do Jornal O Estado de São Paulo, intitulada: “**Efeito China Valoriza Sucata**”, publicada no dia 4 de abril de 2004, em seu caderno Economia, informa que a grande demanda da China por commodities não agrícolas tinha atingido o mercado de sucatas no Brasil, o que causou a elevação do preço. A demanda chinesa fez com que a variação no preço da sucata para fundição fosse de 152%, no período de jul/2003 a Mar/ 2004 (O Estado de São Paulo: Caderno Economia. Página B5).

²⁴ Mais informações ver: www.movimentodoscatadores.org.br

perdas. Se há demanda pelos produtos há alta de preços e também aumento da concorrência na catação. Se os preços caem, para muitos não há saída, resta esperar pelo aumento da procura para voltar a obter uma renda que lhe permita sobreviver.

No período em que realizamos o nosso trabalho de campo, os resíduos recicláveis mais procurados pelos sucateiros nas diversas localidades, eram os mesmos nos diferentes lixões, ou seja, aqueles compostos por materiais que servem de matéria-prima para as indústrias de reciclagem mais lucrativas e que têm obtido um crescimento nos últimos anos no Brasil. Dentre os materiais citados pelos trabalhadores catadores estão: o papel/papelão, os materiais ferrosos (sucata), o alumínio, o poli(tereftalato de etileno), (PET), e em menor escala o vidro, conforme podemos observar no Quadro 2.

QUADRO 2 – Tipos de Resíduo Coletado pelos Catadores nos Lixões dos Municípios da UGRHI - Pontal do Paranapanema (SP)

Municípios	Tipo de Material comprado pelos Sucateiros nos lixões
Álvares Machado	Papel/ Papelão; Plástico; Ferro; Alumínio; Vidro
Alfredo Marcondes	Papel/ Papelão; Plástico (PET); Ferro; Alumínio; Vidro
Caiabú	Papel/ Papelão; Plástico(PET); Ferro; Alumínio; Vidro
Caiuá	Papel/ Papelão; Plástico(PET); Ferro; Alumínio
Euclides da Cunha	Papel/ Papelão; Plástico; Ferro; Alumínio; Cobre
Iepê	Papel/ Papelão; Plástico; Ferro; Alumínio
Mirante	Papel/ Papelão; Plástico(PET); Alumínio; Cobre
Piquerobi	Papel/ Papelão; Plástico(PET); Alumínio;
Pirapozinho	Papel/ Papelão; Plástico; Ferro; Alumínio; Vidro ; Cobre
Presidente Prudente	Papel/ Papelão; Plástico; Ferro; Alumínio; Vidro ; Cobre
Presidente Venceslau	Papel/ Papelão; Plástico; Ferro; Alumínio; Vidro ; Cobre
Rancharia	Papel/ Papelão; Plástico; Ferro; Alumínio; Vidro ; Cobre
Regente Feijó	Papel/ Papelão; Plástico; Ferro; Alumínio; Vidro
Sandovalina	Papel/ Papelão; Plástico; Ferro; Alumínio; Vidro
Taciba	Papel/ Papelão; Plástico; Ferro; Alumínio
Teodoro Sampaio	Papel/ Papelão; Plástico; Ferro; Alumínio; Cobre

Fonte: Trabalho de Campo, Maio – Novembro de 2003.

Pelo exposto fica claro que a catação dos resíduos recicláveis nos lixões não acontece de forma aleatória. Os mesmos tipos de materiais foram citados pelos catadores dos diferentes municípios, o que indica aqueles prediletos do mercado da reciclagem naquele momento. Os motivos da preferência por esses materiais são por demais conhecidos.

Para manter-se lucrativamente no negócio da comercialização da reciclagem, sem colocar em questão a margem de lucro das indústrias, os sucateiros procuram então transferir ao máximo os custos da operação para os trabalhadores catadores e controlar os preços. O fato é que em última instância os eventuais prejuízos ou perdas serão sempre destes últimos.

Assim, por exemplo, dependendo da distância entre onde está localizado o lixão e o depósito do sucateiro comprador, o preço pago pelas mercadorias pode variar, sempre para baixo do preço médio pago. Quanto mais longe for o local onde se encontra a mercadoria, o sucateiro terá mais gastos, que terão que ser abatidos no preço pago aos catadores.

Como exemplo, temos o caso do senhor Cezário Lourenço de Almeida, 72 anos, trabalhador do lixão do município de Iepê (SP), que, para vender o papelão coletado, precisou improvisar e construir a sua própria prensa de papelão.

Feita de madeira tem como finalidade enfardar o papelão em blocos de mais de 50 kg. Para realizar o trabalho de enfardamento normalmente feito pelas prensas hidráulicas, o senhor Cezário utiliza o peso do próprio corpo (Foto 8).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 8 – Catador trabalhando em sua prensa improvisada, Iepê (SP), 2003

Segundo ele, isso ocorre porque o preço pago pelo sucateiro para comprar/buscar o material sem estar enfardado estava muito abaixo da média, o que tornava inviável a comercialização.

Para realizar o enfardamento do papel o catador enche a caixa de madeira com o papelão e aperta com os pés, pula sobre ele até que todo material esteja bem acomodado. Quando a caixa está abarrotada, passa uma fita entre os buracos feitos na borda da tábua de cima e amarra, produzindo o fardo (Foto 9).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 9 – Fardos de papelão produzido artesanalmente, 2003.

Estes após enfardados são guardados em um barracão construído pela Prefeitura Municipal de Iepê-SP, dentro do próprio local de aterro de lixo²⁵.

Assim, para garantir a lucratividade do comprador, o trabalhador tem que realizar essa dupla atividade: catar e prensar. Diminuir o volume é um tratamento que não pode ser dado pelo senhor Cezário a outros materiais, como por exemplo, o vidro, que pelo baixo valor no mercado e pelo grande volume que ocupa quando está em forma de vasilhames, não é rentável e por isso não é comprado pelo sucateiro.

Uma outra estratégia utilizada pelos sucateiros para manterem a sua margem de lucro dos negócios é a compra quinzenal. Em alguns lixões localizados na UGRHI- Pontal do Paranapanema-SP, a comercialização de todo material coletado pelos catadores acontece a cada quinze dias, tempo necessário para que acumulem mercadoria suficiente

²⁵ De acordo com a senhora Adgélzira Capelotti, assessora de imprensa municipal, a construção do referido barracão tem como objetivo servir futuramente de local de armazenamento de recicláveis coletados na área urbana da cidade através de um programa de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares, que deverá vir a ser implantado. No entanto, como o projeto ainda não foi implementado, a Prefeitura liberou o barracão para os catadores que trabalham no lixão armazenarem suas mercadorias até o dia da venda.

para justificar a vinda do comprador. Essa forma de negociação é feita no lixão da cidade de Mirante do Paranapanema (SP).

A aquisição do material por parte do sucateiro acontece normalmente de duas formas: por tipo de mercadoria, pagando-se valores diferenciados, ou pelo conjunto. Neste último, os sucateiros arrematam tudo que o catador conseguir juntar e pagam um único preço. Essa diferença na maneira de realizar a compra depende da situação de cada localidade, levando-se em conta a quantidade de material e a concorrência.

O que pudemos observar é que a compra por monte (material misturado), acontece na maioria dos lixões com menor número de catadores, e quando este tipo de negociação se estabelece, é sempre uma imposição do sucateiro. Para os catadores o que resta é a sujeição, pois não há como fugir desta situação ou fazer outras proposições, uma vez que ficar com a mercadoria amontoada, sem comercialização, é ainda pior (Foto 10).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves
Foto 10 – Material amontoado para venda conjunta em Sandovalina no Pontal do Paranapanema (SP), 2003

Como exemplos dessa forma de negociação, por monte, temos os casos encontrados nos municípios de Teodoro Sampaio, Caiabu, Mirante do Paranapanema e Sandovalina (Tabela 12). Nas palavras do senhor Valdelício, 65 anos, catador no lixão de Sandovalina-SP:

Eu vou pegando tudo que dá para tirar do meio do lixo, vou fazendo a reciclagem de tudo, amontoô tudo aí até o dia da compra. Aí o gaúcho

vem e compra o monte, como nós acordamos (Entrevista realizada em 18/07/2003)

Uma outra vantagem para o sucateiro no sistema de compra por monte é a de levar materiais mais nobres e que tem um preço maior, por um preço menor. O preço médio pago no amontoado de mercadorias acaba sendo muito mais próximo ao daquelas de preço menor.

No entanto, ao comercializar com um grande depósito ou diretamente com a indústria, o sucateiro realiza a venda das mercadorias em separado e por preço mais elevado do que aqueles que geralmente são pagos aos catadores. Comprando o conjunto para depois vendê-las em separado, o sucateiro consegue aumentar a diferença entre o preço que é pago por ele e o preço em que são vendidas, e conseqüentemente a extração do seu lucro será maior.

Para minimizar os custos aprimoraram, mesmo que de forma bastante precária, o caminhão utilizado para o transporte da mercadoria, adaptando a carroceria do veículo para o serviço. Instalam grandes grades na carroceria, formando uma espécie de gaiola, que otimiza o espaço de armazenamento da carga, o que permite transportar maior quantidade do material por volume, que geralmente já foi ensacado e enfardado pelos catadores no momento da compra.

Ainda dentro da lógica de transferência de custos para os trabalhadores catadores, temos o caso do senhor Afonso P. Figueiro, 40 anos, catador do lixão do Município de Euclides da Cunha. Para que possa realizar a venda dos recicláveis ali coletados, sem arcar com o transporte das mercadorias, é necessário acumular uma quantidade equivalente a 4.000 Kg de material, exigência do sucateiro de Presidente Prudente (SP) para deslocar-se até o local da compra.

Havendo uma quantidade menor que os 4.000 Kg, o senhor Afonso, se quiser vender, tem que arcar com as despesas do transporte da mercadoria para o depósito. Nesse caso os custos que giram em torno de R\$ 80,00 reais por viagem serão abatidos proporcionalmente do montante que o catador receberá do sucateiro²⁶.

²⁶ De acordo com o senhor Afonso, o máximo que conseguiu catar de material em um mês foi 3.000kg, não tem conseguido atingir a meta estipulada pelo sucateiro, por isso tem sempre que pagar. O maior empecilho para acumular o material por um período maior que trinta dias, está na dificuldade econômica pela qual passa e que o impele a vender a mercadoria para conseguir o dinheiro.

Não é só a forma de compra do material que varia de um lixão para outro. Os preços pagos pelas mercadorias também são diferenciados, oscilando fora e dentro do próprio lixão, nos casos em que há mais de um comprador.

Além disso, há uma grande diversidade entre os valores pagos pelos recicláveis compostos por distintos materiais. Porém, essas diferenças não vão além de um preço máximo que continue garantindo o lucro do sucateiro. Assim, os trabalhadores catadores estão sempre comercializando os resíduos recicláveis por baixos preços (Tabela 8).

TABELA 8 - Preços Pagos Pelos Resíduos Recicláveis

Municípios do Pontal do Paranapanema	Tipo de Material e Preço Pago por Kg (R\$)					
	Papel/ Papelão	Plástico*	Ferro	Alumínio	Vidro	Cobre
Álvares Machado	R\$ 0,50 por quilo do material misturado					
Alfredo Marcondes	R\$ 0,10	R\$ 0,10	R\$ 0,10	R\$ 2,00	R\$ 0,08	R\$ 2,00
Caiabu	R\$ 0,15 por quilo do material misturado					
Caiuá	R\$ 0,10	R\$ 0,10	R\$ 0,10	R\$ 1,50	NV	NV
Euclides da Cunha	R\$ 0,08	R\$ 0,12	R\$ 0,10	R\$ 2,00	NV	R\$ 2,00
Iepê	R\$ 0,10	R\$ 0,06	R\$ 0,10	R\$ 1,50	NV	NV
Mirante	R\$ 0,23 por quilo do material misturado					
Piquerobi	R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 0,10	R\$ 1,50	NV	NV
Pirapozinho	R\$ 0,10	R\$ 0,12	R\$ 0,10	R\$ 1,80	R\$ 0,05	R\$ 3,20
Presidente Prudente ²⁷	R\$ 0,07 a 0,11	0,09 a 0,10	0,06 a 0,10	1,50 a 2,20	R\$ 0,05	R\$ 1,80
Presidente Venceslau	R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 1,50	R\$ 0,05	NV
Rancharia	R\$ 0,10	R\$ 0,12	R\$ 0,10	R\$ 2,00	R\$ 0,06	R\$ 2,00
Regente Feijó	R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 2,00	R\$ 0,05	NV
Sandovalina	R\$ 0,20 por quilo do material misturado					
Taciba	R\$ 0,15	R\$ 0,12	R\$ 0,10	R\$ 2,20	NV	NV
Teodoro Sampaio	R\$ 0,20 por quilo do material misturado					

* O PET é o plástico mais comercializado

NV : Não vende esse tipo de material

Fonte: Trabalho de Campo, Março – Novembro de 2003

Os preços pagos pelos sucateiros sofrem variações de uma a três unidades de centavos em materiais como plástico e ferro, por exemplo, chegando a dezenas de centavos em materiais como o alumínio. Isso indica, além da exploração mais intensa dos catadores, também o próprio nível em que se encontram determinados sucateiros no circuito econômico de compra e venda desses materiais, ou seja, os preços mais baixos são praticados geralmente por aqueles que terão que revender a mercadoria a outros sucateiros maiores, com poder de armazenamento e de comercialização direto com a indústria.

²⁷ Apresentamos aqui a variação de preços, pois, em Presidente Prudente foram encontrados vários preços pagos pelo mesmo tipo de mercadoria, refletindo mais explicitamente a concorrência entre os sucateiros da cidade e região.

A variação do preço para baixo no lixão garante então a margem de lucro dos pequenos sucateiros que negociam com os maiores, que por sua vez também participam diretamente do mercado de resíduos recicláveis, comprando dos catadores que estão nos lixões e nos centros urbanos.

Os mecanismos que determinam os preços dessas mercadorias nos dão uma pista para compreendermos um pouco desse mercado, que passa despercebido para muitos, com características de desorganização e de estruturação precária, funcionando em grande parte na informalidade, mas que está atrelado diretamente a uma estrutura econômica bastante lucrativa. Uma lucratividade que se funda, sobretudo, nesse funcionamento que se apresenta como ineficiente e em que o que reina é uma aparente livre negociação, liberdade para impor os preços aos recicláveis.

A participação no mercado de compra e venda de recicláveis nos lixões “é livre”. Livres estão os sucateiros para percorrerem, impulsionados pelo desejo de maiores ganhos e da usura, as distâncias que os separam dos locais onde estão as mercadorias que lhes interessam.

Aqui se apresenta para nós mais uma das particularidades desse circuito econômico que envolve as mercadorias recicláveis, que mesmo provido de uma ampla e, às vezes, velha frota de caminhões e caminhonetes para a realização do transporte de tais mercadorias, passa por muitos sem despertar atenção.

Essa aparente fragilidade é fruto de uma infra-estrutura simples, geralmente implicando na utilização de pequenos veículos nos casos dos pequenos sucateiros, que percorrem pequenas distâncias, traçando o seu circuito entre o lixão e o município onde está localizado seu depósito, às vezes alcançando os lixões dos municípios mais próximos.

A não necessidade de propaganda na mídia para venda ou para compra dessas mercadorias no circuito informal é um outro fator que contribui para essa ação aparentemente oculta.

Por tudo isso, a expressão territorial do fluxo dos resíduos recicláveis coletados nos lixões do Pontal do Paranapanema (SP), nos fornece outras pistas para entendermos melhor a estrutura em que se insere o trabalho dos catadores.

As informações obtidas junto a estes nos lixões do Pontal do Paranapanema (SP), sobre quem são os compradores e para onde são encaminhados os resíduos vendidos, nos permitiram elaborar a Figura 4, que expressa um quadro geral do primeiro ponto de parada das mercadorias recicláveis ao saírem de cada um dos diferentes locais na região estudada.

A observação desta nos leva a apontar algumas das situações relativas ao comércio e destinação dos recicláveis no Pontal do Paranapanema (SP). Destacamos aqui a ação dos sucateiros de alguns municípios que atuam em diferentes lixões, o que acaba por constituir uma centralidade de algumas cidades no recebimento dos resíduos recicláveis provindos dos lixões, como são os casos de Teodoro Sampaio e de Presidente Prudente.

Os sucateiros da cidade de Presidente Prudente-SP são os compradores mais atuantes da região. Desta maneira, os resíduos recicláveis coletados pelos catadores em vários municípios são trazidos para a cidade, que por sua vez é, como já dissemos, a mais populosa e também onde é gerada a maior quantidade de resíduos sólidos urbanos domiciliares na região (CETESB, 2003, 2004), contando ainda com o maior número de trabalhadores atuando no lixão.

O fluxo das mercadorias recicláveis em direção a Presidente Prudente não está ligado à presença de grandes indústrias²⁸ recicladoras locais, mas à existência de vários depósitos de compradores intermediários.

Essa centralidade exercida pelos sucateiros de Presidente Prudente na compra dos resíduos recicláveis acaba se expressando territorialmente no perímetro urbano do município, sobretudo pelo número de depósitos, alguns deles com grande capacidade de armazenamento, utilizados para a estocagem das mercadorias, que depois serão encaminhadas para as diferentes indústrias recicladoras²⁹.

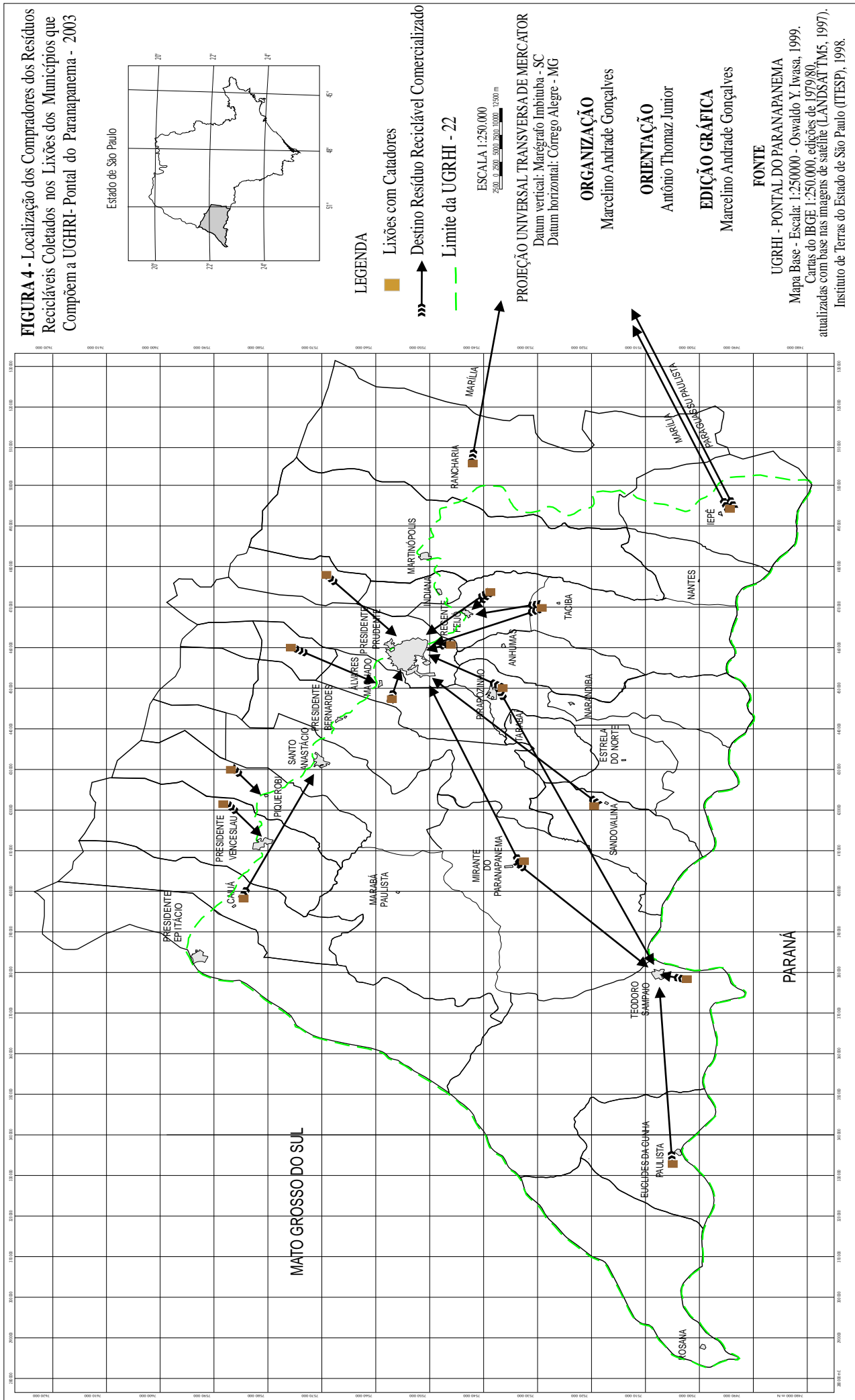
A catação dos recicláveis aparece como um elemento a mais na recolha de lixo da cidade, porém, um serviço que não é reconhecido e ganha ares de invisibilidade no cotidiano urbano, ligando-se de certa forma ao serviço de limpeza urbana nas ruas e nos lixões. Uma relação clandestina, à medida que os catadores e os compradores dos resíduos recicláveis atuam à revelia do poder público.

A discussão que apresentamos neste capítulo, nos coloca no caminho para o entendimento do circuito econômico que envolve os resíduos recicláveis coletados pelos catadores nos lixões da UGRHI - Pontal do Paranapanema. Para tanto, procuramos demonstrar a dinâmica territorial das formas de execução e controle do trabalho na catação desses materiais para daí entendermos as diferentes escalas do fenômeno que aqui apresentamos.

²⁸ A maior empresa no ramo industrial da reciclagem de materiais na cidade de Presidente Prudente é a Regipet, Recuperadora de Plástico, que trabalha exclusivamente com o pré-processamento das embalagens do tipo PET (Poli(tereftalato de etileno), produzindo matéria prima para a fabricação de outras mercadorias.

²⁹ Mais informações sobre os depósitos de recicláveis ver: Gonçalves, M. A. (2000).

FIGURA 4 - Localização dos Compradores dos Resíduos Recicláveis Coletados nos Lixões dos Municípios que Compõem a UGRHI- Pontal do Paranapanema - 2003



A manifestação e as condições do trabalho no lixo não se explicam em sua escala de existência material imediata e aparente. Na verdade o fenômeno é a porta de entrada para o entendimento de questões mais amplas e complexas ligadas à produção/reprodução da sociedade do capital.

Isto significa que é resultado de uma lógica que leva um grande número de homens e mulheres ao descalabro da exclusão social pela precarização e negação da possibilidade de reproduzir-se dignamente, o que resulta na ampliação crescente do contingente de empobrecidos e miseráveis, etc.

1.3 Aterros Fechados Para os Catadores

No período do trabalho de campo na área de estudo, eram seis os municípios em que os locais de aterro de resíduos sólidos domiciliares se encontravam sistematicamente fechados para os catadores: Anhumas, Indiana, Narandiba, Rosana, Santo Anastácio e Tarabai (Figura 4). Esse fechamento se materializa por meio da construção de muros e na presença de vigias, que obstaculizam a entrada de pessoas não autorizadas.

A instalação dos obstáculos nesses locais, força o cumprimento de uma regra já existente e que até então era menosprezada, pois os catadores desempenhavam ali suas atividades antes da implantação de ações impeditivas por parte das administrações municipais. Ao imporem as normativas para a adequação ambiental, as administrações não só impedem a entrada dos catadores, mas forçam a saída dos que já se encontram no local.

Essas medidas foram tomadas, como dissemos anteriormente, para adequar a situação de gerenciamento das áreas de disposição de resíduos à legislação vigente³⁰, melhorando a classificação do município junto aos órgãos fiscalizadores e, desta maneira, permitindo uma escapatória às sanções que vinham, ou poderiam vir a ser aplicadas.

A presença dos catadores nos locais de disposição do lixo é entendida do ponto de vista técnico como um problema para o manejo adequado do local e para a saúde pública e

³⁰ O Código Sanitário do Estado de São Paulo, no Título I, Seção II dos Resíduos Sólidos prevê que: todo e qualquer sistema individual ou coletivo, público ou privado, de geração, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos de qualquer natureza, gerados ou introduzidos no Estado, estará sujeito à fiscalização sanitária competente, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública. Os projetos de implantação, construção, ampliação e reforma de sistemas de coleta, transporte, tratamento, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos deverão ser elaborados, executados e operados conforme normas técnicas estabelecidas pela autoridade sanitária competente (Em São Paulo a CETESB). Norma Brasileira **NBR n°8849 de 1995**: dispõe sobre a apresentação de projetos de aterros controlados de resíduos sólidos urbanos. Fixa as condições mínimas exigíveis para a apresentação de projetos de aterros controlados de resíduos sólidos urbanos.

não um problema social. A respeito da presença de catadores nos aterros a CETESB estabelece que:

Cabe às prefeituras e administradores de aterro manter fiscalização intensiva para barrar a presença de catadores, que é proibida nestes locais, pois além de dificultar o bom andamento dos trabalhos nos locais correm riscos de acidentes. Além de infecções e doenças provenientes do lixo, a circulação de tratores e caminhões nos aterros é grande e pode provocar acidentes graves, com a circulação indevida dos catadores, principalmente crianças³¹ (www.cetesb.sp.gov.br).

Porém, das irregularidades que podem ser vistas nestes locais, a presença dos catadores é uma anormalidade antiga e comum em grande parte dos municípios do estado. Contudo, apesar de sua reconhecida existência, tornou-se uma das situações mais complicadas para os administradores resolverem, sobretudo para aqueles em que há um grande número de trabalhadores atuando na catação nos locais de disposição.

Isso porque na maioria dos casos em que os catadores são “convidados” a se retirar, não é apresentada nenhuma ação ou projeto alternativo que possibilite aos trabalhadores uma nova fonte de renda após a sua saída e o fechamento do local de disposição dos resíduos. O Estado em suas várias escalas de poder não tem proporcionado alternativas econômicas, políticas e sociais para esse grupo de trabalhadores.

Assim, os órgãos fiscalizadores do Estado através da força da lei pressionam para que os municípios resolvam a questão da adequação técnica e ambiental no que diz respeito aos aterros, sem a necessidade de propor uma solução para os trabalhadores catadores. Vistos como problema pelos órgãos fiscalizadores ambientais são colocados à margem dos debates e das ações de adequação, não sendo convidados a participar de nenhuma conversa a respeito do problema e de possíveis alternativas para solução.

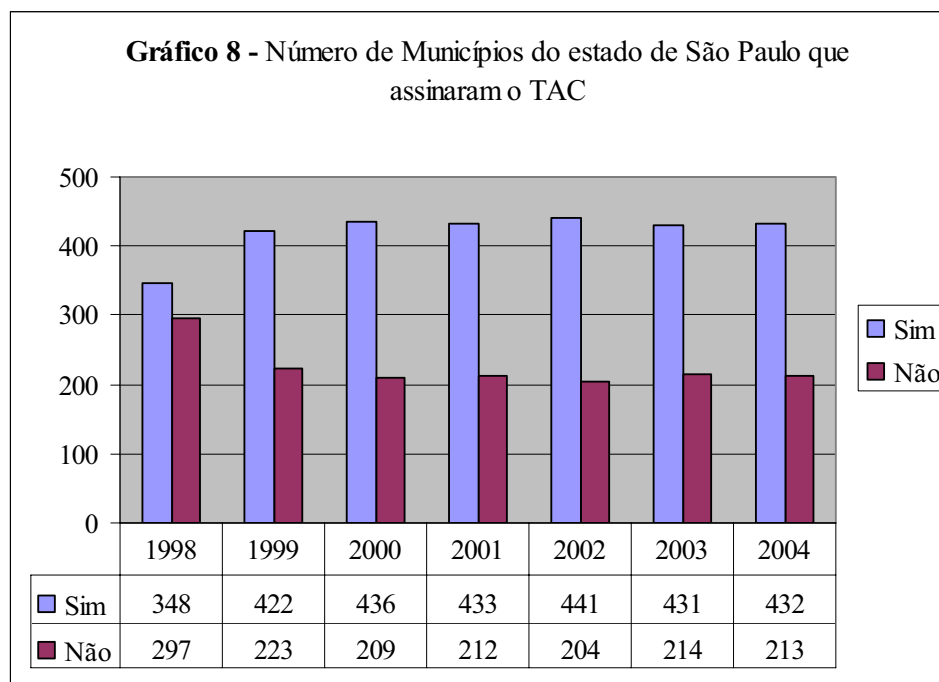
Na busca para forçar a adequação dos municípios no que diz respeito ao gerenciamento dos aterros, a CETESB, além da aplicação das penalidades previstas, tem procurado levar os municípios do estado de São Paulo a assinar os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs): CETESB (2002, p.10):

Os (TACs), são títulos executivos extrajudiciais que são estabelecidos de comum acordo com as administrações municipais, definindo prazos e atividades a serem realizadas pelos municípios, para a regularização ambiental das instalações de destinação de lixo em operação.

³¹ Este texto foi retirado do site da CETESB em dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/Solo/residuos/historico.asp>

De forma resumida, os TACs propõem, as administrações municipais, procedimentos para as usinas de compostagem, aterros e lixões, visando à sua regularização ou encerramento, com a implantação de uma nova solução de caráter definitivo. Em todos os casos, as ações propostas devem possibilitar a adequação técnica e ambiental das instalações, seguida de seu correspondente licenciamento ambiental.

A adesão dos municípios aos TAC até 2004 tem sido crescente. Dos 645 municípios paulistas, 432 haviam manifestado concordância (Gráfico 8).



Fonte: CETESB, 2005
Org: Marcelino A. Gonçalves

Os dados da CETESB observados no Inventário Estadual de Resíduos Sólidos publicado em 2004, relativos ao ano de 2003, apontam que dos 645 municípios paulistas, 269 tinham em seus aterros trabalhadores catadores, e destes últimos, 181 haviam firmado o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta³².

A consequência do cumprimento dos TACs será sentida diretamente pelos trabalhadores catadores que estão nos lixões dos municípios paulistas que colocarem em prática um projeto de adequação às normas sem pensar nos desdobramentos desta questão.

Em nossa pesquisa de campo pudemos observar que a aplicação dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) levou as administrações dos municípios de Anhumas, Indiana, Narandiba, Rosana, Santo Anastácio e Tarabai, a cercarem os locais de disposição

³² O Inventário Sobre Resíduos Sólidos publicado em 2005 e que traz informações relativas a 2004, já não apresenta informações sobre a presença dos catadores em lixões em São Paulo.

dos resíduos e em alguns casos, impedirem pela força a entrada dos catadores.³³ Nestes municípios os dados da CETESB (2002), em comparação aos dados levantados em nossa pesquisa de campo, revelam o resultado dessas mudanças (Tabela 9).

TABELA 9 - Número de trabalhadores Catadores nos locais de disposição final - 2002 e 2003.

Municípios	Nº de Trabalhadores CETESB/2002	Nº de Trabalhadores Trabalho de Campo 2003
Anhumas	10	0
Indiana	6	0
Narandiba	10	0
Rosana	0	0
Santo Anastácio	20	0
Tarabai	0	0
Total	46	0

Fonte: CETESB, 2002, Trabalho de Campo 2003

A alteração no que diz respeito ao número de catadores nos aterros destes municípios foi radical, passou de 46 no total, no ano de 2002, para nenhum no ano de 2003. O fator principal que colaborou para esta transformação, já se conhece de forma geral, foi o cercamento dos locais de aterro (Foto 11).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 11- Local de aterro de resíduos sólidos domiciliares em Anhumas (SP), 2003

³³ Em Indiana, de acordo com o funcionário da Prefeitura responsável pela coleta de lixo, aconteceu uma série de conflitos até a solução final, que foi a retirada dos catadores do aterro.

A maior parte das Prefeituras afirmou, nas entrevistas, que no período em que estes locais foram fechados havia se pensado em projetos de inclusão dos catadores em programas de coleta seletiva de resíduos recicláveis, mas que por diversos motivos não puderam ser implantados. Dentre os obstáculos que impediram o desenvolvimento desse tipo de trabalho estaria a falta de confiança dos catadores nos projetos, o que os inviabilizava, como afirmou a prefeitura de Rosana.

Já em Santo Anastácio, como forma de convencer os catadores a saírem do lixão de aterro dos resíduos sem maiores dificuldades e conflitos, a prefeitura lançou mão de um programa social que permitiu a contratação desses trabalhadores por tempo determinado para prestação de serviços gerais, levando-se em conta a necessidade de garantir-lhes um rendimento mensal. Porém, após o final do contrato, havendo segundo a prefeitura impedimentos legais para sua renovação, os ex-catadores foram demitidos e não puderam retornar à catação no aterro licenciado.

Mesmo considerando aqui elementos como a incredulidade dos catadores com relação às ações das prefeituras, devemos levar em conta também o fato de que não havia por parte das administrações municipais em questão um plano de ação, um projeto realmente viável para apresentar e debater com os trabalhadores. Prova disso é que as possíveis propostas de inclusão dos catadores só aparecem após a proibição da entrada destes nos locais de disposição dos resíduos e não antes, como alternativa, demonstrando a falta de planejamento para ações nesse setor. Aliás, em nenhum dos municípios da UGRHI – Pontal do Paranapanema foi encontrado um órgão administrativo que pudesse apresentar dados sistematizados ou informações precisas sobre a questão relativa ao lixo de maneira geral³⁴.

E como os catadores estão sempre no limite no que diz respeito às condições materiais de sobrevivência, acreditam que vão perder tempo ao buscarem soluções para o problema que enfrentam junto às administrações municipais.

As situações aqui apresentadas demonstram que algumas delas ao procurarem o ajustamento às normas técnicas, negligenciam ou tratam com desprezo a condição do trabalhador catador.

Isso demonstra claramente que dentro do programa oficial do Estado de ajuste de conduta dos municípios, no que diz respeito ao gerenciamento e controle técnico dos

³⁴ ver LEAL et all (2003)

aterros, não há maior preocupação em construir um projeto político-social que leve em consideração tal situação.

Assim, esses trabalhadores que são colocados para fora dos lixões e sem nenhuma alternativa, continuam não sendo dignamente reconhecidos por grande parte da sociedade. Alguns procuraram desenvolver a catação de resíduos recicláveis nas ruas, concorrendo com os demais catadores carrinheiros, outros continuam sofrendo as mazelas da miséria no anonimato.

Vimos algumas experiências que buscam apresentar alternativas, mas na maior parte dos casos demonstraram-se ineficientes e desestruturadas. Ações em que as administrações públicas procuram amenizar temporariamente o problema e não resolvê-los, ou que objetivam resolver a questão, mas sabedoras de que não contam com elementos infra-estruturais necessários. De acordo com a CETESB (2002, p.12):

Alguns municípios vêm empreendendo ações visando à resolução desse problema, propiciando outras oportunidades para que essas pessoas possam inserir-se em novas atividades desenvolvidas pelas prefeituras, principalmente, formando cooperativas de catadores, capazes de realizar a coleta seletiva e a reciclagem de materiais, de forma sincronizada com os objetivos ambientais e sociais das administrações municipais. Tais iniciativas ainda não são numerosas, registrando-se os mencionados problemas decorrentes da presença de catadores em lixões, havendo, porém, uma tendência de gradual melhoria neste sentido.

O fato é que para se ajustar ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) as administrações municipais lidam de maneira superficial com a questão do trabalho dos catadores nos lixões. A solução mais rápida e menos trabalhosa é o fechamento e o impedimento do acesso aos locais de disposição, agindo no plano das aparências, já que elimina desta forma a figura destes da paisagem do aterro.

É certo que as possibilidades de uma vida minimamente descente para esses trabalhadores, do ponto de vista da garantia da sua reprodução já não existia, sendo os lixões o último lugar onde conseguiriam e conseguem garantir um ganho mínimo em dinheiro necessário para ter acesso, muitas vezes, à uma refeição diária.

Não é difícil concordar que o trabalho no lixo deve ser extinto, que o catador deve desaparecer dos lixões. Mas a questão não se resolve com a extinção do ser social que vive nesta situação perversa, que tem raízes nas atuais condições sociais e econômicas sob as quais está baseada a sociedade do sistema produtor de mercadorias e que envia para o lixo tudo que julga imprestável, sejam objetos ou homens.

Esta situação torna-se ainda mais crítica quando analisamos o trabalho dos catadores, dentro e fora dos lixões, como um elemento basilar e garantidor de lucros no circuito econômico da reciclagem.

Esse trabalhador ao realizar o seu trabalho informal e individualizado de catação se encontra “amarrado” aos atravessadores e às indústrias, mas essa relação de trabalho não significa uma afinidade de reconhecimento mútuo e com responsabilidades por parte dos controladores do circuito. Pelo contrário, a informalidade do negócio é um elemento que possibilita a quem compra e a quem beneficia as mercadorias desses catadores, sua isenção de qualquer responsabilidade.

Assim, os catadores, vistos no circuito econômico como trabalhadores autônomos, representam na verdade a forma mais cruel de precarização do trabalho, pois trabalham indiretamente para os atravessadores e para a indústria da reciclagem, mas são considerados trabalhadores por conta própria. Na informalidade não tem acesso aos benefícios sociais mínimos, sendo que sua condição de reprodução não significa aumento do custo do trabalho para empresas do setor, que graças à lógica excludente do modo de produção capitalista têm sempre um exército de trabalhadores nesta condição a sua disposição.

CAPÍTULO 2. A RECICLAGEM DE MATERIAIS³⁵ E A DIMINUIÇÃO DA VIDA ÚTIL DAS MERCADORIAS

A recuperação dos mais diferentes tipos de resíduos para o reaproveitamento dos diversos materiais dos quais são compostos, através do processo de transformação físico-química que objetiva devolver a alguns destes materiais as qualidades perdidas na ação de utilização ou de consumo, conhecido como reciclagem, tem, sem dúvida, ganhado notoriedade nas últimas décadas no Brasil e no mundo.

Essa atividade, que começa o novo século como uma “grande novidade” da indústria brasileira, mobilizando e tendo a adesão de vários setores da sociedade neste processo, sobretudo vem ganhando simpatizantes e apoiadores pelo fato de que ao reciclar³⁶ alguns tipos de materiais que compõem os resíduos descartados, impede o desperdício dos mesmos, economiza energia e diminui os problemas ambientais causados pela grande quantidade de resíduos gerados na atualidade, que em grande parte não têm uma destinação e tratamento correto na maioria dos municípios brasileiros (JUCA, 2003).

A expansão das atividades ligadas ao circuito econômico da reciclagem de materiais no Brasil³⁷ vem ocorrendo em quase todos os ramos desse setor e tem alcançado números recordes naqueles em que o processamento industrial dos materiais garante maior ganho, com perspectiva de uma expansão crescente.

O crescimento da atividade fabril no reaproveitamento dos diversos materiais recicláveis é concomitante à expansão de toda uma estrutura que dá suporte e sustenta esse circuito econômico, de maneira que vemos a ampliação do número e a diversificação dos demais agentes econômicos que dele fazem parte, sejam os comerciantes de pequenas ou grandes quantidades de resíduos recicláveis, conhecidos como sucateiros ou atravessadores, sejam os trabalhadores catadores, envolvidos nesta atividade das mais

³⁵ De acordo com Miziara (2001), a primeira atividade industrial ligada à reciclagem no Brasil foi a da indústria de trapos, que iniciou suas atividades em 1896, com um aumento significativo a partir de 1918, tendo como principal motivo para esse aumento a Primeira Guerra Mundial, que gerou uma oferta grande do material que poderia ser recuperado. A recuperação se baseava na desfição e posterior reaproveitamento dos fios. Nasce também nesse momento um circuito econômico que passa a envolver o trabalhador conhecido como trapeiro, que fazia a recolha e o enfardamento desse material para os depósitos de trapo e para as indústrias da cidade. Atualmente, o reaproveitamento através da reciclagem se dá em vários tipos de materiais, como o papel, os plásticos, os metais, etc.

³⁶ A Reciclagem de resíduos sólidos tornou-se uma das principais recomendações indicadas pela Agenda 21, documento redigido em 1992 durante a ECO 92.

³⁷ Barciote (1994); Leite (2000); Cortez; (2000). Dados sobre a reciclagem no Brasil podem ser acessados nos seguintes sítios: <http://www.alcan.com.br/>; <http://www.tomralatasa.com.br/>; <http://www.abepet.com.br/>; <http://www.cempre.com.br/>.

diversas formas e situações, nos lixões, nas ruas, nas centrais de triagem, organizados autonomamente, ou em cooperativas, associações etc.

Toda essa dimensão social e econômica territorializa-se em vários centros urbanos brasileiros, tornando-se uma atividade econômica que ocupa um expressivo contingente de trabalhadores em condições precárias de trabalho, envolvendo uma estrutura de compra-venda, transporte e armazenamento e pré-processamento de mercadorias, que conforma uma complexa trama de relações.

Trabalhadores que são os responsáveis pelo crescimento dos índices de recuperação dos resíduos e da reciclagem dos materiais no Brasil, e também pelo aumento dos lucros obtidos anualmente por este setor.

Para o entendimento de toda essa complexa organização que envolve o circuito econômico da reciclagem, torna-se necessário também apresentar uma questão primordial, ou seja, a *taxa de utilização decrescente das mercadorias*³⁸ no sistema do capital e que está fundada na diminuição da vida útil destas mercadorias, sejam elas bens duráveis ou não duráveis. Assim, acelera-se o consumo das não duráveis, procurando torná-las cada vez mais descartáveis.

Por outro lado, diminui a vida útil dos bens ditos duráveis, tornando-os mais frágeis fisicamente, ou obsoletos antes mesmo de que se tornem inaptos a realizarem as funções para as quais tenham sido projetados e produzidos, tudo isso com a finalidade de manter uma demanda incessante (MÉSZÁROS, 2002).

A obsolescência prematura dos objetos que leva a sua substituição gera, por exemplo, a expansão de ferros-velhos, utilizados para a acumulação dos materiais presentes nesses diferentes objetos para que possam vir a ser reutilizados. Em alguns casos geram-se verdadeiras montanhas de sucata, como no caso dos ferros velhos que recebem os automóveis, eletrônicos ou móveis “envelhecidos”, nos países de economia avançada.

No Brasil, a obsolescência precoce tem levado, no caso dos automóveis e eletrônicos em geral, a um outro fenômeno: o acesso da camada mais pobre às mercadorias que anteriormente não estavam a seu alcance econômico. Assim, vimos popularizar o videocassete, à medida que avança o comércio dos aparelhos e locadoras de DVD's. Os

³⁸ No capítulo XV, do livro *Para Além do Capital*, István Mészáros (2002), realiza uma profunda discussão sobre a taxa de utilização decrescente no capitalismo, mostrando como ela está diretamente ligada às transformações, aos *avanços realizados pela própria produtividade*. (p.639). De acordo com o autor, essa taxa se revela na *proporção variável*, sob a qual determinada sociedade utiliza a sua capacidade produtiva para a produção de bens de consumo rápido em variação à produção de bens de consumo duráveis ou reutilizáveis, ou seja, ao diminuir a vida útil da mercadoria acelera-se o ciclo reprodutivo do capital.

carros velhos passam para a propriedade daqueles que não têm renda suficiente para adquirir um veículo novo. Quem já não ajudou a empurrar um fusca 69, ou uma Brasília branca 78 ? Isso, longe de ser uma benesse para os pobres, só demonstra a capacidade que ainda tem o capital de expandir-se em países com grandes diferenças de renda como o Brasil. Aqui, o obsoleto ainda pode render algum dinheiro que complemente a quantia necessária para sua substituição.

Esse mecanismo se junta a outras contradições existentes: como basear-se no desperdício e fazer críticas à devastação ambiental; pregar a *qualidade total dos produtos*³⁹ e diminuir a sua vida útil, etc. De acordo com Antunes (1999, p.51):

A qualidade total torna-se, ela também, a negação da durabilidade das mercadorias. Quanto mais “qualidade” as mercadorias aparentam (e aqui aparência faz a diferença), menor tempo de duração elas devem efetivamente ter. Desperdício e destrutividade acabam sendo os seus traços determinantes.

O avanço da *taxa de utilização decrescente das mercadorias* amplia também o descarte e a geração de resíduos, especialmente nos lugares onde há grande concentração de consumidores. Sem contar que esse processo está inscrito numa lógica de consumo que força a aquisição de objetos que muitas vezes são inservíveis para quem os adquire, como acontece com grande parte das embalagens.

Neste caso, ao comprar ou consumir determinados produtos que serão ou não, de imediato, utilizados para a satisfação de alguma necessidade, adquire-se também os invólucros que os protegem ou os tornam mais atrativos, a(s) sua(s) embalagem(s), que não são o principal interesse do sujeito consumidor, que diante da sua “inutilidade” o descarta. No entanto, todo esse aparato utilizado como embalagem faz parte, compõe o preço final da mercadoria, que é a materialização de uma imensa gama de forças produtivas organizadas socialmente e que ali estão concretamente expressas.

Na atualidade, grande parte dos resíduos descartados, seja resultado do consumo rápido (como as embalagens), ou do consumo de um bem de vida útil relativamente longa,

³⁹ De acordo com Antunes (1999), a necessidade do capital de ampliar cada vez mais a produção de valores de troca, torna o projeto de qualidade total uma farsa, já que, o movimento do capital em direção à garantia da qualidade é na verdade um movimento em direção à diminuição da vida útil dos objetos. Desta forma a qualidade total não deve impor-se como empecilho à taxa decrescente do valor de uso, estendendo os seus efeitos destruidores até mesmo à força de trabalho humana. Todos sabemos o quanto tem diminuído o tempo de duração das mercadorias, quão rápido tem se tornado o seu “envelhecimento”, seja o físico, carros e geladeiras que apodrecem em tempos relativamente curtos. (Geladeiras já não passam de mãe para filho) ou mesmo uma obsolescência que se dá pela inovação, que torna o objeto velho, sem ter perdido a sua função, bastam alguns novos botões e uma bela publicidade e, aqueles que podem, substituem o não velho, mas “ultrapassado” objeto.

já foi em algum momento objeto de industrialização, já passou por um processo de transformação industrial mais ou menos complexo, dependendo daquilo que se consome, sendo parte de uma lógica de produção e reprodução que envolve diretamente a utilização/exploração e a organização do trabalho humano.

Essa é a lógica da reprodução do próprio sistema produtor de mercadorias e que não está pautada, ao contrário do que alguns acreditam, em uma racionalidade que não permite o desperdício. Ao contrário, desperdiçar pode ser interessante, mesmo que seja destrutivo.

O crescente desperdício indica o aprofundamento da separação entre o esforço produtivo que objetiva atender as necessidades humanas e aquele que tem como finalidade a reprodução do capital por si mesmo. E as conseqüências destrutivas desse processo são potencializadas à medida que aumenta também a concorrência entre os capitais. O maior exemplo disto está na destruição e na precarização das condições de vida da força humana que trabalha e na expansão do processo de degradação do meio ambiente na atualidade. Desta forma, tanto os trabalhadores como as matérias-primas utilizadas para produção das mercadorias são meios de reprodução do próprio sistema destrutivo do capital. (ANTUNES, 1999)

O fato de que a atual organização social para a produção demanda e utiliza um esforço conjunto, que consome/explora energia e vida humana, não significa um consumo coletivo e igualitário dos frutos desta mesma produção, não estabelece como prioridade do que foi produzido a satisfação das necessidades humanas. A lógica do capital, sob a qual esta mesma sociedade está organizada, define que o objetivo da produção das mercadorias é satisfazer a necessidade de reprodução do próprio sistema.

Para Marx (1988, p.45):

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, como objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção.

Cada coisa útil, como ferro, papel etc., deve ser encarada sob duplo ponto de vista, segundo qualidade e quantidade. Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto ser útil sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico.

É interessante ressaltar que essa mercadoria da qual estamos tratando de forma mais específica e que faz parte de um determinado circuito econômico (os resíduos compostos

por materiais recicláveis) serve de matéria-prima para a indústria da reciclagem e tem características muito peculiares, se pensarmos o modelo de produção vigente, pois utiliza como substrato para movimentar e reproduzir o capital nessa cadeia produtiva, algo que outrora já fora industrializado, consumido e depois descartado⁴⁰, considerado inservível, transformado em resíduo sólido, ou como se conhece popularmente, em lixo⁴¹.

Desta forma, o que foi mercadoria com determinadas qualidades em um circuito específico, assume na condição de resíduo reciclável outras qualidades, novamente como mercadoria, mas agora dentro de um outro circuito econômico, que se estrutura e conta com a participação de outros atores, mas tudo dentro da mesma lógica do capital.

Assim, a geração dessa matéria-prima, o resíduo reciclável, está ligada diretamente ao consumo de outras mercadorias, que satisfazendo ou não as necessidades daqueles que a consumiram, geraram sobras, resíduos.

A satisfação de necessidades não é o objetivo primeiro de nenhuma mercadoria produzida sob a égide do capital. Para Mészáros (2002, p.659), *como resultado, útil torna-se sinônimo de vendável, pelo que o cordão umbilical que liga o modo de produção capitalista à necessidade humana pode ser completamente cortado, sem que se perca a aparência de ligação.*

Neste sentido a produção capitalista não visa primordialmente à satisfação da necessidade dos produtores diretos, ou de qualquer outro membro da sociedade. O seu fim é garantir o ímpeto de reprodução do capital através do consumo, e esta é a racionalidade, a razão que lhe dá sentido. Daí, pouco interessar a utilidade ou o desperdício das mercadorias por quem as adquire, desde que ela cumpra a sua função no sistema do capital. De acordo com Mészáros (2002, p.661):

Se baixarmos o valor de uso de uma mercadoria, ou criarmos condições para que ela só possa ser consumida “parcialmente e com menos proveito”, esta prática, não importa o quanto seja censurável de qualquer outro ponto de vista, tal como no caso anterior, não afetará o seu valor de troca. Uma vez que a transação comercial tenha ocorrido, auto-evidenciando a utilidade da mercadoria em questão por meio do seu ato de venda, nada mais há com que se preocupar do ponto de vista do

⁴⁰ Isso em todos os ramos dos diferentes produtos. Como sabemos a reciclagem é o reaproveitamento de material através de um processo físico-químico que recupera as suas potencialidades de uso, tornando-o inservível em servível, e é claro, recuperando também o valor de troca destas mercadorias.

⁴¹ As definições encontradas para resíduos, ou lixo, são muito próximas: a) Resíduo; material ou resto de material cujo proprietário ou produtor não mais considera com valor suficiente para conservá-lo. b) Lixo; um subproduto do conjunto de atividades desenvolvidas pela sociedade com o objetivo de atender as suas necessidades de consumo. (BARCIOTTE,1994)

capital. De fato, enquanto a demanda efetiva do mesmo tipo de utilização é reproduzida com sucesso, quanto menos uma mercadoria é realmente usada e reusada (em vez de rapidamente consumida, o que é perfeitamente aceitável para o sistema), melhor é do ponto de vista do capital: já que tal *subutilização* torna vendável outra peça da mercadoria.

E é de acordo com essa lógica de desperdício que o que era mercadoria, ou suporte de realização de uma outra mercadoria – sabemos, por exemplo, que não se compram refrigerantes sem embalagem, mesmo que este não seja o seu objeto de interesse - passa a ser no momento do seu descarte inservível, lixo, perdendo totalmente a sua função, passando então neste contexto a ser entendido como dispensável⁴².

Mas o que acontece com esses objetos no momento em que deles nos desfazemos? Sofrem alguma transformação físico-química, ou passam a sofrer de algum mal que nos atingirá se com ele permanecermos?

O que temos é, como aponta Mészáros (2002), o cumprimento de um destino previamente traçado. Tanto as mercadorias produzidas e pensadas como suporte ou atrativos para a realização do consumo de outras mercadorias, quanto as que serão diretamente objeto do desejo, participam de um imenso sistema que pressupõe a garantia da reprodução ampliada do capital, sendo o consumo o momento de realização final de todo esse processo.

Nesse ato de consumo, é que se efetiva o objetivo de todos os capitais envolvidos na fabricação, transporte e comercialização daquela mercadoria, composta não só pelo que será de imediato ou posteriormente consumido, mas também pelo que será rejeitado. Um rejeito que poderá vir a alimentar um outro circuito econômico, como no caso dos resíduos recicláveis.

Com a massificação do consumo a prática do desperdício na sociedade do capital, resultado do aumento da *taxa de utilização decrescente da mercadoria*, passa a ser entendida como uma situação pertinente, mesmo *natural*, não despertando no conjunto da sociedade questões que possam colocar em discussão de maneira mais profunda tal

⁴²A maior expressão dessa tendência está no crescimento da fabricação e do consumo de produtos que se encontram em embalagens descartáveis e que geram uma grande quantidade de resíduos sólidos nos domicílios e que não são aproveitados pelo consumidor. As embalagens reutilizáveis estão sendo em sua maioria substituídas pelas ditas descartáveis que facilitam o transporte e a comercialização dos produtos, não exigindo uma logística de recolha, por exemplo, não obstante, aumentando a lucratividade das empresas produtoras de embalagens. De acordo com o Engenheiro Agrônomo Cícero Bley Junior, em palestra realizada durante o II Festival Lixo e Cidadania, realizado em novembro de 2003 em Belo Horizonte, em 1999, foram produzidas 5 milhões de toneladas de embalagens, posteriormente descartadas, transformadas em lixo, gerando, pois, gastos públicos na sua coleta, tratamento e disposição.

processo, que empenha um conjunto de forças produtivas na elaboração de um objeto para posteriormente descartá-lo. Se bem que no caso dos recicláveis que interessam ao mercado, esse desperdício alimenta toda uma complexa trama de relações que envolve os catadores, comerciantes e indústrias.

Neste mesmo sentido, se apresenta também como perfeitamente normal a realidade de que, junto a esse contexto de perdas, se acentuem os problemas ambientais consorciados à miséria de grande parte da população mundial⁴³, em todas as escalas. Essa é uma contradição que permanece sempre obscura para essa mesma sociedade. É nesta conjuntura que a *taxa de utilização decrescente das mercadorias* demonstra a sua utilidade como artifício para a manutenção do sistema do capital. Para Mészáros (2002, p.655):

A taxa de utilização decrescente assumiu, na atualidade, uma posição de domínio da estrutura capitalista do metabolismo socioeconômico, não obstante ao fato de que, no presente, quantidades astronômicas de desperdício precisem ser produzidas para que se possa impor à sociedade algumas das suas manifestações mais desconcertantes.

O desperdício é expressão da *taxa decrescente de utilização*, que abrevia a vida útil das mercadorias e gera uma grande quantidade de resíduos, de coisas que não servem mais para quem as dispensa. No entanto, sabemos que esse objeto, agora sem utilização, não perdeu as suas características físico-químicas, nem sua forma corpórea deixou de ser fruto de trabalho humano socialmente organizado. O que acontece é que ele está no momento de seu descarte, posto fora de um contexto social e econômico que lhe dava sustentação enquanto objeto útil e ingressa em outro contexto socioeconômico e político.

Esse mesmo objeto é que mantém suas qualidades físico-químicas, contém em si trabalho humano incorporado, mas é considerado no momento do descarte sem valor de uso, por isso sem valor de troca traz, pela qualidade inerente ao material do qual foi produzido e pelo avanço da técnica de reaproveitamento, a qualidade de ser recuperado, seja para cumprir a mesma função, ou mesmo para desempenhar outras. Mas qual será o

⁴³ Sabemos que mesmo nos países em que o capital se encontra em um nível de desenvolvimento e de organização avançados não se tem uma distribuição equânime de renda e muito menos acesso ao que é produzido de forma igualitária. Na escala mundial, a diferença entre os que podem consumir e os que não podem é gigantesca e se apresenta de forma a ressaltar a barbárie em que vivemos. Como exemplo, temos a sociedade norte americana que, por excesso de consumo de calorias tem um alto índice de obesidade. Fato que gera graves problemas de saúde nas mais diferentes faixas etárias, enquanto que em vários outros continentes e mesmo nos E.U.A. há fome. A face mais destrutiva do atual sistema de produção está expressa também no consumo da energia produzida no mundo. Os americanos, que somam menos que 5% da população mundial, consomem 25% dos recursos energéticos disponíveis (ANTUNES, 1999). Se este for o padrão a ser seguido pela humanidade, logo não haverá recursos suficientes no planeta que garantam a continuidade da sua existência.

estímulo que levará a esse reaproveitamento? Em que base se estabelece a lógica da reinserção desse objeto como matéria-prima no circuito produtivo, para trazê-lo de volta à “vida” no sistema reprodutor de mercadorias, para que possa, mais uma vez, realizar a reprodução do capital?⁴⁴.

Para tanto, é preciso dizer que estas mercadorias, os resíduos compostos por materiais recicláveis, matéria-prima para o processo produtivo em questão não têm afloramento na natureza, não se disponibilizam naturalmente nos campos ou em nenhum outro lugar. Apesar de serem em sua maioria produtos derivados de elementos encontrados na natureza, não se faz alumínio sem bauxita, etc. Como dissemos, a sua existência tem correlação direta com o rejeito gerado no consumo de outras mercadorias e em decorrência da forma como a sociedade está organizada para sua produção/reprodução.

Com o aumento do consumo e a diversificação dos produtos, atrelados ao desperdício, se estabelece o aumento da quantidade de resíduos sólidos gerados. Temos nesse processo a ampliação da quantidade/qualidade de materiais que podem ser reciclados, posto que nem todos os resíduos têm esse potencial, ou, ainda que o tenha, essa potencialidade pode não vir a despertar interesse econômico nos setores industriais envolvidos com a reciclagem.

Por mais que a reciclagem industrial assuma e se vincule a um discurso político e ambientalmente correto de preservação ambiental, a atividade industrial, seja ela qual for, só se realiza ou se estimula com a garantia do lucro e da reprodução ampliada do capital. E como afirmou José Tardelli Filho,⁴⁵ em palestra realizada em 1993, em Seminário sobre resíduos sólidos, organizado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo (1993, p. 102):

Para abordar o aspecto da reciclagem das embalagens de um modo geral, temos que entender três fatores principais: os aspectos tecnológicos; os aspectos relativos à recuperação dos materiais, e, finalmente os aspectos do mercado, pois sem mercado de nada adianta a tecnologia e o material.

⁴⁴ Ao procurarmos entender os estímulos para o interesse do capital industrial em se organizar para gerar a cadeia produtiva da reciclagem de materiais, devemos nos atentar para a lógica do sistema produtor de mercadorias que está pautada no princípio de que antes de tudo a produção destas deve ter como fim o consumo. Não qualquer tipo de consumo, mas o consumo enquanto ação mediada pelo dinheiro e que objetive a reprodução do capital. Sabemos que a produção de mercadorias no capital não objetiva a satisfação das necessidades, pois se assim fosse todos os famintos teriam, não só legitimidade, mas acesso garantido à comida. No entanto, pode-se ter fome em frente à comida, porém, sem dinheiro não se pode comer e assim para todas as outras necessidades.

⁴⁵ Representante do Sindicato da Indústria da Estamparia do Estado de São Paulo.

Uma outra contradição está no fato de que a produção crescente de mercadorias e a geração de resíduos sólidos, de lixo, revelam uma expansão desigual do consumo em termos populacionais, pois sabemos ser relativamente pequeno o número de pessoas no Brasil, e mesmo no mundo, que, têm poder de consumo que lhes possibilite um padrão de vida confortável e que permite o acesso aos principais bens produzidos.

Ao contrário, esse fato demonstra uma face concentradora e destrutiva do modo capitalista de produção, que mesmo mantendo grande parte da população mundial sem nenhuma ou com pouca possibilidade de satisfazer suas necessidades básicas de consumo, eleva sobremaneira a sua produtividade, mantendo o poder de consumo, por parte daqueles que estão em condições sociais e econômicas de fazê-lo, cada vez com mais intensidade.

A insanidade da lógica do capital chega ao extremo da produção de mercadorias para a destruição. Temos exemplos na história contemporânea neste sentido, como o caso do café no Brasil no início do séc.XX, em que mercadorias que não conseguiram, por motivos mercadológicos, seja a queda de preços ou diminuição do lucro por parte dos seus detentores, se realizar no mercado de consumo foram simplesmente destruídas, queimadas ou enterradas. (FOLADORI, 2001).

O excesso na produção não possibilita que mais pessoas possam consumir, leva contraditoriamente à destruição, já que a finalidade não é a satisfação da necessidade mas o imperativo de reprodução do capital. Não é raro vermos nos noticiários, manifestações de produtores rurais que realizam protestos despejando litros e mais litros de leite no solo ou nos cursos d'água, ou ateando fogo a produtos que não alcançam bons preços.

De acordo com Antunes⁴⁶ (1999) a pista para o entendimento dessa questão passa pelo desvendamento da lógica que move (funda) o capital, qual seja, a da produção voltada para o atendimento da necessidade de se auto-reproduzir ampliadamente, não estando em questão as condições sociais, políticas, econômicas e ambientais sob as quais esse processo se realiza. Para Antunes (1999, p. 26):

Quanto mais aumentam a competição e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são suas conseqüências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha e da degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem,

⁴⁶ Antunes (1999) apoiando-se em Mészáros (1995) afirma que: “Essa tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, ao reduzir sua vida útil e desse modo agilizar o ciclo produtivo, tem se constituído num dos principais mecanismos graças ao qual o capital vem atingindo seu incomensurável crescimento ao longo da história”.

tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias.

A partir do raciocínio apresentado, podemos nos atentar para as dimensões dessas conseqüências que atingem principalmente a classe trabalhadora. Levando-se em conta que a *taxa decrescente do valor de uso das mercadoria*, implica na subutilização dos potenciais produtivos empregados e na desvalorização da força de trabalho, que passa também a ser, como a mercadoria, considerada descartável. Isso porque todo o potencial desenvolvido e empregado na produção de determinada mercadoria será descartado, inutilizado, assim que esta cumprir a sua função enquanto valor de troca. Todas as horas de vida aplicadas e voltadas para a sua produção irão também para o lixo.

Todo um potencial criativo humano, aliado à técnica, é capturado e aplicado na produção de algo que acabará descartado.

No entanto, houve toda uma orquestração para que ela fosse produzida, e uma parte desta mesma sociedade, aquela obrigada a viver da venda da sua força de trabalho, empenhou sua vida nesse processo de criação, produzindo coisas que não terão utilidade, o que aponta para mais uma contradição no sistema metabólico do capital.

A contradição que nos salta aos olhos nesse processo, e que causaria confusão a qualquer um que não procurasse entendê-la no movimento de produção/reprodução do capital, é a de que a sociedade está organizada sob um sistema produtivo que obriga uma classe social, a que vive da venda da sua força de trabalho, a produzir sem objetivar consumir a sua produção, levando o conjunto desta mesma sociedade a adquirir nos mercados objetos que não têm serventia alguma, mas que participam da composição do preço final de determinada mercadoria que irá lhe satisfazer determinada necessidade. Para Mészáros (2002, p.663):

Conseqüentemente, não importa quão absurdamente perdulário possa ser um procedimento produtivo particular; contanto que seu produto possa ser lucrativamente imposto ao mercado, ele deve ser saudado como manifestação correta e apropriada da “economia” capitalista. Assim, para dar um exemplo, temos uma situação em que 90% do material e dos recursos de trabalho necessário para produzir e distribuir uma mercadoria lucrativamente comercializável – digamos um produto cosmético: um creme facial – sigam, física ou figurativamente, diretamente para a lata do lixo da propaganda eletrônica como um tipo qualquer de embalagem (implicando, apesar de tudo, custos efetivamente reais de produção) e apenas 10% sejam dedicados ao preparo químico que supostamente deve conceder os benefícios reais ou imaginários do próprio creme ao comprador.

Apesar dos absurdos gerados pelo sistema produtor de mercadorias, as contradições existentes e que envolvem a sociedade na atual forma de organização para produção, comandada pela lógica societal do capital, apesar de se fortalecerem e de se colocarem cada vez mais presentes na cotidianidade de toda sociedade, tendem a ser compreendidas, quando percebidas, como intransponíveis, assim como insuperável seria a forma de organização para a produção que gera tais contradições, ou ainda, como tendo causas naturais, portanto, se resolveriam no decorrer do próprio processo que as gera.

As críticas realizadas a respeito do processo destrutivo em que se encontra envolvida toda a humanidade são vistas, muitas vezes, como desprezíveis e sem nenhuma razão de ser, pois para aqueles que acreditam na solução dos problemas pelo movimento do próprio sistema, que crêem na dissolução destas contradições com o passar do tempo, mesmo mantendo-se intacta a lógica de todo o sistema do capital, colocar em questão a lógica do sistema atual é pôr em questão todas as “benesses” alcançadas até o momento. Seria voltar a viver nas cavernas. Para Berrios (2002, p.28):

Para todos que estamos dentro da economia de mercado, furtar-nos do modelo capitalista imperante seria desafio praticamente inatingível; todos os nossos atos cotidianos, toda a produção de bens e serviços estão comandados pela ordenação capitalista da qual não se pode escapar. Não obedecer aos chamamentos da publicidade, à aquisição de objetos realmente necessários e duráveis, resistir às vendas promocionais, ao impedimento do consumo de mercadorias descartáveis, ao cerceamento das vendas convidativas e promocionais e de todos os desafios que colocam os empresários que desejam incrementar a produção e as vendas, são objetivos muito improváveis de conseguir.

Desta maneira, questões como o crescente consumismo e o desperdício alimentado atualmente pelo processo baseado na *taxa decrescente de utilização das mercadorias*, que é uma das formas de garantia de sobrevivência e de reprodução ampliada do capital e, conseqüentemente, da atual forma de organização social para a produção, que tem desdobramentos negativos dos mais variáveis para esta mesma sociedade e seu meio ambiente, são aparentemente insolúveis, mesmo que sejam decifráveis. Daí, muitas vezes alguns teóricos tomarem a atual situação como sendo insuperável, apesar de todos os problemas que apresenta. Para Scarlato e Pontin (1992, p.104):

Chegamos a um ponto de desenvolvimento no qual recuar é quase impossível ou impraticável, em grande parte devido à natureza e à complexidade dos interesses envolvidos [...] Mesmo assim, é inegável que a crise ecológica remete a uma crise de valores humanos. E porque

nem sempre a lógica determina a decisão, dilemas desta natureza são muito difíceis de serem equacionados.

A fuga das amarras e dos tentáculos do capital seria impossível. Deste ponto de vista, consumir as mercadorias seria quase como um preceito da natureza humana no atual contexto, deixar de fazê-lo seria improvável ou até inadmissível. Assim, a modificação e o fundamento da sociedade em outras bases que não a da lógica do desperdício da produção não seria possível, dados, os “avanços” alcançados.

Ao abordar o tema da impossibilidade do controle da ação depredatória do capital, que levaria, de acordo com algumas interpretações, ao “retorno à caverna”, Mészáros (2002) argumenta que o problema não está em discutir a possibilidade do retrocesso, ou parar com os avanços técnicos e tecnológicos trazidos pelas transformações no modo de produção capitalista, que geram novas necessidades e novas mercadorias a todo o momento. A questão que se põe é a incapacidade do sistema de tolerar os limites e observar as conseqüências dos processos desencadeados e suas implicações, que podem trazer grandes problemas, em todos os sentidos, em longo prazo para a humanidade como um todo, pois é clara a impossibilidade de sustentar a crescente degradação humana e ambiental causada por esta forma de organização para produção.

A não observância dos limites é, para Mészáros (2002, p.256), um problema prático fundamental e sem solução dentro da estrutura do capital. Neste sentido, não se trata de um defeito que possa ser corrigido, sendo na verdade o resultado de determinações e contradições imanentes. Para o autor, o sistema realmente não sabe onde parar.

Em outras palavras, o problema é que, na estrutura desse sistema, não pode haver critérios objetivos quanto ao tipo de metas produtivas a serem adotadas e perseguidas, e quais outras poderiam a longo prazo, revelar-se bastante problemáticas. Além disso, a ausência de tais critérios não é de modo algum acidental, pois, enquanto os limites do capital não forem atingidos, a questão de divisar uma alternativa ao “aumento das Necessidades da Vida sem qualquer Necessidade” parece ser totalmente desprovido de qualquer significado prático.

Desse modo, o sistema capitalista gera inumeráveis necessidades, criando meios para que alguns poucos tenham a necessidade satisfeita e passem a pensar ser impossível viver sem criar novas necessidades, impedindo a observância dos limites. Podemos aceitar passivamente a idéia de que não deve haver fronteira para esse movimento. No entanto, o não deve ter, não significa que não haja limite. MÉSZÁROS (2002)

O fato é que, mesmo que haja todo um aparato ideológico, político, econômico e de mídia que sustente a atual forma do sistema produtor de mercadorias, nos impressiona a maneira de como escapa, para muitos, a contradição entre a crescente produção e o aumento da exclusão de camadas cada vez maiores da sociedade, do acesso aos bens produzidos, o que deixa claro que para o sistema do capital não importa nada além da sua reprodução ampliada, sendo indiferente o destino e o aproveitamento das mercadorias produzidas.

O que vemos é que para grande parte dos que têm acesso e poder para o consumo, é descalabro, uma impropriedade, escapar do apelo ao consumo dos objetos cada vez mais novos e “necessários”. Sem pensar, no entanto, que grande parcela da sociedade escapa, e mesmo sem querer, está fora da possibilidade de consumir os bens básicos para a sua reprodução, como os alimentos.

No entanto, os que se encontram sem possibilidade de participar da “grande festa do consumo” são lembrados e sempre fazem parte dos discursos generalizantes que procuram distribuir a “culpa” pelos problemas causados por esta mesma lógica destrutiva. Como nos lembra Rodrigues (1998, p.206):

Os resultados são amargos: a industrialização e o acesso aos produtos industrializados são um luxo exclusivo de pequena parcela da população mundial. Porém os efeitos destrutivos da produção atingem a todos os habitantes do planeta, especialmente os extratos mais pobres, demonstrando outra face da mesma moeda. São excluídos das “benesses” mas incluídos nos problemas e considerados grandes poluidores.

Na sociedade regida pela lógica do capital, temos uma “distribuição” das responsabilidades e culpabilidades sobre os problemas gerados. Portanto aqueles que também vivem e se reproduzem em condições totalmente desiguais e que estão à margem da “grande festa do consumo” são considerados igualmente responsáveis. Os empresários e industriais que controlam os processos produtivos, exploram o trabalho e lucram com a produção e a comercialização das mercadorias podem ser entendidos, nessa divisão simplista de responsabilidades, como pares daqueles que não possuem outra coisa que não a si mesmos.

Junto à fome vemos crescer o desperdício do que é produzido. E como forma de lucrar e amenizar o desperdício das mercadorias nota-se o crescimento dos ramos industriais que se especializam na recuperação daquilo que após o consumo torna-se lixo. A reciclagem e o reaproveitamento de diversos materiais que compõem os resíduos se

apóiam, contraditoriamente, em um discurso de preservação ambiental. Ou seja, reaproveitamos o que desperdiçamos.

Esse fato nos permite perceber que o processo produtivo/destrutivo do capital envia para o lixo uma grande quantidade de energia passível de ser recuperada, ou seja, energia em forma de objeto que não foi totalmente utilizada, ou não se exauriu com consumo da mercadoria. A indústria da reciclagem se estrutura para recuperar e colocar no mercado o que foi descartado, claro que nesse processo recuperando o seu valor de troca. É fato que com isso há diminuição do desperdício dos materiais recuperados, porém somente nos setores e até o momento em que o capital empregado estiver sendo reproduzido ampliamente. O benefício ambiental, neste caso, é uma causa menos importante.

Desta forma, para compreender o processo que envolve a recolha dos resíduos, a reciclagem e o retorno dos materiais ao circuito econômico como mercadoria, precisamos analisar o processo social e econômico sob o qual ele se configura, de maneira que possamos esclarecer as “motivações” da reciclagem de materiais em um contexto histórico e social em que o capital procura perpetuar a sua reprodução, verticalizando a sua ação destrutiva sobre o trabalho e, claro, sobre a classe trabalhadora, neste caso específico, com implicações diretas ao conjunto de trabalhadores envolvidos diretamente no circuito econômico da reciclagem.

2.1 Trabalho vivo na catação do trabalho morto

O aprofundamento da tendência à diminuição da vida útil das mercadorias e o crescente desperdício são elementos importantes para que possamos entender o problema relacionado à geração de resíduos sólidos em geral - o desemprego - e compreendermos também as determinações e contradições que envolvem o circuito econômico da reciclagem dos materiais e o trabalho na catação.

Isso porque, se, como apresentamos, a lógica reprodutiva do capital pressupõe encurtar a vida útil e obsoletizar as mercadorias a fim de acelerar e expandir o processo reprodutivo do capital, o que estimularia então a recuperação dos materiais presentes em alguns tipos de resíduo?

Como vimos, há uma diversificação das técnicas, dos processos industriais e das formas de coleta e aproveitamento dos resíduos em questão que implica em uma heterogeneização das formas de utilização/exploração do trabalho utilizado para esse fim,

fato este que estimula a constituição de uma complexa organização de compra, venda e de circulação dessas mercadorias, lucrativa para alguns.

Organização esta que se baseia em relações econômicas formais e informais, dependendo do momento e dos agentes envolvidos neste circuito, e na exploração do trabalho na catação dos resíduos recicláveis.

No entanto, se a tendência é diminuir, encurtar ao máximo a vida útil das mercadorias, não seria um contra-senso criar formas para recuperar parte delas? Ou seria mesmo uma tentativa de diminuir os efeitos do desperdício gerado por um descarte ainda prematuro?

Em nossa compreensão, essa expansão tem como motivo principal, claro, a possibilidade que os empresários enxergam de reproduzir ampliadamente o seu capital ao empregá-lo nesse setor. Mas quais seriam os fatores garantidores dessa lucratividade, em um circuito econômico que lida com o que foi descartado, transformado em lixo?

A nosso ver, são duas as dimensões a serem analisadas para que possamos compreender essa lucratividade. Uma delas é relativa ao trabalho empregado na catação dos recicláveis realizado pelos catadores, que nas situações mais adversas triam e separam aqueles que interessam para o mercado, da massa total do lixo. A outra é a possibilidade de recuperar o trabalho já materializado nesses objetos, mercadorias.

Discorreremos sobre a primeira. Como sabemos, os trabalhadores catadores são no Brasil a base de um imenso circuito econômico, o da reciclagem de materiais, porém, mesmo tendo um papel ativo e importante, pois, são os responsáveis por recuperar essas matérias-primas do meio do lixo onde estavam “perdidas”, trabalham em péssimas condições e são mal remunerados, não tendo nenhum vínculo formal com os outros agentes que atuam no setor.

Desta forma, a exploração de seu trabalho em condições insalubres, precárias e com a utilização de instrumentos rudimentares, garante que a mercadoria recolhida por eles, e que retorna ao circuito mercantil, possa ser comprada a um preço que permita o seu processamento e posterior comercialização, mantendo uma atraente margem de lucro, que variará de acordo com as especificidades de cada um deles, em momentos específicos.

Se os trabalhadores catadores mantivessem uma relação trabalhista formalizada com as indústrias recicladoras ou com os atravessadores, se realizassem o trabalho de catação e de separação em local e em condições técnicas e de salubridade adequadas, tudo isso representaria aumento dos custos e, conseqüentemente, a diminuição dos lucros, ou mesmo a inviabilidade do empreendimento. Daí, considerarmos ser ambientalmente

incorreto reciclar nesses moldes em que o trabalho é mantido precarizado no limite, representando riscos à saúde dos trabalhadores catadores.

Pode-se imaginar o quanto custaria para os compradores/atravesadores garantir as botas, as luvas, as máscaras e os veículos adequados para coletar e transportar os resíduos recicláveis, na substituição dos pesados carrinhos de duas rodas que são empurrados pelas ruas, e o que isso representaria na sua lucratividade.

Como vimos, as pequenas mudanças que acontecem no processo de trabalho na catação dos recicláveis, que ocorrem com a constituição e instrumentalização das cooperativas, são frutos de investimentos feitos a partir de doações e de políticas públicas, não representando custos para as empresas. Mesmo os custos da formalização do trabalho nas cooperativas recaem sobre os trabalhadores.

Ou seja, o aprofundamento das condições precárias em que desempenham suas atividades, representa a certeza do aumento da lucratividade dos setores industriais ligados à reciclagem.

A segunda dimensão a ser analisada é que a recuperação, através do processo de reciclagem, não revitaliza só as propriedades físicas e químicas dos materiais que compõem determinado objeto, que se tornou resíduo, mas revigora também o valor atribuído pelo trabalho utilizado em sua produção anterior, e que nele continua incorporado. A recuperação do valor de uso dos materiais que compõem os resíduos tende a trazê-los com amplas possibilidades de uso ao mundo das mercadorias, objetivando recuperar o seu valor de troca. De acordo com Bihr (1999, p.126):

Em primeiro lugar, o capitalismo só se interessa por um valor de uso à medida que ele é suscetível de preencher uma função de suporte de uma relação de troca. Portanto, somente à medida que nele se acha valor materializado, que ele é produto de um trabalho humano.

Neste aspecto, podemos afirmar que apesar da taxa de utilização decrescente atingir todas as mercadorias, conservando a potencialidade de reaproveitamento em vários resíduos, nem todos serão recuperados, mesmo sendo fruto do trabalho humano e compostos por materiais potencialmente recuperáveis. Só aqueles que reunirem as “qualidades” necessárias como: tecnologia disponível para recuperação, geração contínua e em grande escala, mercado de consumo garantido e trabalho precário, baixos custos e lucratividade no empreendimento, farão parte desse grupo seletivo.

Neste contexto, o que os trabalhadores catadores recolhem nos lixões e nas ruas não é um lixo qualquer, um objeto qualquer, mas produtos que têm trabalho humano

incorporado e que possuem determinado valor de uso para indústria da reciclagem, o que possibilita a sua comercialização.

Assim, aquele objeto que era ou compunha determinada mercadoria, e em um outro contexto social e econômico foi considerado lixo, a partir da apropriação feita pelo catador que irá trocá-lo por dinheiro, recolocando-o novamente em um circuito econômico, passará por um processo de valorização e assumirá novamente variadas possibilidades de uso, ampliando o seu papel no mundo das mercadorias.

Mas é claro que no momento em que esses objetos/resíduos são apropriados pelos catadores para fins de comércio, já têm seu valor como mercadoria, mesmo que seja irrisório. É claro que não se trata de uma mercadoria de interesse amplo, grande parte da sociedade não se interessa e não vê utilidade nos resíduos recicláveis, por isso os descartam.

Estas mercadorias, os resíduos recicláveis, ao serem levadas para as indústrias recicladoras, passarão por um processo de transformação. O processo de trabalho na indústria possibilitará uma renovação das condições físicas e químicas dos materiais, conferindo-lhes a potencialidade de novas aplicações e usos (GONÇALVES, 2000).

O que foi mercadoria, produto do trabalho humano, e tornou-se lixo assume novamente, em uma condição mais ampla, o seu valor de uso, ampliando após a sua renovação o seu potencial como valor de troca. Nesse sentido, o trabalho vivo revitaliza essas mercadorias. Para Marx (1988, p.146):

O ferro enferruja, a madeira apodrece. Fio que não é usado para tecer ou fazer malha é algodão estragado. O trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las entre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos.

No entanto, a recuperação do valor de uso real e efetivo, no caso dos materiais contidos nos resíduos recicláveis, não objetiva prioritariamente a satisfação de uma determinada necessidade social. O objetivo do capital empregado nesse processo de recuperação dos valores contidos nos resíduos é criar, como afirma Bühr (1999), um suporte para a realização do valor de troca, seguindo a lei geral do sistema capitalista. Os fabricantes de materiais reciclados buscam colocar à venda uma mercadoria com valor maior do que os custos exigidos para produzi-la. Nas palavras de Marx (1988, p.148):

para nosso capitalista trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria

cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-las, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia.

Desta forma, encontramos o elemento mais “atrativo” para o capital empregado no processo industrial de reciclagem e do capital em geral, apontado aqui por Marx (1988), que é a produção de mais-valia, a apropriação do trabalho não pago utilizado no processo produtivo das mais variadas mercadorias. Inclui-se aí os processos de reciclagem dos materiais.

Nesse caso específico da reciclagem dos materiais contidos nos resíduos de objetos e de embalagens, além de apropriar-se do trabalho não pago aos trabalhadores inseridos ativamente no processo fabril de reciclagem, apropria-se também do trabalho já incorporado nos resíduos recicláveis (GONÇALVES, 2000).

Para que as mercadorias existam como tal, podem ser realizadas várias etapas, mais ou menos complexas dentro de um determinado contexto histórico, para chegar a um determinado produto que possa ser consumido diretamente ou que sirva de base para produção de uma outra mercadoria.

Assim, da preparação da terra ao plantio de árvores das quais se retirará a celulose, ou da extração da bauxita até a produção do alumínio e sua aplicação na fabricação de outros objetos, temos uma variedade de ações e de emprego de trabalho socialmente organizados e combinados, que possibilitam a geração do produto final, uma mercadoria qualquer, que após o consumo pode vir a tornar-se inservível e ser descartada, mas que como qualquer outra teve, como afirma Marx (1988, p.148) o seu valor determinado pela quantidade de tempo trabalho necessário nela materializado:

Sabemos que o valor de toda mercadoria é determinado pelo *quantum* de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Isso vale também para o produto que nosso capitalista obteve como resultado do processo de trabalho. De início, tem-se, portanto, de calcular o trabalho materializado nesse produto.

Então, ao passar novamente pelo processo de trabalho na indústria da reciclagem, os materiais que compunham os resíduos podem voltar a ser utilizados/consumidos. Nesse processo de reutilização, o capital absorve-se de todo trabalho anteriormente incorporado nos materiais, que outrora compuseram os resíduos que faziam parte de uma determinada

mercadoria. Esse trabalho materializado também será apropriado, decomposto na forma de resíduo, sucata, etc..

Neste aspecto, existem algumas interpretações que apontam para as benesses da reciclagem de materiais como um processo que poupa energia. Além de lucrativo é também benéfico para o ambiente, já que colaboraria para a diminuição da degradação ambiental através do reaproveitamento, evitando a exploração de novas fontes de matéria-prima. Como exemplo, Calderoni (2002, p.179) refere-se à reciclagem das latas de alumínio no Brasil, que tem alcançado índices⁴⁷ maiores que o de países avançados:

A lata de alumínio é o material reciclável mais valioso. Cada tonelada alcança preço superior a cinco vezes o do plástico, o segundo em valor.

A produção de alumínio é eletro-intensiva. Para se obter uma tonelada do alumínio requerido para a produção da lata de alumínio são necessários 17,6 mil kWh.

A economia de energia propiciada pela reciclagem da lata de alumínio é muito elevada. Alcança 95% do total requerido para a produção a partir da matéria-prima virgem: com a reciclagem, o consumo de energia cai para apenas 700 kWh por tonelada.

O consumo de energia evitado, nesse caso e em outros processos de reciclagem de materiais, se deve na verdade à absorção do trabalho materializado anteriormente, na fabricação dos materiais utilizados na confecção das diferentes mercadorias, ou seja, na absorção da energia já contida e não na economia de energia, é desse processo que se extrai parte dos lucros das indústrias da reciclagem. Porém, essa questão não é abordada geralmente nesta perspectiva.

Sabemos que quanto mais complexo é o processo de trabalho na produção do material que comporá a mercadoria, mais cara ela será. Nestes casos, como o do alumínio, os resíduos produzidos após o consumo das mercadorias que o utilizam de alguma forma, às vezes como material que dá conformidade à embalagem, terão maiores chances de reaproveitamento na reciclagem do ponto de vista mercadológico. Com a lucratividade garantida se podem alcançar índices recordes de reciclagem, se essa qualidade do material estiver aliada à demanda crescente e ao baixo custo do trabalho na recuperação dos resíduos da catação para trazê-los novamente ao circuito.

⁴⁷ Esses índices estão diretamente ligados à miserabilidade de grande parte da população, que sobrevive ou obtém um complemento da renda com a catação das latinhas.

A ampliação dos índices de recuperação em alguns setores alia-se também à aceleração do circuito formado pela produção das embalagens → consumo → descarte → catação → reciclagem → nova produção → novo consumo → novo descarte⁴⁸. Desta forma, a recuperação pela reciclagem não aponta para um novo uso mais duradouro. A tendência da aceleração da reprodução do capital pela diminuição da vida útil das mercadorias mantém-se, alimentando também a exploração de novos recursos como matérias-primas, já que a taxa decrescente de utilização das mercadorias leva à ampliação e aceleração da produção, sobretudo por que há um descolamento desta e da venda da utilidade das mercadorias. De acordo com Mészáros (2002, p.660)

Como resultado, novas potencialidades produtivas se abrem para o capital, cujo sistema não sofrerá qualquer consequência se a relação de alguém com um dado produto for caracterizada pela taxa de utilização mínima ou máxima, pois essa taxa não afeta em absolutamente nada a única coisa que realmente importa do ponto de vista do capital, a saber: que uma certa quantidade de valor de troca foi realizada na mercadoria em questão através do próprio ato de venda independentemente de ser ela, na seqüência, sujeita a uso constante, a pouco ou a nenhum uso.

Esta objetividade, de reproduzir-se ampliadamente é que desperta o interesse capitalista na reciclagem de alguns tipos de materiais, fomentando a territorialização de toda a infra-estrutura para recuperação dessas mercadorias.

Uma estrutura que estende os seus tentáculos para além da planta fabril, manifestando-se no trabalho dos catadores de rua, no trabalho nos lixões, nos barracões dos atravessadores e das cooperativas de catadores. Esse exército de trabalhadores movimenta um circuito que envolve a triagem e transporte dessas mercadorias dentro das mais diferentes cidades, lugares de geração e concentração dessa matéria-prima, os resíduos sólidos recicláveis, que vão para dentro das indústrias de reciclagem e retornam das mais diferentes formas para um novo consumo.

A territorialidade das suas atividades de catação, triagem, transporte e reciclagem dos resíduos obedece a uma lógica que diversifica as formas de manifestação do fenômeno, combinando elementos e determinações econômicas mais gerais com as especificidades econômicas e sociais locais. Desta forma, toda essa infra-estrutura e as relações estabelecidas entre os agentes envolvidos se expressa diferenciadamente de um local para outro, levando a heterogeneidade das formas de exploração e subordinação do trabalho envolvido, quantitativa e qualitativamente, explorando mulheres, crianças e homens.

⁴⁸ As latas de alumínio levam em média 45 dias para percorrer esse circuito. www.latasa.com.br

Neste contexto, em que a reciclagem dos materiais aparece como uma forma eficiente de reprodução do capital, devemos estimular e discutir novos sentidos para a reciclagem e para a diminuição dos impactos ambientais causados pela sociedade de consumo e nos atentar para a possibilidade de transformação da estrutura e da lógica de organização para a produção injusta e irracional, sob a qual estamos organizados. Caso contrário, as medidas implantadas serão meramente paliativas e injustas, já que as ações também paliativas, buscam resolver ou administrar o problema e não anular a sua lógica fundadora. De acordo com Thomaz Jr. (2000):

Trata-se de colocar em xeque a estrutura organizacional da sociedade, enraizada sob os postulados capitalistas que se fundamentam na redução sistemática do valor de uso à simples função de suporte de valor de troca, sendo que o trabalho se constitui em uma das fontes de valor de uso e a natureza também foi submetida aos efeitos nefastos dessa redução e a crise ecológica como enunciado na mídia através dos periódicos e nos ambientes acadêmicos e políticos, deve nos estimular a um repensar do próprio movimento da sociedade. (p.16)

Não queremos dizer que a reciclagem não seja interessante do ponto de vista da recuperação dos materiais. Entretanto, entendemos que a compreensão da trama que envolve a tensa relação na qual a sociedade contemporânea está envolvida, uma tensão que se expressa na forma de pobreza, miséria, exclusão e degradação ambiental, não deve ter como resolução soluções paliativas.

A complexidade e a dificuldade às quais nos referimos nos remetem a assumir que o sistema capitalista, que materializa a relação entre o homem e a natureza, tem por princípio a destruição da natureza e da sociedade. Ao inserir a natureza, no processo produtivo, apenas com o objetivo de transformá-la em mercadoria, o mesmo acontecendo com o trabalho, que se submete a esse mesmo processo, tem-se a dinâmica da natureza e do trabalho totalmente subordinados ao capital (Mészáros, 2002).

Nesse aspecto, destacamos que a reciclagem de materiais revela um aspecto destrutivo da sociedade capitalista, a transformação em lixo de uma imensa quantidade de trabalho utilizado para produzir mercadorias, acentuando o processo de diminuição da vida útil das mesmas. Uma aceleração que representa um aumento de consumo, mas não necessariamente a inserção de novos consumidores no circuito. Para Mészáros (2002, p.684):

Enquanto a taxa decrescente pode intensificar lucrativamente, ou melhor, multiplicar o número de transações no círculo já dado, não há razão alguma para se correr o risco de “ampliar a periferia da circulação”. Conseqüentemente, vastas porções da população podem ser seguramente ignoradas pelos desdobramentos capitalista, mesmo nos países “avançados”, para não mencionar o resto do mundo mantido em subdesenvolvimento forçado.

A taxa de utilização decrescente não se limita aos produtos do trabalho, afeta as mercadorias de forma geral, incluindo nesse rol o próprio trabalho, acelerando o desemprego, acentuando a miséria entre os trabalhadores.

Desta forma, no circuito econômico que envolve todas as ações voltadas para a reciclagem dos materiais no Brasil, sobretudo no que diz respeito ao trabalho sob o capital, temos um duplo desperdício: o trabalho morto incorporado nos resíduos descartados e o trabalho vivo dos catadores, que são forçados a irem para os locais de disposição de lixo. O trabalho vivo dispensado, buscando o trabalho morto descartado para continuar a dar vida ao sistema que os execra.

Claro é que as estratégias utilizadas para a recuperação dos resíduos recicláveis que vão alimentar os processos industriais não se limitam ao trabalho do catador nos lixões, servem-se também de outras formas de exploração/organização do processo de trabalho para esse fim, daí a formação das Cooperativas de Catadores e das usinas de triagem e compostagem. Isso não representa aumento dos custos no processo produtivo. A seguir trabalharemos melhor estas questões.

CAPÍTULO 3. O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS: O TRABALHO NAS USINAS DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM NO BRASIL E O SISTEMA MULTIMUNICIPAL EM LISBOA - PT

3.1 O trabalho na separação dos recicláveis nas usinas de triagem e compostagem

A recuperação dos resíduos sólidos recicláveis que compõem o lixo domiciliar urbano e que podem ser comercializados ocorre de diversas maneiras, implicando em diferentes formas de organização da força de trabalho envolvida no processo.

A cada um desses modos se aplica uma técnica relativamente mais ou menos complexa, havendo algumas diferenças na utilização de ferramentas e no emprego da força de trabalho nas atividades realizadas pelos catadores nas ruas, nos lixões, e nas usinas de triagem e compostagem⁴⁹. Nestas, a utilização de máquinas, o processo mecânico e manual pelo qual passam todos os resíduos e a forma sob a qual está organizada a execução do trabalho lhe apresentam, a partir de uma observação aparente, um aspecto de organização e de “produtividade” que não é visto na catação que ocorre nos locais de disposição e nas ruas.

Foi como elemento organizador do trabalho de separação do lixo que a construção, ou instalação das usinas de triagem e compostagem nos locais de aterro foi apresentada pelos seus fabricantes e vendedores no Brasil, como sendo a melhor forma das administrações municipais reduzirem ou amenizarem os problemas resultantes da geração e destinação dos resíduos sólidos domiciliares, em tese, proporcionando a recuperação dos recicláveis e permitindo a compostagem dos resíduos orgânicos. Um discurso que teve respaldo em diferentes instâncias de governo, e de setores da sociedade que se encontravam “preocupados” com as questões ambientais e sociais que envolviam a problemática dos resíduos sólidos.

Essa preocupação, que comparece em um estudo realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES⁵⁰) entre os anos de 1985 e 1989, colocava em debate a utilização dos recursos não reembolsáveis distribuídos pela instituição,

⁴⁹ De acordo com Juca (2003), em 2000, cerca de 3,9 % dos resíduos sólidos gerados no Brasil passavam pelas usinas de triagem e compostagem antes da disposição no local de aterro.

⁵⁰ **BNDES, Um Banco de Idéias - 50 Anos Refletindo o Brasil.** Brasília: Governo Federal, 2002.

procurando estabelecer prioridades para os projetos voltados ao estímulo de políticas públicas nas mais diversas áreas.⁵¹

Com relação aos resíduos sólidos urbanos domiciliares o estudo apontou, naquele período, para o avanço necessário na forma de tratamento, ressaltando a importância da implantação de um modelo de usina de triagem e compostagem de resíduos, que se caracterizaria pelo baixo custo de manutenção e instalação, que tivessem um retorno, economicamente viável para a maior parte dos municípios brasileiros e que funcionasse como meio técnico ideal para o enfrentamento dos problemas relativos à disposição dos resíduos e a existência de catadores nos locais de disposição. No referido estudo, Nardin (1987, p.275) diz que:

As poucas usinas de reciclagem que existem no país, caracterizadas pelo uso intensivo do capital, não respondem ao desafio das questões sociais e tem um custo desnecessariamente elevado, o que inviabiliza a sua adoção na maioria dos municípios e prejudica o retorno econômico do investimento. Este documento, embora não esgote o tema, apresenta uma proposta de enfrentamento realista da questão: a implantação de usinas de reciclagem de baixo custo unitário, capazes de absorver a mão de obra que vive dos lixões e de permitir a venda dos reciclados, tornando rentável a atividade e resolvendo, simultaneamente, questões sanitárias e ecológicas.

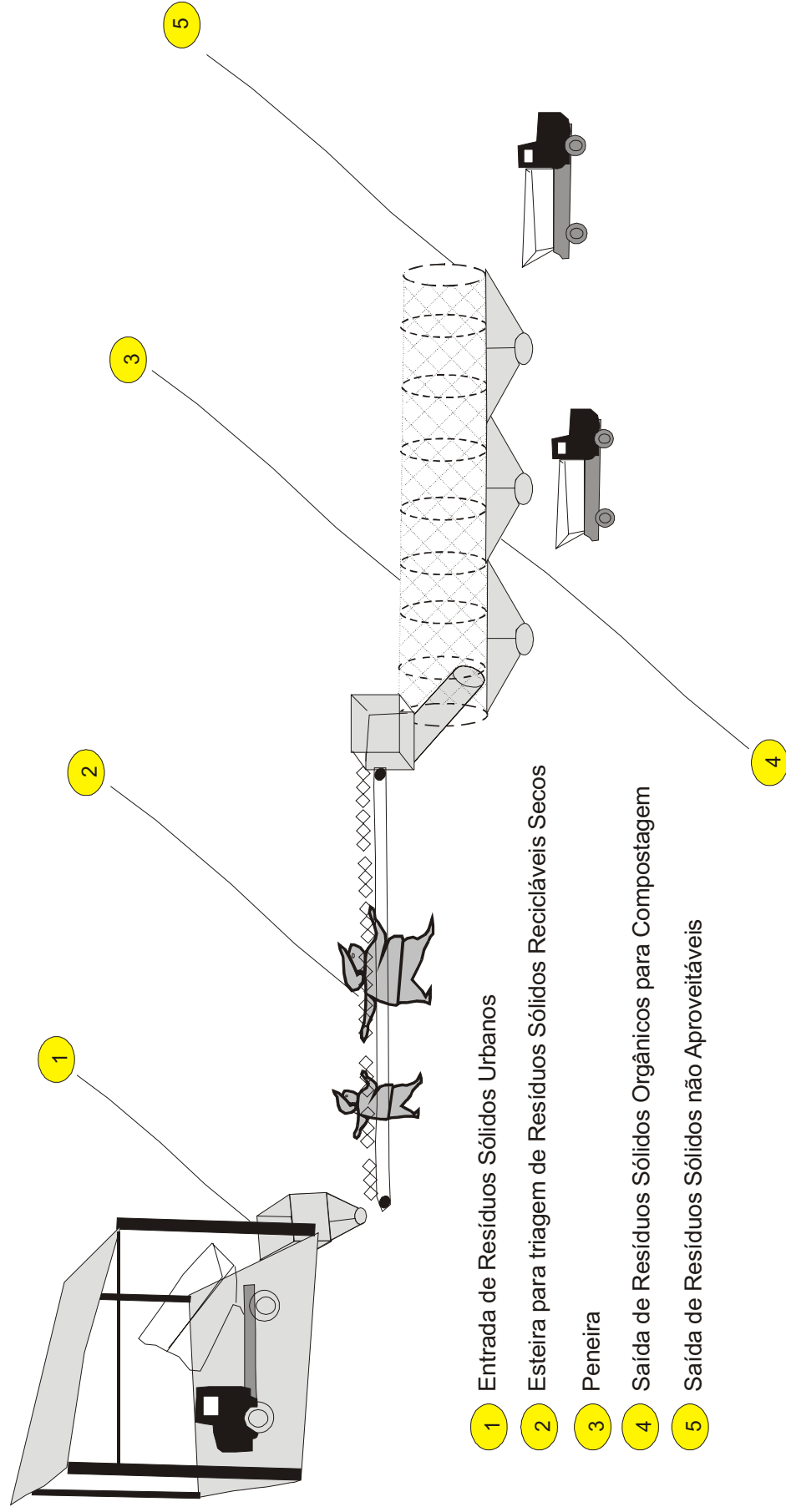
A usina de triagem e compostagem⁵², (Figura 5) tratada no documento de forma equivocada por usina de reciclagem, é apresentada então como uma grande solução para os problemas apontados. Isso porque permitiria que fossem realizadas, em um processo consideravelmente simples, a separação e a classificação dos resíduos recicláveis, além da compostagem dos resíduos orgânicos presentes no lixo. De acordo com o estudo, esse modelo seria a melhor solução para pequenas e médias cidades, pois sua viabilidade estaria garantida com o processamento de 50 a 150 t/dia de lixo.

Nesse modelo, o trabalho no processo de separação é totalmente manual. Os resíduos recicláveis são separados e retirados da esteira. Os orgânicos por sua vez serão enviados pela esteira a um moinho e logo após peneirados. Os resíduos recicláveis seriam acumulados e posteriormente vendidos e os orgânicos passariam então por um processo de compostagem, para obtenção de nutriente orgânico, que dependendo de suas qualidades seria comercializado como adubo.

⁵¹ Para J. AZEVEDO *et all* (2000), a tentativa da solução dos problemas relativos ao lixo com a instalação de usinas de triagem e compostagem, vinha desde 1970, quando o Governo Federal, através do BNDES abriu uma linha de crédito para que os municípios do Rio de Janeiro pudessem adquirir esses equipamentos.

⁵² A compostagem é um processo biológico de decomposição de matéria orgânica. O produto final resultante do processo de compostagem pode ser considerado como um enriquecedor do solo.

FIGURA 5 - Descrição Esquemática de Uma Usina de Triagem e Compostagem⁵³



⁵³ IPT, 1995

Nessa perspectiva, as usinas de triagem e compostagem seriam entendidas como equipamentos de ponta, que possibilitariam ao lixo passar a existir em uma condição ambientalmente mais correta e menos prejudicial, permitindo a sua utilização de uma maneira que se supunha mais racional. (MIZIARA, 2001)

Segundo o estudo, a principal virtude apresentada por este sistema para garantir a sua viabilidade econômica estaria na possibilidade de exploração intensiva e organizada do trabalho na separação dos resíduos recicláveis comercializáveis presentes no lixo. Concomitantemente à sua instalação, a formação de associações e cooperativas de catadores para realizar o trabalho seria um elemento importante, pois o objetivo era ocupar esses trabalhadores no processo. Essa forma de organização evitaria ainda uma série de custos trabalhistas para o município com a contratação.

Também o trabalho, sob este sistema, seria muito mais produtivo em comparação com a atividade realizada pelos catadores no lixão, podendo ser realizado em condições aceitas como seguras e mais higiênicas, se utilizados equipamentos de segurança, o que acabaria revertendo junto à utilização de uma tecnologia simples, em um aumento dos ganhos dos trabalhadores catadores, até mesmo em uma amortização dos custos de instalação da usina de triagem e compostagem. Para Nardin (1987):

Esse processo de separação apresenta vantagens significativas em termos de produtividade em relação à *catação selvagem no lixão*. O uso de tecnologia adequada, com utilização de equipamentos simplificados e mão-de-obra intensiva, vem apresentando, *vis-à-vis* os processos intensivos em capital, resultados alentadores em termos de economicidade e qualidade do produto final.

Quanto aos aspectos sociais, a vantagem da incorporação de catadores ao mercado formal de trabalho não pode ser desprezada. Cada usina de 150 t/dia cria cerca de 40 postos de trabalho direto.

No que diz respeito à salubridade, os catadores não mais terão o contato direto com o lixo, passando a trabalhar, protegidos, junto às esteiras. Diferentemente do que ocorre atualmente, os parentes - velhos e crianças - não trabalharão mais nos depósitos, pois o aumento da produtividade alcançado, ao transformar-se em renda do chefe da família, os dispensará de ajudá-lo na composição da renda familiar.

No entanto, as benesses previstas pela instalação das usinas de triagem nos locais de disposição de resíduos sólidos domésticos não foram tão grandes; na verdade algumas acabaram se revelando um grande problema para as Administrações Municipais que as adquiriram, sem acabar com os problemas relativos à disposição e ao trabalho dos catadores nos locais de aterramento de lixo.

O que aconteceu, foi que além de uma série de gastos previstos nos projetos e nas propagandas dos que vendiam essas estruturas, outros dispêndios, como a manutenção e reposição de peças, o consumo de energia elevado e custos com a formalização e a remuneração da força de trabalho, e mais a concorrência dos catadores carrinheiros que pegam o resíduo reciclável nas ruas antes da coleta realizada pelos caminhões das prefeituras, acabaram por inviabilizar ou tornar muito caro o funcionamento dessas estruturas. Para Grimberg (1998, p.16):

Uma usina costuma ser apresentada (e vendida!) a administradores municipais como um equipamento milagroso, que consegue “*dar um fim ao problema do lixo*” (segundo diversos prospectos e *folders* de propaganda), dispensando outras alternativas para seu tratamento e, ainda, gerando lucro. É bom lembrar que sua operação tem custo alto, exigindo troca periódica de peças e um tempo “de descanso” para manutenção. O retorno financeiro de uma usina é nulo. Não há nenhuma usina brasileira que seja, sequer, auto-sustentável.

Com o aumento constante dos custos e o baixo retorno com a comercialização dos recicláveis, as usinas de triagem e compostagem se tornaram um problema para várias administrações municipais, que por não conseguirem realizar o plano previsto de auto-sustentação econômica do empreendimento passaram a ter mais um problema. Esse fato levou os administradores municipais à não utilização da estrutura para evitar custos e posteriormente ao abandono do empreendimento, pois mesmo mudando as formas e o tempo de utilização da usina, raramente se alcança uma situação em que os ganhos obtidos superem os gastos com o funcionamento, o que muitas vezes tornou toda a parafernália estrutural das usinas num imenso escombros inutilizado.⁵⁴ Para Moraes (2002, p.4):

...embora a tecnologia envolvida tenha sido simplificada e tenha-se proporcionado recursos subsidiados para a instalação destas usinas, um grande número de prefeitura não fez mais do que demagogia ao adquirir tais equipamentos. A consequência disto é a existência de vários destes “elefantes brancos” abandonados em algum terreno nestes municípios, como mausoléus do dinheiro público.

O prejuízo econômico nesses empreendimentos pode ser explicado pelo baixo valor que os materiais coletados na usina alcançam no mercado de compra e venda dos resíduos recicláveis. Como não há uma separação prévia no local de geração e descarte dos

⁵⁴ Para Azevedo, J. *et al* (2000), no estado do Rio de Janeiro foram gastos a partir de 1970, aproximadamente, US\$ 50 milhões na instalação das usinas de reciclagem/compostagem. E das 29 usinas implantadas no estado; apenas 13 encontram-se no momento em operação. Os autores apontam como razões mais comuns para as paralisações das estruturas os problemas operacionais, econômicos e legais, além do interesse político dos governantes.

resíduos, eles entram em contato com a matéria orgânica que os contamina, seja no descarte ou no momento do transporte. Essa contaminação também está presente na catação nos lixões e, em menor grau, nas ruas. O contato dos resíduos recicláveis, na maior parte das embalagens, com os orgânicos, produz a contaminação, o que compromete a possibilidade da reciclagem e eleva o custo das indústrias recicladoras no processo de limpeza e descontaminação, diminuindo, conseqüentemente o preço dos materiais o que repercute na diminuição dos ganhos com a venda. Para Florisbela dos Santos (2000, p.13):

Um fator importante para alcançar (atingir) preços altos e assim conseguir uma viabilidade econômica é o nível de limpeza da sucata no lixo antes do processo de reciclagem. Uma mistura dos resíduos especialmente dos orgânicos e inorgânicos já na fonte de geração reduz a chance de venda por que uma limpeza posterior não é possível ou é demasiado cara. Isso é uma das razões por que em muitos países onde se construíram plantas de separação de resíduos misturados tiveram que ser fechadas.

A situação deficitária não é um problema que atinge somente as usinas de triagem e compostagem de pequeno porte e que recebem uma quantidade relativamente pequena de lixo. Assim, na busca de reverter essa situação e viabilizar economicamente o negócio, algumas prefeituras, como a do Município de Presidente Bernardes (SP), no Pontal do Paranapanema, procuraram diminuir seus custos terceirizando o serviço ou aumentando a quantidade de lixo a ser processado em sua usina. Para tanto, passam a se ocupar do lixo de outros municípios, cobrando pelo serviço e, em tese, tentando obter uma quantidade maior de recicláveis.

No entanto, a maior quantidade de lixo nas esteiras não garante a lucratividade do empreendimento, pois concomitantemente ao aumento da tonelagem de lixo/dia triado, crescem os índices de contaminação, os gastos com a manutenção e o funcionamento da infra-estrutura e com a força de trabalho, portanto não há ganho em escala, já que também a qualidade dos resíduos recicláveis fica prejudicada pelo contato com os orgânicos.

Uma outra estratégia utilizada na tentativa de equilibrar as contas pode ser à custa da exploração dos trabalhadores na esteira das usinas de triagem, de maneira a forçar uma seleção mais rigorosa dos materiais com o emprego de um número menor de trabalhadores. Mas as condições em que estes desenvolvem esta atividade, rasgando sacos de lixo para depois apanhar o que interessa no meio de todo tipo de dejetos que se possa imaginar, um movimento ditado pela velocidade da esteira dificulta o alcance desse objetivo.

Se os estudos mostram que para as Prefeituras municipais as usinas de triagem não são um bom negócio, para os trabalhadores que desenvolviam a catação dos recicláveis nos

lixões dos municípios em que elas foram instaladas, as conseqüências tornaram-se ainda mais perniciosas, já que, com a aquisição e instalação da estrutura não há condições para que eles continuem realizando seu trabalho. Também não é permitida a presença ou permanência de pessoas não autorizadas nesses locais, que deixam de ser de “livre acesso” como acontece nos aterros que obedecem às normas para o funcionamento.

Ao contrário do que se podia imaginar, a absorção dos trabalhadores catadores dos lixões ao processo de triagem de resíduos recicláveis não foi tão fácil ou simples de se realizar, sobretudo porque sua inclusão em uma empresa formalmente constituída, administrada e de responsabilidade das Prefeituras, como no caso das Usinas de Triagem e Compostagem, não pode ser feita sem obedecer normas e regras de segurança e trabalhista, etc. Não se pode simplesmente colocá-los a serviço da Administração Municipal sem obedecer ao trâmite legal, sem contrato formal de trabalho, o que gerou uma série de problemas na organização e na implantação desse modelo.

A instalação de todo este aparato tecnológico para fazer a mediação entre os trabalhadores e o lixo, no processo de trabalho de triagem dos resíduos, objetiva, além de diminuir os problemas relativos a quantidade de lixo encaminhada para as valas nos aterros, obedecer uma lógica mais geral do sistema do capital que é diminuir a quantidade de trabalhadores e ampliar o rendimento do trabalho de maneira a aumentar a sua produtividade, sem que isso signifique a total eliminação. Para Antunes (1999, p.119):

Mas exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido.

Desta forma, a implantação dessa tecnologia não implicou em emprego assegurado nem mesmo para parte dos catadores. Além dos custos da formalização do trabalho, que foi um fato que corroborou fortemente para que as administrações municipais não os incluíssem no processo, preferindo recorrer àqueles que já faziam parte do quadro de funcionários, há um outro elemento destacado a ser considerado: a inserção da tecnologia propicia a diminuição quantitativa dos trabalhadores empregados no processo produtivo. À medida que explora qualitativamente os que permanecem, produz-se mais com um número menor de trabalhadores. Sem essa motivação as inovações tecnológicas não teriam sentido. Assim sendo, os postos de trabalho a serem explorados se limitam ao número que justifica e viabiliza, do ponto de vista do capital, o empreendimento.

No caso das usinas, os trabalhadores, sendo catadores ou funcionários da prefeitura ou de qualquer outra empresa contratada para o serviço, entram como meio de realização de uma atividade simples: olhar o lixo que passa pela esteira e retirar dali, sobretudo, os que puderem ser reciclados e que por isso despertam o interesse dos comerciantes do setor. Neste caso específico não há necessidade dos trabalhadores serem preparados, formados, para a realização dessa tarefa, não havendo, pois, custos com a exploração/utilização de uma força de trabalho especializada. Estes são inseridos no processo como um simples apêndice do maquinário.

Esse aspecto fica claro se pensarmos que a tecnologia empregada não eliminou totalmente o contato dos trabalhadores com o lixo no momento da triagem, o que significa ser menos dispendioso a utilização de um trabalhador nessa função do que a inserção de um aparato tecnológico que possa fazê-lo e represente um custo elevado.

Para que possamos entender melhor essa questão e aprofundarmos algumas outras, discutiremos a partir de agora os exemplos das usinas de triagem e compostagem em funcionamento em alguns municípios da UGRHI-22, no Pontal do Paranapanema.

3. 1.1. As Usinas de triagem e compostagem de Martinópolis e Presidente Bernardes

As instalações das usinas de triagem e compostagem nos locais de aterro de lixo dos municípios de Presidente Bernardes e de Martinópolis na UGRHI- Pontal do Paranapanema (Figura 6), foram realizadas com o objetivo de resolver os problemas relativos à disposição do lixo nos respectivos municípios, mas também para ir além⁵⁵, tornarem a triagem do lixo um negócio rentável.

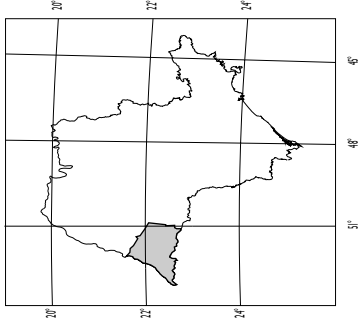
Como pudemos perceber nos depoimentos colhidos em nosso trabalho de campo, junto aos responsáveis pelas Usinas, a idéia de que se poderia auferir certo ganho com a comercialização dos recicláveis e criar postos de trabalho, foi elemento de grande peso para que as respectivas administrações municipais tomassem essa opção como viável.

Entendiam que o empreendimento permitiria uma atuação mais ampla com relação aos problemas apresentados relativos ao lixo. Dentro da lógica idealizada que discutimos anteriormente, com o bom andamento da usina poderiam ser solucionados tanto os problemas ambientais, quanto os ditos sociais, agravados pela presença de catadores nos locais de aterro.

⁵⁵ É claro que a adequação às normas estabelecidas para a disposição de resíduos sólidos é um elemento importante a ser considerado nesse processo. Nesta perspectiva, os dois municípios têm conseguido melhorar os seus respectivos Índices de Qualidade de Resíduos (IQR), atribuídos pela CETESB. Ver CETESB, 2003.

FIGURA 6 - Municípios que Utilizam Usinas de Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos na UGRHI - Pontal do Paranapanema - 2003

Estado de São Paulo



LEGENDA

Municípios onde estão instaladas Usina de Triagem e Compostagem de resíduos sólidos

ESCALA 1:250.000

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
 Datum vertical: Mareógrafo Imbituba - SC
 Datum horizontal: Córrego Alegre - MG

ORGANIZAÇÃO

Marcelino Andrade Gonçalves

ORIENTAÇÃO

Antônio Thomaz Junior

EDIÇÃO GRÁFICA

Marcelino Andrade Gonçalves

FONTE

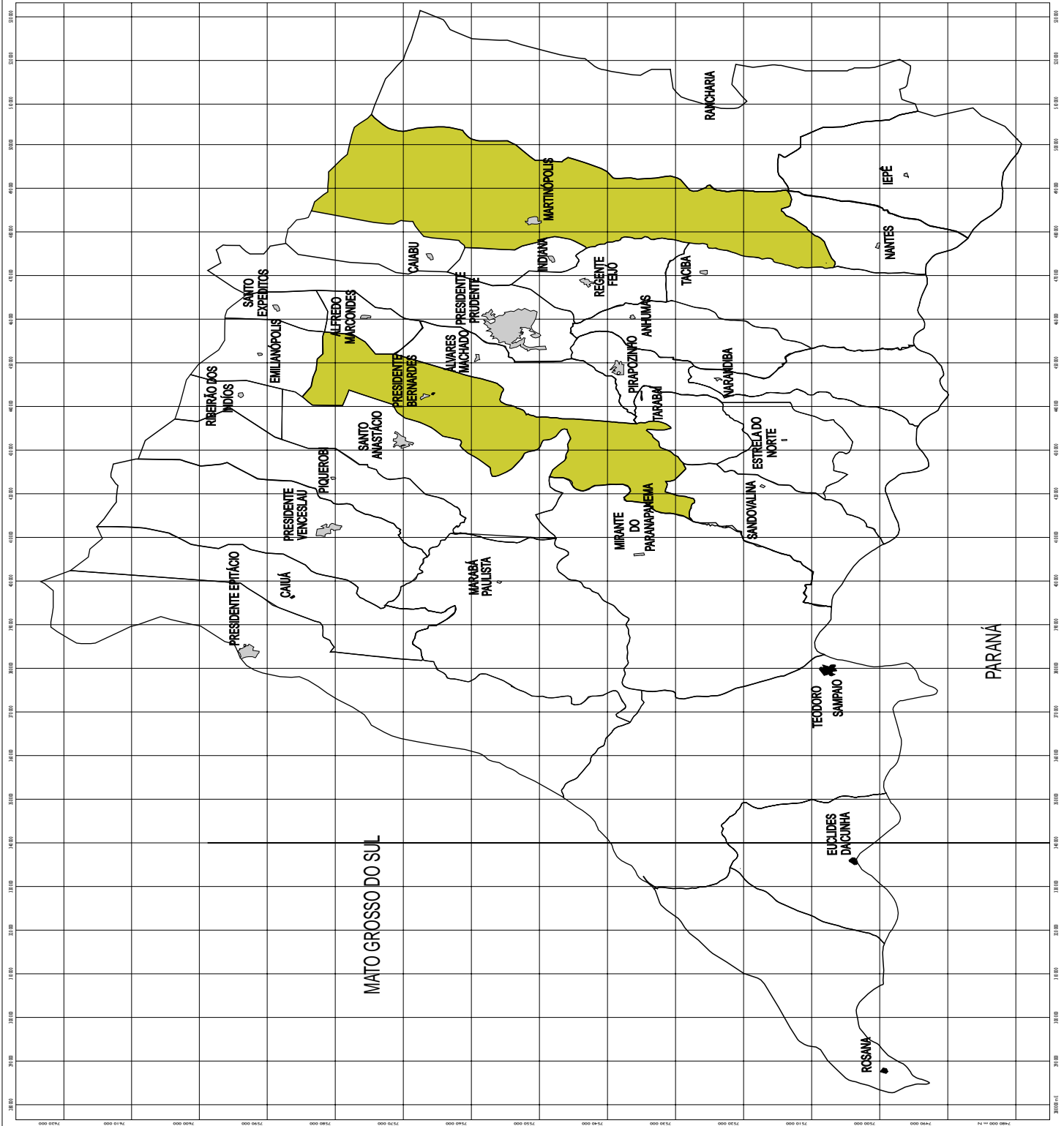
UGRHI - PONTAL DO PARANAPANEMA

Mapa Base - Escala: 1:250000 - Oswaldo Y. Iwasa, 1999.

Cartas do IBGE 1:250.000, edições de 1979/80,

atualizadas com base nas imagens de satélite (LANDSAT TM5, 1997),

Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), 1998.



A seguir, apresentaremos de forma mais aproximada os elementos que compuseram e compõem cada um desses processos, destacando as formas de utilização e exploração do trabalho na triagem dos resíduos recicláveis.

- **Presidente Bernardes**

O projeto de instalação da usina de triagem e compostagem de Presidente Bernardes-SP (Foto 12) teve início com a administração eleita no ano de 1996. Quando entrou em funcionamento, utilizava como força de trabalho para realizar a triagem do lixo para retirada dos resíduos recicláveis, alguns dos trabalhadores que anteriormente se encontravam realizando a catação no lixão. Mas, por uma série de problemas administrativos, esse modelo foi encerrado e reiniciado diversas vezes.



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 12 – Usina de triagem e compostagem de Presidente Bernardes (SP), 2003

O modelo de gestão adotado baseava-se no emprego dos trabalhadores catadores sem contrato formal com a Prefeitura, uma “parceria” em que a administração pública arcava com os custos de manutenção e com o pagamento de um funcionário que trabalhava como administrador, gerenciando a venda dos materiais e os pagamentos, sempre na perspectiva de diminuição dos custos, aprofundando nesse caso a precarização do trabalho, através da informalidade, o que não modificava a situação dos trabalhadores do ponto de vista da precariedade da relação de trabalho.

De acordo com as informações da prefeitura, mesmo com a participação/exploração dos ex-trabalhadores catadores, que recebiam em média um salário mínimo para a realização do trabalho, renda provinda principalmente da comercialização dos resíduos recicláveis sem um contrato formal, o empreendimento mostrava-se inviável pelos custos de manutenção.

A não formalização do contrato de trabalho com os catadores gerava uma situação de ilegalidade, que poderia, então, causar problemas com a justiça do trabalho pelo descumprimento à legislação trabalhista. Porém a exploração do trabalho precarizado era a base de sustentação e funcionamento do empreendimento. Diante desse impasse é que a usina foi desativada em um primeiro momento.

Sua desativação com a conseqüente dispensa dos trabalhadores da usina é um exemplo que demonstra claramente a razão do trabalho sem contrato, precarizado, nesse tipo de empreendimento e que tem se tornado comum no mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas. Isso porque se pode facilmente realizar a superexploração do trabalho em momentos oportunos e dispensar de imediato quando necessário, sem custos contratuais. Para Alves (1999, p.166):

É a partir deles – do vasto mundo do trabalho precário – que o sistema do capital tenderá a impulsionar a sua expansão. É a nova barbárie social que se constitui através do mundo do trabalho precário que deve ser denunciada. Talvez, amanhã os índices de desemprego possam até cair, em termos relativos, só que às custas da barbarização da vida social.

No caso em questão, a precarização do trabalho foi levada ao limite do insustentável como forma de manutenção do empreendimento. Quando não foi mais possível buscou-se outra alternativa: a terceirização da usina de triagem e compostagem.

A terceirização também durou pouco tempo, a empresa contratada abandonou o negócio alegando problemas na viabilidade econômica, pois os pagamentos feitos pela prefeitura e o dinheiro obtido com a venda dos recicláveis não cobriam as despesas com a manutenção e o manejo do local de disposição do lixo, além é claro dos salários pagos aos funcionários.

Após seu fim, a retomada do funcionamento só foi possível a partir da utilização de um modelo diferente dos anteriores, sobretudo no que diz respeito ao emprego da força de trabalho. Para que não houvesse necessidade de contratação de funcionários, a prefeitura de Presidente Bernardes passou a utilizar quinze deles que já ocupavam o quadro de

serviços gerais, para a realização da triagem, prensagem e estocagem dos fardos para a comercialização.

Os trabalhadores protestavam veladamente dizendo que mesmo usando os equipamentos básicos de segurança, sofriam com as más condições de realização do trabalho. Pequenos ferimentos nas mãos, no antebraço e dores de cabeça eram os problemas mais comuns citados por eles. O Perigo de acidentes e contaminações era grande, já que o lixo coletado na cidade chegava todo misturado na esteira (Foto 13).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 13 – Lixo domiciliar urbano enviado à usina de triagem e compostagem de Presidente Bernardes (SP), 2003

A situação de insalubridade e o descontentamento com a função são elementos que contribuem para um funcionamento ainda mais ineficiente de toda estrutura, causando perdas na recuperação dos recicláveis.

Isso se reflete na comercialização dos resíduos recicláveis triados, pois não geram um ganho suficiente para cobrir os gastos com a manutenção e funcionamento. Segundo informações obtidas junto à Prefeitura, os gastos mensais, incluindo salários, estavam em de torno R\$ 7.000,00, enquanto o valor obtido mensalmente com a venda dos resíduos recicláveis chegava apenas a R\$ 2.000,00.

Desta forma, as modificações na forma de exploração da força de trabalho, que passou da informal para a formal, não possibilitam à prefeitura negociar as mercadorias em um outro patamar, não há uma variação nos preços pagos pelos sucateiros, que acabam

ditando os valores de acordo com o mercado controlado pelas indústrias. Os salários dos trabalhadores não compõem, nesse caso, o preço final do produto, que já está estabelecido.

As dificuldades apontadas para o exercício de uma comercialização mais lucrativa são: a baixa qualidade do material, que por ter tido contato com restos de alimentos, matéria orgânica, perde preço e; a forma de comercialização das mercadorias que é realizada através de leilão público, o que impede a procura por melhores preços. Assim, tudo o que é separado na usina durante o mês é vendido em lotes fechados. De todo o lixo que chega à usina de triagem e compostagem de Presidente Bernardes, 60% corresponde à matéria orgânica que vai para compostagem, 27% é rejeito, por conter materiais que não podem ser processados/aterrados e 13% é material reciclável que pode ser comercializado⁵⁶, principalmente plástico e papel/papelão (Tabela 10).

TABELA 10 - Material Reciclável Separado na Usina de Triagem e Compostagem de Presidente Bernardes (SP) – 2003.

Tipo de Resíduo	Kg/dia
Vidro	150
Metal	140
Papel/Papelão	220
Plástico	400
Total	910

Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes, 2003

Os compradores são geralmente pequenos e médios atravessadores que atuam no mercado de compra e venda dos resíduos recicláveis na região, os mesmos que geralmente os compram os recicláveis dos catadores. É claro que pagam um preço menor do que aquele que será pago pela indústria. Esses negociantes também não se interessam por todo e qualquer tipo de resíduo reciclável. Estão sempre à procura daqueles compostos por materiais que têm comercialização fácil e maior valor no mercado, tais como os metais e o papel/papelão.

Neste caso, os preços pagos pelos resíduos triados na usina de Presidente Bernardes apresentam então uma variação bastante grande, sinalizando a prioridade das indústrias recicladoras, ou seja, do mercado consumidor dos recicláveis, por determinadas mercadorias, preferência que se manifesta na figura dos sucateiros/intermediários (Tabela 11).

⁵⁶ O ponto positivo ressaltado na entrevista é o de que com a triagem há uma diminuição da quantidade de resíduos que vai para a vala. Isso permite que haja uma vida útil mais longa para o aterro, diminuindo a pressão para a Prefeitura adquirir um outro terreno para este fim.

TABELA 11 – Preços Pagos pelos Resíduos Recicláveis na Usina de Triagem e Compostagem de Presidente Bernardes

Materiais Comercializados	Preço (R\$/Kg)
TetraPack	0,02
PET de óleo	0,25
PET verde	0,45
PET branco	0,45
PET azul	0,45
PET misto	0,10
Papelão	0,20
Papel branco	0,20
Papel de jornal	0,08
PBD incolor	0,25
PBD preto	0,10
PVC+PAD+PP	0,20
Lata Alumínio	2,40
Ferro	0,15

Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes, 2003

Segundo as informações obtidas, a maior dificuldade de comercialização reside em alguns tipos de materiais, como por exemplo, as embalagens Tetra Pak e o Polietileno de Baixa Densidade (PEBD)⁵⁷, conhecido pelos catadores como plástico fino, material do qual são feitas as sacolas de supermercados e que compõem grande parte do plástico presente e retirado da massa total de lixo (Foto 14).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 14 - Fardos de PEBD acumulados na usina de triagem e compostagem de Presidente Bernardes (SP), 2003

⁵⁷ De acordo com Lemos (2003), o problema dos sacos de PEBD deve-se ao fato de possuírem Cromo (Cr) na sua constituição, o que torna o seu processo de reciclagem mais caro.

A comercialização do PEBD torna-se bastante difícil. Assim, para conseguir livrar-se desse tipo de material a prefeitura tem que usar de algumas estratégias para que os compradores adquiram os diferentes resíduos. Uma delas é agregar ao lote dos resíduos recicláveis mais procurados, por exemplo, de papel/papelão, os fardos de plástico fino, para que o comprador que esteja interessado no papel leve obrigatoriamente o material menos procurado.

A comercialização por lotes conjuntos procura evitar que haja um acúmulo dos resíduos menos procurados no barracão.

Porém, com alguns outros o problema do acúmulo não pode ser evitado. As pilhas e baterias inservíveis, por exemplo, não têm compradores e não podem ser enterradas livremente no solo pelo seu alto poder de contaminação. Desta forma, permanecem ali estocadas (Foto 15).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves
Foto 15 – Pilhas acumuladas no depósito da usina de triagem e compostagem de Presidente Bernardes (SP), 2003

De acordo com a prefeitura, as empresas produtoras desses objetos até podem recebê-los para dar o tratamento e a destinação correta aos resíduos, mas o custo do transporte da usina até as empresas que os receberão tem inviabilizado a operação.

Além dos resíduos recicláveis o composto produzido na usina também não tem um comércio estruturado, por não haver, ainda um controle técnico mais rígido de todo o processo de triagem e compostagem, o que não permite atestar a qualidade do material. De acordo com estudo realizado por Lemos (2003, p.76), na usina de triagem e compostagem de Presidente Bernardes (SP):

O composto é comercializado como adubo para jardim, mas não para horta, por receio de problemas de saúde pública, uma vez que o processo não é adequadamente monitorizado. Mesmo assim há compradores particulares que compram, peneiram e trituram, em casa, enriquecem o composto e utilizam como adubo de horta.

Para a Prefeitura a possibilidade de mudança nesse quadro de prejuízos econômicos da usina de triagem e compostagem de Presidente Bernardes (SP) está na instalação de um projeto que se encontra em estudos e poderá vir a ser implantado. Esse projeto teria como base a instalação de um programa de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares recicláveis, conjuntamente com a organização dos trabalhadores catadores carrinheiros em associação para realizarem o serviço. Atualmente os catadores já são responsáveis pela recolha antecipada de parte dos recicláveis que chegariam à usina de triagem e compostagem, o que tem colaborado para o aumento dos prejuízos.

Essa nova estratégia tem como ação principal passar para cargo dos trabalhadores carrinheiros organizados a estrutura da usina para triarem dos resíduos coletados seletivamente. A Prefeitura arcaria com alguns custos básicos de funcionamento e os trabalhadores retirariam seus ganhos da comercialização dos recicláveis e do composto, retomando a antiga fórmula utilizada no momento de sua instalação.

A idéia é a de que com a separação nas residências, o descarte seletivo, e posterior coleta seletiva, os catadores teriam acesso ao material mais limpo e também maior liberdade para comercializar e alcançar um melhor preço pelas mercadorias.

No entanto, mais uma vez, o “plano de salvação” que se delineia tem uma tendência a transferir novamente para os trabalhadores catadores a responsabilidade pela realização da triagem dos resíduos, agora junto ao serviço de coleta seletiva, sem que seja necessário a Prefeitura arcar com os custos da formalização e da organização infra-estrutural do trabalho, já que os catadores realizariam o serviço utilizando-se de suas próprias ferramentas, os carrinhos de mão. Como já apontamos no decorrer do texto, a precarização das condições de trabalho é sempre lembrada, de maneira não declarada, como estruturante do sistema de coleta e triagem dos recicláveis, o que garante a lucratividade de vários

outros atores envolvidos com a reciclagem dos materiais, mas não dos trabalhadores catadores.

- **Martinópolis**

A Usina de Triagem e Compostagem do município de Martinópolis (SP) foi inaugurada em agosto de 2001 e está em operação há quatro anos, funcionando sob administração da Prefeitura Municipal e segue o modelo básico, que já apresentamos, de triagem dos resíduos recicláveis secos e compostagem dos orgânicos. Conta com dez funcionários que trabalham diariamente, desenvolvendo várias atividades, dentre elas, a separação dos resíduos na esteira rolante, considerada a principal tarefa deste complexo, pois desse trabalho dependerá não só o ganho com a comercialização dos recicláveis, mas também a preparação para um composto mais limpo e em possíveis condições de comercialização (Foto 16).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 16 – Trabalho de triagem do lixo em Martinópolis (SP), 2003

A usina de triagem e compostagem foi instalada em um terreno onde está localizado o novo local para disposição dos resíduos. De acordo com a Prefeitura Municipal, no antigo aterro havia pessoas que trabalhavam na catação de recicláveis, mas que não puderam continuar a realizar esta atividade no novo local.

O que pudemos observar é que o trabalho de separação é realizado pelos trabalhadores com a utilização de alguns equipamentos básicos de segurança, como o

avental e a luva, não havendo máscara para proteção contra o mau cheiro e os gases provenientes da decomposição dos resíduos.

O funcionário da Prefeitura de Martinópolis que gerencia a usina nos informou que o trabalho de separação do material reciclável é considerado difícil, pois além de encontrar muita “sujeira” junto aos demais resíduos, os funcionários têm sofrido alguns acidentes com materiais perfurocortantes que atravessam as luvas e ferem suas mãos como, por exemplo, as agulhas. Mesmo estando sujeitos a estes acidentes, não há uma política de segurança de saúde do trabalho que permita aos funcionários realizar exames periodicamente para saber se sofreram algum tipo de contaminação nesses acidentes.

A melhoria nas condições de trabalho, no que diz respeito à utilização de equipamentos de segurança nas usinas de triagem e compostagem, vão sempre encontrar obstáculos no custo, alegado pelos administradores como fator que não permite melhorar tais condições. Tal situação sinaliza ainda para o descaso dos órgãos fiscalizadores com relação a situação de perigo e danos à saúde dos trabalhadores. Consideramos ainda, a própria desmobilização dos trabalhadores que não conseguem fazer valer suas reivindicações por melhores condições de trabalho.

De acordo com o administrador, as reclamações dos trabalhadores que ficam na esteira são freqüentes e as dispensas por motivos de saúde estão ligadas geralmente à sensação de mal estar e dores de cabeça que resultam das condições insalubres de trabalho.

Mesmo em péssimas condições, os trabalhadores realizam em média a recolha e a triagem de 7,5 toneladas de resíduos sólidos domiciliares diariamente. Todo material que pode ser reciclado é separado dos demais resíduos. É prensado e fica acumulado no galpão até o momento da venda, que como no caso de Presidente Bernardes também é realizada em leilão.

A quantidade somada dos principais resíduos recicláveis retirados da massa total do lixo na Usina de Martinópolis chega a 10,2 toneladas/mês (Tabela 12).

TABELA 12 - Tipos de Resíduo Recicláveis Separados na Usina de Triagem e Compostagem de Martinópolis (SP)

Tipo de Resíduo	Tonelada/mês
Vidro	3
Metal	3
Papel/Papelão	3
Plástico (PET)	1,2
Total	10,2

Fonte: Prefeitura Municipal de Martinópolis, 2003

Segundo o responsável pela usina, com a venda dos resíduos recicláveis e do composto, a prefeitura arrecada R\$ 3.000,00/mês. No entanto, tem um gasto estimado em R\$ 5.000,00, havendo um déficit mensal de R\$ 2.000,00.

A principal dificuldade está na comercialização das embalagens de vidro, por exemplo, que têm um baixo valor e grande volume, o que dificulta e encarece o transporte o que torna a compra um mau negócio.

Segundo o administrador da usina, para reverter essa situação seria necessário realizar a moagem do vidro, através de um pré-processamento que levaria a um melhor preço, porém, os custos para implantação do processo, máquinas e salário de trabalhadores inviabilizam a prefeitura de concretizar o empreendimento.

Para a comercialização dos vários tipos de vidros nas atuais condições, a saída tem sido fazer a separação e vender aquelas embalagens mais procuradas e que podem ser reaproveitadas sem necessariamente passarem por um processo de reciclagem, como o caso dos vasilhames de algumas bebidas. A separação das garrafas, por exemplo, é realizada levando em conta a qualidade do material, o tipo e o tamanho.

Mesmo estando em condições deficitárias, o administrador diz que a Prefeitura Municipal avalia o investimento como importante, pois, entre as vantagens está a melhor utilização do terreno onde se localizam as valas feitas para enterrar o lixo, que recebem uma quantidade menor de resíduos, o que prolongará a sua utilização.

É importante destacar que as benesses apontadas pela triagem e compostagem dos resíduos domiciliares nas usinas, ficam obscurecidas pelas condições de trabalho dos funcionários da prefeitura que fazem a “catação” na esteira, realizando um trabalho bastante insalubre, estando em contato direto com o lixo, que dá às usinas um aspecto de lixão mecanizado.

Esse tipo de trabalho, realizado sem as condições de segurança devidas, expõe os trabalhadores aos mais variados tipos de organismos patogênicos que podem causar sérias doenças. Se infectados poderão funcionar como vetores, colocando em risco também as pessoas com as quais eles mantêm contato direto.

3. 1. 2 As Diferentes Formas de Relação e de Exploração do Trabalho na Triagem dos Recicláveis.

A discussão que até agora realizamos e os exemplos das usinas de triagem e compostagem por nós avaliados demonstram que as alterações na organização e

exploração do trabalho no processo de recuperação dos resíduos recicláveis gerados nesse sistema, apesar da sua aparente complexidade são ineficientes, pois não representam avanços significativos na recuperação dos resíduos recicláveis e, sobretudo, não possibilitam aos trabalhadores que passam a lidar com os resíduos sólidos a partir dessa mediação com as máquinas, condições seguras de realização do trabalho.

A possibilidade das Prefeituras de obter algum ganho com a comercialização dos recicláveis, o que justificaria as usinas como um bom investimento, na realidade dos casos aqui demonstrados não ocorre.

O fato é que nos casos estudados, antes da instalação das usinas de triagem e compostagem, havia trabalhadores que faziam a separação do resíduo reciclável comercializável diretamente no local onde o lixo iria ser aterrado, agindo momentos antes dessa tarefa se realizar, em um contato direto com o lixo, sem nenhuma mediação que não fosse a de ferramentas rudimentares.

A estrutura da usina vem para reorganizar o lugar e a situação. Nessa nova estruturação, antes de ser aterrado o lixo deverá passar por um circuito mecânico que o conduzirá por algumas etapas, nas quais o trabalho de “garimpagem” dos resíduos recicláveis será organizado e dirigido de uma outra forma, e que não estará mais sob o controle individual do catador. Essa nova estruturação exigirá uma série de mudanças que implicarão numa nova forma de gestão e de controle do trabalho na realização da triagem dos resíduos.

A busca pelos recicláveis não se dará mais em uma forma desordenada, como acontece nos lixões onde os trabalhadores buscam aqui e ali os materiais esparramados. Nas usinas, essa busca terá a esteira como organizadora e controladora do tempo, da quantidade de lixo disponível e da forma como se realiza a tarefa, havendo uma divisão básica de funções: os trabalhadores da frente rasgam as embalagens e os demais recolhem determinados tipos de resíduos.

Nos casos apresentados, os trabalhadores não são mais os mesmos que atuavam no lixão. Aqueles que cotidianamente arriscavam-se no meio do lixo em busca de um rendimento mínimo foram eliminados dessa função. Agora, são trabalhadores da própria administração pública que enfrentam os problemas relativos às condições insalubres do local de trabalho. O que vemos então é a mediação da estrutura mecânica entre estes e o lixo. Se anteriormente, no lixão, os trabalhadores catadores rasgavam os sacos e se colocavam em contato direto com os mais diversos tipos de detritos, na esteira da usina não vemos, neste aspecto, muita diferença. Os trabalhadores, servidores municipais, colocam-

se praticamente na mesma condição precária e insalubre de realização do trabalho em comparação à “garimpagem” realizada nos lixões.

A comercialização dos resíduos recicláveis que parecia, a outros olhos, rentável para os trabalhadores catadores, agora se torna um negócio inviável economicamente quando realizado com a mediação das máquinas no processo de triagem dos resíduos nas usinas.

Isso se deve ao fato notório de que não há, por parte destes, nenhum investimento em tecnologia ou em equipamentos de proteção individual, ou mesmo em direitos trabalhistas, que implicará em custos para diminuir seus ganhos, já pequenos. Na verdade a informalidade, as longas jornadas de trabalho e a precariedade de realização da atividade, é que lhes garantem esse rendimento, e ainda os ganhos de todos os envolvidos no circuito econômico que envolve a reciclagem de materiais, que tem o trabalhador catador como base para a recuperação dos resíduos.

A utilização da usina de triagem para captura dos resíduos recicláveis também não altera necessariamente a estrutura do circuito econômico, apesar de modificar a (des)organização técnica e territorial do trabalho dos catadores nos lixões. Mesmo tirando ou os expulsando e colocando a estrutura da usina, não houve modificação na lógica econômica e comercial dos agentes envolvidos com o circuito dessas mercadorias.

Desta maneira, se a forma precária como se realiza o trabalho do catador nos lixões possibilita que a relação comercial com os intermediários se estabeleça de forma lucrativa para estes últimos, que por sua vez repassam a mercadoria a outro interessado que também terá ganhos, a mudança nessa base, ou seja, na forma de organização do trabalho na recuperação dos resíduos recicláveis, dificilmente trará outras no comportamento dos compradores no que diz respeito aos preços pagos pelas mercadorias.

Isso se deve ao fato de que o preço base das mercadorias no mercado continuará a ser aquele pago aos trabalhadores catadores de outros lixões, e que garantem o lucro e a reprodução do capital empregado nesse processo produtivo, nos moldes em que ele está estruturado. Os custos da instalação das usinas de triagem e compostagem, da formalização do trabalho e os possíveis ganhos ambientais propiciados pelo empreendimento não poderão ser inseridos no preço da mercadoria final, pois isso inviabilizaria os ganhos dos outros atores envolvidos e, conseqüentemente, também a sua comercialização. Neste caso e nessa comparação específica, o trabalho precarizado no limite extremo garante mais rentabilidade ao capital desse setor do que o trabalho organizado e mediado pela tecnologia.

O que percebemos é que essa nova territorialidade do trabalho no lixo significa o investimento de dinheiro público que beneficia os compradores que faziam a intermediação entre catadores e indústria, que agora fazem a intermediação prefeitura - indústria. A diferença está no fato de que, nos casos apresentados, o trabalho utilizado na triagem e separação é pago com dinheiro público.

A única mudança detectada foi a da retirada dos trabalhadores catadores do lixão, que nos casos aqui abordados, não foram (re)inseridos definitivamente no novo contexto, mas alguns permanecem dentro desse circuito ao realizar a catação dos recicláveis nas ruas.

Para os comerciantes atravessadores não houve mudança, continuam sendo os clientes preferenciais. Se antes compravam dos catadores, agora podem comprar do poder público, que não consegue por motivos já apresentados, negociar diretamente com as indústrias recicladoras e tem até dificuldades de escoamento de determinadas mercadorias. De acordo com Grimberg (1998, p.42):

As exigências das indústrias de reciclagem – a seleção prévia dos vidros por cores, por exemplo, (verde, âmbar e branco) nas unidades de triagem – bem como as distâncias entre as indústrias e os municípios com programas de coleta seletiva, muitas vezes levam as municipalidades a encaminhar seus recicláveis a intermediários, como os sucateiros, aparistas e "ferro-velhos". Embora paguem menos pelo produto, estes costumam garantir um escoamento constante dos materiais triados, contribuindo para a fluidez do sistema.

Os resíduos recicláveis que saem das usinas de triagem e compostagem para os atravessadores não são também em nada diferentes daqueles que os trabalhadores catadores vendem nos lixões. Continuam sendo contaminados e tendo o seu valor diminuído apesar de toda estrutura montada. Para Grimberg (1998, p.16):

Os materiais separados na usina, devido à sujeira e contaminação, valem muito menos no mercado de recicláveis que aqueles coletados seletivamente. Este valor é normalmente determinado por decreto, enquanto que o dos recicláveis oriundos de programas de coleta seletiva é negociado livremente com sucateiros e indústrias.

Como vimos, existem algumas amarras importantes que tornam o negócio deficitário, sendo que além dos impedimentos legais que proíbem uma livre negociação entre o poder público proprietário da mercadoria, e os possíveis compradores, já que, a realização da comercialização deve ser feita em forma de leilão, tem-se ainda, nos

exemplos citados, uma quantidade relativamente pequena de materiais que despertam o interesse econômico dos compradores.

No lixão, os catadores buscam apenas os materiais que poderão ser comercializados com facilidade e com valor garantido. Nas usinas de triagem e compostagem mantidas pelo poder público a lógica da separação tem como parâmetro, além da comercialização, a diminuição da quantidade de resíduos sólidos que irão para o aterro.

No entanto, como sabemos, o que move o circuito econômico da reciclagem é o lucro, objetivo que põe em movimento qualquer outro empreendimento pautado na lógica de produção/reprodução do capital. Daí, os problemas com o amontoado de resíduos compostos por material potencialmente reciclável, recuperado pelas usinas e que não é comercializável, juntando a esse rol os resíduos contaminantes e a própria situação precária dos trabalhadores catadores nos lixões e nas usinas de triagem e compostagem.

O trabalho realizado nas usinas, o rompimento dos sacos, é feito de forma parecida com a que acontece no lixão. Em suma, mesmo não colocando em questão a benesse afirmada pelos administradores das usinas visitadas, podemos afirmar que não aconteceram, em nenhum dos casos, mudanças extraordinárias no que diz respeito à forma como o problema estava sendo tratado, aliás, para as prefeituras a manutenção do funcionamento das usinas tem se tornado um problema econômico, social, ambiental e trabalhista.

Diante dos prejuízos, a possibilidade de colocar essas estruturas à disposição dos grupos de trabalhadores catadores “organizados” aparece como uma maneira de integrá-los, mas se traduz como uma eficiente forma de diminuir os custos e prejuízos que as administrações públicas têm nesses empreendimentos. A nosso ver, envolver os catadores no trabalho e no gerenciamento das usinas de triagem e compostagem é uma ação que tende a se generalizar como solução possível para este tipo de situação.

Por detrás da aparente autonomia e controle de suas condições de trabalho nas usinas, os grupos de catadores organizados em associações/cooperativas, teriam que arcar com os custos da reprodução e da formalização do trabalho, elementos que encarecem a operação das usinas de triagem para as Prefeituras.

Mas todos esses conflitos e mudanças que atingem os locais de aterro dos resíduos com a instalação das usinas de triagem e compostagem não são sentidos pela maior parte das populações destas cidades, que no geral desconhecem esses locais. Isto porque esse fato não mexe diretamente com a rotina diária que envolve o livrar-se do lixo nessas comunidades.

A reorganização do trabalho com a instalação das usinas de triagem e compostagem, não muda nada neste contexto em que o domínio é dos grupos empresariais que controlam a indústria da reciclagem. Ao desempenharem o papel de compradores não se interessam pelas formas de organização do trabalho que levam estas mercadorias à porta das indústrias: se explora os trabalhadores catadores com trabalho formal, informal, ou mesmo trabalho infantil, se há ou não investimento público no processo. O interesse é manter o circuito sob seu controle, de forma que os lucros com o processo de industrialização dos resíduos recicláveis sejam garantidos.

Além dos fechamentos dos locais de disposição e da proibição da catação, outras alternativas estão sendo pensadas e apresentadas como formas de resolver os problemas relativos ao trabalho da catação nos lixões. Dentre elas tem se destacado a organização dos catadores em cooperativas e associações, conjuntamente a programas de coleta seletiva de resíduos recicláveis.

Em alguns casos esses empreendimentos são decorrentes de auto-organização. Em outros, as associações/cooperativas de catadores são resultados de ações conjuntas do poder público e universidades, entre outras entidades.

Assim, no caso específico dos resíduos recicláveis as prefeituras devem levar em conta a situação dos trabalhadores catadores, de maneira que a intervenção não seja mais um elemento de aprofundamento da precariedade em que estes já se encontram. O poder público não deve objetivar lucratividade nesse setor. O que deve fazer é assumir de vez o objetivo de resolver os problemas ambientais causados pelo lixo, sem recusar-se a dar o apoio incondicional aos trabalhadores catadores, não só para realizarem o trabalho de coleta seletiva e triagem e acondicionamento, mas também para que tenham boas condições de vida dentro e fora do trabalho.

No entanto, o que a experiência tem demonstrado é que as prefeituras no Brasil tendem a buscar soluções para os problemas relativos aos resíduos, somente a partir do momento em que estes chegam aos locais de disposição, o que não permite avanços significativos.

Esse fato demonstra uma incapacidade do poder público de pensar a gestão dos resíduos sólidos envolvendo todos os momentos e agentes abarcados no processo, desde a geração até a disposição. O que implicaria em uma gestão territorial dos resíduos diferenciada daquela que aí se encontra. Um gerenciamento que envolvesse a sociedade como um todo, a infra-estrutura correta, a metodologia de coleta mais adequada, transporte

e formas de tratamento e disposição que funcionassem articuladamente, considerando sempre a existência dos trabalhadores catadores e as suas iniciativas.

A exemplo da instalação de um sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos mais amplo e com profundas transformações infra-estruturais, apresentaremos a seguir o caso da cidade de Lisboa-PT, abordando o sistema multimunicipal implantado na área metropolitana na última década, que tem como principal característica a intervenção estatal em consórcio com o capital privado no setor de coleta, triagem e valorização dos resíduos sólidos.

3.2. Resíduos sólidos e reciclagem em Portugal: o caso de Lisboa-PT

A partir de 1995, Portugal assistiu à grandes mudanças no que diz respeito às formas de gestão dos resíduos sólidos urbanos municipais, sobretudo em relação à infraestrutura utilizada e à organização da prestação desse serviço à população. Esta reorganização atingiu o serviço de coleta de resíduos em diferentes setores: administrativos, transporte, tratamento, disposição e revalorização, transformando o quadro existente até o ano de 1995, considerado inadequado. De acordo com o Instituto Nacional de Resíduos (INR), (2002):

Se em termos de recolha os indicadores obtidos poderiam ser considerados aceitáveis, o mesmo não acontecia com o tratamento, assumindo a disposição incontrolada de resíduos, bem mais de 50% do destino final. Acresce a este cenário pouco favorável, o facto de algumas infra-estruturas de tratamento existentes à data, apresentarem deficiência de exploração. (p.13)

As modificações que foram implantadas em Portugal demonstram um fato conhecido: o que fazer com os resíduos sólidos urbanos gerados? O lixo tem se tornado um grande problema para as administrações públicas e populações residentes nas grandes cidades em todo mundo.

Assim, também em Portugal, particularmente nas regiões de Lisboa e Porto, onde se concentra parcela expressiva da população, o apelo ao consumo e às modificações na conformação das embalagens das mercadorias e nos hábitos dos consumidores também tem levado à alteração das características dos resíduos sólidos gerados.

No entanto, raramente esses problemas causados pelos resíduos são percebidos pelos cidadãos servidos pela coleta de lixo, que estão habituados a depositá-lo nos sacos

plásticos, para que a coleta seja feita pelos trabalhadores empregados pelas administrações municipais.

Em Portugal, antes da reestruturação do sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos a situação foi assim caracterizada pelo INR (2002):

Concretizando, para os resíduos sólidos urbanos, o diagnóstico da situação à data (1995) evidenciava um nível de atendimento da população com recolha de 98%, no entanto, apenas cerca de 46% da população era servida por um sistema de tratamento de resíduos. (p. 13)

Ainda de acordo com o Instituto Nacional de Resíduos (2002):

Segundo o apurado, a gestão de resíduos resumia-se praticamente à operação de recolha e à disposição em mais de 300 lixeiras, receptáculos do “sistema” municipais então existentes, que se constituíam como autênticas “feridas” no solo e na paisagem que, a menos que fossem de imediato seladas e recuperadas, iriam demorar mais de um século a cicatrizar. (p.15)

Além dos prejuízos estéticos na paisagem havia também os problemas ambientais causados pela disposição inadequada dos resíduos sólidos - destacamos aqui as possíveis contaminações do solo e das águas subterrâneas - que variava naquele momento de acordo com a quantidade e o tipo de resíduo que era depositado nos diferentes locais de disposição. De acordo com o INR (2002)⁵⁸:

Observaram-se grandes diferenças entre as lixeiras, nomeadamente no que respeita à sua extensão, grau de preparação, condições de exploração e idade da massa de resíduos. Com efeito, alguns locais dispunham de projecto de aterro cuja construção e/ou exploração obedeceram diversos graus de exploração e controlo. Como exemplo de situações limites, observaram-se locais de deposição totalmente incontrolada, com auto combustão da massa de resíduos, e lixeiras que dispunham de sistemas rudimentares de impermeabilização e drenagem de lixiviados, vedação e cobertura diária de resíduos. (p.34)

O fato descrito, mais do que um descuido, revelava uma forma de ver e entender a situação dos resíduos sólidos urbanos, bastante comum entre os administradores públicos e que não ocorria somente em Portugal.

Uma “leitura” que compreende as questões relativas ao lixo como sendo de menor importância, ou fáceis e naturalmente sanáveis, uma idéia baseada na tese de que os

⁵⁸ As lixeiras são os locais para disposição dos resíduos que não obedecem às normas técnicas necessárias para uma disposição correta dos resíduos. No Brasil são os lixões, aterros controlados.

elementos do próprio meio se encarregariam de dar um fim, de fazer desaparecer todo o lixo dispensado e enterrado.

Além da mobilização política da sociedade portuguesa que reivindicava transformações radicais na gestão dos resíduos sólidos urbanos em Portugal, o fator decisivo para essa mudança foi a necessidade de adequação destes serviços às normas e objetivos estabelecidos pela Comunidade Européia, no âmbito do Conselho Europeu,⁵⁹ que delineava as estratégias comunitárias de gestão de resíduos sólidos, com uma forte ênfase na estruturação e aplicação de uma Legislação rígida e com orientações relevantes a respeito dos processos que envolvem toda a temática dos resíduos sólidos urbanos. Destacamos aqui, a legislação referente aos resíduos de embalagem⁶⁰, que traça parâmetros para ações de recuperação, valorização e reciclagem deste tipo de resíduo⁶¹. De acordo com o Ministério das Cidades (2003):

Com esta legislação pretende-se adoptar uma política integrada de gestão de resíduos de embalagens que passe, logo na fase de concepção e fabrico da embalagem, pela introdução de medidas preventivas visando a minimização do seu peso e volume, bem como seu potencial de reutilização e valorização. (p.5)

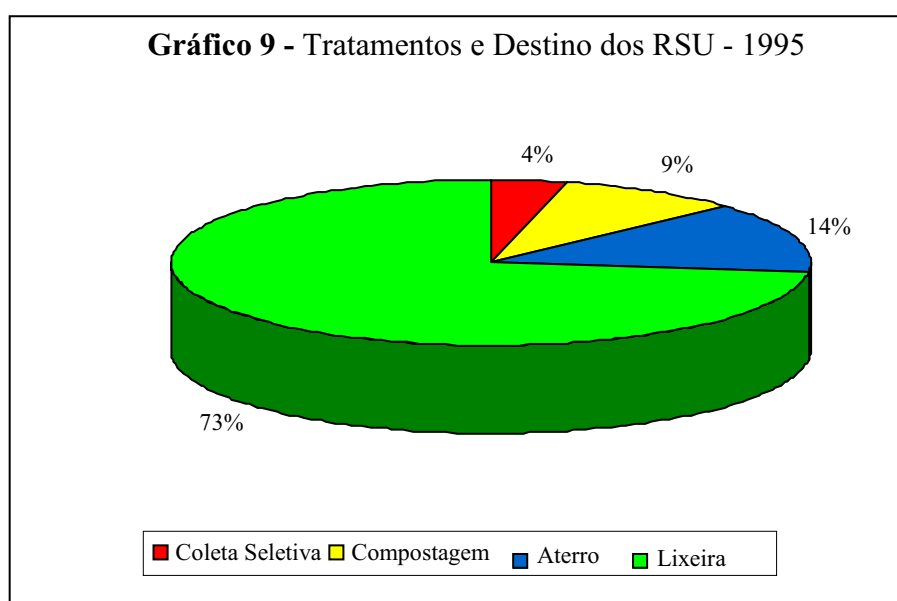
Outro fato importante a ser destacado foi a elaboração do Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), publicado em Julho 1997 pelo Instituto dos Resíduos (INR), que aborda não só a estratégia escolhida para a intervenção, mas estende-se também à elaboração do quadro da situação em que se encontrava a gestão dos resíduos sólidos urbanos em Portugal, salientando os problemas operacionais existentes, as deficiências na infra-estrutura e inadequações técnicas no manejo dos resíduos sólidos urbanos, objetivando servir de apoio aos poderes políticos administrativos na tomada de decisões que envolvessem a questão.

⁵⁹ De acordo com o Ministério das Cidades, no documento em que apresenta a estratégia nacional para redução dos resíduos urbanos Biodegradáveis destinados aos Aterros a resolução 97/C76/01 do Conselho Europeu, de 24 de Fevereiro, relativa à estratégia comunitária de gestão de resíduos, enuncia a seguinte hierarquia de princípios: - Prevenção (com especial incidência para a responsabilização do produtor de bens; Recuperação reutilização, reciclagem compostagem, recuperação energética).

⁶⁰ Na Legislação relativa à embalagens e resíduos de embalagens destacamos: Decreto lei nº 366-A/97, de 20 de Dezembro, estabeleceu os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e ses resíduos; Decreto lei nº407/98, de 21 de Dezembro que estabelece as regras relativas aos requisitos essenciais da composição das embalagens

⁶¹ Um aspecto importante no avanço da recuperação dos resíduos recicláveis em países da Europa é o fato de que muitos já começam a exportar esse tipo de mercadoria. De acordo com reportagem do Jornal o Globo, publicada em 13/11/2005, países como a Alemanha, onde as leis e a participação dos cidadãos mantém altos níveis de recuperação, permite que o país exporte a sucata a preços baixos, o que derruba os preços em países como o Brasil, implicando diretamente na queda da renda dos trabalhadores catadores.

Dentre os fatores mais importantes destacados pelo PERSU, que acabavam por levar a uma situação de descontrolo no que diz respeito aos resíduos sólidos urbanos, estavam a falta de investimento do Estado e mesmo a falta de cobrança de taxas relativas aos serviços prestados à comunidade relacionados aos resíduos. O que significa que não havia o pagamento de taxas por parte dos utilizadores, aprofundando os problemas por conta da falta de recursos para serem aplicados na correção dos serviços. A falta de fontes de financiamento levava a uma situação de descontrolo que se materializava no uso de vazadouros sem nenhum controlo e lixeiras controladas que receberam 73% dos resíduos sólidos, como podemos ver no gráfico 9.



Fonte: INR, 2002

Como podemos observar no Gráfico 9, em 1995 apenas 14% dos resíduos sólidos em Portugal eram encaminhados para aterros sanitários⁶² e os aproveitamentos para reciclagem e compostagem somavam 13% da destinação, a maior parte, cerca de 9%, destinados à compostagem. De acordo com Queirós (2001):

Embora na sua grande maioria os municípios fossem detentores do seu próprio equipamento e infra-estruturas de remoção, transporte e tratamento, deram origem a cerca de 302 lixeiras; destas, apenas algumas eram fruto de actuação conjunta de associações de municípios para esse fim, sobretudo na região de Lisboa e vale do Tejo, em que as lixeiras recebiam resíduos de mais do que um município. Os 13 aterros sanitários se confinavam nas áreas metropolitanas ou situavam-se em alguns

⁶² De acordo com PNPOT (2004), em 1995 eram 13 aterros sanitários no país, localizados em áreas metropolitanas ou em alguns municípios da região Sul. As estações de compostagem estavam também localizadas nas áreas metropolitanas.

municípios do sul do país; as estações de produção de composto concentravam-se nas áreas metropolitanas. Em suma, um panorama disperso e desorganizado, portanto, só poderia ser pouco eficaz. (p.219)

Assim, as ações previstas no Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) e estabelecidas como prioritárias para reversão do quadro diagnosticado em 1995, estiveram voltadas para a prevenção; tratamento; educação; reciclagem, gestão e exploração e monitorização. Foram estabelecidas metas de ação que deveriam alcançar, entre os anos de 2000 e 2005, a erradicação total das lixeiras, construção de aterros e incineradores, além de estabelecer uma política de incentivo e crescimento da coleta seletiva visando à reciclagem e à valorização dos vários tipos de resíduos, entendida como a recuperação da energia contida nos resíduos sólidos.

Porém, a maior das mudanças na busca de alcançar as metas propostas decorreu da abertura dos sistemas de gestão de resíduos municipais para a participação de empresas privadas neste setor de serviços, pois até então cabia ao estado e aos municípios a total exclusividade de atuação neste ramo, enquanto os outros agentes ocupavam um papel de menor importância.

A instauração destas normativas⁶³ é reconhecida como um passo importante para a dinamização dos setores em que atuam as empresas voltadas à prestação de serviços na área ambiental, incluindo-se nesse rol os serviços relativos aos resíduos sólidos urbanos. De acordo com o INR (2002):

No domínio dos resíduos sólidos urbanos, a alteração do quadro legal iniciada em 1993, abriu à iniciativa privada algumas áreas até então reservadas exclusivamente ao Estado, designadamente nas actividades de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, estabelecendo o ordenamento básico para esse sector de actividade económica. (p.53)

A partir dessas transformações formam-se entidades responsáveis pelos sistemas de gestão e passam a coexistir dois modelos institucionalizados de gestão dos resíduos sólidos em Portugal: a) Os Sistemas Municipais ou Intermunicipais, formados pelo município ou por associações. Neste sistema a operação do serviço é realizada diretamente pelo município ou pela associação de municípios, podendo ser concessionada por concurso à empresas de direito privado, sendo que todas as atividades que compõem o setor de gestão

⁶³ Decreto-Lei nº 372/93, que alterou a lei 46/77 sobre a delimitação dos setores, abre então a possibilidade de incremento da intervenção empresarial pública e privada.

de resíduos ficam sob responsabilidade dos municípios; b) Os Sistemas Multimunicipais⁶⁴ funcionando por atribuição e concessão.

Para a Engenheira Paula Santana, do Instituto Nacional de Resíduos, a principal vantagem destes sistemas está na possibilidade de uma otimização das infra-estruturas e dos recursos disponíveis para realização dos serviços, o que possibilitaria maior economia e melhores condições de prestação do serviço aos usuários. Em seus dizeres:

Em Portugal existem cerca de 300 municípios e no passado cada um tinha a sua gestão, nessa altura é que se verificava a proliferação das lixeiras. Entretanto, já também com a política de resíduos há 10 anos para cá, os municípios foram se agrupando em sistemas, justamente para tirarem partido de economia de escalas, na construção e na gestão das infra-estruturas. E até para otimizar os meios, isso tem a ver também com a adesão à UE, pois assumimos compromissos mas também recebemos benefícios financeiros para conseguirmos cumprir esses compromissos. É também uma maneira de rentabilizar esses recursos financeiros. Em vez de cada sistema ter o seu aterro, o seu sistema de compostagem, houve esse esforço para esses municípios se associarem, depois há essas duas mentalidades, ou multimunicipais ou intermunicipais e nesses não existe nenhum município que esteja sozinho. (Entrevista realizada no dia 27/06/2005)

Nos Sistemas Multimunicipais a gestão é realizada por empresas privadas, sendo atribuída pelo Estado a sociedades concessionárias de capitais, exclusivos ou majoritariamente públicos, com base no enquadramento legal. Essas empresas ficam responsáveis por garantir a sustentabilidade técnica, econômica e amadurecer o sistema jurídico de concessões e assegurar a defesa do interesse público (INR, 2003).

A principal diferença entre os sistemas Intermunicipais e os Multimunicipais está no fato de que não está sob a responsabilidade das empresas que formam os Sistemas Multimunicipais a intervenção na coleta dos resíduos sólidos dos municípios, porém ambos estão enquadrados dentro da mesma legislação e devem organizar-se de acordo com as exigências previstas.

As prioridades das empresas que atuam neste sistema são: estimular a coleta seletiva, dar tratamento adequado, valorizar e dar o destino dos resíduos dentro de uma lógica de sustentação econômica dos sistemas e das empresas que os operam. Como vimos os sistemas multimunicipais são unidades formadas por um ajuntamento de grupos de municípios. Cada grupo conta com uma composição numérica específica, variando de 4 a 32 municípios, de acordo com cada sistema e estão espalhados por todo país.

⁶⁴ Decreto-Lei nº 379/93, define os sistemas multimunicipais como aqueles que, dada a sua importância estratégica, sirvam pelo menos dois municípios e exijam um investimento predominante a efetuar pelo Estado em função de razões de interesse nacional.

As empresas que administram o sistema trabalham com a valorização, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo e o gerenciamento dessa infra-estrutura. O trabalho da coleta e de transporte dos resíduos até o local ao qual está destinado é realizado pelas Câmaras Municipais⁶⁵.

Desta forma, a estrutura para tratamento e disposição do lixo está repartida entre os municípios que compõem o sistema, mas é gerenciada por uma empresa, por exemplo, no caso da Grande Lisboa pela VALORSUL⁶⁶. Para o INR (2002), *os Sistemas Multimunicipais posicionaram-se assim como iniciativa a nível nacional, de carácter empresarial, na óptica do serviço público.* (p.54)

Para Queirós (2001):

A figura dos Sistemas Multimunicipais e a concessão da gestão e exploração dos sistemas de resíduos à sociedades empresariais, abriu o mercado, ainda que de forma modesta, ao sector privado. (p.211)

Para o INR, as mudanças políticas e legais tiveram como objetivo a implantação desses novos sistemas e viabilizaram as condições para alcançar em 2001 a modificação do quadro que se apresentava em 1995, no que diz respeito às condições em que se encontravam os sistemas de gestão de resíduos sólidos em Portugal.

A reversão do quadro não se deve somente à reconfiguração institucional e à implantação de um novo sistema. Houve também um grande investimento financeiro que possibilitou a instalação e a reorganização da infra-estrutura utilizada na prestação do serviço de coleta e no tratamento e destinação dos resíduos nos diferentes sistemas. Foram investidos cerca de 933 milhões de Euros. (INR,2002)

Esse financiamento foi realizado através do Fundo de Coesão (FC), do Programa Operacional Regional (POR) e do Programa Operacional do Ambiente (POA) e os recursos financeiros obtidos foram destinados ao financiamento de novas estruturas e encerramento de lixeiras, além da implantação de programas de coleta seletiva.

⁶⁵ Prefeituras.

⁶⁶ De acordo com a Engenheira Amélia Torres: A VALORSUL é uma empresa de gestão e valorização de resíduos sólidos urbanos da área metropolitana norte de Lisboa, que é formada pelos municípios de Amadora, Lisboa, Lores, Vila Franca de Xira e Odivelas. Como tal, existe desde de 1994, sendo o contrato de concessão sido atribuído em 1995 e tem um horizonte de Projeto, ou seja, o período de concessão é de 25 anos. (Entrevista realizada em 13/05/2005).

De acordo com o INR (2002), os investimentos foram então mobilizados em duas etapas. Na primeira (1993 – 1999), no contexto do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA), foram investidos 773 milhões de Euros.

- Sistemas Multimunicipais 437 milhões de Euros
- Sistemas Municipais 336 milhões de Euros

A segunda fase (2000 – 2006), somou cerca de 160 milhões de Euros, considerando que esse foi o investimento efetuado até Janeiro de 2002, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

Como podemos perceber pela descrição do processo de implementação das políticas relativas aos resíduos em Portugal, a concepção e o estabelecimento desses Sistemas não foi um movimento que teve origem nos locais onde se manifestavam os problemas gerados pelos resíduos, ou seja, nos municípios. Foram resultados de uma política mais ampla do Estado dentro das diretrizes de política ambiental e econômica da Comunidade Européia. Pode-se dizer que a formulação de políticas voltadas para os resíduos estão divididas em duas fases: i) uma anterior à política da União Européia (UE) dominada pelo poder público local; ii) e outra após a adesão à UE, onde as políticas do ambiente ganham lugar nas políticas setoriais, com a liderança do poder central do Estado (PNPOT, 2004).

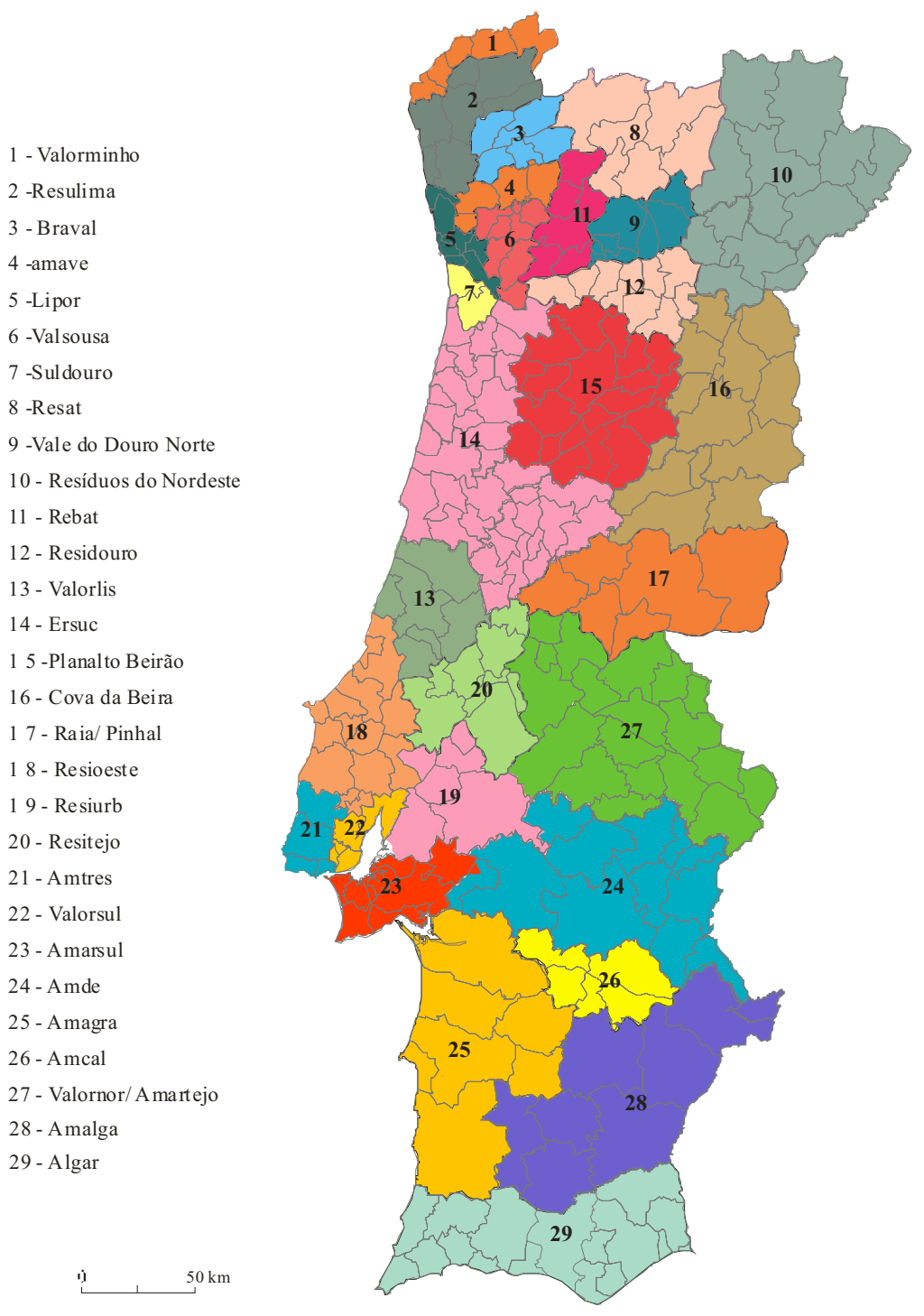
A adoção da política ambiental orientada pelas diretivas da União Européia e sua aplicação no território português, materializou um novo sistema de gestão de resíduos sólidos, o que possibilitou alcançar os objetivos que estão também dentro das perspectivas apontadas pela UE no que diz respeito a eles.

De acordo com o PNPOT (2004), as grandes mudanças que ocorreram nos últimos anos no que diz respeito à política dos resíduos foram: i) a passagem de uma ação pontual e sucessiva à implementação de instrumentos de planejamento setoriais; ii) a substituição progressiva da administração pública pela gradual intervenção da iniciativa privada; iii) a reorganização institucional. Estas mudanças buscam enquadrar o país nas normas de condutas estabelecidas pela União Européia para todos os países membros.

A territorialidade dessa nova política de planejamento está na instalação de uma estrutura de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos com base nos ditos Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, que atualmente são 29⁶⁷ no país (Figura 7).

⁶⁷ Estes sistemas estão no Continente, já que as ilhas de Açores e Madeira têm administrações autônomas.

Figura 7 - Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos - Portugal, 2005



Fonte: Empresa Geral de Fomento (EGF)

Dos 29 sistemas existentes, 14 podem ser descritos como multimunicipais e estão sendo gerenciados pela Empresa Geral de Fomento (EGF), que estrutura os sistemas multimunicipais em nível nacional. A EGF procura garantir a sustentabilidade técnica e financeira dos Sistemas Multimunicipais, de forma a promover as linhas estratégicas das

propostas nacionais do setor, atuando ainda na definição das políticas que possam vir a ser implementadas, tanto em nível local como nacional.

A Empresa Geral de Fomento (EGF) é então a empresa que administra e que discute com as demais instâncias governamentais, por exemplo, as regras sobre o sistema tarifário. De acordo com a EGF,⁶⁸ no processo de negociação busca-se sempre junto a estas instâncias seguir os objetivos previstos na política nacional dos resíduos, que prevê o estabelecimento de tarifas socialmente ajustadas e tendencialmente igualitárias entre os sistemas, sem que haja maiores benefícios por parte de determinada empresa.

Independentemente da forma como estão organizados os gerenciamentos dos sistemas, inter ou multimunicipais há diversos níveis de abrangência territorial, de atendimento à população e, conseqüentemente, da geração de lixo anualmente. Os sistemas com as maiores taxas de geração relativa de resíduos são, obviamente, aqueles onde estão localizadas as grandes cidades e não aqueles cuja quantidade de municípios que os compõem é maior que a média, deixando clara a diferença entre a abrangência territorial dos sistemas, a quantidade de pessoas atendidas e a geração de resíduos (Tabela 13).

TABELA 13: Dimensão de Diferentes Sistemas Multimunicipais de Gestão de RSU, Portugal - 2005.

	VALORSUL	VALNOR	ESURC
População (hab)	1.196.343	181.153	970.702
Produção (ton/ano)	663.460	78.069	362.036
Área (Km ²)	593	7.460	6.679
Número de Municípios	5	19	36

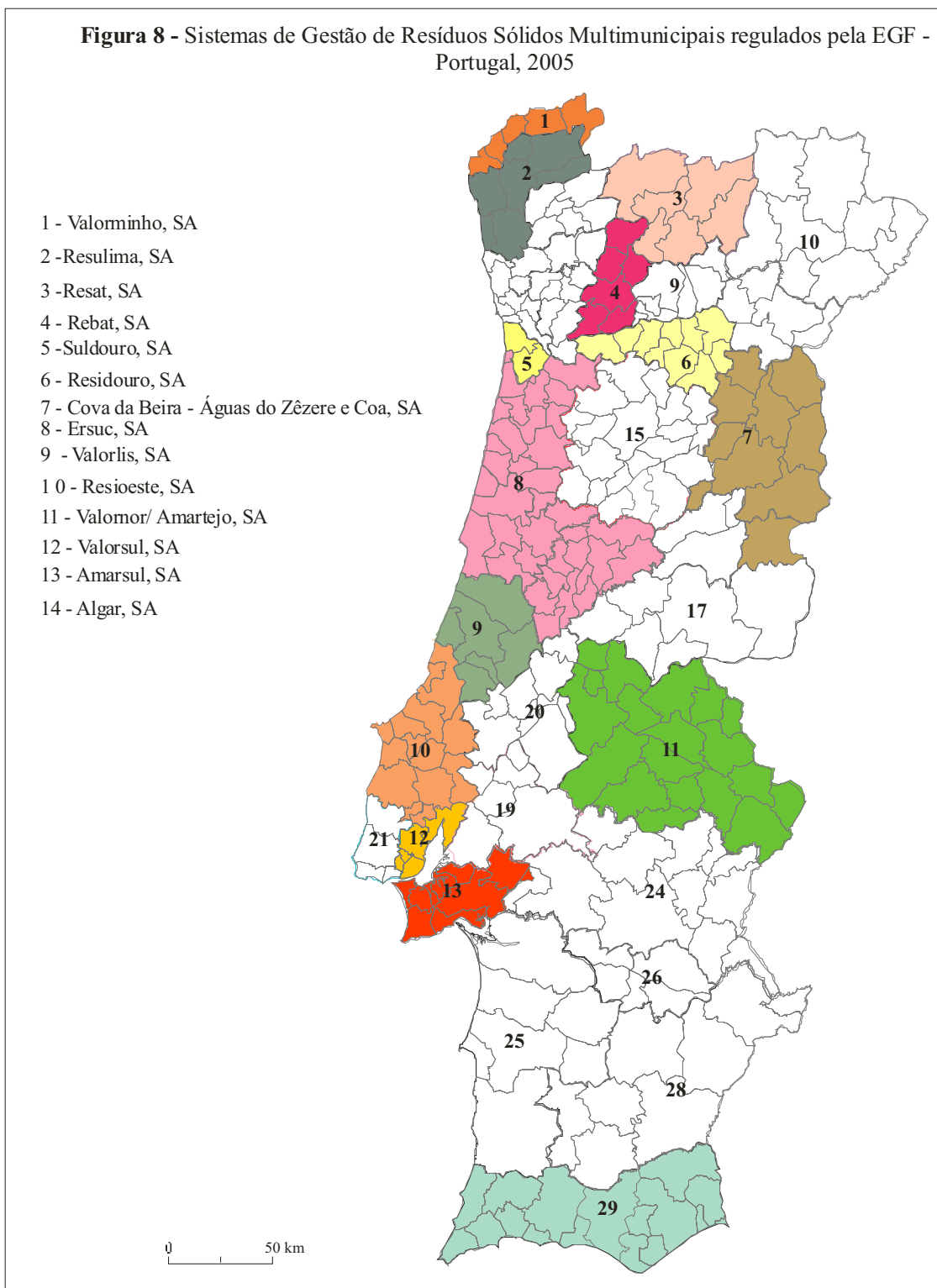
Fonte: Empresa Geral de Fomento (EGF), 2005

Como podemos observar na Tabela 13, o sistema ERSUC, litoral – centro, conta com o maior número de municípios e quase um milhão de habitantes, gerando relativamente menos resíduos sólidos que o sistema VALORSUL, onde está localizada a cidade de Lisboa, capital do país. Temos que considerar outros fatores, tais como: a capacidade e hábitos de consumo e também a população não residente, que no caso de Lisboa são aquelas pessoas que passam o dia no município a trabalho ou a realizarem outras atividades.

Ainda de acordo com a EGF, para amenizar os desequilíbrios entre os sistemas, a principal meta é criar condições para uma progressiva aplicação do princípio do produtor

⁶⁸ Essa informação foi obtida em entrevista realizada com o Engenheiro António Branco, Diretor da Empresa Geral de Fomento S.A (EGF) em Lisboa. (Entrevista realizada em 17/06/2005)

pagador. Objetiva-se que regras desta natureza atinjam todos os sistemas e não somente os 14 regulados pela EGF (Figura 8).



Fonte: Empresa Geral de Fomento (EGF), 2005

Nota-se que no início do processo de organização dos sistemas havia uma tendência a formar as associações entre municípios para diminuição dos custos e otimização da infra-

estrutura. Atualmente há uma tendência à junção entre grupos, com o objetivo de formar sistemas com um número ainda maior de municípios, procurando assim otimizar os fatores mencionados. Esse movimento leva à diminuição do número de sistemas existentes. De acordo com o Diretor da EGF, o Senhor Engenheiro Antônio Branco:

O país está dividido em 29 sistemas. Nós temos a volta de 300 municípios. O maior deles todos em termos de municípios é o Ersuc, que tem 36 municípios. No meu entender ainda são demais. Nós devíamos ter alguma coisa entre 5 e 10. Em média são 340.000 habitantes por sistema. Um sistema que trata 12.000 toneladas por ano não tem viabilidade, não tem dimensão económica. Manter engenheiro e essas coisas. 80% da população está concentrada, mais ou menos a metade, 80% é um número cabalístico. Metade representa 80% e a outra metade representa 20%, ou seja, são sistemas que deveriam desaparecer. Quando vamos para produção em toneladas, 13 sistemas representam 80%, na área 13 representa 80%. Isto é interessante. Para terem uma ideia do que equivale em termos de negócio, nós movimentamos por ano sensivelmente, a volta dos resíduos, 180 milhões de euros. E isso não tem que ver nada com a recolha. Isso só na valorização. (Entrevista realizada dia 17/ 05/2005)

Neste aspecto, a EGF tem a responsabilidade de gerir a logística necessária para que não haja problemas na capacidade dos sistemas de processar, tratar os resíduos sólidos urbanos recebidos, evitando rupturas neste serviço e os problemas que daí podem ser derivados⁶⁹. Já a responsabilidade da coleta dos resíduos é das Prefeituras, que os encaminham de acordo com as suas especificidades.

Por exemplo, os resíduos recolhidos nos ecopontos⁷⁰ e pelo serviço de coleta seletiva porta a porta vão para as Centrais de Triagem dos sistemas. Os orgânicos vão para centrais de valorização orgânica. O que é recolhido indiferenciadamente vai para as Centrais de Tratamento e através de combustão gera-se energia elétrica, porém nem todo Sistema gera resíduos o suficiente para tornar economicamente viável esse processo de tratamento⁷¹.

⁶⁹ Para os outros sistemas, ou que estão fora do multimunicipal, não há regulação de empresas. Para o Engenheiro António Branco, da EGF, esta é uma falha. De acordo com o que ele pensa o Engenheiro, a regulação deveria ser estendida a todo país e nesse momento só há uma regulação, que é a da EGF.

⁷⁰ Os ecopontos são conjuntos de três peças, cada container de uma cor: amarelo, azul, verde. O azul é para o papel cartão, o verde é para o vidro e o amarelo é para as embalagens em geral. São equivalentes aos PEV's ou LEV's no Brasil.

⁷¹ Em Portugal existem dois Sistemas que utilizam a combustão como forma de valorização dos resíduos sólidos urbanos, são eles: o da Valorsul, que inclui Lisboa e Lipor, que inclui a cidade do Porto. A instalação das Centrais de Tratamento de resíduos para produção de energia justificou-se pela grande quantidade gerada destes e que viabiliza economicamente o empreendimento.

O que não pode ser aproveitado, ou refugos e sobras do que vai para as Centrais é encaminhado para os aterros sanitários.

A principal forma de valorização dos resíduos dentro dos Sistemas Multimunicipais estruturados e administrados pela EGF é o tratamento através da combustão daqueles recolhidos indiferenciadamente, processo em que a energia obtida é transformada em eletricidade (que é comercializada na rede pública). Em seguida está a triagem e comercialização dos resíduos recicláveis, que são encaminhados a uma entidade gestora, a Sociedade Ponto Verde⁷² (SPV) que é uma sociedade gestora, com características especiais e que foi criada ao abrigo da legislação sobre embalagens e resíduos destas. Essa empresa trata de questões relativas a uma parte do amplo leque que compõe a temática dos resíduos sólidos. Atua somente no circuito de resíduos relacionados a embalagens recicláveis, buscando fazer crescer os índices de recuperação e reciclagem deste tipo de resíduo, diminuindo os impactos ambientais gerados por estes.

Com estes objetivos a SPV organiza e gere os circuitos de retomada, valorização e reciclagem de resíduos de embalagens recicláveis colocadas no mercado nacional, tanto urbanas como não urbanas (plástico, metal, madeira, papel/cartão e vidro). Seu propósito é financiar e dar solidez ao sistema nacional de coleta e reciclagem dos resíduos, especificamente os de embalagens, formando uma rede de comercialização composta pelas Câmaras Municipais, empresas que gerenciam o sistema e retomadores (Intermediários e indústrias) credenciados.

Estes estão licenciados dentro do sistema nacional de gestão dos resíduos em Portugal e desempenham o papel de elo entre os sistemas que fazem a coleta e a triagem dos resíduos e aqueles que processam o material reciclável, garantindo o seu escoamento. Em suma, a SPV age como estruturadora da rede de comércio em nível nacional e facilitadora das negociações entre vendedores e compradores.

Neste sistema de gestão de resíduos sólidos temos dois papéis distintos: o desempenhado pela Empresa Geral de Fomento (EGF) que atua junto aos sistemas a ela vinculados para estruturar e garantir a sustentabilidade e dinamizar os modelos de gestão integrada, monitorando os processos e infra-estruturas de tratamento e a valorização dos resíduos sólidos de maneira geral e a SPV que atua na articulação dos agentes envolvidos na coleta e na reciclagem dos resíduos de embalagens em todo o país.

⁷² Ver [http:// www.pontoverde.pt](http://www.pontoverde.pt).

Os recicláveis são comercializados pela SPV e saem dos centros de triagem onde (responsabilidade das empresas que formam os sistemas) onde é realizada a separação e descontaminação dos resíduos de embalagens para os compradores.

Esses resíduos de embalagens são provenientes da coleta seletiva realizada pelas Câmaras dos municípios que participam do sistema ou operadores de coleta autorizados, que para recolherem esse material utilizam diferentes metodologias: a coleta porta a porta ou a instalação dos ecopontos (Pontos de Entrega Voluntária) ou as duas metodologias simultaneamente. Atualmente a maior parte deste tipo de resíduo é recolhida pelo sistema que utiliza os chamados ecopontos.

Esta reestruturação na gestão dos resíduos atingiu de forma direta o circuito econômico de coleta e separação destes que existia anteriormente, fazendo com que a atividade dos catadores, por exemplo, fosse extinta. A instalação de aterros sanitários, a instituição e o crescimento dos programas de coleta seletiva inviabilizaram sobremaneira a atividade da catação, sobretudo, porque as normas técnicas impedem a presença de pessoas não autorizadas dentro dos locais de disposição, e a formalização e empresariação do setor de coleta seletiva dificultou a atividade dos catadores nas ruas, deixando esses trabalhadores sem condições de competir com as empresas envolvidas. De acordo com o Engenheiro Antônio Branco, da EGF:

O nosso sector nos últimos dez anos, talvez doze, começou em 1993, mudou completamente. Nós até essa data, embora em menor escala que no Brasil tínhamos muito catador. O individuo que ia e que, fundamentalmente o que compensava era o que nós chamávamos de farrapo e o papel. Dois materiais que acerca de 12, 15 anos tinham, digamos, algum valor era o farrapo e o papel. Mas foi, de certo modo, empresariação o sector e dar regras. Por exemplo, acabou-se com a possibilidade, no Brasil e aqui também era proibido, dos catadores irem para os aterros, para as lixeiras a catarem. Hoje em dia em Portugal não existem lixeiras e os aterros que existem são completamente vedados! Tem segurança e ninguém pode entrar lá.(Entrevista realizada em 17/ 05/2005)

Esse modelo institucionalizado do setor de resíduos urbanos obriga que todas as operações relacionadas com sua valorização e reciclagem estejam articuladas e sejam documentadas, não podendo acontecer sem contratos firmados. Todos os agentes devem estar legalmente reconhecidos para a prestação desse serviço. Por exemplo, algumas das entidades que hoje se integram na lista de retomadores⁷³ e recicladores da SPV, correspondem à empresas que já existiam neste mercado antes da criação da Sociedade

⁷³ Compradores intermediários.

Ponto Verde, porém, numa condição diferenciada. Assim, na concepção do modelo houve um aproveitamento das empresas anteriormente informalizadas, mas não todas, somente as que tinham condições financeiras de adequação técnica ao novo sistema. Uma impossibilidade para os catadores sem dinheiro.

Desta maneira, como se baseiam numa articulação de processos e divisão de responsabilidades entre um conjunto bem definido de empresas, fechando o ciclo de vida dos resíduos, o sistema Sociedade Ponto Verde não permite a sobrevivência de outros agentes não articulados com ele, sejam “catadores” individuais ou empresas informalizadas. Isso acaba por inibir a formação de circuitos informais de coleta seletiva de embalagens recicláveis.

Essa desarticulação do circuito informal se dá também por outros motivos, por exemplo, na nova forma em que os grandes geradores de resíduos de embalagens passam a se inserir nele, pois diferentemente do que faziam anteriormente, passaram a fazer diretamente a comercialização dos resíduos recicláveis, diminuindo a oferta para os catadores das ruas. Segundo o Engenheiro Antônio Branco, da EGF:

Hoje quando um supermercado está a colocar os produtos nas prateleiras para serem vendidos, os empregados estão a abrir as caixas grandes, a dobrar e por ao lado. A por ao lado papel cartão, o plástico e etc., por quê? Ao entregarem a Ponto Verde, os supermercados recebem uma contrapartida por isso. Portanto, é um produto que tem valor para os supermercados. Automaticamente os catadores deixam de ir aos supermercados porque os supermercados não deixam lá os produtos, entregam eles próprios, isso rende dinheiro. São alguns milhões de Euros por ano que os supermercados encaixam de entregarem as embalagens para SPV. Portanto a organização do mercado foi naturalmente expulsando os catadores. .(Entrevista realizada em 17/ 05/2005)

Neste sistema, quem realiza a coleta dos resíduos de embalagens nas ruas e nas casas são as prefeituras, que posteriormente os encaminha até à central de triagem dele, que por sua vez comunica a SPV, que irá realizar a comercialização junto aos compradores credenciados⁷⁴. Nas palavras do Diretor do Departamento de Autarquias e Fileiras Sociedade Ponto Verde, o Engenheiro Manuel Carlos Pássaro:

⁷⁴ De acordo com a SPV, o credenciamento dos Retomadores é concedido por ela, mediante proposta da Fileira de material respectivo, quando o Retomador cumpre os créditos de Acreditação estabelecidos pela Fileira (contabilidade organizada e situação fiscal regularizada). Podem ter as seguintes creditações: Definitiva – concedida aos Retomadores que apresentem prova de Licenciamento Industrial (anterior ao Decreto Lei 239/97 de 9 de setembro) ou autorização prévia adequada a sua atividade. Caso exerçam só a atividade de transportador, deverão apresentar prova de licenciamento de mercadorias; Provisória –

As câmaras municipais, ou os sistemas municipais, depende da região do país, recolhem este material e lavam-no para estações de triagem, onde fazem a separação dos materiais de acordo com as especificações técnicas da SPV, nos temos especificações técnicas para cada material, isto é, a pessoa põe os materiais nos ecopontos, nós sabemos que há pessoas cuidadosas e pessoas menos cuidadosas, e para além de por as garrafas põem outras coisas lá. Constituem assim os contaminantes. É importante que esse material quando chega à SPV esteja em condições e possa ser recebido pelos recicladores e para isso há especificações técnicas e o que os sistemas municipais fazem nos sistemas de triagem? Retiram os contaminantes ao material que é recolhido ao sistema de ecopontos ou ao sistema porta a porta de sacos. (Entrevista realizada em 06/05/2005).

A comercialização feita pela SPV é realizada em forma de leilão pela *internet*. Segundo o Engenheiro Manoel Pássaro:

Há um leilão. No caso do papel há um leilão. Já no caso do plástico é ligeiramente diferente, pois há procedimentos internos para atribuição de lotes que dependem do material. O importante é que a SPV identifica uma empresa que vai lá buscar o material. Essa empresa combina diretamente com o detentor do material a hora, o local e o dia em que vai lá buscar o material. Isso é combinado entre os dois depois de nós dar-mos essa indicação. Ora bem, depois o material vai para reciclagem e depois de reciclado dá outros produtos e fecha-se o círculo. (Entrevista realizada em 06/05/2005).

Mas para que o material vá a leilão os sistemas ou municípios têm que informar a SPV a quantidade e o tipo de material existente, que depois disso é colocado à disposição dos compradores que fazem suas ofertas por computador, utilizando-se de uma senha específica. Escolhido o comprador, realiza-se a entrega da mercadoria adquirida. A SPV limita-se ao gerenciamento da venda dos recicláveis e ao pagamento dos responsáveis pela coleta e pela triagem. De acordo com o Engenheiro Manoel Pássaro:

As câmaras e sistemas é que gerem as unidades de recolha e de triagem. Nós a única coisa que gerimos é a logística correspondente a ir buscar esses materiais, já triados, e enviá-los para as unidades recicladoras. Isso digamos, é a gestão física que fazemos. Temos uma rede de retomadores, que são acreditados por nós. Há todo um processo que é feito via Internet. Portanto, há o que se chama pedido de retoma, que é uma espécie de formulário que é preenchido pela entidade que tem a estação de triagem e que diz a SPV: temos aqui um lote de 20 toneladas de papel cartão. Dá nos conhecimento disso pela Internet, nós fazemos um leilão a esse material, é escolhida uma empresa.. (Entrevista realizada em 06/05/2005).

Concedida aos Retomadores que derem prova do pedido de autorização prévia; Estado Ativo – toda empresa que, embora exercendo a sua atividade como retomador de resíduos de embalagens, não cumpre todos os critérios exigidos pela SPV para a obtenção de seu credenciamento como retomador.

Podem participar do processo todos os retomadores acreditados, porém, o interesse pela compra depende também de outros fatores como, por exemplo, a distância e a quantidade de material disponível. Assim, um sistema multimunicipal, ou intermunicipal do Norte do país que colocar um lote à venda poderá não despertar o interesse de todos os potenciais compradores que estão na região Sul, ou mesmo Central.

Na tentativa de ampliar o leque dos potenciais compradores há definições técnicas que delimitam a quantidade e o tipo de material que normalmente constituem um lote. Essa definição guarda relação direta com o transporte. De acordo com a SPV, enquanto para o vidro e para o papel cartão são 20, 22 toneladas para compor um lote, para o PET são 10 toneladas, para o polietileno de alta densidade (PAD) são 15 toneladas e para o alumínio são 5 toneladas. Tudo depende do material e está relacionado com a logística (custos) do transporte.

Independente da localização e da forma como está sendo gerenciado o sistema, todos estão ligados a SPV, que para manutenção e realização do trabalho de intermediação e de propaganda (sensibilização da população) conta com duas fontes de receita: uma que advém do pagamento do Ponto Verde e outra obtida através da comercialização dos recicláveis.

O Ponto Verde é uma contribuição paga por quem embala os produtos e os coloca no mercado, que é definida em função do material utilizado na produção e do peso da embalagem, variando de material para material. As embalagens colocadas no mercado e que são oriundas de associados da Ponto Verde trazem no rótulo do produto um símbolo da SPV. De acordo com o Engenheiro Manoel Pássaro:

Esta diferenciação que é feita é para evitar que haja problema de concorrências entre as embalagens, é para que umas embalagens não sejam preteridas relativamente a outras só por que pagariam Pontos Verdes que se fossem iguais, é evidente, por exemplo, que para embalar um litro de água em plástico uso menos quantidade de plástico em peso que usará em vidro. Se os Pontos Verdes fossem iguais para o vidro e para o plástico, estava a dar preferência ao plástico relativamente ao vidro. Para que não haja essa preferência, o valor do Ponto Verde, que é o valor da contribuição financeira tem em conta essa diferenciação dos materiais. (Entrevista realizada em 06/05/2005).

É claro que o valor Ponto Verde, que é pago para custear o sistema integrado acaba comparecendo no preço final dos produtos. Podemos fazer essa afirmação com base na lógica do sistema econômico do capital, que transfere os custos para o consumidor final, mesmo que esse custo seja do ponto de vista da unidade do produto irrisório, já que no

total das embalagens produzidas haverá uma elevação substancial destes para colocar determinado produto embalado no mercado.

O pagamento do Ponto Verde acaba subsidiando boa parte dos custos com a infraestrutura de coleta dos recicláveis, o que possibilita sua comercialização por parte das empresas que gerenciam o sistema, a um preço bastante competitivo no mercado, o que também dificulta a catação informal, já que, com grande oferta e com os preços mais baixos praticados pelos Sistemas, os compradores informais e os catadores não têm viabilidade econômica na atividade e a abandonam. Para a Empresa Geral de Fomento, esse é um processo “natural”. De acordo com o Engenheiro Antônio Branco:

Os agentes informais começaram a desaparecer quando se formou a Sociedade Ponto Verde. Como sabe, é essa a via na Europa, ou seja, levar a pagar essa recolha, a valorização e a separação ao produtor. Como sabe a SPV tem em cada embalagem um sinalzinho. Cada um de nós, quando está a comprar um Iogurte, uma barra de chocolate, a garrafa de água ou sumo, está a pagar um milésimo de cêntimo, um cêntimo para cada embalagem. Quando nós empresa, recolhemos o material entregamos a SPV para mandar para as indústrias, eles nos dão um valor de contrapartida, que é muito acima do valor de mercado. Portanto, nós temos melhores preços que tem os catadores e nós somos mais competitivos. Naturalmente eles começaram a desaparecer

O pagamento do Ponto Verde é o ponto de sustentação de todo esse sistema. Para que não haja prevaricação no momento em que os produtores de embalagens colocam os seus produtos no mercado, há um trabalho de fiscalização por parte da Inspeção Geral do Ambiente e das Atividades Econômicas, órgão do Estado, e também um controle por parte da SPV, que realiza auditorias junto aos embaladores e distribuidores para averiguar a veracidade dos dados obtidos, já que o pagamento para a SPV é feito de acordo com o peso declarado. Outra forma de evitar a fuga ao pagamento está no controle das empresas que fazem a distribuição e a comercialização final do produto. Segundo o Engenheiro Manoel Pássaro da SPV:

As cadeias de distribuição, são os supermercados, que ao fim, ao cabo, recebem dos embaladores e colocam no mercado, isto é, é onde as pessoas, o consumidor vão buscar as garrafas. Os distribuidores têm uma obrigação legal no âmbito desse sistema integrado, que é só venderem garrafas que, ou tenham aderido ao sistema integrado, ou que garantam que o embalador, ou importador gere os resíduos de sua embalagem. Portanto, isso tem também um papel muito importante, porque vão obrigar que não haja escapatória. Por que dizem assim: se há um embalador que quer colocar no mercado uma determinada garrafa eles

vão lhe perguntar: mas o senhor aderiu a alguma sociedade gestora ou tem o seu próprio processo de gestão? E se eles não têm, eles não distribuem a mercadoria. Isso é uma maneira de obrigá-los ao cabo a aderirem ao sistema. (Entrevista realizada em 06/05/2005).

De acordo com a Sociedade Ponto Verde, entre os embaladores e os importadores que colocam as suas embalagens no mercado, 90% optaram por aderir a SPV como gestora dos resíduos produzidos por suas embalagens: são cerca de dez mil empresas que pagam para o Ponto Verde. Essa opção de adesão visa a transferir a responsabilidade de gestão, portanto, qualquer empresa que coloque uma embalagem no mercado, obrigatoriamente, ou paga a uma sociedade gestora, transferindo essa responsabilidade para terceiros, ou então ela própria tem que gerir os resíduos de embalagem.

De acordo com a SPV, a cobrança do Ponto Verde tem contribuído para que as empresas utilizem embalagens com um peso menor, sem prejuízos em relação à conservação dos produtos e ao transporte, dentre outros aspectos. Este fator também tem estimulado a pesquisa com o objetivo de descobrir novas potencialidades dos materiais utilizados para produção de embalagens, tentando diminuir o peso e dar maior durabilidade, entre outras possibilidades. A SPV também financia pesquisa nos setores que envolvem a produção, a recuperação e a coleta seletiva dos resíduos e materiais.

Além do financiamento de projetos de pesquisa nesta área, a SPV, aplica a sua receita na manutenção de sua estrutura, no pagamento de despesas com comunicação e propaganda⁷⁵, buscando esclarecer a população sobre os processos de reciclagem e envolvê-la nos programas de coleta seletiva das embalagens nos municípios. Os gastos com o pagamento de propaganda de sensibilização e pesquisa fazem parte dos encargos previstos no contrato de aprovação da licença obtida pela SPV para operar. Essas ações objetivam otimizar o sistema para atingir as metas previstas de coleta e valorização, e reciclagem de resíduos.

Outra parte da receita é aplicada no pagamento de um valor denominado de contrapartida, que é efetuado junto às Prefeituras e Empresas que gerenciam os Sistemas responsáveis pela coleta e triagem das embalagens recicláveis, de maneira a financiá-los.

As autarquias e Sistemas recebem por tonelagem, mas a SPV começou no ano de 2005 a implantação de uma outra forma de pagamento, em que as prefeituras terão que cumprir metas de recuperação de embalagens para reciclagem. De acordo com a SPV, estas metas estão baseadas na definição de um modelo matemático que tem em conta uma

⁷⁵ Segundo a SPV estas campanhas feitas na televisão abrangem todo o território Português, mas há também financiamento de campanhas sobre reciclagem nos eventos que ocorrem nos municípios.

série enorme de parâmetros: o número e localização dos ecopontos (PEV's), o tempo de baldeamento (passagem do resíduo do ecoponto para o caminhão); o tempo em que os caminhões circulam; os custos dos caminhões. Todos esses dados passam a fazer parte de um modelo matemático que vai dar origem a um determinado custo, que deverá ser pago aos sistemas.

As Prefeituras e Sistemas que se mantiverem abaixo das metas receberão menos, as que alcançarem as metas receberão valor correspondente. A SPV considera esse método eficaz para que haja maior objetivação e assim, maiores chances de Portugal atingir as Diretivas estabelecidas pela Comunidade Européia no âmbito da recuperação dos resíduos de embalagem.

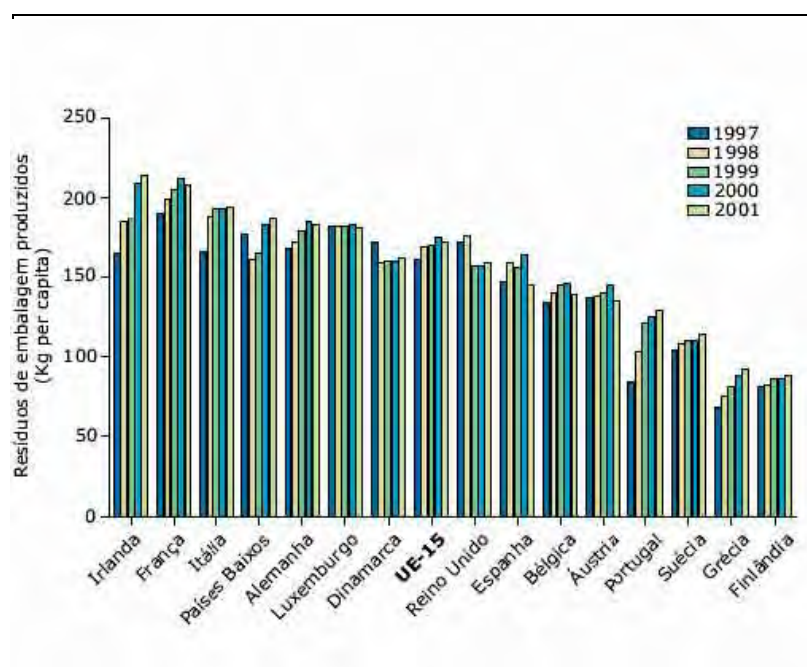
No entanto, apesar das ações que objetivam a recuperação dos resíduos de embalagens estarem sendo aplicadas, houve também crescimento na geração dos resíduos sólidos urbanos que aumentou em 7% entre os anos de 1997 e 2001 nos países que compunham a União Européia (UE 15⁷⁶). De acordo com a Agência Européia do Meio Ambiente (2004):

Estão a ser produzidas grandes quantidades de resíduos de embalagens na Europa. Entre 1997 e 2001, o total de resíduos de embalagens aumentou na ordem dos 7 % nos UE-15. Em 2000–2001, a quantidade total diminuiu ligeiramente, sobretudo devido a um decréscimo de 12 % registrado em Espanha, mas ainda é demasiado cedo para determinar se estas alterações indiciam uma inversão da tendência ascendente. As quantidades de resíduos de embalagens variam significativamente de país para país, muito provavelmente devido às diferentes metodologias de cálculo. Alguns países, em particular, baseiam-se apenas nos quatro materiais sobre os quais os Estados-Membros têm de fornecer dados: plástico, vidro, metal e papel. (p.16)

Mesmo sendo a diminuição da quantidade de resíduos uma das metas tidas como importantes dentro das diretrizes adotadas pela UE, no período de 1997 a 2001, Portugal mostrou um crescimento da geração dos resíduos de embalagens *per capita* em todos os anos, porém apresentando uma quantidade inferior a outros países pertencentes à UE (Gráfico 10).

⁷⁶ Atualmente são 25 países membros.

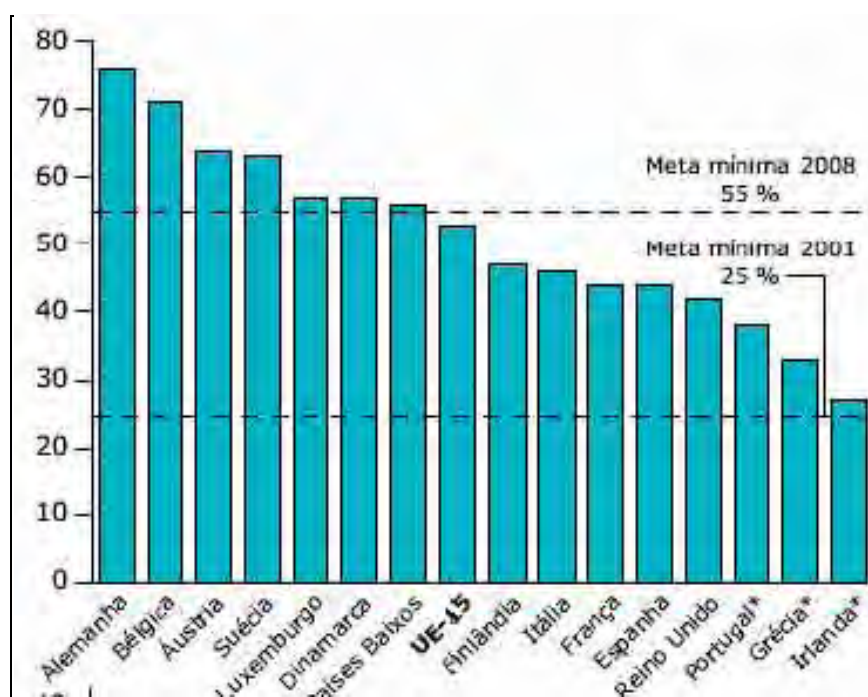
Gráfico 10: Resíduos de Embalagens Produzidos na UE 15



Fonte: Agência Europeia do Meio Ambiente, 2004

No âmbito da recuperação da energia contida nos resíduos sólidos, as principais formas de valorização utilizadas pelos países da UE são a incineração e a reciclagem. Segundo a Agência Europeia do Meio Ambiente, todos os Estados Membros cumpriram a meta de reciclagem de resíduos de embalagens prevista para 2001, Gráfico 11.

Gráfico 11: Resíduos de Embalagens Reciclados na União Europeia em 2001 (%).



Fonte: Agência Europeia do Meio Ambiente, 2004

Como podemos observar no Gráfico 11, oito países mantiveram-se abaixo da média na UE-15, seis destes não alcançaram em 2001 a meta mínima de reciclagem de embalagens. Nestes casos, Portugal, Grécia e Irlanda estão sendo beneficiados por um prazo mais amplo e objetivos menos rigorosos. De acordo com informações da EGF, Portugal teria que reciclar 25% do total de resíduos de embalagens, com no mínimo 15% de cada fileira de materiais. Os outros países teriam que atingir 50% do total colocado no mercado. Para o Engenheiro Antônio Branco da EGF:

Para a Sociedade Ponto Verde, os progressos conseguidos no sistema de recuperação e reciclagem de embalagens têm sido bastante grandes pois, de acordo com a empresa, quando teve início a sua atuação na gestão do sistema de retoma de resíduos recicláveis em Portugal, a quantidade recuperada era de 700 toneladas e atualmente chega a 200 mil toneladas ano.

Na concepção da SPV, o papel mais importante que tem a desempenhar é o de apoiar a estruturação e funcionamento dos Sistemas, independentemente da forma como se dá a sua gestão, seja ela inter ou multimunicipal, para que possam fazer crescer a recuperação dos resíduos recicláveis de embalagens revalorizáveis, sobretudo, colaborando para que os agentes envolvidos no circuito econômico, as prefeituras, os sistemas de valorização, os retomadores e as indústrias recicladoras não tenham dificuldades com escoamento e acesso às mercadorias⁷⁷.

3.2.1 O Sistema Multimunicipal VALORSUL

A VALORSUL⁷⁸ é responsável pelo Sistema Multimunicipal de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos⁷⁹ na área metropolitana de Lisboa, que recebe o mesmo nome da empresa. Atua na valorização e tratamento dos resíduos recicláveis e não recicláveis coletados. É uma empresa privada, mas formada por capitais majoritariamente públicos, sendo sete os acionistas da empresa. Entre eles estão os quatro municípios que compõem o sistema desde a sua criação⁸⁰, atualmente o VALORSUL é formado por cinco municípios

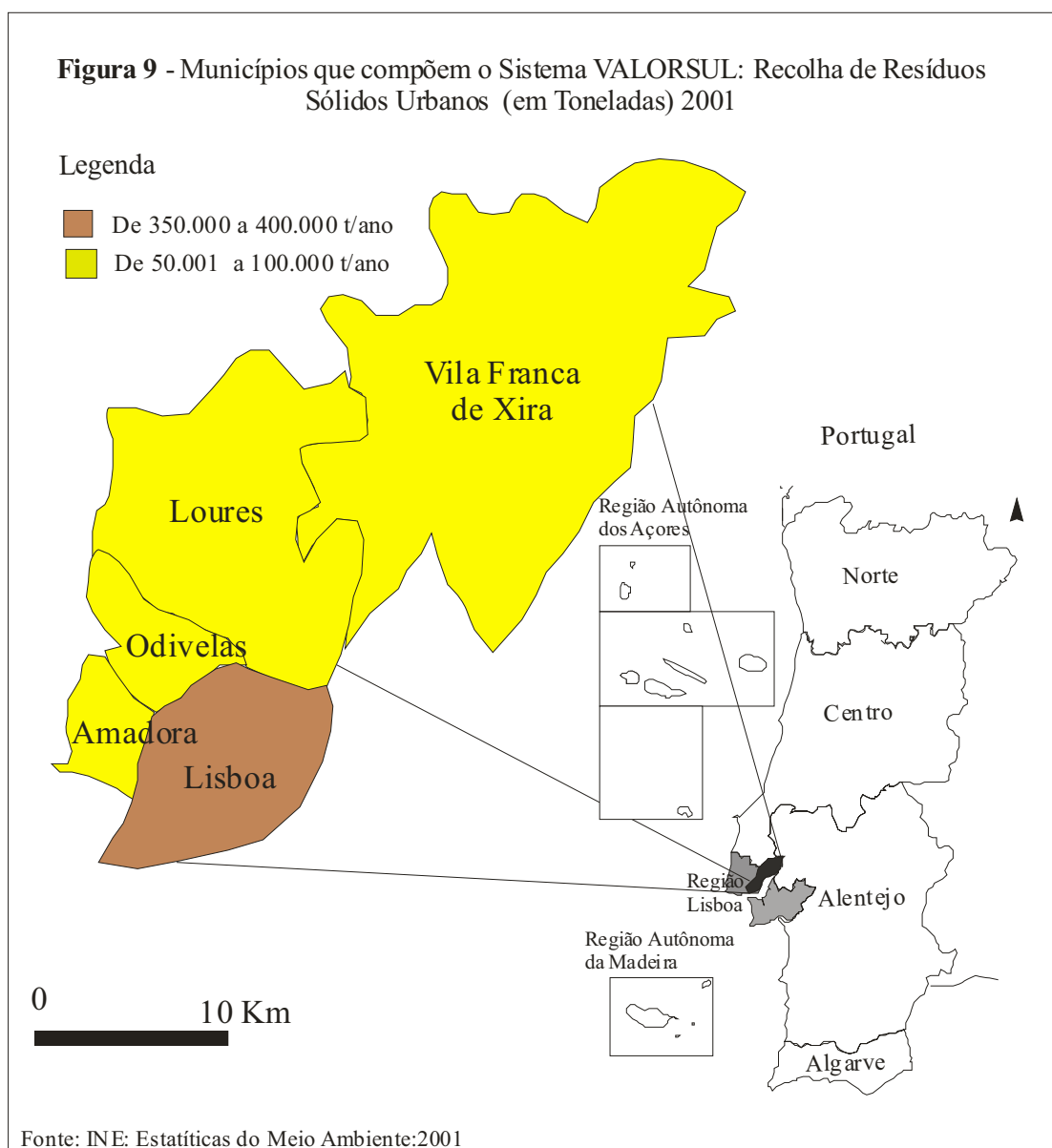
⁷⁷ Para a Agência Europeia do Meio Ambiente, a diretiva revista, adotada em Janeiro de 2004, irá restringir os casos de aplicação da incineração e de outros métodos de recuperação, com exceção da reciclagem.

⁷⁸ Ver mais em www.valorsul.pt

⁷⁹ Criado pelo Decreto-Lei n°297/94, de 21 de Novembro.

⁸⁰ Em 2004: EGF: 35,42%; C.M.Lisboa: 20%; EDP: 15,58%; C.M.Loures: 12,89%; Parque Expo'98, S.A.: 6,95%; C.M.V.F.Xira (5,16%); C.M.Amadora (4%) (www.valorsul.pt).

que compõem a NUT⁸¹ de Lisboa: Amadora, Lisboa, Lores, Vila Franca de Xira e Odivelas. (Figura 9)



Como Sistema de Gerenciamento de Resíduos Urbanos existe desde 1994. A atuação da empresa foi atribuída em regime de concessão a partir de 1995, com contrato estabelecido por um período de 25 anos.

O principal objetivo dessa junção entre empresas e municípios foi a construção da infra-estrutura necessária para a prestação do serviço público. A VALORSUL atua

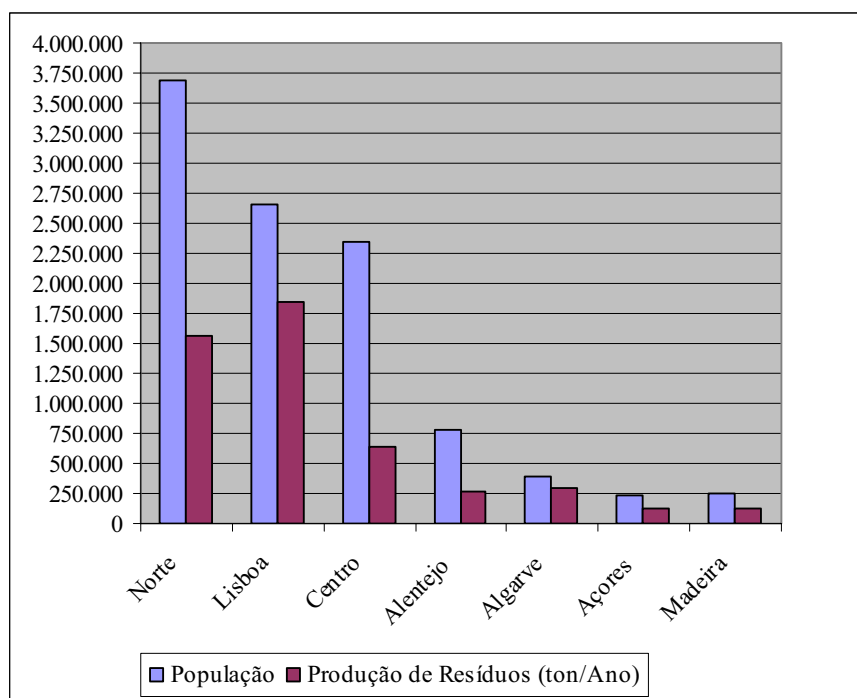
⁸¹ Nomenclatura de Unidades para fins Estatísticos, que em Portugal são cinco no continente: Norte; Centro; Lisboa; Alentejo; Algarve. Além dos Açores e da Madeira, que são autônomas.

especificamente no processo de valorização dos resíduos. Para a Engenheira Amélia Torres:

A VALORSUL é responsável pela valorização, ou seja, a componente da recolha é deixada para os municípios, a VALORSUL trata os resíduos da cancela para a frente. Para trás todo esforço de recolha e organização de circuitos é da parte dos municípios, tanto para colecta indiferenciada como para a seletiva. (Entrevista realizada em 13/05/2005)

A área de intervenção da VALORSUL representa territorialmente 1% do total do país. No entanto, dentro desse sistema são recolhidos e valorizados, de acordo com a empresa, cerca de 1/6 de todos os resíduos urbanos domiciliares gerados em Portugal, que mesmo tendo a maior parte de sua população na região Norte, concentrava já no ano de 2001, a maior geração de resíduos sólidos na região da grande Lisboa, Gráfico 22.

Gráfico 12 - População e Geração de Resíduos Sólidos Urbanos por Região - Portugal 2001



Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente, 2001

O gráfico 12, nos permite observar que também a NUT Algarve, mesmo tendo uma população menor que a da NUT do Alentejo, gera maior quantidade de resíduos sólidos. De acordo com o Instituto Nacional de Resíduos, isso se deve ao fato de que esta região, que fica ao Sul, é bastante turística e em determinados períodos do ano, como no verão,

bastante visitada, o que cria uma desproporção entre população residente e geração de resíduos sólidos domésticos.

Já na área de atuação do Sistema VALORSUL, a empresa realiza o tratamento e valorização de cerca de 750 mil toneladas⁸² de resíduos sólidos urbanos por ano, provindos de cinco municípios.

O sistema responde pelo tratamento dos resíduos recolhidos por três métodos: 1) coleta de resíduos indiferenciados que são aqueles em que o lixo vem todo misturado; 2) resíduos de embalagens recicláveis; 3) coleta de resíduos orgânicos, provindos de grandes geradores. Independentemente do tipo de resíduos a que façamos referência, o município onde é gerada a maior quantidade dentro do Sistema é o de Lisboa, Tabela 14.

TABELA 14: População e Resíduos Recolhidos na Região da Grande Lisboa - 2001

CONCELHOS	População	Total de Resíduos	População Servida
Amadora*	175.872	74 .309	100,0
Lisboa*	564.657	358. 018	100,0
Loures*	199.059	91. 262	100,0
Odivelas*	133.847	58. 030	100,0
Vila F. de Xira**	122.908	53. 028	100,0
Sistema VALORSUL	1.196.343	634.605	100,0
Portugal	10.148.259	4. 697 .623	98,6

Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente, 2003; Sistema Metropolitano de Informação Geográfica, 2003

* Municípios que fazem parte do Sistema VALORSUL

Como podemos observar na Tabela 14, gera-se mais resíduos no Município de Lisboa do que nos outros quatro municípios somados e que também pertencem ao Sistema VALORSUL. Já a soma dos habitantes ultrapassa numericamente os dados apresentados pela capital.

Independentemente dos Municípios e da quantidade de resíduos gerados, o Sistema VALORSUL os recebe e dá o devido encaminhamento. Cada tipo de resíduo é encaminhado para o local apropriado dentro do Sistema, que divide as formas de tratamento em incineração, triagem e compostagem. Os resíduos que não são aproveitados, (refugos desses processos), são encaminhados para o aterro sanitário.

⁸² De acordo com o Instituto Nacional de Resíduos na área da Grande Lisboa em 2001, eram geradas 1.006.305 toneladas de lixo anualmente.

Cada uma dessas estruturas está instalada dentro de um dos municípios participantes. A decisão de instalação de cada uma delas é tomada pela Empresa Geral de Fomento junto aos demais acionistas, dos quais fazem parte os municípios em questão⁸³.

No Sistema VALORSUL, a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos⁸⁴ (CTRSU) está instalada no município de Lores (conforme Figura 9), efetuando a incineração dos resíduos recolhidos indiferenciadamente dentro do Sistema para a produção de energia elétrica⁸⁵. A CTRSU entrou em operação em 1999 e tem capacidade para incinerar cerca de 662 mil toneladas por ano. De acordo com a Engenheira Amélia Torres:

A central de incineração tem por ano cerca de 750 mil toneladas, em termos de gestão e que entram no somatório de toda as unidades da VALORSUL. A central de incineração tem uma capacidade nominal de 650 mil toneladas ano. Então são 750 mil no sistema, em todas as unidades e 650 mil toneladas aqui. Por que? Porque temos resíduos que vão para o aterro e temos resíduos que vão para o centro de triagem. Em 2004 a entrada aqui foi de cerca de 600 mil toneladas. Ainda temos uma capacidade para utilizar, o que não significa que os resíduos que temos sejam insuficientes. É tudo uma questão de gestão da fossa. Portanto a central não para por falta de resíduos, isso não acontece. Se calhar é uma carga mais baixa. (Entrevista realizada em 13/05/2005)

O tratamento por incineradores gera um subproduto; são as cinzas do que foi queimado, um material inerte e composto também por materiais ferrosos que por suas especificidades não foram desintegrados durante a combustão, a chamada escória.

As escórias são retiradas do forno e encaminhadas para o aterro onde serão depositadas primeiramente na Instalação de Tratamento e Valorização de Escórias⁸⁶ (ITVE) para separação dos materiais ferrosos⁸⁷ e não ferrosos. Os ferrosos são

⁸³ De acordo com a EGF, no sistema VALORSUL não foi complicado chegar a um acordo sobre as instalações das infra-estruturas de tratamento dos resíduos sólidos gerados. Mas essa negociação nem sempre é tranqüila em Sistemas que são compostos por um número grande de municípios. Nessa situação, alguns podem ser considerados privilegiados por não receberem a instalação do aterro sanitário, por exemplo.

⁸⁴ Por dia, a Central recebe perto de 2000 toneladas de resíduos e produz energia suficiente para alimentar uma cidade de 150 mil habitantes. (www.valorsul.pt)

⁸⁵ Do processo de combustão (tratamento dos resíduos) são gerados alguns derivados, são eles: energia elétrica; escórias; sucata ferrosa; cinzas volantes; gases de combustão. As escórias e as cinzas volantes são tratadas e encaminhadas para o aterro sanitário.

⁸⁶ A ITVE trata cerca de 200 mil toneladas por ano (130 mil numa 1ª fase), recuperando cerca de 100% de metais ferrosos e 70% de metais não ferrosos contidos nas escórias.

⁸⁷ A incineradora atinge por volta de 1000 graus, porém o ponto de fusão do ferro é 1600 graus.

encaminhados para reciclagem, obtendo no final do processo, o que a VALORSUL denomina escória tratada. Segundo a Engenheira Amélia Torres:

Os materiais não ferrosos como o alumínio se fundem a uma temperatura mais baixa que o ferro, 600 graus e ao derreterem dentro do forno acabam se somando a outros materiais. A presença do ferro e do alumínio no lixo indiferenciado sinaliza que há ainda um caminho longo a percorrer, até alcançar melhores índices de descarte e coleta seletiva dos resíduos.

Após a combustão destes e o resfriamento das escórias, pode-se perceber a permanência de outros materiais, como o alumínio que após esfriar forma pequenas “pepitas” que são separadas do restante da escória, mas que por conta da mistura com outros tipos de materiais tornam a sua recuperação economicamente inviável. De acordo com a EGF esse material tem sido exportado para a China, onde é feita a sua recuperação. Conforme o Engenheiro Rui Branco da EGF:

Nós estamos a separar isso e a vender para os chineses. Os alemães vendem quantidades de plásticos inacreditáveis para a China. A China neste momento é um mercado que absorve tudo! (Entrevista realizada em 17/06/2005)

Os resíduos de embalagens providos da coleta seletiva são encaminhados para o Centro de Triagem de Materiais (CTM) da VALORSUL⁸⁸, que fica localizado no município de Lisboa, e está em operação desde 2002, recebendo aqueles recolhidos nos ecopontos (PEV's) instalados em várias localidades dos cinco municípios. Após ser triado⁸⁹ obedecendo aos parâmetros técnicos, o material é colocado à disposição da Sociedade Ponto Verde, para que faça a negociação junto aos retomadores acreditados pelo Sistema. Junto a esta instalação está o chamado ecocentro, que recebe de particulares os resíduos volumosos, como móveis e eletrodomésticos.

A triagem dos resíduos recicláveis que chegam ao CTM é feita manualmente e utiliza vários trabalhadores na esteira. Porém, esse trabalho é considerado, pelos diretores da empresa responsável pela triagem, como sendo muito desgastante e de um nível de periculosidade bastante alto, já que esses trabalhadores estão expostos aos mais diferentes

⁸⁸ De acordo com a VALORSUL, SA, o Centro de triagem tem capacidade para tratar 105 mil toneladas por ano, com as seguintes capacidades de processamento para cada um dos fluxos: 30 mil toneladas por ano de vidro; 50 mil toneladas por ano de papel e cartão; 25 mil toneladas por ano de embalagens; www.valorsul.pt.

⁸⁹ Na separação há uma combinação de processos mecânicos e manuais, uma capacidade mínima de processamento, por cada fluxo implicado, de 10 mil toneladas por ano de resíduos coletados seletivamente. www.valorsul.pt

contaminantes presentes na massa dos resíduos que chegam à central; além desse fato, os trabalhadores sofrem também, segundo a direção da empresa, como estigma de trabalhar com o lixo. Nas palavras do Engenheiro Antônio Branco:

Esse trabalho é extremamente violento. Em condições que quer queira ou quer não, você está a trabalhar com lixo. Quer queira quer não, há aqueles indivíduos que metem gatos mortos, tudo dentro dos contentores e depois aparece lá, na mesa da pessoa que está a separar. Há o indivíduo que mete o saco de lixo dentro de um ecoponto amarelo e esse saco de lixo vai aparecer no sítio onde se está a triar. Para não falar nas seringas dos drogados. Um drogado ao passar aquilo está aberto e joga aquilo lá para dentro. Os indivíduos que estão a triar a separar os plásticos, dentro da estações da VALORSUL, que é o mais avançado em Portugal, por hora, fazem dois mil, três mil movimentos com o braço, o que aquilo provoca de doenças profissionais etc., não é brincadeira. Depois há um estigma social que eu não entendo, mais existe, a pessoa trabalha no lixo. Trabalha naquilo que os outros deitam fora. Esse estigma social existe, não tem razão de ser mais existe. (Entrevista realizada em 17/06/2005)

Considerando a situação de periculosidade do trabalho de triagem dos resíduos recicláveis, a nova orientação da Comunidade Européia para essa atividade é que o trabalho manual de separação seja substituído pelas máquinas, que passe a ser realizado mecanicamente e de forma mais segura, a nosso ver, também mais lucrativa, eliminando os custos do pagamento da força de trabalho. Ainda para o Engenheiro Antônio Branco:

Hoje em dia ainda é mão-de-obra intensiva. Mas agora, na Europa, na Alemanha nós vamos ter a primeira instalação, em Portugal no início do próximo ano, aqui em Lisboa, completamente automática com leitura óptica das qualidades dos plásticos e com fluxo de ar a separar os diferentes tipos de plásticos. (Entrevista realizada em 17/06/2005)

O atual processo de triagem ainda apresenta algumas dificuldades para aumentar a quantidade de resíduos de embalagens encaminhadas para a reciclagem. Isso se deve a um índice grande de contaminação dos materiais por matéria orgânica no momento do descarte.

A valorização se estende também aos resíduos orgânicos. A coleta deste tipo de resíduos está sendo estruturada dentro do sistema VALORSUL. A Estação de Tratamento e Valorização Orgânica, localizada no município de Amadora, está recebendo resíduos provenientes de coleta seletiva em grandes produtores da cidade de Lisboa: restaurantes, cantinas, mercados, quartéis, entre outros.

Pela legislação vigente, as empresas em que a produção de resíduos orgânicos alcança uma grande dimensão, mais de 1.110 litros dia, são responsáveis por fazer o

encaminhamento dos resíduos ao destino final. Há algumas dessas empresas geradoras que contratam operadores de serviços de coleta e transporte para a unidade de tratamento, mas este custo é de responsabilidade das empresas e não há ônus para o município.

A Estação de Valorização Orgânica tem o objetivo de através do tratamento, além de produzir o composto orgânico, gerar energia elétrica pela combustão dos gases provindos da decomposição. Esta energia será utilizada no funcionamento das próprias instalações.

A EGF salienta que de acordo com as regras que vêm sendo discutidas pela Agência Ambiental Européia, em Bruxelas, o composto só poderá ser utilizado para agricultura se os resíduos forem recolhidos seletivamente, não havendo outra hipótese. Para o Engenheiro, o plano português está de acordo com essa perspectiva, mas o maior empecilho para o avanço desse setor são os custos para a criação da infra-estrutura, o que não é compensado pela comercialização do produto final.

Neste aspecto, a valorização dos orgânicos só ganha viabilidade econômica se a infra-estrutura de coleta seletiva alcançar grandes quantidades. Esse tipo de economia de escala é também importante nos setores que reciclam as embalagens, porém há uma possibilidade maior de alcançar um equilíbrio econômico nesses setores.

Os fatores econômicos demonstram a limitação neste aspecto, de todo o sistema de recuperação de resíduos, que mesmo voltado para a diminuição dos possíveis danos ambientais, pauta-se em elementos econômicos e de mercado que podem torná-lo inviável em um momento de aumento dos custos ou queda de preços.

Essa estratégia não é um consenso para a sociedade portuguesa. A principal ONG ambientalista do país, a Associação Nacional de Conservação da Natureza, a QUERCUS, não acredita que o tipo de solução aplicada pelo Sistema VALORSUL colaborará para a diminuição dos impactos ambientais causados pelos resíduos orgânicos, afirmando que a coleta desse tipo de resíduo é em quantidade insuficiente, dentro da massa total, pois os geradores dentro dos domicílios não são atendidos. Acredita que esse tipo de resíduo deveria ser tratado dentro de um sistema local de gestão, e não envolvendo vários municípios. Para o Engenheiro Berkemeir, membro da Comissão de Resíduos da Quercus:

Nós estamos a tentar que eles façam aquele esquema que é o tratamento total de resíduos. Em vez tratar só o que vem da recolha seletiva, fazer o tratamento total. Mas, por exemplo, matéria orgânica, em vez de estarmos a transportar 50 ou 60 quilômetros, fazer soluções locais de tratamentos matéria orgânica. Isso para os senhores da EGF não é possível. É dar soluções de pequena escala, micro mesmo, cria-se uma empresazinha

local e trata matéria orgânica com compostagem, pode juntar resíduos agrícolas. Quer dizer, eles conhecem essas soluções, ou seja, serem um bocado mais flexíveis do que o regime actual, arranjando soluções adaptadas às comunidades, envolvendo as comunidades. Em vez de ser uma empresa cá de cima a determinar, isto foi assim. E é um problema porque esse esquema de só ter-se recolha selectiva de material orgânico e não fazer o pré-tratamento dos resíduos que não são recolhidos selectivamente, resolve muito pouco em termos de aterro. (Entrevista realizada em 27/06/2005)

Para a Quercus, a única maneira de se melhorarem os índices de coleta e tratamento dos resíduos domiciliares é a coleta porta a porta, porque no atual sistema que atende somente grandes produtores, cerca de 80% a 85% não estará sendo coletado para o tratamento devido, o que significa que a quantidade de resíduos indiferenciados se manterá alta, com a presença expressiva de matéria orgânica.

Como vimos até agora nas formas de tratamento aplicadas, incineração, triagem e compostagem, sempre há rejeitos. Os rejeitos da triagem de recicláveis vão para a incineradora, as escórias e os resíduos recolhidos que não podem ser incinerados são encaminhados para o aterro sanitário. No entanto, a contenção dos resíduos neste local deve ser o último dos recursos a ser aplicado pelo Sistema.

3.2.2 A Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis em Lisboa

O sistema de coleta de resíduos recicláveis começou a ser implementado na Cidade de Lisboa a partir de 1984⁹⁰, quando teve início a campanha para a coleta seletiva das embalagens produzidas a partir do vidro. No entanto, a metodologia utilizada demonstrou-se inviável e foi repensada. De acordo com o Engenheiro Fernando Leal dos Santos, Diretor do Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos de Lisboa:

Na primeira fase procuramos inclusivamente a recolha por cores, o vidro branco nos vidrões e vidro de cores, o âmbar e o verde em outro. Mas logo deixou-se essa idéia porque era antieconómica, tínhamos que ter circuitos específicos para a recolha do vidro branco, depois havia a postura das pessoas não respeitarem a disposição por cores. Não havia aqui nenhum ganho com essa separação, então a abandonamos e avançamos para a recolha selectiva do vidro de forma indiferenciada. (Entrevista realizada em 9/05/2005)

Alguns anos após a instalação da coleta seletiva das embalagens de vidro especificamente em 1997, houve a estruturação de um novo sistema de coleta dos resíduos

⁹⁰ Informação obtida em entrevista pelo Diretor do Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos.

de embalagens na cidade. Organizado de forma a abranger toda a área urbana de Lisboa tinha o objetivo de recolher vários outros tipos de resíduos desta.

O sistema baseia-se na instalação do conjunto de três contêineres espalhados pela cidade⁹¹, os ecopontos (PEV's) (Foto 17), que foram localizados a uma distância de 140 metros uns dos outros, sendo esta distância, de acordo com as informações obtidas junto à Câmara de Lisboa, a mais aconselhável para facilitar a participação dos munícipes interessados em aderir voluntariamente ao programa de descarte seletivo.



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 17 - Ecoponto instalado na cidade de Lisboa, 2005

Para o Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos de Lisboa, o sistema dos ecopontos já chegou ao limite da sua capacidade de atração das pessoas à participação, alcançando o seu índice máximo que é de 10% da população residente na cidade.

De acordo com o referido Departamento, além de pouco motivadores, os ecopontos teriam outros problemas como o de prejudicar a estética das zonas mais nobres da cidade e, em alguns casos, se tornarem pontos para amontoar lixo. Isso porque alguns usuários se aproveitam do anonimato para depositar todo tipo de resíduo ao redor deles. Às vezes os contêineres são encontrados vazios e a sua volta os resíduos, o que impede o uso por aqueles que querem fazer o descarte correto. Há ainda os casos em que o contêiner fica totalmente cheio, causando o acúmulo dos resíduos de embalagens, Foto 18.

⁹¹ Originalmente pensado na França esse método foi denominado pela expressão francesa, *apport volunter*, que no fundo é o ato da pessoa levar, descartar o resíduos no ponto de coleta.



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 18 - Ecoponto com problemas de superlotação, 2005

Com relação aos ecopontos, foram listados três fatores que inibem a participação geral da população: 1) considera-se que o ecoponto está demasiado longe; 2) está sujo; 3) está cheio. Para a EGF o primeiro fator, a distância, é geralmente uma desculpa para justificar a não participação, pois quando procura-se um lugar para instalar o ecoponto, geralmente as pessoas não querem que seja próximo a sua casa. Diversas justificativas são apontadas para isso: os contêineres prejudicam a estética; atrapalham o trânsito no passeio ou na rua; ocupam muito espaço; ou ainda porque o caminhão faz muito barulho no momento da coleta. Porém, a Prefeitura admite que problemas com a limpeza e com a saturação dos ecopontos são freqüentes.

Os problemas acima apontados foram fundamentais para a organização e a instalação de uma nova metodologia de coleta para os resíduos de embalagens recicláveis produzidos nos domicílios, o que levou a organização de um sistema de coleta porta a porta com distribuição de embalagens para contenção dos resíduos em alguns bairros de Lisboa, visando à maior participação da população, para que desta forma se alcançassem também as metas de recuperação estabelecidas pela UE. Para o Engenheiro Fernando, diante dos problemas foi necessário buscar outros caminhos:

E os outros caminhos são, em verdade, a coleta seletiva porta a porta. Como disse, os 10% é o número máximo de aderentes a solução que tínhamos. E em 2003 avançamos com a experiência piloto de recolha seletiva porta a porta. Como é que isso funciona? A recolha por regra em Lisboa é feita 6 vezes por semana, portanto, a solução padrão qual é?

Fazemos isso 6 dias por semana, vamos manter os 6 dias. Faremos 3 vezes para os indiferenciados, 2 vez para embalagens e 1 vez para o papel. Com relação ao vidro manteremos sempre a recolha através da disposição em contentores. Tem que haver com a manutenção do equipamento de remoção. O equipamento de remoção tem peças móveis e o vidro depois de partido entranha naquelas peças móveis e com os movimentos mecânicos provoca uma erosão do material e uma degradação muito rápida. (Entrevista realizada em 9/05/2005)

A maior adesão ao sistema porta a porta se justifica pela proximidade entre os moradores e os prestadores do serviço, o que possibilita uma mudança e uma regulação do comportamento dos moradores participantes.

A motivação e as informações adequadas para a participação correta dos moradores no Programa de Recolha Seletiva Porta a Porta, são realizadas dentro de um programa educacional da própria Prefeitura, que procura envolver toda a comunidade local através de atos públicos, distribuição de panfletos e trabalhos junto aos estudantes.

Com essa nova metodologia houve um acréscimo na participação da população no descarte seletivo, maior que a participação nos sistemas de ecopontos, que é de 10%. No sistema porta a porta alcança-se a adesão de 35% da população.

No entanto, para a Empresa Geral de Fomento, reguladora dos sistemas multimunicipais, do qual faz parte o Sistema VALORSUL, esse aumento significativo que é positivo, trouxe alguns problemas com a qualidade dos resíduos de embalagens, pois, junto à quantidade teve aumento também a contaminação dos resíduos por separação ou descarte de forma inadequada. Para o Engenheiro Rui Branco, da EGF:

A pessoa que interiorizou que tem que se deslocar 200 metros, para voluntariamente ir colocar no ecoponto falo e os materiais que leva vão, digamos, mais cuidados. A pessoa que está em casa, desculpe dizer assim, é o marido que está zangado com a esposa, ou vice-versa, e mete no primeiro saco que aparece tudo, ou é a empregada que está zangada com os patrões ou são os filhos que estão zangados com os pais. Há um fator emocional que leva a pessoa a não ter um comportamento ecológico. Depois, é simples, acabou-se o saco aqui em casa...coloca num saco qualquer desse aí. Vai tudo para o mesmo saco. Em Lisboa, nós tivemos no porta a porta um aumento significativo de quantidade, mas tivemos um aumento brutal de contaminação. No embalão, nos estamos nesse momento, em Lisboa, com níveis de contaminação na ordem do 60%, isso é, eu vou buscar uma tonelada e 600 quilos é para deitar fora. (Entrevista realizada em 17/06/2005)

Na concepção do Engenheiro, além dos vários motivos possíveis, há um em especial que colabora para que ocorra certo descuido no momento do descarte dos resíduos, gerando um alto índice de contaminação; a cor da embalagem que servirá de

recipiente para os resíduos. A embalagem que a Câmara de Lisboa distribui é opaca e não permite a observação do que há dentro, impossibilitando que haja certo controle social dessa ação, que poderia ocorrer perfeitamente se os sacos distribuídos fossem transparentes. Ainda de acordo com o Engenheiro Rui Branco:

Isso permite exercer um controle psicológico, cada cidadão sabe que está a ser escrutinado pelo vizinho, que passa a vê-lo sair com o saco todo contaminado e diz...olha aquele porco...aquele que tem falta de consciência cívica que não separa bem. Em Lisboa está sendo distribuído sacos de cor opacos, portanto esse fenômeno de auto controle, ou da pessoa ficar exposta a censura pública desapareceu, se é opaco ninguém vê o que está lá dentro. (Entrevista realizada em 17/06/2005)

Para o Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos de Lisboa, há alguns fatores importantes que devem ser analisados para justificar o índice elevado de contaminação, que acaba não permitindo a recuperação de uma quantidade considerável dos resíduos. Entre estes fatores está uma falha no sistema VALORSUL, que é responsável pela triagem destes resíduos coletados nos municípios.

O problema seria que no centro de triagem da VALORSUL, que mesmo tendo a informação de quanto, em toneladas, a Câmara de Lisboa recolheu seletivamente, não consegue aferir depois o índice de contaminação da quantidade entregue. Isso porque esse lote é misturado aos resíduos provenientes de outros municípios e posteriormente é feito um desconto geral, que leva em conta a contaminação que houve no sistema e divide esse total pelos participantes.

Por exemplo, se a Câmara de Lisboa encaminha 10 toneladas de papel cartão e outro município encaminha também 10 toneladas, ao serem misturados no C.T, pode haver prejuízo para aquele que entrega o material mais limpo, já que a perda será dividida entre os dois. De acordo com o Engenheiro Fernando Leal dos Santos:

No centro de Triagem fazem a seleção e no final do mês as contas são feitas envolvendo os municípios. Aqui há uma questão que é a seguinte: como é que o vosso esforço se distingue do esforço da Câmara da Amadora ou outra? Nesse momento o que se faz é: nós despejamos os nossos resíduos de papel cartão, por exemplo, juntamente, no mesmo sítio, que o papel cartão recolhido na Amadora e ninguém pode dizer se os nossos resíduos estão mais contaminados ou menos contaminados do que os resíduos recolhidos pela Câmara de Amadora. O que eu quero dizer é que se nós entregarmos 10 toneladas de resíduos limpos e a Câmara da Amadora entregar 10 toneladas de resíduos contaminados, nós vamos pagar 50% dos refugos, vamos ser penalizados como se tivéssemos entregue os resíduos contaminados. Não há uma avaliação de cada município com relação à qualidade, isso é difícil! O que acontece é que

nesse momento nós estamos a trabalhar com base em valores obtidos pela descaracterização dos resíduos feitos pela VALORSUL para toda a área metropolitana de Lisboa, para toda a área que eles servem. (Entrevista realizada em 9/05/2005)

Uma forma de reverter essa situação, de acordo com o Engenheiro, e que já está sendo colocada em prática é a caracterização dos resíduos pela própria Câmara, antes de enviar para o CT da VALORSUL, pois de acordo com os dados levantados na descaracterização dos resíduos poderá ser discutido o índice de contaminação apresentado pela empresa em contraponto ao aferido pela Câmara.

Outro aspecto importante é o emprego de novas tecnologias no processo de reciclagem dos materiais. Existem alguns tipos de materiais presentes nos resíduos que não podem ser reciclados em Portugal, por falta de indústrias que realizem o processamento, porém essa tecnologia já se encontra disponível e em utilização em outros países da Comunidade Européia.

A prefeitura de Lisboa destaca também um outro fator, que é o conflito de interesses entre ela, que recebe pelos resíduos recicláveis que entrega e não estão contaminados e a empresa VALORSUL, que gera energia a partir da combustão dos resíduos e dos rejeitos coletados nos municípios que compõem os sistemas, cobrando das prefeituras por esse tipo de tratamento.

Com o melhor aproveitamento dos resíduos recolhidos na triagem, a Câmara poderia então obter um duplo resultado positivo. Receberia pelo que recolhe e é encaminhado para reciclagem e, também, deixaria de pagar o tratamento que seria dado ao resíduo se ele fosse diretamente enviado para a central de tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Para a ONG Quercus, o crescimento da coleta seletiva e o crescimento da reciclagem como tratamento é um problema para as empresas, pois um serviço adequado de coleta seletiva pode comprometer o funcionamento dos incineradores que utilizam o lixo para a produção de energia. De acordo com o Engenheiro Rui Berkemeir da Quercus:

Sei que uma boa recolha seletiva para um incinerador. Não tenho dúvidas quanto a isso. Ou inviabiliza um incinerador. Eu não consigo. Mas nós temos apostado em soluções tecnológicas para responder as pressões. Quando querem instalar um incinerador de pneus, a gente apresenta um processo de reciclagem de pneus. Querem fazer o aterro para resíduos de construção e demolição, a gente apresenta a reciclagem para construção e demolição. Querem incinerar resíduos hospitalares, a gente apresenta a autoclavagem para resíduos hospitalares. Mais é evidente que se não tiver uma separação dentro do hospital, se não tiver uma boa recolha de pneus,

isso não vai para lado nenhum. A gente têm a solução, só que nessa fase. Já nos resíduos urbanos temos lutado, por causa disso, pela recolha porta a porta. (Entrevista realizada em 27/06/2005)

Na busca de melhores rendimentos a prefeitura de Lisboa procura atingir maiores índices de coleta seletiva de resíduos recicláveis, tendo alcançado algum sucesso nos últimos anos. Juntamente a recuperação dos resíduos para reciclagem, houve também a diminuição da quantidade total de resíduos indiferenciados, do lixo comum, recolhido Tabela 15.

TABELA 15: Resíduos Recolhidos na Cidade de Lisboa

RESÍDUOS	1999	2000	2001	2002	2003	2004
	Peso (Mg)	Peso (Mg)	Peso (Mg)	Peso (Mg)	Peso (Mg)	Peso (Mg)
Indiferenciados	397.353	346.844	336.107	330.812	323.884	317.937
Papel/Cartão	8.455	12.577	13.913	12.982	12.723	15.296
Vidro	5.361	5.971	6.455	6.670	6.999	8.331
Embalagens	679	1.179	1.541	1.749	2.019	2.717
Total RSU's	411.848	366.571	358.016	352.213	345.625	344.281

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa, 2005

Como podemos observar na Tabela 15, há um decréscimo na coleta dos resíduos indiferenciados, o que aponta para a diminuição da sua geração, já que toda a cidade é atendida pelo serviço. De acordo com a prefeitura de Lisboa, isso se deve à perda de população residente, que está passando a residir em outras cidades da área metropolitana. Um outro fator seria um momento econômico desfavorável pelo qual atravessa o país, que leva à diminuição do consumo por falta de dinheiro ou pela poupança.

Mesmo com alguns problemas, no que tange à questão dos recicláveis, pôde-se observar no período apresentado na Tabela 15, o aumento dos índices em todos os tipos de resíduos. Para a prefeitura a principal justificativa está na expansão do programa de coleta seletiva e também na diversificação das formas de prestação desse serviço.

Atualmente ela também oferece aos moradores um serviço de coleta de resíduos volumosos, móveis em geral, conhecidos popularmente como “monstros”, que depois de recolhidos são encaminhados para os ecocentros, onde alguns deles são desmontados e os materiais retirados encaminhados ao centro de triagem da VALORSUL. Outros seguem inteiros para compradores credenciados (Fotos 19, 20).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves
Foto 19 - Caminhão utilizado para coleta dos resíduos volumosos, Lisboa – PT, 2005



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves
Foto 20 - Móveis e eletrodomésticos dispostos no ecocentro, Lisboa (PT), 2005

Para que todo o serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos funcione a contento, em seus diferentes setores, são empregadas cerca de 2000 pessoas. Sendo que aproximadamente 35% do orçamento aplicado nesse serviço vai para a limpeza pública e 65% para a remoção. De acordo com o Departamento de Higiene e Limpeza e Resíduo

Urbano, em 2002, os serviços de limpeza no município custavam cerca de 52 milhões de euros.

No que diz respeito às repercussões da organização, formalização da coleta seletiva dos resíduos recicláveis para o circuito informal de coleta em Lisboa, sobretudo para os catadores, o Departamento de Higiene Urbana ressalta que havia poucos deles nas ruas e que com o novo sistema desapareceram. O maior problema relacionado a esta atividade estava nos locais de disposição, onde cerca de 15 pessoas trabalhavam. Porém, com a instalação do aterro sanitário no município de Vila Franca de Xira, essa atividade acabou. De acordo com o Engenheiro Fernando Leal dos Santos:

Com relação à parte social, nós deixamos de ter problemas por que deixamos de ter aterros. Nós sabemos que teve acidente, gente que morreu trucidado nas viaturas porque se punha na saída das viaturas a catar e quando a viatura fechava a porta, o condutor não se apercebia que ele estava lá! Isso acontecia justamente quando iam os grandes Centros como o Continente ou Carrefour, quando despejavam ao aterro, tínhamos pessoas a correr ao aterro. Quando nós deixamos de ter aterro em 1997, deixamos de ter esses problemas. (Entrevista realizada em 9/05/2005)

Porém, no que diz respeito à catação, o Departamento de Higiene Urbana ressalta que há um novo elemento nesse contexto em Lisboa. Trata-se da catação de alimentos descartados pelos hipermercados nos tambores que contém lixo, realizada pelos imigrantes do leste europeu, que procuram retirar os alimentos antes da passagem do caminhão que faz a recolha do lixo. Segundo o Engenheiro Fernando Leal : *o Pingo Doce (hipermercado) tem problemas quando coloca o lixo nos contentores. Porque as pessoas, os “povos do leste europeu”, sabem que eles vão por nos contentores e passam para pegar o que podem aproveitar.*

Essa “catação” (procura por alimentos) demonstra um fato bastante discutido neste trabalho, que é a procura dos resíduos recicláveis ou dos alimentos. Os pobres acabam tendo no lixo uma das poucas formas de sobrevivência. Se no Brasil é o que resta para muitos desempregados, nos países europeus o lixo é o que sobra para muitos imigrantes. Mas independentemente do lugar onde se territorializa o fato de que seres humanos têm que sobreviver do lixo, as determinações são as mesmas, estabelecidas na lógica capitalista de produção/reprodução, que gera uma sociedade extremamente desigual e excludente.

3.2.3 Algumas Considerações Sobre Este Sistema

A reestruturação do sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos urbanos em Portugal possibilitou nos últimos anos, inegavelmente, uma melhoria significativa no que diz respeito aos índices de tratamento e recuperação da energia contida nos diversos materiais que vão para o lixo, repercutindo diretamente na qualidade dos serviços prestados à população nesse setor.

A territorialização da gestão dos resíduos através da formação dos Sistemas Multimunicipais ou Intermunicipais respaldados pela legislação permitiu a melhoria das infra-estruturas através do financiamento do Estado e a otimização destas através de uma utilização conjunta dos municípios.

Além da formação desses sistemas integrados de municípios, uma outra concepção marca esta nova forma de gestão dos resíduos sólidos urbanos. É a que entende a entrada da iniciativa privada no setor como necessária para, em conjunto e com o apoio do Estado, dinamizá-lo, torná-lo mais produtivo do ponto de vista das metas a serem alcançadas. Está claro que esse novo elemento dinamizou econômica e tecnologicamente o sistema de gestão dos resíduos, pautando-se na lógica da valorização, isso é, recuperação da energia contida nos resíduos e sua posterior disponibilização no mercado, em forma de energia elétrica produzida pela incineração ou de novos materiais através da reciclagem.

No entanto, como podemos notar nos fragmentos das entrevistas realizadas, a abertura para a iniciativa privada não significou o fim dos custos por parte do Estado no setor. Como vimos, essa reestruturação foi em grande parte financiada pelo próprio Estado, que nesta “parceria”, atua também como garantidor do consumo e da comercialização dos produtos originados pelos processos de tratamento. A energia elétrica produzida nas usinas de tratamento por combustão tem comercialização garantida, o que dá certeza ao capital de um retorno líquido e certo, quase sem riscos, não havendo problemas por conta das possíveis variações do mercado, já que existe uma garantia de preço mínimo.

Nesse novo sistema de gestão de resíduos, a iniciativa privada atua no tratamento e na valorização destes, enquanto a prestação do serviço de coleta e transporte, que exige maiores gastos, ficou inteiramente a cargo do poder público. Isto é, mesmo mostrando-se eficiente, o sistema demarca claramente uma divisão entre em que serviços atua o poder público e em que setores atua a iniciativa privada.

O poder público lida diretamente com o serviço de coleta dos resíduos recicláveis através dos programas de coleta seletiva e também do lixo, ou seja, com o resíduo sólido

que não tem nenhum valor de mercado. A iniciativa privada atua sempre no sentido de valorização, seja na reciclagem dos resíduos ou no seu tratamento através da incineração. Assim, os ganhos das empresas resultam: 1) do pagamento feito pelas prefeituras pelo tratamento, ou seja, a empresa cobra pela matéria-prima que recebe; 2) da venda da energia gerada e disponibilizada na rede pública.

Essa característica da valorização, ao mesmo tempo em que estimula a expansão destas formas aplicadas no tratamento dos resíduos, porque garante a lucratividade do capital aplicado, sinaliza para a certeza da alimentação de uma lógica de crescente geração de resíduos sólidos, já que as empresas que utilizam como matéria-prima nesse setor, o lixo, não iriam investir uma fortuna em um negócio que não fosse duradouro.

A lógica estrutural que rege também esses negócios é a de mercado, mesmo sendo ambientalmente mais correta que a disposição do lixo sem maiores cuidados. A reciclagem e o tratamento dos resíduos não são o único objetivo, afinal o sistema tem que ser antes de tudo economicamente rentável.

Assim, surgem algumas incompatibilidades entre o crescimento da coleta seletiva e, conseqüentemente, o crescimento da valorização através da incineração. Apesar das empresas que controlam o sistema não considerarem dessa forma, fica claro que, quanto mais resíduos forem recuperados para reciclagem, menos serão queimados, menos as prefeituras pagarão por tratamento e menos energia será gerada, colocando em risco os possíveis lucros e a própria existência da empresa.

Dentro dessa lógica de solução do problema do lixo através da combustão ou da reciclagem, um outro aspecto é marginalmente abordado, a diminuição na geração dos resíduos. A reciclagem, com seus benefícios conhecidos, não deve ser apresentada como tábua de salvação para o problema do lixo. Sabemos que nem tudo que se produz, se consome e se transforma em lixo tem razão mercadológica para ser recuperado e reciclado. A prática da reutilização e do retorno das embalagens, por exemplo, deveria ser mais estimulada, mas o que fazer com os agentes econômicos que se estruturaram para atuar no mercado e que percebem as embalagens retornáveis e reutilizáveis como um problema porque retardam o ritmo de reprodução do capital?

Os textos e os dados que apresentamos demonstram, através dos números atingidos pela reciclagem e valorização dos resíduos, que no caso de Lisboa-PT se caminha numa direção melhor que a do começo da década de 1990, em que o destino dado à maior parte dos resíduos era o aterro. No entanto, devemos atentar para a exacerbação da lógica

puramente mercadológica em que sempre alguém tem que lucrar e outros tantos têm que pagar.

O princípio do gerador pagador adotado, em que as empresas têm que pagar pela quantidade de resíduos de embalagens colocada no mercado é interessante, mas até o ponto em que não transforma o consumidor no sujeito, outra vez, pagador. Não há garantias de que esse custo não seja transferido, mesmo que seja pequeno. Assim, o cidadão paga a mais pelo consumo, paga pela coleta dos resíduos feita pela prefeitura, paga pelo tratamento e quando participa do sistema separando e descartando corretamente os seus resíduos realiza um trabalho gratuitamente, com objetivos ambientalmente corretos, fundados numa lógica de mercado.

Lembramos, ainda, que a entrada formal da iniciativa privada no setor de reciclagem de resíduos significou um remodelamento da antiga estrutura utilizada para a coleta no que diz respeito ao emprego da força de trabalho. Por exemplo, os trabalhadores catadores e as empresas informais que atuavam no setor não tiveram como realizar as adaptações técnicas exigidas, sendo assim excluídos. Excluídos não só do setor econômico, mas também da possibilidade de terem acesso aos recursos financeiros que possibilitaram essa mesma reestruturação. Na realização da parceria entre o Estado e a iniciativa privada não havia espaço para os deserdados que sobreviviam da catação dos resíduos recicláveis.

A nossa intenção ao colocar aqui estas questões é a de pensar criticamente alguns elementos do sistema de gestão de resíduos apresentado, lembrando que estas deverão ser enfrentadas dentro do próprio sistema e em razão disso, por toda população envolvida, já que “o que fazer com o lixo, quando ele é, ou se torna economicamente inviável” tem como resposta em vários lugares do mundo o descaso, em outros o confinamento nos locais de disposição.

A nosso ver, este sistema de gestão dos resíduos sólidos adotado pelos países membros da Comunidade Européia servirá de modelo e deverá ser uma tendência que atingirá também países de outros continentes, incluindo o Brasil. À medida que a ideologia do Estado mínimo se fortalece, abre espaço para as grandes empresas atuarem nos setores em que a realização dos serviços seja lucrativa. O tratamento e recuperação de resíduos nestes moldes tem se tornado um deles. Caso isso se confirme, para os trabalhadores catadores no Brasil restará a possibilidade da reivindicação e de luta para não serem mais uma vez espoliados, afastados até mesmo do lixo. Daí, a importância da organização política para resistência não só às tendências, mas também às condições pecarias e espoliativas já em curso.

CAPÍTULO 4. O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM RESÍDUOS RECICLÁVEIS DE PRESIDENTE PRUDENTE⁹²

A catação, ou recuperação dos resíduos recicláveis comercializáveis no Brasil, tem como marca indelével a não participação de empresas privadas formais em sua coleta, a presença maciça de trabalhadores catadores informais nessa atividade e uma participação ineficiente dos poderes públicos (municipais) em programas de coleta seletiva que visam à recolha desses resíduos nos domicílios ou em pontos específicos de entrega voluntária.

Neste contexto, a possibilidade de organização aparece como uma saída da situação de exploração desses trabalhadores. Assim a estruturação de cooperativas e associações objetivam romper com algumas das amarras existentes no circuito de separação e comercialização, com intuito de melhorar as condições de vida e de trabalho dos catadores. Porém, as condições materiais em que estes se encontram tornam essa ação política difícil.

A organização coletiva pressupõe perceber a potencialidade da ação política conjunta para o enfrentamento de situações políticas e sociais que afrontam, marginalizam e destroem a dignidade humana. Mas como partir para esse processo tendo como parceiras a miséria e a falta de recursos? Diante dessas indagações, também com o objetivo de ajudar na organização dos trabalhadores catadores do lixão de Presidente Prudente e transformar a realidade vivida por eles e pela sociedade de forma mais ampla, teve início um Projeto de Políticas Públicas/FAPESP⁹³, coordenado por professores da Unesp no ano de 2001, que durante seu desenvolvimento teve vários desdobramentos.

⁹² A nossa participação nesse projeto, que já deixou há muito de ser idéia e já ganha na sua materialização a complexidade das contradições intrínsecas ao movimento da própria sociedade, sempre esteve pautada para além da realização da pesquisa, objetivando colaborar no processo de formação e organização dos trabalhadores envolvidos. Desta forma, as nossas ações sempre procuraram, na medida do possível, entrelaçar os conhecimentos e o aprendizado adquiridos no processo de pesquisa com a atuação junto aos trabalhadores catadores.

⁹³ Projeto de Pesquisa “Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos em Presidente Prudente-SP: Desenvolvimento de Metodologias para Coleta Seletiva, Beneficiamento do Lixo e Organização do Trabalho”. O projeto está sob a coordenação do Prof. Dr. Antonio Cezar Leal e conta com o apoio da FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo), na alínea Políticas Públicas. A equipe de trabalho inicial contava com a participação dos Professores Doutores Antônio Thomaz Junior, Neri Alves e o Prof. Ms. Marcelino Andrade Gonçalves. O referido projeto tinha dentre os seus principais objetivos contribuir para a elaboração de formas de intervenção, não só do Poder Público Municipal mas de toda a sociedade, na grave situação relacionada à geração, coleta e disposição de resíduos sólidos domiciliares, levando-se em conta o agravamento dos problemas sócio-ambientais, tais como a degradante condição de trabalho dos catadores no lixão e a degradante situação do lixão para os moradores de bairros próximos. No decorrer do Projeto pudemos contar com o apoio e a experiência de professores do grupo 3R – Núcleo de Reciclagem de Resíduos, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

A primeira aproximação com os trabalhadores catadores do lixão nos colocou questões mais amplas do que aquelas que até então havíamos imaginado.

Ao serem chamados para conversar sobre o porquê de estarem respondendo os questionários, a maior parte deles que lá estava parou suas atividades, aproximou-se e veio nos ouvir.

Ao expormos as idéias e os objetivos do Projeto de Políticas Públicas e o que estávamos propondo realizar com o trabalho de pesquisa, várias falas e questões compareceram.

Suas falas foram bastante sinceras e diretas. Afirmavam que já tinham visto pessoas com aquelas idéias lá no lixão. Que às vezes apareciam pessoas com “esses projetos”, dizendo que era para mudar sua situação no lixão, mas depois da primeira conversa desapareciam.

Desta forma, a primeira ação que era a de realização do diagnóstico sócio-econômico tornou-se também uma aproximação para o debate, para esclarecimentos das dúvidas que os catadores apresentavam e para as quais, às vezes, não tínhamos respostas imediatas. Serviu ainda para redimensionarmos o problema, percebermos que havia complicações maiores do que aquelas previstas inicialmente e que começariam a fazer parte das nossas pesquisas.

Durante as entrevistas, os catadores apresentavam questões ligadas à idéia que eles faziam sobre o que havíamos apresentado naquele momento a respeito da possibilidade de organização. A idéia central seria a formação de uma associação ou cooperativa de catadores.

A confusão inicial foi a de que haveria a formação de uma empresa, onde eles seriam empregados. Assim, as questões mais freqüentes foram: *Nós vamos ser registrados? Vamos trabalhar para vocês? É uma firma? A gente vai ter salário? Quem é o dono?*

Para darmos explicações do porquê realizar o projeto e da importância da participação dos catadores, recorremos também ao fato de que essa é uma situação de trabalho insalubre e irregular e que pelas condições inadequadas da disposição do lixo, a Prefeitura Municipal vinha sendo multada e pressionada por órgãos ambientais fiscalizadores, a fim de que houvesse uma adequação às normativas ambientais e leis vigentes e a instalação de um aterro sanitário. Daí a importância de se construir uma alternativa para os trabalhadores catadores (Foto 21).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 21 - Aplicação do questionário no lixão de Presidente Prudente, 2001

O Projeto de Políticas Públicas previa a realização da pesquisa, a proposição e apoio para a viabilização de soluções para alguns dos problemas relativos ao gerenciamento do sistema de resíduos sólidos e ao trabalho de catação existente na cidade, mas não havia condições materiais e políticas para executar ações neste sentido.

Isso porque a intenção era diagnosticar aquela situação, conhecer melhor o problema para propor soluções e para despertar a sociedade em geral para a questão. Para os trabalhadores catadores a situação era outra. Eles não queriam somente informações sobre o problema que já conheciam bem de perto, estavam em busca e à espera de soluções que acreditavam ser viáveis.

Dentre as várias questões que se apresentaram, uma tornou-se bastante perturbadora como elemento de reflexão para a nossa pesquisa em particular: o que significaria esse redimensionamento do trabalho no lixo com os trabalhadores catadores organizados, para o circuito econômico da reciclagem e para os próprios trabalhadores envolvidos? Como sabemos, a catação dos recicláveis é marcada pelo trabalho individual, precarizado e por condições insalubres.

A partir dessa questão posta e do envolvimento com o processo de organização dos catadores, comparecia mais uma dúvida: Qual é o nosso papel enquanto pesquisadores? A resposta para essa questão tem se construído na práxis, à medida que a cada momento surgem novas situações, que por serem inusitadas nos colocam a pensar e a construir/reconstruir os nossos referenciais políticos, metodológicos e científicos.

4.1 A Organização dos Trabalhadores Catadores

O primeiro encontro com os catadores fora do lixão contou com a participação de mais de oitenta deles. Foi um espaço aberto para que pudessem manifestar suas sugestões e expectativas em relação à proposta apresentada, bem como questionar a respeito do assunto em pauta (Foto 22).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 22 – Primeira reunião fora do lixão com os trabalhadores catadores para a apresentação do projeto, 2002

Essa e outras reuniões dessa natureza sempre foram marcadas pela tensão entre os proponentes do projeto e os catadores, demarcado aí um elemento importante nesse processo, que era o fato de que o projeto não teve origem dentro do grupo de trabalhadores, mas deveria incluí-los, o que levou a longas negociações até concretizar a participação do grupo interessado⁹⁴.

As reuniões se tornaram momentos de reconhecimento mútuo, de planejamento das ações a serem desenvolvidas, objetivando a organização dos catadores do lixão de Presidente Prudente.

Assim, começaram a surgir questões relativas ao processo de organização do grupo, como seria o trabalho conjunto e onde encontrar apoio e recursos financeiros para

⁹⁴ Nessa reunião foi dado um importante passo no sentido organizativo dos catadores: foi formada uma comissão de representantes dos catadores que iria discutir a situação com o prefeito municipal.

estabelecer uma infra-estrutura mínima que pudesse abrigar a instalação daqueles que viessem a participar desse coletivo.

Com o envolvimento de parte dos trabalhadores catadores nesse processo, o grupo resolveu realizar algumas reuniões abertas à comunidade, utilizando os espaços da Unesp, para que desta maneira fossem divulgadas as ações, ampliadas as parcerias e, sobretudo, se iniciasse um processo de sensibilização da comunidade para participação efetiva no projeto.

No decorrer das discussões realizadas entre o grupo de trabalho e pesquisa e o grupo de catadores, resolveu-se também visitar experiências semelhantes, o que possibilitaria conhecer soluções aplicadas aos problemas vivenciados. A primeira experiência conhecida foi a da cidade de Penápolis (SP)⁹⁵.

O contato com outra experiência organizativa que envolvia catadores e a execução de um programa de coleta seletiva de resíduos recicláveis, como o de Penápolis, nos deu uma nova dimensão da questão, permitindo-nos vislumbrar não só as dificuldades de manter em funcionamento esse tipo de empreendimento, mas também, elementos que nos levaram a um entendimento melhor sobre a inserção dos trabalhadores catadores organizados no circuito econômico da reciclagem.

A partir do exemplo de Penápolis, pudemos notar que havia mudanças positivas nas condições de trabalho de coleta e triagem dos resíduos recicláveis em relação às condições encontradas nos lixões. No entanto, no que diz respeito à relação de comércio dessas mercadorias, os trabalhadores, mesmo organizados, continuavam presos às condições de comercialização impostas pelos atravessadores locais, sem condições estruturais e econômicas para uma negociação direta com a indústria de processamento desses materiais.

Outro elemento a ser ressaltado a partir do exemplo em questão é que a organização dos trabalhadores catadores implica necessariamente em estruturar mecanismos para obtenção dos resíduos recicláveis que eram retirados por eles anteriormente de dentro do lixão. Daí então a necessidade de implementar formas alternativas de obtenção desse tipo específico de resíduo. A coleta seletiva dos resíduos recicláveis nos bairros, sistema denominado porta a porta, tem aparecido como melhor meio para alcançar esse objetivo.

Esse sistema traz para os catadores organizados a necessidade de estruturar o trabalho de maneira que as diferentes funções possam ser executadas a contento. Pois, se anteriormente, dentro dos lixões os catadores ficavam à espera dos resíduos para então separá-los, nessa nova

⁹⁵ A cidade de Penápolis está situada a noroeste do Estado de São Paulo. O município tem aproximadamente 55.000 habitantes.

forma de organização terão que recolhê-los nos locais de geração e não mais nos locais de disposição, fato que implica numa divisão interna do trabalho, já que após a coleta os resíduos deverão ser triados, pois os sistemas adotados implementam na maioria dos casos, a separação simples, em que todos os resíduos vêm misturados, com exceção, claro, dos resíduos orgânicos e dos inservíveis. Esse primeiro trabalho de separação, o descarte seletivo, é realizado então dentro das residências. Logarezzi (2004, p.228) conceitua as formas de descarte como:

Ato de jogar uma sobra/um resíduo fora de um dado contexto e dentro de outro. Se o segundo contexto for uma lixeira comum, de onde o resíduo partirá para uma manipulação, uma destinação/confinamento e uma decomposição da rota do lixo, tal descarte é dito descarte comum e caracteriza-se por transformar resíduo em lixo; **de outra forma, se o segundo contexto for um coletor seletivo (no local da geração ou em algum LEV), de onde o resíduo partirá para atividades da rota dos resíduos, tal descarte é conhecido como descarte seletivo e seu exercício preserva os valores potenciais contidos nos resíduos.** (*grifo nosso*)

A proposta de organização do trabalho dos catadores e do programa de coleta seletiva de resíduos recicláveis, deve estar então vinculada à participação dos moradores da cidade com a realização do descarte seletivo, ficando o serviço de coleta seletiva porta a porta a cargo dos catadores. Nesses casos, a prestação desse serviço não significa nenhum tipo de custo para os moradores.

Assim, os custos do serviço, no que diz respeito ao emprego do caminhão utilizado na coleta seletiva dos resíduos recicláveis ficam a cargo da própria Prefeitura Municipal.

Mas, o serviço de coleta ao ser implementado acaba sempre entrando em conflito com a coleta (des)organizada de outros catadores que já atuam no espaço urbano como, por exemplo, os carrinheiros, desenhando aí um quadro de competição entre os trabalhadores da cooperativa e os catadores individualizados. Para vencer a concorrência, as cooperativas acabam lançando mão de diferentes estratégias para não perder os resíduos. Em Penápolis, foi instalada uma caixa de som que toca a música símbolo da coleta seletiva na cidade. Esta aparece como uma forma de aviso para que a população deposite o resíduo reciclável na rua naquele momento, evitando que ali permaneçam por um longo tempo e acabem sendo recolhidos pelos carrinheiros.

Uma outra forma de evitar que outras pessoas levem os resíduos foi entregar embalagens plásticas para que a população coloque os resíduos recicláveis. Essas embalagens

são coletadas depois, já cheias e servem ainda para fazer a diferenciação entre o material que vai para a Cooperativa e o lixo que irá para o aterro⁹⁶.

Esse quadro de disputa entre os trabalhadores catadores organizados e não organizados, baseia-se na própria lógica excludente que norteia o mercado capitalista e coloca os próprios catadores na condição de miserabilidade. Assim, os primeiros passam a entender os outros catadores como seus concorrentes, que como tal devem ser superados e vice-versa.

Isso significa que sem a ampliação das formas de organização, os trabalhadores catadores, como outros quaisquer, estarão sempre colocados em uma situação de confronto com os seus pares, pois se o objetivo da organização coletiva é não ultrapassar os limites da simples inserção no mercado, para discutir verdadeiramente quais são as causas e os elementos que compõem os mecanismos de exclusão, que nesse caso se materializam no trabalho no lixo, recriam-se e fortalecem-se os próprios mecanismos de exclusão.

E foi com esse intuito, de discutir as questões que envolvem o trabalho dos catadores no circuito da reciclagem dos resíduos que o debate foi ampliado através de um seminário aberto a toda comunidade, que também discutiu os problemas causados pela geração e disposição incorreta dos resíduos sólidos domiciliares no município de Presidente Prudente e em outras cidades⁹⁷.

Um dos aspectos mais positivos desse seminário foi a apresentação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis⁹⁸. Esse fato permitiu uma nova fase no processo de conscientização/organização interna do grupo de trabalhadores catadores de Presidente Prudente, trazendo novos elementos para o entendimento da questão relativa ao trabalho no lixo, a organização do trabalho e política dos catadores e suas repercussões, que com certeza teriam rebatimento nas estruturas e na formação dos grupos locais.

A partir dessas discussões tornou-se possível para os catadores de Presidente Prudente entenderem e escolherem qual a melhor forma para institucionalizar a organização do grupo. A decisão tomada pelos catadores foi a de que a melhor opção seria a organização em cooperativa, decisão essa que trouxe outras demandas, como por

⁹⁶ De acordo com os relatos que ouvimos dos trabalhadores da Cooperativa de catadores de Penápolis (CORP), algumas vezes a polícia foi acionada para obrigar os sucateiros a conduzir seus veículos cheios de embalagens plásticas utilizadas na coleta seletiva até a sede da cooperativa.

⁹⁷ Foram apresentados os casos de Santo André (SP); Londrina (PR); Penápolis (SP); Poá (SP).

⁹⁸ Uma das primeiras atividades nacionais de mobilização dos catadores ocorreu com o apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua. 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, foi realizado em Belo Horizonte, MG, em novembro de 1999, onde se decidiu pela organização de um Congresso Nacional de catadores, que acabou por ser realizado em 2001. Nasce destes eventos o Movimento Nacional de Catadores.

exemplo, entenderem o que significava juridicamente esse modelo, e que necessitavam de uma melhor compreensão do sistema cooperativista e seu funcionamento legal.

O processo de legalização da Cooperativa de Trabalhadores em Produtos Recicláveis de Presidente Prudente teve o apoio da Secretaria de Assistência Social e das demais instituições que participaram nesse projeto.

A participação no processo de organização da cooperativa contou com cerca de 80 catadores, no entanto, a adesão final foi de 30 trabalhadores, que continuaram junto ao grupo que apoiou a consolidação do processo de organização, que previa também a instalação de um programa de coleta seletiva dos resíduos recicláveis na cidade.

4.2 Quem São os Trabalhadores da Cooperativa de Trabalhadores em Produtos Recicláveis de Presidente Prudente⁹⁹ (Cooperlix) ?

O processo de exclusão do mercado de trabalho formal e da inserção na catação dos trabalhadores que agora abordamos é o mesmo que apresentamos, de forma mais geral, em discussão anterior, quando discutimos o conjunto de trabalhadores catadores em atividade nos lixões dos municípios da UGRHI - Pontal do Paranapanema.

Porém, o grupo que apresentamos tem algumas especificidades que estaremos esclarecendo e que podem levar-nos a melhor entender e encontrar explicações da sua opção em participar do processo de organização.

Dentre estas especificidades, destacamos as atividades profissionais exercidas por este grupo de trabalhadores. Assim, a análise da trajetória ocupacional, do passado profissional dos atuais cooperados, feita a partir dos relatos das profissões mencionadas, nos permite conhecer um pouco mais da história e vida destes trabalhadores.

Os campos de atuação profissional que foram mencionados e que marcam sua trajetória estão circunscritos a ramos que não são considerados de grande importância na economia capitalista. Em sua maioria os trabalhadores da atual cooperativa, que estavam anteriormente no lixão de Presidente Prudente, tinham seus empregos no setor de prestação de serviços e um pequeno número destes atuava em outros setores da economia, como demonstra a Tabela 16.

⁹⁹ No período em que aplicamos os questionários junto aos cooperados para levantamento dos dados que constam neste texto, três pessoas haviam desistido da participação no projeto. O principal argumento para essa desistência foi o baixo rendimento obtido pelo trabalho na cooperativa.

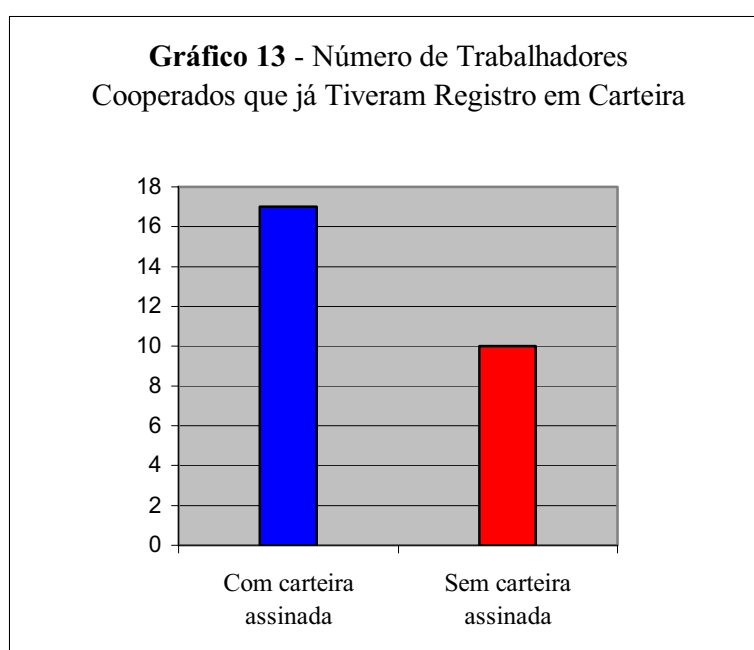
TABELA 16 – Campo de Atuação Profissional dos Trabalhadores da Cooperativa

Profissão	Homem	Mulher
Pedreiro e Servente de Pedreiro	6	-
Técnico em contabilidade	1	-
Doméstica	-	9
Motorista	1	-
Lavrador	1	1
Indústria (operador de caldeira)	2	-
Serviços Gerais	3	3
Total	14	13

Fonte: Trabalho de Campo, Maio de 2004

No entanto, ao contrário do que podemos pensar a princípio, levando-se em conta que estes estavam trabalhando no lixão e que as suas trajetórias profissionais indicam um passado de empregos precários, a atuação profissional da maioria dos cooperados não os enquadra em um histórico que podemos descrever como sendo o da informalidade das relações de trabalho.

Isso porque, mesmo estando empregados em atividades consideradas precárias, com baixos salários e mais suscetíveis a crises econômicas, dezessete dos vinte e sete cooperados, declararam que estiveram empregados em atividades com registro na carteira anteriormente à ida para o lixão, tendo trabalhado alguns anos nestas condições (Gráfico 13).



Fonte: Trabalho de Campo, Maio de 2004

Esta trajetória evidencia que atualmente quando se fala de trabalho no lixo, não se aponta necessariamente para um grupo de trabalhadores que sempre esteve na informalidade. Pelo contrário, no caso em questão o trabalho de catação no lixão significou para alguns a primeira atividade informal após longo período de desemprego.

A nosso ver, esse fato manifesta um processo de acirramento da precarização do trabalho e do crescimento do desemprego que atinge o Brasil em diversas escalas, trazendo conseqüências drásticas à classe trabalhadora.

Longe da explicação genérica e generalizada que atribui o crescimento do desemprego, sobretudo, às inovações tecnológicas e à implantação de novas tecnologias, o que vemos, a partir deste caso, é que atividades econômicas que não estão sofrendo grandes inovações também estão desempregando, sendo o desemprego somente uma das facetas perversas da lógica do metabolismo social do capital. Para Thomaz Jr. (2002, p.2):

As mudanças nas formas de organização do processo de trabalho (do taylorismo-fordismo ao toyotismo restrito/sistêmico e/ou outras combinações), que se expressam na desproletarização, na informalização, nos contratos temporários, nos novos mecanismos de repressão e cooptação do trabalhador, e em outras tantas formas precarizadas, bem como na despossessão, no desemprego. A cada dia os efeitos desse metabolismo societário do capital fragmentam, complexifica e heterogeneiza o mundo do trabalho redimensionando os sentidos assumidos pela polissemitização e promovem profundos rearranjos territoriais.

Desta forma, o crescimento do desemprego no Brasil tem, ainda, vinculação direta com o modelo econômico adotado no Governo Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002), pautado na manutenção de altas taxas de juros, abertura comercial generalizada e em reformas constitucionais que visaram a dar “mais liberdade” ao capital na sua gana de espoliação do trabalho. (MALAGUTTI, 2000). O trabalho de catação dos resíduos recicláveis nos lixões é uma das expressões mais aviltantes da implementação destas políticas que perpetuam a miséria.

Dentre os dez trabalhadores da cooperativa que informaram nunca ter tido registro em carteira de trabalho, sete são mulheres. Todavia informaram ter tido como atividade anterior ao lixão o serviço doméstico não registrado¹⁰⁰.

¹⁰⁰ O trabalho doméstico tem sido um ramo em que grande parte das mulheres trabalhadoras buscam empregar-se em Presidente Prudente. Uma atividade que sempre teve como marca a informalidade do trabalho no que diz respeito a contratos. Com a diminuição do poder aquisitivo da classe média, muitas famílias demitem suas empregadas domésticas. Para mais informações sobre a mulher na sociedade de classes ver: Carvalhal, 2002.

Um outro elemento que atinge os trabalhadores desempregados é o do desemprego somado à idade considerada avançada, fator que desqualifica e serve como pretexto para o não aproveitamento/exploração dessa força de trabalho em vários ramos produtivos da economia, mas que na verdade reflete apenas mais um aspecto do poder destrutivo do sistema do capital sobre o trabalho.

Retomando como exemplo o grupo de trabalhadores em questão, o que significa para o trabalhador ser demitido após vários anos de dedicação a uma empresa? Mesmo que tenha mantido nesse período uma relação em que a exploração e a usurpação do seu potencial produtivo tenha sido balizada pelo Estado, ganhando feições legais, como o registro em carteira, significa a exclusão. Mas por quê?

Além de todos os problemas que enfrentará pela falta de dinheiro, o trabalhador percebe que após vários anos de trabalho registrado, e quarenta, cinquenta anos de vida, a demissão o tira do mercado formal de trabalho, e a idade aparece como elemento que lhe tira a perspectiva de retorno, dissimulando as verdadeiras razões desse fato, que tem suas raízes na reestruturação produtiva do capital aprofundada nas últimas décadas. Sabemos que dentro desta lógica o trabalhador é sempre culpado pela sua situação de desemprego, seja qual for o motivo que o coloca na situação de inservível, seja “muito velho” ou “muito novo”. Para Leite (2003, p.113):

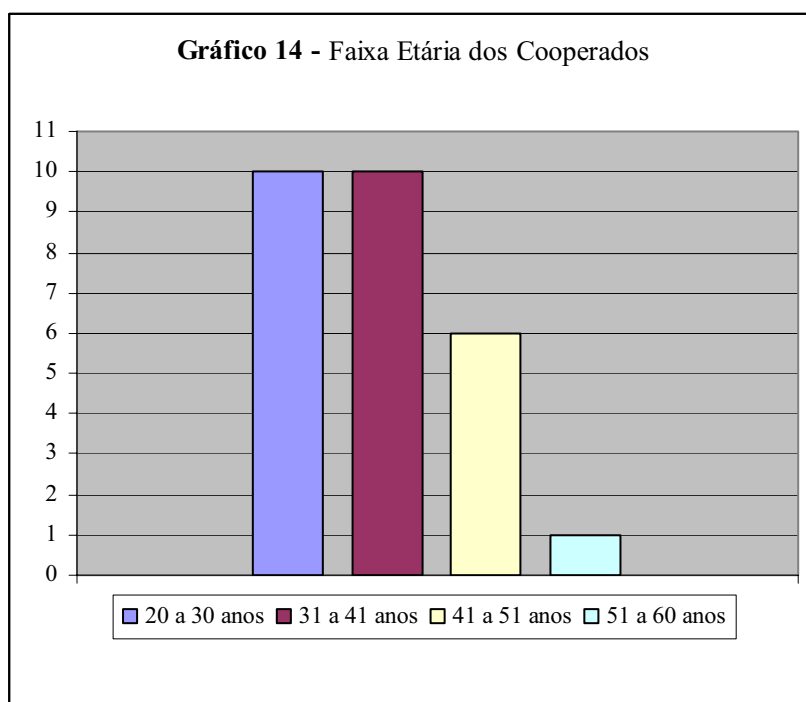
um grave processo de precarização das condições de vida e de trabalho, bem como de exclusão social, acompanha a reestruturação produtiva desencadeada a partir dos anos 1980, mas sobretudo a partir das políticas macroeconômicas colocadas em prática com a abertura do mercado nos anos 1990. Marcado por profundas desigualdades de gênero, raça e idade, esse processo afeta desigualmente homens e mulheres, brancos e negros, jovens e adultos, punindo especialmente os setores mais discriminados.

Ao ser considerado inaproveitável pelo mercado de trabalho formal, o “velho” trabalhador fica impossibilitado de completar o tempo legal de registro em carteira, que lhe garantiria, na maior parte dos casos, uma aposentadoria insuficiente para o seu sustento.

A saída acaba sendo procurar um trabalho qualquer que lhe permita obter alguma renda e, se possível, lhe possibilite também completar o pagamento dos anos de contribuição previdenciária que por desventura lhes falte. Isso como trabalhador autônomo, porém, sabemos que a busca pela contribuição previdenciária não é uma situação que não ocorra com frequência.

Se a idade considerada avançada comparece como impeditivo para que parte dos trabalhadores retorne ao mercado formal de trabalho, na cooperativa de catadores de

Presidente Prudente, esse elemento não comparece como empecilho, mas como um dado a ser considerado na distribuição das tarefas a serem executadas. Desta forma, a divisão do trabalho utilizada pelo grupo respeita as limitações de alguns membros, sobretudo os mais velhos, que ficam dispensados das atividades que exigem maior força física, como por exemplo, a coleta nos bairros. É claro que isso só é possível graças à heterogeneidade com relação à faixa etária dos Cooperados (Gráfico 14).



Fonte: Trabalho de Campo, maio de 2004

O desemprego foi um dilema vivido por parte destes trabalhadores com idade considerada avançada para as exigências do mercado formal de trabalho na atualidade. Trabalhadores que após vários anos de trabalho e de contribuição à previdência foram demitidos e não conseguiram mais retornar a ele.

Um aspecto importante a ser lembrado é que o trabalho como cooperado coloca estes trabalhadores em uma outra condição no circuito econômico da reciclagem. Eles saem da condição de trabalhadores informais, sem nenhum tipo de registro e passam para a condição de trabalhadores autônomos. Na prática, isso significa que poderão agora retomar o pagamento da seguridade social, com vistas a obter a aposentadoria por tempo de trabalho e alguns outros parcos benefícios, cujos custos recairão sobre eles próprios.

A retomada ou a iniciação da contribuição previdenciária realizada pelos cooperados é uma exigência legal para o funcionamento da empresa. No entanto, o pagamento desta

contribuição torna-se uma despesa para os cooperados, que têm que arcar com os custos de sua seguridade e ver o seu rendimento, já pequeno, diminuído.

O custo para formalização do trabalho não passa a fazer parte da mercadoria que eles comercializam, já que o comprador é quem estabelece o preço que será pago por ela, sem levar em conta se há ou não trabalho formal no processo de coleta, separação/triagem dos resíduos recicláveis. Assim também é para a indústria, receptadora final deste tipo de matéria-prima que não estabelece e não se sente obrigada a saber em que condições este tipo de trabalho se realiza.

Mas, para os trabalhadores da Cooperativa, sobretudo os mais velhos, o sacrifício de ter a diminuição do ganho por conta do pagamento deste tipo de imposto, chamado de contribuição, torna-se necessário para a obtenção de um benefício em longo prazo - a aposentadoria.

Para o senhor Henrique Tadeu de Carvalho, 44 anos, trabalhador da Cooperlix de Presidente Prudente-SP:

Eu trabalhei vinte anos registrado, mas depois que desempreguei fiquei muito tempo no lixão e sabe que do jeito que estava não dá para pagar é nada. A gente não tinha nem dignidade no trabalho. Agora com a cooperativa estou pagando INPS. O dinheiro é suado, mas a gente tem que fazer por onde pagar, se não é pior. (Entrevista realizada em 05/2003)

Nas palavras da Senhora Naide Rodrigues dos Santos, 49 anos, trabalhadora da Cooperlix de Presidente Prudente-SP:

Quando eu trabalhava no lixão não podia pagar o INPS, hoje já consigo pagar. O trabalho na cooperativa ajudou a gente a fazer isso. Lá no lixão nós nem pensava nisso. Acho importante pagar por causa da saúde. Minha saúde está boa, mas a gente nunca sabe. E se ficar doente, a gente pagando pode encostar no INPS. (Entrevista realizada em 05/2003)

No entanto, a formalização dos trabalhadores catadores não muda as relações estabelecidas com os atravessadores e a indústrias dentro do circuito que envolve a reciclagem. O controle do circuito permanece com quem exerce a demanda pelos recicláveis, que é a indústria, a qual põe o preço final na mercadoria oferecida pelo atravessador que transporta esse material até a fábrica. A relação desigual e de dominação aparece como sendo um consenso entre as partes juridicamente constituídas e que têm os seus direitos previstos, mascarando uma condição real de exploração do trabalho.

As melhorias nas condições de trabalho não foram fruto de um aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores catadores cooperados, nem de um enfrentamento destes com os atravessadores e industriais.

A instalação do programa de coleta seletiva em Presidente Prudente e a passagem de parte dos trabalhadores catadores do lixão para a condição de cooperados foi, como vimos, no processo de organização que aqui abordamos, resultado das ações de várias instituições e dos próprios catadores.

Enquanto esse processo de organização dos trabalhadores catadores se mantiver restrito à coleta e à triagem dos resíduos recicláveis, sem colocar em questão o poder exercido pelas indústrias de reciclagem, ou causar “turbulências” no mercado, exigindo preços mais justos, essa forma de organização não sofrerá retaliações e será até mesmo estimulada, pois é garantia da manutenção e melhoramento do fluxo de uma matéria prima de qualidade para alimentar o processo industrial que compõe esse circuito produtivo. Para Leite (2003, p.8):

A indústria é o segmento que maiores ganhos auferem com o processo de reciclagem. Tem, portanto, grande interesse em preservar e ampliar suas vantagens, razão pela qual tem praticado crescentes esforços para o desenvolvimento da coleta seletiva e reciclagem no país. Tem também revelado ações concretas, uma consciência crescente da necessidade de intensificar e integrar suas ações.

Com o propósito de melhor entender esta questão é que nos colocaremos a discutir sobre de que forma a instituição Cooperativa de Trabalhadores em Produtos Recicláveis está inserida na trama do circuito econômico dos resíduos recicláveis em Presidente Prudente, procurando abordar as questões relativas à exploração do trabalho nesta forma de organização. Para fundamentarmos ainda melhor esta questão, procuraremos nos apoiar também em outras experiências investigadas.

4.3 A Coleta Seletiva em Presidente Prudente

A implantação do programa de coleta seletiva sempre foi entendida como peça fundamental de estruturação da cooperativa dos catadores em Presidente Prudente, que pretendiam deixar a catação no lixão. A partir do momento em que se concretizou a organização do grupo de trabalhadores catadores, a implantação da coleta seletiva tornou-se fundamental, pois, sem a sua efetivação, não haveria outra forma dos trabalhadores cooperados obterem os resíduos recicláveis e garantia de renda.

Para a organização e realização do trabalho da coleta seletiva são necessários, no entanto, equipamentos, por exemplo, um caminhão, que permitam que toda a atividade seja realizada com o melhor rendimento possível. Do contrário, a quantidade coletada não resultará em um rendimento que justifique o empreendimento.

No caso de Presidente Prudente a Prefeitura Municipal foi responsável por parte dessa infra-estrutura. Essa ação do poder público acaba por ser fundamental, pois os trabalhadores catadores não conseguiriam adquiri-la por conta própria. Se o fizessem, ficariam com o rendimento do trabalho totalmente comprometido pelo endividamento.

As limitações na infra-estrutura acabam por impor obstáculos na forma como os catadores realizarão o serviço de coleta seletiva, já que sem as condições materiais necessárias não podem abranger todos os lugares (os bairros onde poderiam ser coletados os recicláveis), o que acaba por limitar também a renda obtida. Esse fator implica em otimizar o serviço de coleta seletiva através da escolha do bairro e do convencimento da população local à participação. Em Presidente Prudente a coleta seletiva começou pelo bairro Conjunto Habitacional Ana Jacinta¹⁰¹ (Foto 23).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 23 – Cooperados na divulgação no bairro Ana Jacinta em Presidente Prudente, 2003

¹⁰¹ O Conjunto Habitacional Ana Jacinta foi escolhido por ser o maior bairro, cerca de 25 mil habitantes da cidade, além disso várias lideranças do Bairro, igreja e representantes da Associação de Moradores, tinham participação reconhecida em outros projetos dessa natureza.

Um outro método para obtenção dos resíduos recicláveis é o ponto de entrega voluntária (PEV's). Os resíduos recicláveis ficariam armazenados nestes até o dia da coleta. Mas a experiência em Presidente Prudente demonstrou uma participação muito baixa da população nesse sistema. As pessoas tendem a não sair de casa para levar os resíduos até esses locais. Somado a essa condição estão o vandalismo e a retirada dos resíduos por outras pessoas.

Desta forma, a coleta porta a porta torna-se para os catadores da cooperativa a forma mais eficaz de acesso aos resíduos recicláveis gerados nas residências, mas essa eficácia está atrelada a um outro trabalho que envolve, em alguns casos, outros atores (estudantes, Associações de bairro, etc.) que é a divulgação e o convencimento da população no programa de coleta seletiva. Assim, além da coleta e da triagem, os trabalhadores atuam na divulgação da coleta seletiva e de seu próprio trabalho.

Para os trabalhadores catadores que saíram do lixão e formaram a cooperativa em Presidente Prudente, a maior dificuldade nesse processo foi a diminuição do ganho mensal, perante aquele obtido com o trabalho no lixão. Nos primeiros meses esse valor ficou em torno de R\$ 25,00 a R\$40,00 reais por semana.

Para contornar essa situação, que poderia levar ao abandono da cooperativa e a volta dos catadores ao lixão, os trabalhadores buscaram junto à Secretaria da Assistência Social de Presidente Prudente um apoio mais direto. Conseguiram então a garantia de que suas famílias receberiam cestas básicas mensalmente e que seriam pagas as contas de água e luz de suas residências por um período de 6 meses.

Nota-se que toda a organização e a estruturação do trabalho dos catadores nesse novo sistema de coleta dos recicláveis não contou com apoio de nenhum dos comerciantes intermediários. Para estes não importa a forma de organização dos catadores, desde que permaneçam ocupando o mesmo lugar neste circuito econômico. A disputa nesse caso acaba sendo estabelecida entre catadores organizados e aqueles que atuam individualmente dentro da cidade. Os primeiros levam vantagem, já que contam com apoio direto de outros segmentos da sociedade.

Em Presidente Prudente, por exemplo, o processo de expansão da coleta seletiva ganhou reforço no início do ano de 2004, com a participação da Igreja Católica no projeto. O Bispo da Diocese de Presidente Prudente, Dom José Maria Libório, doou parte da arrecadação obtida na campanha da fraternidade daquele ano, vinte mil reais (R\$20.000,00) para a compra de um caminhão, havendo a participação do Sindicato dos

Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Trabalhadores na Limpeza Urbana de Presidente Prudente e Região (SIEMACO) e a FENASCOM, que doaram cinco mil reais (R\$ 5.000,00). Com essa doação a cooperativa passou a contar com dois veículos para a realização do trabalho (Foto 24).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 24 - Entrega das chaves do caminhão para os Cooperados, 2004

A instrumentalização da cooperativa pôde ser concluída com os recursos obtidos através do Projeto de Políticas Públicas aprovado pela FAPESP, o que possibilitou a aquisição das prensas, esteira, balança, etc.

A utilização do maquinário permitiu ainda a otimização dos processos de trabalho dentro do barracão, gerando um melhor aproveitamento do tempo e do rendimento das atividades desenvolvidas na cooperativa, o que refletiu diretamente na quantidade e na qualidade de materiais a serem comercializados, possibilitando um pequeno aumento na renda dos trabalhadores.

O uso da esteira no processo de triagem, por exemplo, permitiu uma separação mais aprimorada dos tipos de resíduo, evitando também as perdas que anteriormente ocorriam. O enfardamento destes permitiu o melhor aproveitamento do espaço no barracão e um melhor preço no momento da comercialização, já que houve aí a otimização e diminuição dos custos com o transporte das mercadorias (Foto 25 e 26).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves
Foto 25 - Esteira instalada na Cooperlix para realização da triagem dos resíduos sólidos recicláveis, 2004



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves
Foto 26 – Trabalhadores prensando resíduos recicláveis na Cooperlix, 2004

Além das máquinas citadas, foram adquiridos outros equipamentos visando ao aprimoramento dos processos de trabalho na COOPERLIX, como os equipamentos de proteção individual (EPI); máscaras, luvas, calçados etc, que permitem aos trabalhadores da cooperativa desenvolver suas atividades adequadamente, o que demonstra mais uma

vez, a necessidade que estes empreendimentos têm de serem subsidiados para criar condições infra-estruturais para realização do trabalho.

Mas para que as máquinas possam ser utilizadas é necessário manter o fluxo de resíduos para triagem, o elemento mais importante nesse sentido é a expansão do programa de coleta seletiva, que no caso contou com o apoio de parte da imprensa local. Passou-se a formar a idéia de que o descarte e a coleta seletivos, além de atitudes mais corretas com relação aos resíduos, também eram maneiras de ajudar os trabalhadores da cooperativa.

A colaboração com os catadores nesse caso revela-se como importante contribuição ao funcionamento do próprio circuito econômico da reciclagem, já que ao disponibilizarem os resíduos recicláveis para os catadores da cooperativa, alimenta-se todo o circuito que envolve os recicláveis, posto que estes são entregues em pequenas quantidades (quilogramas) aos catadores sem nenhum custo, que por sua vez triam e comercializam em grande quantidade (toneladas) com os atravessadores/intermediários.

O trabalho dos catadores toma assim uma nova configuração ao sair do lixão e ir, de forma organizada, para a cidade coletar o resíduo no local de geração, reconfigurando o próprio circuito da reciclagem, porque através deles a indústria chega também nesse mesmo lugar, no local de geração, sem custos adicionais.

Nesse caso, apesar das melhores condições técnicas para realização do trabalho, sua condição permanece precarizada no que diz respeito à relação com o capital, que o mantém sobre seu domínio direto, mas sem assumir dimensões contratuais, pelo contrário, assumindo o trabalho neste caso uma falsa característica de autonomia e independência na sua realização.

De fato, o processo de formação e de organização da Cooperativa tornou possível uma nova forma de inserção deste grupo de trabalhadores no circuito econômico dos resíduos recicláveis, pois saíram da realização do trabalho e da comercialização individual para a organização do trabalho e a comercialização conjunta. De acordo com Osvaldo Marcelo, Presidente da Cooperativa:

Lá no lixão a gente trabalhava em condições piores e na hora de almoçar era aquele sufoco, a gente não sabia se tocava os mosquitos ou se colocava a colher de comida na boca, isso porque estava correndo o risco de acabar comendo a mosca. Aqui no barracão não, a gente tem lugar de refeitório, a comida é feita aqui e está sempre quentinha. (Entrevista realizada em 05/ 2004)

A organização e as condições de trabalho mudaram no “lugar” cooperativa. No barracão os trabalhadores não estão mais expostos ao sol e à chuva, diminuindo também os

riscos de contaminação e de acidentes de trabalho que são freqüentes no lixão. Mas, a maior mudança está na construção de uma perspectiva melhor de futuro por parte dos cooperados, pois mesmo vivenciando várias dificuldades para continuar construindo o projeto, cada pequena conquista alimenta nos trabalhadores a esperança de mudança.

A saída do lixão significou ter uma expectativa de futuro melhor, como podemos perceber nos depoimentos dos próprios trabalhadores.

Para o senhor Roque dos Santos, 47 anos, membro da Cooperlix de Presidente Prudente-SP:

Antes era uma vida sem esperança de mudanças, sem sonhos para serem realizados. Com a implantação da cooperativa tudo mudou e hoje tenho esperança que através da cooperativa eu possa adquirir novos valores pessoais e profissionais e possa através da cooperativa conseguir um futuro melhor. (Entrevista realizada em 05/ 2004)

Para José Ronaldo Roque, 23 anos, membro da Cooperlix de Presidente Prudente-SP:

Para mim melhorou a dignidade pessoal. Antes eu tinha vergonha de dizer lá na vila que eu garimpava no lixão, tinha gente que tirava sarro. Agora na cooperativa já existe um certo respeito com relação a nós cooperados, o que não acontecia no lixão. (Entrevista realizada em 05/ 2004)

Nas palavras da senhora Jacira Francisca Vicente dos Santos, 48 anos, integrante da Cooperlix de Presidente Prudente-SP:

A qualidade do trabalho melhorou muito aqui na cooperativa, apesar de a gente estar ganhando menos de que quando tava no lixão. Mas eu prefiro trabalhar aqui onde fico longe dos mosquitos e do fedor. Lá a gente não tinha nem condição para comer direito. (Entrevista realizada em 05/ 2004)

As declarações apresentadas nos dão pistas para entender alguns pontos significativos na construção de uma outra perspectiva de vida por parte destes trabalhadores.

O fato de terem recuperado durante o processo de organização a auto-estima tem alimentado a possibilidade de discutir e ampliar as transformações que vêm ocorrendo na vida de cada um deles, o que nos permite afirmar que se tornam extremamente positivos os efeitos disso em todos os aspectos da sociabilidade do grupo.

Não obstante o amadurecimento adquirido pelos trabalhadores com a participação direta em todo esse processo de organização, alguns problemas relativos à organização e às decisões internas que dão rumo à Cooperativa têm comparecido com freqüência nas

reuniões entre o grupo de apoio e os trabalhadores, lembrando que há autonomia dos cooperados nas decisões e nos encaminhamentos.

A principal questão abordada diz respeito à gestão interna do trabalho na cooperativa, ou seja, planejamento, distribuição e a realização de tarefas. Isso porque alguns dos Cooperados não aceitam “ordens” de outros cooperados. Esse fato tem levado os trabalhadores a afirmar que este problema existe porque não há quem mande, quem dê as ordens, o que demonstra ainda a falta de amadurecimento político manifesta, também, uma concepção ideológica arraigada, a de que a separação entre o trabalhador e os meios de produção, as máquinas, necessita de uma mediação de outro ser social que não um trabalhador. Precisa de um chefe, um patrão.

Neste contexto, comparecem as dificuldades de articular e combinar o trabalho dos cooperados, com os meios de produção a disposição, o que resulta em problemas de ordem prática para a realização de uma determinada atividade e de relacionamento interno entre os membros do grupo.

O trabalho muitas vezes não é visto como uma responsabilidade de todos, dentro de um projeto de gestão coletiva. É encarado como cumprimento de tarefas desconectadas umas das outras.

Isso acarreta outro problema que se apresenta para os membros da diretoria da cooperativa, que é a não observância, por parte de alguns, das regras estabelecidas.

A situação que descrevemos demonstra que a idéia e a necessidade do controle está presente, arraigada na classe trabalhadora em geral, que como não possuidora dos meios de produção tem colocado o seu potencial criativo a serviço da classe dominante. Assim, trabalhar é mais do que produzir em troca de salários, é produzir sob o controle de outro, que não pertença ou esteja em iguais condições.

O fruto do trabalho deverá ser entregue a alguém controlador. Essa é uma entre tantas concepções ideologicamente trabalhadas com as quais temos que lutar diariamente, que garantem a hegemonia de uma classe sobre outra no sistema do capital e que se revela como obstáculo para a compreensão do mundo sobre outra perspectiva. Para Marx (2002, 119):

...a relação do homem com ele mesmo só é real, *objetiva*, por meio da sua relação com os outros homens. Se ele se relaciona com o produto do trabalho, com o seu trabalho objetivado, como um objeto estranho, hostil, poderoso, independente, relaciona-se com ele de tal forma que outro homem estranho, inimigo, mais poderoso e independente, seja o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com a própria atividade como uma

atividade não-livre, então se relaciona assim como a atividade com o serviço, sob domínio, a repressão e o mando de outro homem.

A idéia da necessidade de um patrão que controle o conjunto não foi abandonada, mesmo tendo estes trabalhadores tanto tempo de trabalho no lixão de forma autônoma e individualizada. Essa situação acabou gerando a necessidade de uma supervisão por parte da Prefeitura Municipal, que atualmente conta com um funcionário que atua como colaborador na Cooperlix, arbitrando conflitos e colaborando na administração.

A necessidade do controle, neste caso, demonstra que as concepções ideológicas que reforçam os valores e as verdades na sociedade capitalista são produzidas e reproduzidas mesmo fora das experiências empíricas. Não é preciso ter sido empregado para achar que precisa de um patrão.

Esse fato revela a dominação da lógica estabelecida historicamente pelo capital que engendra e fortalece o individualismo no interior da classe trabalhadora, estimulando a subserviência dos trabalhadores às regras do sistema do capital, que vêm acompanhadas de lógicas explicativas que levam os trabalhadores a práticas que os escravizam ainda mais. Para Ikuta (2002, 147):

Enquanto isso, a estrutura totalizante do capital produz não apenas mercadorias, mas também subjetividades, isto é, produz necessidades, relações sociais, corpos e mentes. (...) E não é demais ressaltar que esta organização da subjetividade do ser social se dá para a manutenção e dominação do *status quo* do controle social vigente.

Envoltos nesta lógica é que os cooperados apreendem a estrutura que ajudaram a construir e a sua atual condição, entendendo-se como um trabalhador que está inserido em uma empresa e, em uma empresa tem quem manda e ele é o patrão. Na cooperativa todos se entendem como trabalhadores e ninguém pode ser o patrão, o que tem o poder de mando. Esta concepção ao invés de possibilitar a construção de um coletivo para tomar as decisões, tem levado ao sentimento de falta de comando.

Esse fato demonstra que ainda não foi possível fortalecer a cooperativa como um espaço efetivo de trabalho coletivo e de debate para a construção e tomada de decisões. A tendência nesse caso é a transferência das responsabilidades sobre a tomada de decisão à Diretoria, que por sua vez limita suas ações a serviços básicos de gerenciamento, controle de estoque, comercialização e pagamento. Apesar da potencialidade, não houve ainda um salto qualitativo que permite ao conjunto dos trabalhadores compreender a situação do trabalho, não só internamente à cooperativa, mas também o que ele significa dentro do

circuito econômico da reciclagem, tendo que se considerar aí as limitações postas para esse avanço, que raramente vemos em outras categorias de trabalhadores.

Além disso, ainda são grandes as dificuldades para atender de forma satisfatória as necessidades materiais mais prementes deste conjunto de trabalhadores, o que tem dificultado sobremaneira a construção de uma agenda de formação política. Essa formação tem acontecido ao longo das reuniões do grupo e dos encontros do Comitê de Organização Regional dos Catadores¹⁰², do qual temos participado.

A cooperativa é hoje o lugar para discutir os conflitos que possam levar esse grupo de trabalhadores a entender a realidade social em que estão inseridos, de maneira a dar passos importantes para superar e desmistificar as armadilhas e os conflitos presentes na sociedade movida pela lógica do sistema produtor de mercadorias.

O principal passo é construir referências teóricas que possibilitem a compreensão da lógica em que se insere o trabalho para além da cooperativa. Ou seja, avançar mesmo no entendimento dos conflitos dentro de uma lógica mais ampla. Do contrário os trabalhadores continuarão a entender como sendo o maior dos problemas o gerenciamento interno do trabalho na cooperativa, preocupação que remete à tomada de ações que possibilitem a organização do trabalho objetivando maior produtividade, ou seja, “se as coisas vão mal é porque não se trabalha direito”.

Essa última afirmação utilizada como explicação absoluta encobre na verdade um amplo rol de determinações, que estão fora da cooperativa, mas a envolvem,, seja relativo à lógica do circuito econômico da reciclagem e como o trabalho do catador nele se insere ou ,de maneira mais ampla, à própria lógica de reprodução da sociedade sob o capital.

4.3.1 Dos Resíduos Coletados às Mercadorias Comercializadas

Em Presidente Prudente, apesar de todo o trabalho de convencimento realizado nos bairros, de porta em porta pelos cooperados, com a distribuição de panfletos explicativos e a participação em palestras ministradas por professores e estudantes envolvidos, nem todos os moradores das áreas onde há o serviço de coleta seletiva fazem uma separação criteriosa no momento de descarte dos seus resíduos.

Assim, alguns resíduos que chegam à cooperativa não têm comercialização e após a triagem são encaminhados para o lixão da cidade. Dentre os resíduos sólidos não

¹⁰² A idéia da organização do Comitê surgiu em Porto Alegre-RS, durante o Encontro Latino Americano de Catadores, que aconteceu em 2003. Mais a frente abordaremos com mais propriedade este assunto.

comercializáveis estão os orgânicos e objetos como sapatos velhos, chinelos, peças de roupas, pedaços de pano desgastados, fraudas descartáveis, pedaços de espelho, lâmpadas, isopor, etc.

Alguns dos objetos como, por exemplo, as lâmpadas, além de serem constituídos por materiais não comercializáveis, colocam em risco o trabalho dos cooperados em diferentes ocasiões, seja na coleta ou na triagem dos resíduos na esteira. O que nos leva a ressaltar a importância da utilização dos equipamentos de segurança (luvas, óculos, botas, etc.) que em alguns casos não são utilizados pelos trabalhadores ¹⁰³.

É claro que, mesmo com esses problemas, grande parte do resíduo recolhido no Programa de Coleta Seletiva em Presidente Prudente é reciclável e comercializável, havendo variações mensais da quantidade dos materiais que o compõe.

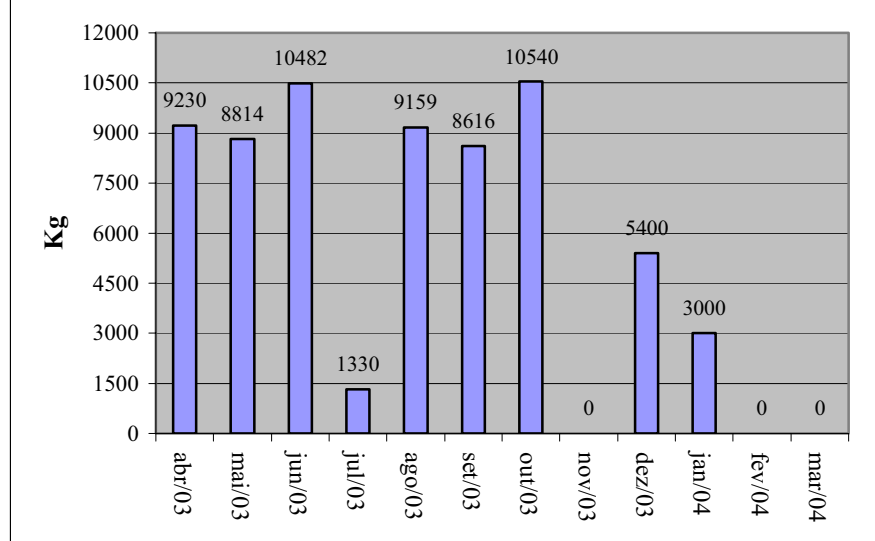
A variação entre a quantidade de recicláveis recolhidos e a quantidade comercializada durante os meses se deve a dois fatores principais. Em primeiro lugar, ao descarte dos resíduos nas residências, ligado diretamente ao hábito e poder de consumo de cada família que pode se alterar, diminuindo ou aumentando a oferta e, ainda, à demanda do(s) comprador(es), que em alguns meses pode não ocorrer, fazendo com que as mercadorias permaneçam armazenadas no barracão até por um período prolongado à espera da comercialização.

A comercialização do papelão no período de 01 de abril de 2003 a 30 de março de 2004 permite visualizar bem esse movimento de oscilação (Gráfico 15). Como podemos observar, a maior quantidade de papelão comercializada durante o período apresentado foi no mês de outubro de 2003, já a menor aconteceu no mês de julho de 2003.

Nos meses de novembro de 2003, fevereiro e março de 2004 não houve comercialização da mercadoria, o que não quer dizer que não houve arrecadação. A cooperativa realiza comercialização do papelão a partir do momento em que haja estocado uma tonelada, exigência do comprador para justificar o transporte. Assim, a não comercialização nos referidos meses se deve à baixa quantidade coletada e não à falta de compradores, posto que para o papelão, que é utilizado como matéria-prima nas indústrias de reciclagem e nas indústrias que produzem embalagens, não faltam interessados.

¹⁰³ Na maioria das experiências que conhecemos, a falta de dinheiro é que não permite esta instrumentalização adequada. O rendimento dos trabalhadores nas experiências que conhecemos (Pres. Epitácio, Álvares Machado, Rancharia, Presidente Prudente), varia de R\$ 200 a R\$ 400 reais mensais, (sem o desconto do pagamento do INSS), dinheiro insuficiente até mesmo para satisfazer necessidades básicas. O que pensar então de realizar gastos com equipamentos de segurança? Quando esses equipamentos existem são frutos de doações.

Gráfico 15 - Papelão Comercializado no Período de Abril de 2003 a Março de 2004



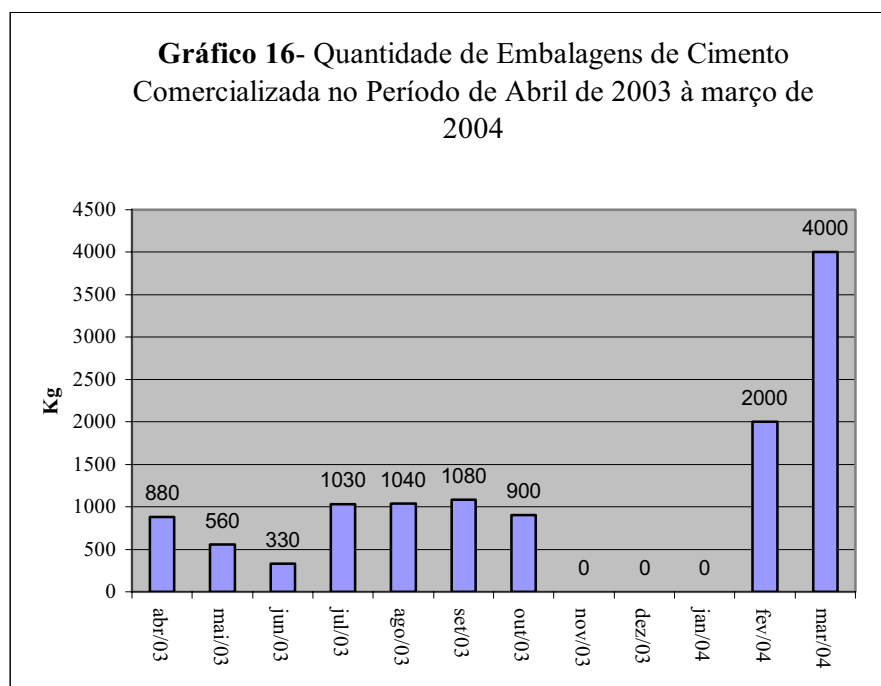
Fonte: Cooperlix/março de 2004

A negociação/consumo dessa mercadoria funciona como medida do nível de atividade da economia¹⁰⁴.

Outros fatores podem ter influenciado na diminuição da recolha de papelão, podendo ser destacados, a diminuição do poder de compra dos moradores da área de onde há coleta seletiva e a ação de outros catadores (carrinheiros) que vêm neste material a principal fonte de renda e que atuam nestes locais.

Outra mercadoria que recebe destaque no comércio entre a cooperativa e os compradores é a embalagem de cimento (Gráfico 16).

¹⁰⁴ De acordo com a reportagem da Folha, publicada no dia 12/04/2004, as vendas do setor de papelão ondulado, um dos termômetros do nível de atividade da economia, cresceram 13,3% em março (2004), na comparação com igual período do ano 2003. No primeiro trimestre do ano de 2004, o crescimento foi de 6%. Os números foram divulgados pela Abpo (Associação Brasileira do Papelão Ondulado).



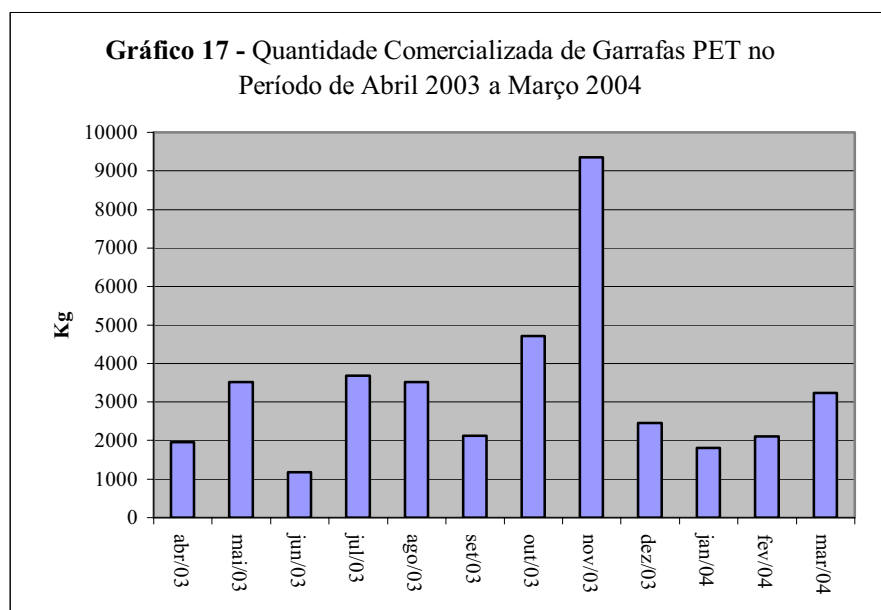
Fonte: Cooperlix/março de 2004

A quantidade coletada deste tipo de embalagem está diretamente ligada à construção civil, dependendo do desempenho da atividade pode haver maior ou menor oferta.

A explicação para uma manutenção da quantidade coletada deste material está no fato de que todo ele é procedente das construções que estão sendo realizadas dentro dos condomínios fechados, onde a coleta seletiva foi implantada. Como não há concorrência com os carrinheiros porque estes não podem entrar nesses locais, o material é direcionado para a cooperativa.

Como podemos perceber no Gráfico 16, o crescimento da quantidade deste tipo de embalagem nos meses de fevereiro e março de 2004, alcançou níveis duas a quatro vezes maiores que a média do período. Isso se deve, de acordo com o relato dos cooperados, ao aumento do ritmo e do número de construções de casas nos condomínios no período.

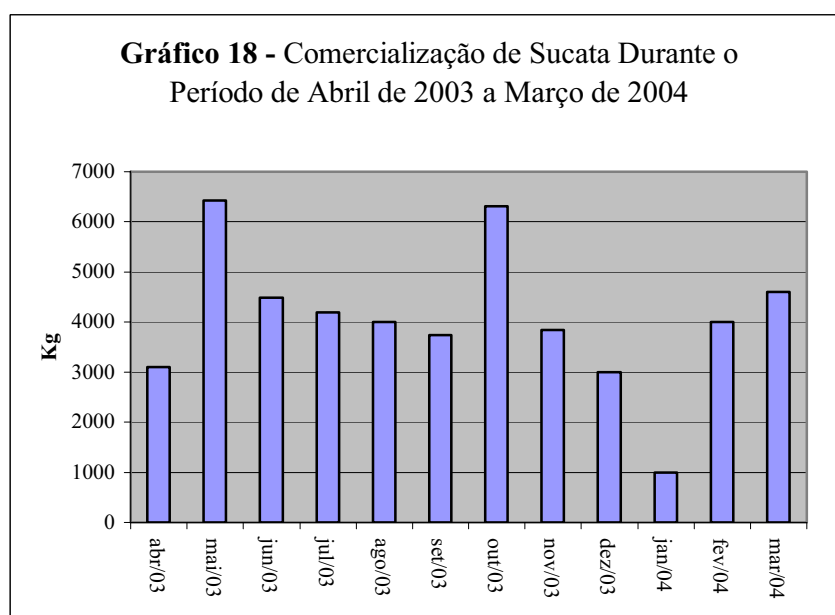
Dentre os fatores que podem determinar a oferta dos resíduos recicláveis para a coleta seletiva podemos citar também o clima. Durante os períodos mais quentes, por exemplo, aumenta o consumo de refrigerantes e a presença das garrafas de poli(tereftalato de etileno) ou (PET), relativamente ao total de resíduos sólidos domiciliares recicláveis coletados (Gráfico 17).



Fonte: Cooperlix/março de 2004

Assim, se a presença das embalagens PET, está ligada fortemente ao consumo de refrigerantes, nos períodos mais frios há um arrefecimento do consumo destes produtos e conseqüentemente a diminuição da quantidade coletada. Porém, como podemos perceber no Gráfico 17, não houve interrupções na comercialização da mercadoria durante todo o período em questão.

Tratando-se da presença constante na massa total de resíduos, a sucata (ferros velhos) é um tipo de material que comparece marcadamente, como podemos confirmar analisando os dados apresentados no Gráfico 18.



Fonte: Cooperlix/março de 2004

No entanto, as sucatas (todo tipo de objeto/embalagens produzido com ferro e aço) também têm algumas especificidades que explicam a quantidade obtida pela cooperativa, indo além da quantidade recolhida nos domicílios com a coleta seletiva. Isso se deve ao fato de que esse material também é fruto de doações realizadas por municípios ou empresas da cidade em virtude de reformas ou de limpeza de terrenos e pátios¹⁰⁵.

Assim, apesar de manter certa constância, em média, apresentam como podemos ver no Gráfico 18, alguns momentos de pico no período analisado.

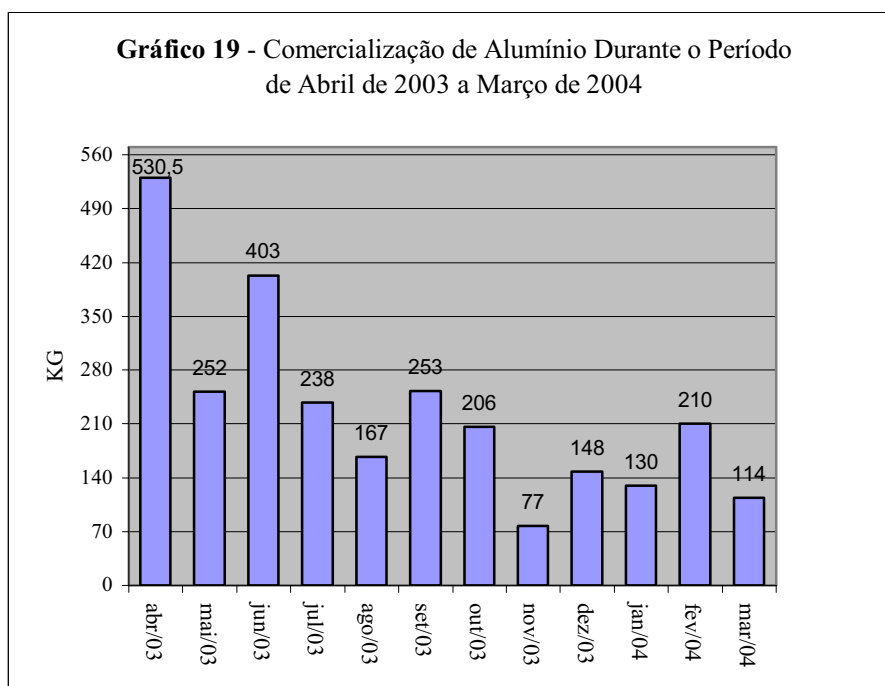
A sucata¹⁰⁶ apresenta-se como um dos resíduos com maior potencialidade de reciclagem, dadas as suas possibilidades de aproveitamento. De acordo com Calderoni (2003, p.240):

A sucata de aço apresenta importantes vantagens em relação a outros materiais recicláveis, as quais se comunicam às latas de aço, produzidas com chapa metálica, com revestimento ou não. Estas referem-se, sobretudo, a seu menor custo, maior resistência, maior facilidade de manuseio, ao que somam sua maior inviolabilidade, opacidade e, principalmente, elevados índices de reciclabilidade.

Outro tipo de material atualmente bastante utilizado na produção de embalagens e objetos em geral é o alumínio, daí sua presença considerável no montante de resíduos recicláveis recolhidos na coleta seletiva, mantendo-se constante a comercialização desse produto pela cooperativa durante quase todo o período analisado (Gráfico 19).

¹⁰⁵ Outra forma de obtenção de resíduos é a “doação” feita a partir de campanhas municipais. Em alguns períodos do ano, principalmente durante os mais chuvosos, a Cooperativa, recebe a “doação” do resíduo coletado na campanha realizada pela Secretaria de Saúde do Município, que visa a eliminar dos terrenos baldios as embalagens que se transformam em possíveis criadouros do mosquito *aedes aegypt*, transmissor da dengue. Durante essas campanhas, moradores costumam livrar-se de todo tipo de sucata ou ferro-velho que por ventura tenha acumulado em seus quintais. Os resíduos coletados são encaminhados à cooperativa.

¹⁰⁶ De acordo com o CEMPRE: *Em 2002, cinco milhões de toneladas de sucatas de aço foram usadas no Brasil, sendo que 3,3 milhões de toneladas se destinaram à produção de aço. A fabricação de folhas metálicas para embalagens de aço consumiu 1 milhão de toneladas. Esses números indicam que o Brasil já dispõe de capacidade instalada para absorver 100% da sucata de embalagens de aço. As latas de folhas de flandres correspondem a 21% do mercado nacional de embalagens, 6% ficam com as latas para bebidas carbonatadas (como refrigerantes e cervejas) e o restante está nas mãos das aciarias que derretem a sucata para novos produtos ou novas chapas de aço.* Mais informações: www.cempre.org.br. Site visitado dia 25 de janeiro de 2004.



Fonte: Cooperlix/março de 2004

Todavia, o alumínio descartado é composto, em sua maioria, por embalagens que restam do consumo de cerveja e de refrigerante, e apesar de ser uma das mercadorias mais valorizadas e por isso visada, não só por aqueles que vivem e sobrevivem da catação, mas também por outras pessoas que procuram ganhar algum dinheiro esporadicamente, ainda comparece nos resíduos recicláveis coletados durante a coleta seletiva em Presidente Prudente.

É sabido que alguns moradores das áreas onde há o serviço de coleta seletiva de resíduos recicláveis na cidade até fazem o descarte seletivo e entregam aos cooperados, contudo, alguns retiram as latinhas¹⁰⁷ para comercializarem ou entregarem para outras pessoas que fazem a comercialização junto aos sucateiros.

¹⁰⁷ A lata de alumínio é usada basicamente como embalagem de bebidas. As latas de alumínio surgiram no mercado norte-americano em 1963. Mas os programas de reciclagem começaram em 1968 naquele país, fazendo retornar à produção meia tonelada de alumínio por ano. Quinze anos depois, esse mesmo volume era reciclado por dia. Os avanços tecnológicos ajudaram a desenvolver o mercado: há 25 anos, com um quilo de alumínio reciclado era possível fazer 42 latas de 350 ml. Hoje, a indústria consegue produzir 62 latas com a mesma quantidade de material, aumentando a produtividade em 47%. No Brasil, cada habitante consome em média 51 latinhas por ano, volume bem inferior ao norte-americano, que é de 375. No Brasil, há muito tempo as latas vazias são misturadas com outras sucatas de alumínio e fundidas para a produção, por exemplo, de panelas e outros utensílios domésticos. Em 1991, a Latasa lançou o primeiro programa brasileiro de reciclagem desse material. Em cinco anos, foram coletadas mais de 22 mil toneladas (460 toneladas mensais, em média) com a participação de 1,2 milhão de pessoas, contribuindo para o total reciclado de 2,5 bilhões de latas por ano. Ainda de acordo com o CEMPRE, em 2004 o Brasil alcançou o primeiro lugar em reciclagem de latinhas no mundo, alcançando uma taxa de reciclagem de latas de 96,5% do total produzido. Para maiores informações ver: Fonte: www.cempre.org.br. Site visitado dia 23/10/2003.

Essa atitude revela na verdade o empobrecimento crescente de grande parte da sociedade brasileira nos últimos anos, que tem atingido duramente toda a classe trabalhadora e empobrecido a classe média, que para conseguir aumentar um pouco a renda doméstica recorre aos mais diversos expedientes.

De acordo com a reportagem publicada pelo jornal Folha de São Paulo¹⁰⁸, que traz dados sobre a reciclagem de latinhas no Brasil, entre os grandes fornecedores desse resíduo reciclável para indústria da reciclagem de alumínio estão os condomínios, que encontraram na comercialização uma fonte de renda para ser aplicada no funcionamento e manutenção dos prédios, ou mesmo como subsídio para a compra de alguns materiais de limpeza ou alimentação de funcionários, refletindo, sobretudo, na diminuição do poder econômico dessa população.

Em Presidente Prudente a oscilação da quantidade comercializada se deve a fatores conhecidos que influem na geração e na coleta, como o movimento do consumo de produtos dessa natureza pela população e o comércio por não catadores¹⁰⁹.

A catação das latinhas em algumas festas e eventos de grande porte organizados na cidade é uma fonte geradora que colabora para que, em alguns meses do ano, a quantidade arrecadada fuja aos padrões médios alcançados na coleta, como podemos perceber no Gráfico 16 se compararmos os meses de abril e junho com os outros meses.

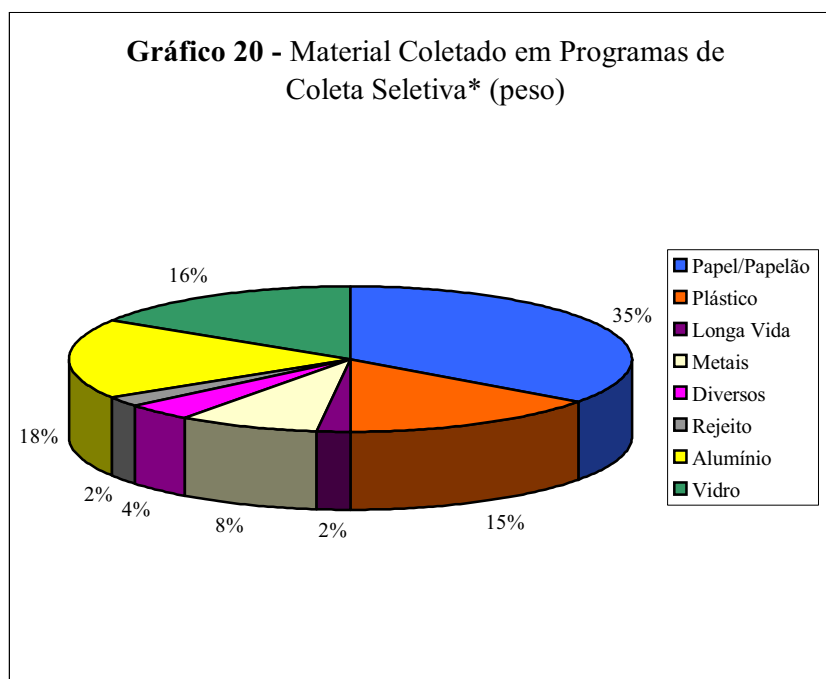
A média de alumínio coletado (comercializado) durante o período apresentado é de 227,37 kg por mês, o que representa 1,26%, da quantidade geral de resíduos recicláveis, que atualmente está em torno de 24.000 kg mensais.¹¹⁰ Essa média (1,26% de alumínio) está, de acordo com a pesquisa *ciclosoft*¹¹¹, um pouco abaixo daquela encontrada no conjunto de 237 municípios brasileiros analisados, que é de 2%.

¹⁰⁸ A reportagem intitulada **Reciclagem de latas conquista classe média**, foi publicada no dia 19 de julho de 2004 no caderno Cotidiano.

¹⁰⁹ O perfil das pessoas que coletam latas de alumínio também mudou consideravelmente nos últimos cinco anos. Hoje, escolas, instituições beneficentes, igrejas, aposentados e donas-de-casa concorrem com a tradicional figura dos catadores. Esses, por sua vez, passaram a se organizar em cooperativas de reciclagem, obtendo maior valor de revenda para a sucata em função de classificação, limpeza e prensagem mais adequadas e algumas vezes a venda direta às indústrias de reciclagem, evitando intermediários. Para maiores informações ver:: <http://www.tomralatasa.com.br>. Disponível em: 30/09/2003.

¹¹⁰ A quantidade de resíduos recicláveis coletada em algumas cidades do Pontal do Paranapanema que contam com programa de coleta seletiva alcançam maiores quantidade. Álvares Machado 25 toneladas mês; Presidente Epitácio 30 toneladas mês. Essas cidades apesar de contarem com uma população numericamente menor já implantaram a coleta em 100% da malha urbana.

¹¹¹ Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE). www.cempre.org.br



*Angra dos Reis/RJ; Campinas/SP; Itabira/MG; Rio de Janeiro/RJ; Santos/SP; São Sebastião/SP; Belo Horizonte/MG; Curitiba/PR; Porto Alegre/RS; Salvador/BA; São José dos Campos/SP; Brasília/DF; Florianópolis/SC; Ribeirão Preto/SP; Santo André; São Paulo/SP.

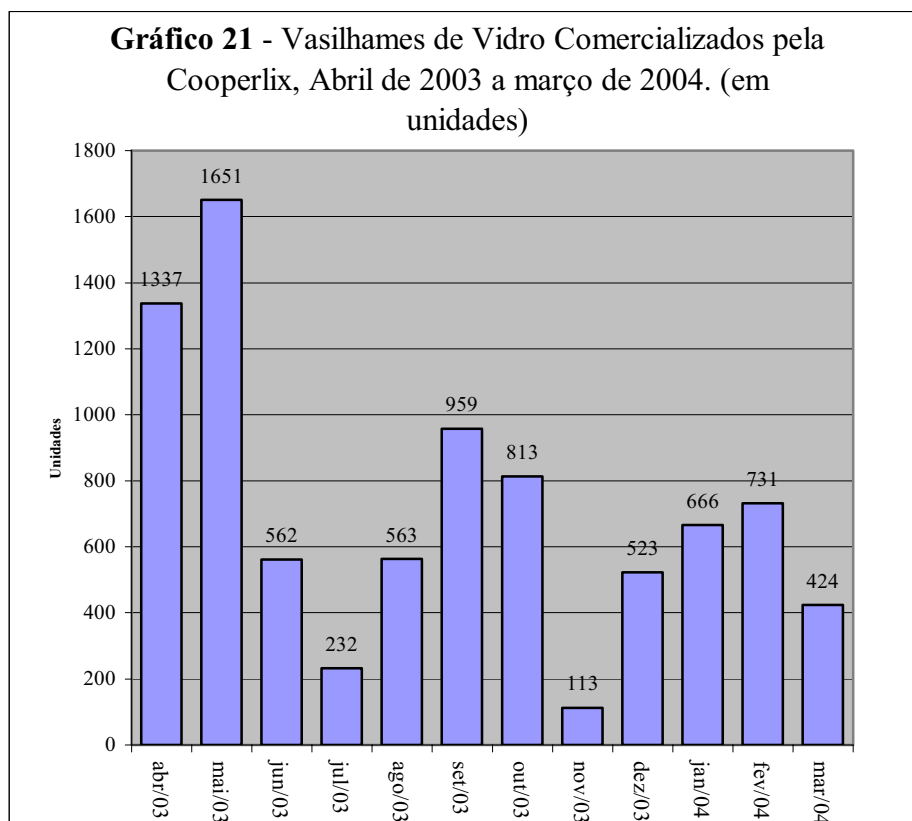
Fonte: CEMPRE: Ciclossoft, 2004

No entanto, a diferença entre a quantidade média coletada dos produtos recicláveis em diferentes cidades, não pode ser tomada como referência para o julgamento do funcionamento ou sucesso dos programas de coleta seletiva pois, como vimos, há um conjunto de determinações que afetam diretamente essas quantidades e que efetivamente variam de uma cidade para outra.

Na nossa compreensão, a avaliação das metodologias empregadas nos programas de coleta seletiva, deve levar em conta a quantidade de resíduos sólidos recicláveis coletados em relação não só à massa geral de resíduos gerados em cada município, mas a quantidade presente de recicláveis no total geral.

Além das mercadorias comercializadas pela cooperativa, que seguem diretamente para servirem de matéria prima às indústrias de reciclagem, há um outro setor de comercialização em que a cooperativa está envolvida, que é o da reutilização de objetos, além de alguns vasilhames de vidro e embalagens de polietileno de alta densidade (PEAD). Estas últimas são comercializadas com vendedores informais de detergentes,

alvejantes, etc, que compram as embalagens que servirão de invólucro para seus produtos, geralmente vendidos de porta em porta¹¹² (Gráfico 21).



Fonte: Cooperlix, março de 2004

Os vasilhames de vidro são vendidos inteiros a pequenos comerciantes da cidade e da região, alimentando um grande leque de atividades econômicas que estão inseridas também no circuito informal, que vão desde o comércio de cachaças produzidas em pequenos alambiques,¹¹³ até a produção de doces caseiros.

Os vasilhames mais procurados pelos doceiros são aqueles utilizados pela indústria de alimentação para embalar azeitonas e palmitos, etc.

Essas embalagens para o reaproveitamento são fontes importantes de renda para os trabalhadores cooperados. Neste sentido, o cuidado em seu transporte e separação da massa

¹¹² Se o consumo/produção de embalagens de papelão significam um crescimento, ou mesmo sinalizam para o aquecimento da economia, o comércio das embalagens para a reutilização são um claro indicador do crescimento e diversificação da economia informal. De acordo com os trabalhadores da cooperativa, esse tipo de embalagem se bem conservada tem comprador garantido. Segundo eles, há mais procura do que oferta destas embalagens.

¹¹³ As indústrias ligadas à produção de embalagens de vidro para bebida, têm realizado campanhas junto aos sucateiros e cooperativas para que estes evitem a comercialização das embalagens inteiras. Realizando a quebra evitariam a utilização dessas embalagens por falsificadores.

de resíduos recicláveis recolhidos é fundamental para manter a sua integridade física e posterior comercialização.

Em relação ao reaproveitamento, podemos destacar também a coleta de vários móveis usados e com avarias, como armários, mesas, máquinas de lavar roupas, televisores velhos e panelas, e ainda objetos como bicicletas em que faltam peças, mas que podem ser recuperadas¹¹⁴. Esses objetos são adquiridos pelos cooperados ou vendidos a terceiros.

Como vimos, o destino das mercadorias comercializadas pela cooperativa de Presidente Prudente nos permite apontar dois circuitos distintos para os diferentes materiais: a reciclagem industrial, que é o destino da maior parte do resíduo coletado, e a reutilização das embalagens pelos comerciantes.

4.4 A Inserção da Cooperativa dos Trabalhadores em Produtos Recicláveis de Presidente Prudente no Circuito Econômico da Reciclagem

A organização dos trabalhadores catadores de resíduos recicláveis, em Presidente Prudente, em cooperativa, colocou um novo elemento no circuito de compra e venda de resíduos recicláveis da cidade. Isso implicou também em uma nova territorialidade do trabalho nesta atividade, o que influencia ainda o próprio funcionamento da coleta de lixo domiciliar, normalmente realizada no perímetro urbano e que está sob responsabilidade da Prefeitura ou, mais propriamente, da Companhia Prudentina de Desenvolvimento (PRUDENCO¹¹⁵).

É claro que formas de coleta seletiva já aconteciam e ainda ocorrem no perímetro urbano, tendo como principais agentes, os trabalhadores carrinheiros¹¹⁶, que percorrem várias ruas da cidade, sobretudo na área central, procurando e catando as embalagens de papelão¹¹⁷. Mas esses trabalhadores não realizam o trabalho de uma maneira organizada, como acontece com os cooperados na atualidade. Contudo, são responsáveis pela maior parte do resíduo reciclável coletado nas cidades brasileiras¹¹⁸.

¹¹⁴ As que não podem ser consertadas são desmontadas e as peças e outros materiais são comercializados de acordo com o material.

¹¹⁵ Empresa de capital misto.

¹¹⁶ Para maiores informações sobre o trabalho dos carrinheiros em Presidente Prudente ver Gonçalves (2000).

¹¹⁷ Mais sobre esses trabalhadores em Presidente Prudente, ver Gonçalves (2000) e Silva, J. G. (2000)

¹¹⁸ ver: Legaspe (1996)

A nova territorialidade gerada pela organização dos trabalhadores tem como principal característica o estabelecimento de um programa de coleta seletiva de resíduos e a instalação do prédio onde funciona a Cooperativa. Mas o que significou esse novo elemento no circuito de compra e venda destes materiais?

Para que possamos entender melhor esta questão é necessário lembrar que o sistema de coleta, transporte e disposição do lixo em Presidente Prudente é gerenciado pela PRUDENCO, que presta o serviço à Prefeitura.

O lixo é coletado pelos funcionários da PRUDENCO e transportado até o lixão do município para ser aterrado, onde estão vários trabalhadores catadores que fazem a catação dos resíduos recicláveis para a venda.

Esse circuito se territorializa na cidade de Presidente Prudente com base nos trabalhadores catadores, que estão no lixão e nas ruas, e vendem suas mercadorias aos pequenos sucateiros, que as acumulam em quintais e pequenos galpões. Estes últimos por sua vez, também compram pequenas quantidades de recicláveis de pessoas que não têm como principal fonte de renda a catação. Porém, os grandes sucateiros continuam a ser os grandes compradores. A Cooperativa de Trabalhadores em Produtos Recicláveis de Presidente Prudente aparece, então, como uma forma de organização do trabalho, de obtenção e de comercialização dos recicláveis diferente da que ocorre no lixão, pois o volume e a qualidade do resíduo, proveniente de coleta seletiva, permite aos cooperados romper com os pequenos sucateiros. No entanto, sem escapar da necessidade de negociar com os grandes intermediários.

O que temos efetivamente nessa nova forma de organização do trabalho e de comercialização dos recicláveis é uma pequena melhora nos preços pagos pelas mercadorias.

O melhor preço é possibilitado por meio de uma triagem mais criteriosa dos resíduos, pela quantidade acumulada, pela prensagem em fardos e, sobretudo, pela qualidade dos produtos, que estão separados de outros resíduos como os alimentos e não sofrem tanto as contaminações, como ocorre no lixão, fato este que diminui o custo da descontaminação para o beneficiamento industrial.

Na cooperativa, os catadores passam a ocupar um outro lugar na cadeia local das mercadorias recicláveis, eliminando os pequenos atravessadores. Esta mudança só foi possível através do apoio direto de várias entidades, já que os trabalhadores não possuíam o capital inicial para alavancar esse negócio.

A construção do barracão, os caminhões a serviço da Cooperativa, as ferramentas e máquinas de uso diário foram conseguidos através de doações. É através destes auxílios que ela pôde até agora manter-se em funcionamento, pois o valor arrecadado correspondente à venda das cerca de 24 toneladas mensais de resíduos recicláveis é todo revertido para os trabalhadores. Boa parte de toda a estrutura, como o combustível de um dos dois caminhões e energia elétrica, por exemplo, são pagos pela Prefeitura.

A ajuda que a Cooperativa recebe por não ter que arcar com alguns custos, permite que o dinheiro conseguido com a venda das mercadorias seja em grande parte utilizado para o pagamento dos trabalhadores, ou seja, arcar com o custo total das operações levaria à diminuição da renda obtida e inviabilizaria o trabalho.

Mas o que a Prefeitura ganha com isso?

Um retorno importante é a diminuição do volume de resíduos sólidos que vai para o local do aterro, aumentando a vida útil, pois os resíduos recicláveis, em grande parte embalagens, geralmente são volumosos e ocupam maior espaço.

Neste sentido, podemos afirmar ainda que haverá uma avanço na realização do trabalho de coleta de lixo e, conseqüentemente, melhorias na prestação desse serviço à comunidade.

A Prefeitura municipal e a PRUDENCO acabam, com o apoio aos catadores, tendo uma coleta especializada, um serviço diferenciado, sem que haja aumento de custos trabalhistas, já que, os trabalhadores cooperados arcam, como vimos, com os custos da formalização do seu trabalho.

A PRUDENCO também acaba tendo duas equipes coletoras pelo custo de uma, atuando nas áreas onde foi implantada a coleta seletiva. Porém, não são raros os momentos em que o serviço de coleta seletiva passa a ser visto como um serviço dispendioso e não como uma vantagem por parte de algumas pessoas ligadas ao setor de limpeza da cidade, que entendem o custeio de parte das despesas com a coleta seletiva como muito elevado. Vale destacar entretanto, que essa não é uma particularidade de Presidente Prudente, pois isso ocorre também em outras cidades. De acordo com Calderoni (2000): *Quando se avalia a viabilidade econômica da reciclagem do lixo sob ponto de vista da Prefeitura, fica faltando considerar os chamados custos evitados.*

A compreensão de que a coleta seletiva é dispendiosa (o que a tornaria economicamente inviável) é bastante comum, pois é comparada geralmente à coleta indiferenciada de lixo. Para Leite (2003, p.6):

...na literatura especializada e em debates públicos, ainda é freqüente a afirmativa de que a coleta seletiva para a reciclagem do lixo não é economicamente viável.

O que vem ocorrendo é que tais afirmativas decorrem de cálculos feitos segundo o ponto de vista de cada um dos agentes participantes desse processo (Geralmente Prefeituras Municipais – apenas custos e ganhos destas, e mesmo assim, de modo parcial), sem abranger de modo mais amplo, o conjunto de fatores envolvidos que beneficiam a sociedade como um todo.

A coleta seletiva em Presidente Prudente acaba sendo entendida, mesmo tendo um apoio crescente da administração municipal, como uma atividade marginal e que não estaria diretamente ligada a um possível sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos no município.

A nosso ver, a colaboração da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente na melhoria da infra-estrutura para a realização do trabalho desenvolvido pela Cooperativa dos Trabalhadores em Produtos Recicláveis deve ser permanentemente ampliada, considerando as vantagens apontadas: saída dos catadores do lixão e diminuição da quantidade de resíduos aterrados, por exemplo.

Outros beneficiados diretamente com o serviço são moradores dos bairros atendidos pela coleta seletiva, que passam a ter um serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliar especializado, sem que isto represente aumento dos valores pagos pelo serviço de limpeza pública. O preço da coleta indiferenciada de lixo está embutido no IPTU¹¹⁹ e não consta nesse imposto nenhum valor adicional pelo serviço e pelos benefícios que atingem os moradores do município como um todo.

No entanto, este serviço prestado pela cooperativa é entendido por alguns moradores de forma equivocada, pois acreditam que estão fazendo um favor ao separarem o lixo em casa para que os trabalhadores da cooperativa possam coletar os resíduos recicláveis.

Essa idéia se fortalece à medida que os moradores entendem que fazem uma doação do seu lixo, argumento que muitas vezes é utilizado e adotado como forma de convencimento dos munícipes pelos cooperados nos momentos de divulgação da instalação.

¹¹⁹ Sobre o pagamento do serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos, Leite (2003), lembra que os custos pela retirada e de possíveis formas de tratamento que venham a ser aplicadas no processo de destinação final, é uniformemente distribuído pelos moradores das cidades, não havendo diferenciação quanto ao tipo e a quantidade gerada. Enquanto o custo da produção das embalagens, por exemplo, está embutido no preço final das mercadorias as quais acondicionam.

Porém, apesar de toda essa mobilização descrita e que dá um redimensionamento para os trabalhadores catadores no circuito, o grande sucateiro está longe de preocupar-se com a organização dos trabalhadores catadores em geral.

Em Presidente Prudente, o principal comprador mudou sua forma de ação, cuidando dos seus interesses que são inversos aos dos trabalhadores cooperados, já que, procura sempre obter as mercadorias pelo menor preço possível, e para continuar ganhando com sua hegemonia nesta relação, lança mão de várias artimanhas. Uma delas consiste em vincular as compras dos resíduos recicláveis.

A título de exemplo, para comprar o papelão de segunda, um material de pouco valor, em que estão misturados vários tipos e cores, exige-se ter exclusividade na compra das mercadorias mais nobres e de maior valor, como é o caso das sucatas e do PET. Desta forma, como único comprador com capacidade de adquirir e revender grandes quantidades, sobretudo, os menos nobres, continua exercendo o seu domínio no circuito, agora diretamente, sem a intermediação dos pequenos sucateiros.

A sucata, por exemplo, poderia ser comercializada pela Cooperativa por R\$ 0,28 de real por quilo, para um outro grande sucateiro da região. Mas ela é comercializada a R\$ 0,20 por quilo, para a Papemur, empresa do comprador que detém a exclusividade da compra, pois ele é quem arremata os outros produtos que têm mais dificuldades para serem comercializados. Isso significa que não houve mudança significativa no circuito de comercialização. O que ocorreu foi um avanço dentro da “hierarquia” de negociação, com melhorias sensíveis nas condições de trabalho, porém sem obter condições para negociação direta com a indústria, o que significaria uma menor exposição às oscilações desse mercado, já que com as quedas de preço, por exemplo, são sempre os catadores que mais saem prejudicados.

A única forma de eliminação da figura do atravessador neste circuito seria o acúmulo de uma grande quantidade de mercadoria que possibilitasse a comercialização direta com a indústria da reciclagem, quantidade que atualmente, em se tratando de alguns materiais poderia se levar vários meses até ser atingida. Essa espera significaria ficar sem dinheiro por um tempo relativamente extenso para os cooperados, que não têm outra fonte de renda. A outra forma é a expansão da coleta seletiva aliada à otimização do serviço nos bairros em que ela já existe, de maneira a aumentar a quantidade de resíduos coletados.

A possibilidade de acumular algum tipo de material somente, como o PET, pode também ser boa saída, porém, no caso aqui estudado, não se tem ainda como burlar a

atuação do comprador atravessador. Este tema tem sido também objeto de discussão nas reuniões locais e nos encontros regionais de catadores. Já foi cogitada a idéia de que a Cooperativa deveria assumir o papel de atravessador, passando a comprar dos catadores do lixão e das ruas, mas a idéia não foi consensual, posto que haveria a reprodução daquilo que se tenta mudar.

A relação entre a Cooperlix e o principal comprador instalado na cidade, Papemur, se estabelece de maneira informal. No momento da compra/venda das mercadorias não há nenhum tipo de emissão de nota, ou de qualquer outro tipo de documento comprobatório da negociação, como acontece com outras mercadorias que são comercializadas em grandes quantidades em outros ramos do mercado formalizado.

Grande parte da mercadoria reciclável não tem então, na composição do seu preço, a incidência de nenhum tributo. Essa é uma das características que marcam esse circuito econômico, que abrange várias outras cooperativas e associações de trabalhadores catadores, os atravessadores e até mesmo as indústrias, sem falar nos catadores carrinheiros de rua e dos lixões.

Esta matéria prima antes da catação é considerada lixo, o que é mais um elemento que confere e dá certeza de uma boa lucratividade a quem controla o preço final da mercadoria, que se utiliza deste estigma para pagar os baixos preços, pois somente após o seu beneficiamento industrial, depois de ser transformada em matéria prima para um outro processo de fabricação e geração de outro produto, é que passa a ser reconhecida oficialmente como mercadoria¹²⁰, perdendo de vez a sua vinculação com o lixo. Aliás, passa a pesar positivamente o fato de ter sido recuperada do lixo, ter sido reciclada, como forma de aceitação e valorização no mercado.

É neste contexto, que o movimento de organização de programas de coleta seletiva, é visto com interesse e até mesmo incentivado pelas indústrias, pois, como vimos no

¹²⁰ De acordo com Grimberg (1998), o único material reciclável que não é isento de IPI, que ainda sofre bitributação quanto ao ICMS são os resíduos Plásticos. Mas de acordo com as informações obtidas no site da FIESP, publicadas no dia 16/11/2002, com o título: **Isenção do IPI vai ajudar a reciclagem**, anunciava-se a suspensão dessa taxa de IPI no sentido de colaborar com as indústrias recicladoras. Disponível em :www.fiesp.com.br. Acesso dia 20/01/2003.

As indústrias que utilizarem plástico reciclado em seus produtos terão um crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - de 15%, que é a tarifa máxima paga pelos plásticos. O benefício fiscal foi concedido pela Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro último, (artigo 6º) e sua plena utilização depende de regulamentação que já está sendo elaborada pela Secretaria da Receita Federal, com a assistência do Ministério do Meio Ambiente. Assim, por exemplo, se uma indústria que produz canetas de plástico decidir usar plástico reciclado na fabricação total ou parcial da caneta, terá a isenção do IPI sobre essa matéria-prima utilizada. Até a concessão desse benefício, a reciclagem das embalagens PET enfrentava uma desvantagem tributária considerável, decorrente da não geração de créditos de IPI a serem aproveitados posteriormente. (MILANO LOPES 2002) www.fiesp.com.br.

exemplo de Presidente Prudente (SP), os custos e o trabalho de implantação desses programas não têm significado dispendioso para o setor industrial, que por outro lado tem amplos e lucrativos benefícios com a expansão destas iniciativas.

Assim, os empresários já se organizaram e tomam medidas concretas de “incentivo” às ações que visam à organização de coleta seletiva dos resíduos recicláveis. Neste sentido, Leite (2003. p. 8) afirma que:

Um exemplo importante foi a constituição do Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), entidade que congrega treze grandes empresas e atua exclusivamente na promoção da **reciclagem** dentro de uma visão de gerenciamento intergrado de resíduos.(...) Os segmentos industriais diretamente ligados à produção de embalagens, geradores, portanto, dos recicláveis, vem também constituindo entidades do gênero: PLASVIDA (plásticos), PROLATA (lata de aço), ABIVIDRO (vidro), ABAL (lata de alumínio) e a ENFPC (papel).

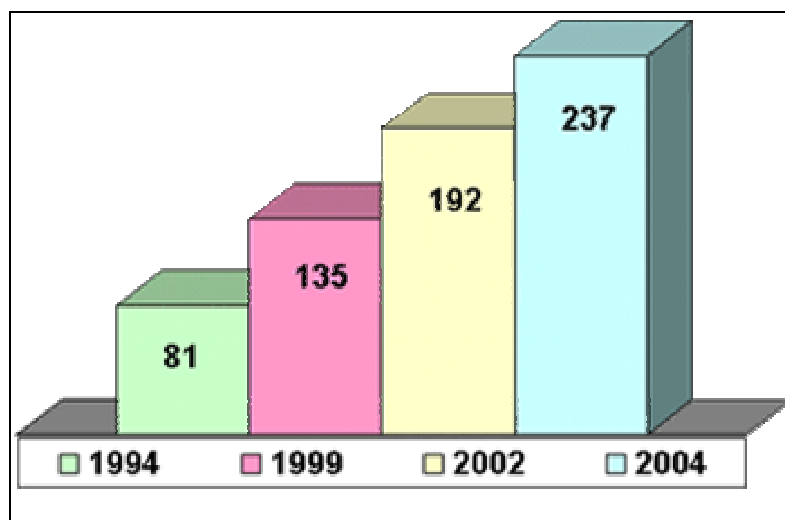
Para o acompanhamento do desenvolvimento e expansão dos programas de coleta seletiva, o CEMPRE vem mantendo estudos estatísticos de acompanhamento da evolução da implantação destes programas no Brasil.

A propaganda e o incentivo feito pelas indústrias recicladoras à instalação dos programas de coleta seletiva não aborda com clareza o apoio a um aspecto importante que é a organização dos trabalhadores catadores, no sentido de incentivar-lhes a organização para além da coleta dos resíduos recicláveis. Não que haja com isso resistência à idéia da participação destes nos programas de coleta seletiva.

Os estímulos presentes em manuais patrocinados por estas entidades são vários, buscando “ensinar” como organizar uma cooperativa ou associação de catadores, porém a ênfase é sempre dada à recuperação dos recicláveis para a industrialização, estimulando várias metodologias e formas de organização para captura dos recicláveis, sem preocupar-se de forma direta com a situação em que estão os catadores e suas impossibilidades no momento de estruturarem-se, que se resumem em falta de recursos para obtenção e construção das infra-estruturas básicas.

De acordo com os dados apresentados pelo CEMPRE, em 2004, 237 municípios brasileiros operam programas de coleta seletiva, a maioria concentradas nas regiões Sudeste e Sul (Gráfico 22)

Gráfico 22: Evolução da Instalação de Programas de Coleta Seletiva no Brasil –1994 – 2004



Fonte: CEMPRE/Ciclossoft/ Pesquisa sobre Coleta Seletiva/2004

Desta forma, estimula-se também a campanha de arrecadação nas escolas, oferecendo prêmios para aqueles grupos de estudantes que juntam grandes quantidades de material, sobretudo os mais nobres e com valor de mercado, como latas de alumínio. Não temos conhecimento de campanhas que envolvam a premiação pela entrega das embalagens longa vida (caixinha de leite), ou os Polietilenos de Baixa Densidade (PBD), que têm baixos preços no mercado de recicláveis¹²¹. Mesmo utilizando-se de um argumento “educativo” para essa ação, fica explícita a questão de mercado, ou seja, programas e premiações incentivam a reciclagem dos materiais mais lucrativos do setor.

Assim, os programas de coleta seletiva que envolvem os catadores, e que passam por uma série de dificuldades para sua manutenção, sofrem também esta concorrência. Além de outros catadores que estão pelas ruas, têm que “disputar” estes resíduos com programas e iniciativas de outros segmentos da sociedade civil, como o das escolas. Desta forma, até mesmo o lixo acaba faltando para os que já se encontram na miséria, mas os caminhões não cessam de entrar cada vez mais abarrotados nas indústrias recicladoras. Afinal, a lógica da taxa decrescente da vida útil das mercadorias explicita-se ao agilizar o ciclo produtivo, levando os que podem consumir a fazê-lo de maneira desenfreada e com desperdício. Pior ainda, o fazem desculpabilizados pelo descarte seletivo, já que com ele

¹²¹ Existem ainda, entidades assistências que pedem a doação dos recicláveis para que possam comercializar e aumentar a sua renda, como acontece com O Lar dos Meninos em Presidente Prudente-SP, que recebe ajuda da comunidade e do Estado para a sua manutenção.

“se ajuda ao meio ambiente e as pessoas que sobrevivem da catação”, um conceito simplista muito difundido nas classes com poder aquisitivo.

Neste contexto, a reciclagem torna-se mais lucrativa à medida que transformamos em rejeito os materiais com grande quantidade de trabalho acumulado e que podem ser recuperados. O sistema do capital assume assim a sua lógica destrutiva, apartando de maneira definitiva o valor de uso das coisas (o que corresponde diretamente à satisfação da necessidade) do valor de troca, mas subordinando o primeiro ao último (Mészáros, 2002). Realizado o valor de troca, não importa para o capital se utilizamos ou não a mercadoria que adquirimos. Para Antunes (1999, p. 26):

O que significa que uma mercadoria pode variar de um extremo a outro, isto é, desde ter seu valor de uso realizado, num extremo da escala, até no outro extremo, jamais ser usada, sem por isso deixar de ter, para o capital, a sua utilidade expansionista e reprodutiva.

Participando dentro dessa lógica destrutiva, aproveitando-se para lucrar a partir do que é possível reciclar, as indústrias, além dos lucros com o crescimento dos programas de coleta seletiva, que propiciam matéria prima em melhores condições de aproveitamento, fortalecem-se comercialmente, buscando um reconhecimento social através do *marketing* ambiental com base na reciclagem. O crescimento desta em alguns setores tende a amenizar as críticas aos problemas causados pela geração de lixo e por vezes fortalece uma falsa idéia de que aqueles relativos aos resíduos sólidos urbanos estão sendo totalmente resolvidos com a reciclagem de alguns materiais. Para Grimberg (1998, p.13):

Mesmo contribuindo para amenizar a poluição e recuperar materiais, a reciclagem pode não reduzir os fluxos de matéria – garrafas plásticas podem ser transformadas em tubulações, por exemplo, mas matéria virgem ainda terá de ser explorada para a produção de novas garrafas. Este processo pode até mesmo desencadear um efeito inverso, qual seja o de acumular a circulação de matérias – as empresas divulgam que seus produtos são recicláveis, o que não significa necessariamente que venham a ser de fato recolocados no circuito produtivo sob forma de matéria prima.

O setor industrial utiliza-se da idéia, da possibilidade de um produto poder vir a ser reciclado como estratégia de mercado, para induzir os que podem consumir a fazê-lo sem culpa, preferindo acreditar que após o descarte haverá um posterior reaproveitamento, sem que a maioria dos consumidores esteja realmente preocupada com isso.

Os catadores organizados também utilizam a idéia da diminuição da poluição como forma de convencimento, mas nem tudo que é coletado pode ser comercializado e é encaminhado para o lixão¹²².

Neste contexto, uma outra ação que poderia colaborar efetivamente para a diminuição da geração de resíduo fica praticamente escondida. Esta atitude seria a de diminuir o consumo e passar a reutilizar os resíduos, isso para aqueles que têm condição de consumir em escala suficiente para gerar resíduos diariamente, posto que no Brasil milhões de pessoas não possuem renda suficiente para alimentar-se. Para Araújo Júnior (2005, p.2):

Isso tudo não significa que o processo de sensibilização e a educação ambiental deixe de ser importante. A separação do lixo precisa ser incorporada aos hábitos de todos, contudo precisamos insistir na diminuição da produção de embalagens, na reciclagem, no reaproveitamento e na reutilização, pela necessidade de melhoria de nossa qualidade de vida e pela consciência da conservação de nosso planeta para as futuras gerações, e não pela busca do ganho financeiro.
<http://www.ajudabrasil.org>

A atitude de diminuir o consumo e reutilizar os objetos passa muitas vezes ao largo das discussões que procuram soluções para os problemas relacionados ao consumo, ao desperdício, à geração e disposição/confinamento do lixo. Para o setor industrial da reciclagem e em geral, seria então um contra-senso financiar programas educacionais que visassem à diminuição do consumo ou que fossem a favor do reutilização, que afastassem a idéia da obsolescência de objetos em condições de uso¹²³. Para o sistema que coloca em desuso coisas que ainda podem ser aproveitadas, criando na cabeça das pessoas falsas necessidades, promover as atitudes que desestimulem o consumo seria contraditório, pois atuariam contra a própria lógica da sua reprodução.

O metabolismo da sociedade do capital é destruidor desta mesma sociedade, pois quanto mais energia consome, mais energia precisa consumir. O objetivo principal não é a satisfação da necessidade dos que produzem ou consomem, mas a reprodução do capital no ato de consumo das mercadorias que satisfazem essas necessidades. Esta produção

¹²² O lixo encaminhado pela cooperativa para ser aterrado após a triagem dos resíduos feita na cooperativa tem a sua quantidade ligada a um descarte não seletivo por parte dos moradores, o que leva a diminuição do que é coletado seletivamente, ou ainda, ao fato de alguns materiais coletados não serem economicamente recicláveis ou reutilizáveis.

¹²³ Sabemos que a inovação nos desenhos e a publicidade influenciam a mudança e a substituição dos objetos, sobretudo, os domésticos. Por exemplo, os liquidificadores com várias velocidades, que substituem os que têm apenas um botão mas fazem o mesmo trabalho: liquidificam.

destrutiva está condenando muitos, para satisfação de uma minoria, à destruição imediata e todos à extinção.

Mesmo no aspecto educacional, a reciclagem, que aparece como uma boa saída para os problemas ambientais gerados pelo desperdício, esconde e não deixa transparecer a sua origem que está fundada na lógica baseada em fatores de mercado, que direcionam todo processo industrial para os setores lucrativos.

Não é por acaso que as indústrias de reciclagem têm amplos programas que visam à captura de alguns resíduos recicláveis junto às escolas, baseados em princípios educacionais tidos como ambientalmente corretos, e que para os produtos escolhidos pelo mercado, fonte certa de lucratividade, podem mesmo ser considerados interessantes.

No entanto, a discussão a respeito do que fazer com outros tantos tipos de resíduo sólido gerados dentro das cidades acaba à margem desses interesses, sendo os custos para a solução desses problemas transferidos para os poderes públicos, para sociedade em geral.

No âmbito escolar, um dos programas envolvendo as escolas e que tem alcançado um grande sucesso é o que visa à recuperação das latinhas utilizadas para embalar bebidas para o processo industrial da reciclagem. De acordo com as informações da Associação Brasileira do Alumínio (ABAL):

Programas específicos de educação ambiental e de reciclagem desenvolvidos por empresas do setor em parceria com escolas, clubes e entidades beneficentes têm despertado interesse cada vez maior da sociedade para a atividade. Os programas de educação ambiental têm o objetivo de despertar a consciência ecológica em crianças do ensino fundamental de escolas municipais, estaduais e particulares e atingem mais de 20.000 crianças. Atualmente, mais de 16.000 mil escolas e instituições de todo o país estão cadastradas em programas permanentes de reciclagem de latas de alumínio. As latas coletadas por essas instituições são trocadas por cadernos, kits escolares, cestas básicas e equipamentos que vão de microcomputadores a televisores e máquinas copiadoras. Somente no ano passado foram trocados mais de 15.000 equipamentos, entre os quais mais de 2.000 microcomputadores de última geração, com todos os sistemas operacionais instalados e respectivas licenças. (<http://www.tomralatasa.com.br/>)¹²⁴

Como vemos, a educação ambiental voltada para o incentivo à reciclagem é muitas vezes apresentada para os alunos como ambientalmente correta, mas com fundamentos em uma relação mercadológica, pregando a reciclagem de resíduos que valem algum dinheiro, criando-se pessoas cada vez mais interessadas em prêmios pela quantidade de resíduos

¹²⁴ Acesso em: 30/09/2003)

recolhida, esquecendo-se de discutir formas de diminuição do consumo de bens e serviços e da geração de resíduos com reaproveitamento dos objetos descartados, podendo criar a idéia de que gerar resíduo é positivo.

A positividade estaria em poder obter rendimento com a comercialização do que era tido como lixo, o que retiraria a negatividade da expansão das quantidades de resíduos geradas, já que essas atitudes de reforço a comercialização de alguns tipos podem levar à concepção de quanto mais resíduo mais dinheiro, o que não é verdadeiro. Ou ainda, levar à compreensão de que se não dá para trocar por dinheiro não vale a pena separar o que é reciclável do lixo comum.

Como dissemos, as campanhas das empresas não se estendem a todos os tipos de resíduos sólidos recicláveis gerados nas casas desses mesmos alunos. As pilhas, por exemplo, poderão ir para o aterro. Não havendo lucratividade no setor, dificilmente haverá campanhas para descarte/recolha seletivos.

A educação deve abranger todos os aspectos relativos à geração de resíduos sólidos, em todos os níveis, provindos de todas as fontes, sejam eles recicláveis ou não, procurando sempre destacar a contradição entre o crescente desperdício e o aumento da miséria entre os povos do mundo.

Percebendo as escolas como um possível ponto de entrega voluntária dos recicláveis, as cooperativas de catadores, não só a de Presidente Prudente, têm procurado estabelecer uma parceria para que os resíduos recicláveis gerados dentro do ambiente escolar, ou trazidos de casa pelos estudantes, sejam colocados à disposição e coletados pelos trabalhadores. Mais uma vez se estabelece um conflito de interesses nos casos onde a escola faz a comercialização.

Um conflito que muitas vezes se resolve pelo apelo à colaboração com os catadores, mas não coloca em questão essa lógica mercantil que abarca a todos, que direta ou indiretamente estão envolvidos neste circuito econômico, que objetiva a recuperação e a reciclagem de alguns tipos de materiais. Tudo isso ainda mais notável quando se considera que a escola é, por excelência, a instituição que deve formar cidadãos capazes de ler o mundo criticamente, para nele se inserir de modo a não simplesmente produzi-lo, mas a (re) construí-lo objetiva e participativamente.

4.4.1 A Cooperativa Enquanto Lugar da Possível Construção de Resistência Econômica à Lógica Destrutiva do Capital

O que procuramos demonstrar até o momento foram as amarras econômicas e políticas sob as quais a cooperativa em questão está inserida e que atravessam diferentes escalas territoriais, extrapolando as dimensões locais e se fundando na lógica universalizante do sistema metabólico do capital. Estas pistas nos colocam frente ao imenso campo de contradições que envolvem a sociedade contemporânea em seu movimento de produção/reprodução.

A constituição da cooperativa dos trabalhadores catadores significou para os atuais cooperados uma melhora significativa em relação às condições em que realizavam a atividade de catação/separação no lixão. Pudemos entender um pouco melhor também a situação da inserção da cooperativa e dos trabalhadores cooperados no circuito econômico da reciclagem nas diferentes escalas de comercialização, o que põe em questão a fragilidade desta forma de organização do trabalho frente ao poderio político e econômico dos que controlam esse setor da economia.

Enfim, a cooperativa mudou a situação do grupo de trabalhadores, assentou um novo elemento no circuito econômico local da coleta e comercialização de resíduos recicláveis, mas não tem encontrado maneiras de ir para além dessa nova forma de organização do trabalho, pois tem dificuldades em avançar na discussão política a respeito da questão do controle do capital sob o trabalho em suas ações. Para Ribas¹²⁵ (2004, p.24), não pode haver surpresa nessa afirmação, já que:

O cooperativismo, em sua acepção mais geral, pode ser compreendido como uma estrutura político-organizativa construída a partir de um processo cumulativo de ações pautadas na tentativa de minimizar o grau de miserabilidade dos trabalhadores diante da cristalização das relações capitalistas de produção, através de níveis diferenciados de coletivização. Essa perspectiva organizativa surgiu, fundamentalmente, no século XIX, na Inglaterra, a partir da contribuição de diversos precursores (Robert Owen, Charles Fourier, Saint-Simon, Louis Blanc, etc.) e da concretização de *realizações* cooperativas (sendo a dos Pioneiros de Rochdale, a mais importante, constituindo-se como um marco histórico do cooperativismo mundial.)

Ribas (2004) nos apresenta também uma contradição entre a possibilidade de transformação gerada pela organização dos trabalhadores e o reformismo que percebemos a partir dessa inserção da cooperativa como elemento não dissonante no circuito

¹²⁵ Em Ribas, A. D. 2002 podem obter mais informações sobre o histórico e os pensadores precursores do cooperativismo.

econômico da reciclagem. Leva-nos a perceber que a realização de todo o processo de formação e o trabalho em conjunto na cooperativa tem encontrado dificuldades para se converter em formação de uma consciência política que permita ao conjunto dos trabalhadores visualizar o seu papel político dentro da cooperativa e para além dela.

Esta se materializa como um novo meio organizativo para a realização do trabalho. A instalação de máquinas e a divisão e organização do trabalho no centro de triagem de resíduos transformou todo um processo laborativo, mas o conjunto dos trabalhadores tem dificuldades para avançar no debate político ideológico que possa abarcar o papel do trabalho dos catadores no circuito econômico da reciclagem e na lógica de reprodução do capital de forma mais ampla.

A mudança vivida não significou ainda um ganho de consciência política que permitisse a esse conjunto de trabalhadores uma atitude de contestação organizada e dirigida à lógica excludente do capital¹²⁶. Muitas vezes as soluções apontadas para problemas de organização interna e de renda passam pela idéia de que falta um patrão, ou pela possibilidade de comprar/explorar outros catadores.

A necessidade de avançar no processo de formação política dos catadores para a compreensão de todas as potencialidades e limitações torna-se fundamental para que se possa dar continuidade ao projeto inicial, mesmo diante dos problemas encontrados, que não são poucos. Sem esse entendimento, a tendência é que abandonem o coletivo para retornar à catação no lixão ou nas ruas. Se não houver avanços nessa direção política, ocorrerá o esvaziamento à medida que os problemas, como a diminuição da renda mensal, comparecerem.

No entanto, estamos sempre na busca da construção deste esclarecimento, até para nós mesmos, a fim de solidificar um processo de organização e atuação do grupo numa perspectiva de classe, ultrapassando as questões relativas à organização do processo de trabalho¹²⁷.

¹²⁶ É claro que a cooperativa surge como fruto de ações conjuntas que contaram com diferentes entidades e pessoas, sem a explicitação de um projeto político que tivesse como pauta o enfrentamento das contradições e a transformação da realidade a partir de um conjunto de idéias e pressupostos políticos realmente transformadores. Nesse sentido, o nosso trabalho, junto aos demais companheiros do CEGet, tem sido o de procurar aproveitar pequenos espaços para construir junto aos trabalhadores uma ação política que seja contestadora e transformadora da realidade.

¹²⁷ Os debates em que participamos com os cooperados ainda não permitiram construir, instrumentalizar teoricamente os trabalhadores no sentido amplo da luta de classes. Nestes últimos dois anos temos trabalhado neste sentido, porém, se para o proletariado fabril e para dos trabalhadores em geral a organização sempre enfrentou percalço, para os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, do sistema educacional etc, a dificuldade de construir um debate teórico é maior, mas também bem mais instigante.

Nesta perspectiva, a solução dos conflitos internos e que são enfrentados e resolvidos pelos próprios trabalhadores nos permite visualizar grandes transformações no comportamento político-social de alguns dos cooperados, que já passam a discutir com mais clareza, por exemplo, a lógica da comercialização, o papel de dominação do atravessador e as negociações internas do grupo.

Assim, mesmo sabendo das contradições em que estamos envolvidos, pois fortalecendo a cooperativa estamos alimentando a lógica de auto-exploração do trabalho que alimenta as engrenagens do sistema do capital, neste caso através da reciclagem de resíduos, acreditamos que a construção coletiva deste lugar tenha a potencialidade de criar um espaço de diálogo e de debate sobre a situação, não só do grupo de trabalhadores em questão, mas da classe trabalhadora como um todo. Isso nos estimula e nestes momentos de formação coletiva de novas concepções (críticas) da sociedade em que vivemos, ressaltamos a importância da organização política participativa e reivindicatória que poderá estabelecer novas bases para a leitura do mundo em que vivemos.

Como exemplo das possibilidades e das potencialidades desse processo de organização, está a aproximação e a participação da cooperativa de Presidente Prudente no nascente Movimento Nacional dos Trabalhadores Catadores de Materiais Recicláveis, o que nos permitiu vislumbrar outros potenciais no processo organizativo do trabalho dos catadores destes resíduos.

A participação em reuniões e eventos que reúnam os catadores em processo de organização de forma mais ampla constrói um novo espaço de aprendizagem, discussões e debates políticos.

A atuação no processo de estruturação do Movimento Nacional dos Catadores possibilita conhecer outras experiências organizativas, a situação de outros trabalhadores, e participar de um movimento social que busca fortalecer-se nacionalmente, proporcionando um grande aprendizado a todos os envolvidos.

O fortalecimento de outras instâncias organizativas, como a do Movimento Nacional dos Catadores e o Comitê Regional dos Catadores, pode potencializar as forças deste grupo específico, para ir além de suas limitações corporativas e delimitadas pelas formas que se inserem no mercado de trabalho, a fim de se construir mecanismos de transformação social que alcancem a sociedade como um todo.

A organização em diferentes escalas territoriais é uma forma de colocar em questão e criar instrumentos políticos para reverter esse quadro de exclusão, exploração e

precarização do trabalho. E é com esse objetivo que os catadores estão procurando organizar-se, buscando apoio da sociedade civil e dos poderes instituídos para o reconhecimento, não só institucional da atividade, para que possam ter direitos trabalhistas básicos assegurados, mas também como instrumento de construção de uma nova identidade política, que lhes permita assumir o papel de sujeitos da história social e política da sociedade.

O processo organizativo dos trabalhadores catadores dentro e fora das cooperativas/associações, torna-se importante para que entendam outros aspectos políticos, sociais e econômicos que perpassam e determinam essa realidade vivida por eles no trabalho de catação, mas que para ser transformada deve ser objeto de disputa em outras esferas, ou seja, organizar o trabalho para diminuir a precariedade vivida localmente, deve ser a base de fundação para ações políticas que se contraponham à própria lógica excludente que empurra os trabalhadores para dentro dos lixões e para a miséria de forma geral.

As ações políticas deverão então colocar em questão não só a melhoria das condições de realização do trabalho dos catadores e uma melhor inserção no circuito econômico que envolve a reciclagem. Deve ir além e buscar entender e transformar o próprio significado do trabalho do catador e da classe trabalhadora em geral, dentro do modo capitalista de produção. Para tanto é necessário avançar nas interlocuções com os demais segmentos dos trabalhadores, de outros movimentos sociais em geral, para não limitar-se a reivindicações que dizem respeito à categoria e à inserção desses trabalhadores no do circuito econômico.

4.5 A organização das cooperativas de catadores na perspectiva da economia solidária

A organização das cooperativas de catadores de resíduos recicláveis ocorre a partir dos estímulos de agentes externos ao trabalho na catação, ou com base nas próprias ações organizativas dos catadores, em ambos os casos trabalhadores enfrentam todos os tipos de percalços: falta de dinheiro, ausência de infra-estrutura, desmobilização, baixos rendimentos, etc.

O objetivo básico dessas organizações é a melhor inserção dos trabalhadores catadores no circuito econômico dos recicláveis, através da reestruturação e da reorganização do trabalho na catação e na triagem para obter melhores rendimentos. Como não poderia ser diferente, participando de uma lógica de mercado em que elementos como

produtividade, concorrência, preço das mercadorias e as formas de organização do trabalho são condições fundamentais a serem consideradas para que o empreendimento não somente se estruture, mas permaneça em funcionamento dentro do mercado, garantindo a obtenção da renda necessária à reprodução dos trabalhadores envolvidos.

Desta forma, as cooperativas dos catadores passam a ser um novo elemento no circuito econômico dos recicláveis, no que diz respeito às formas de organização do trabalho, porém, sem alterar profundamente as correlações de força já existentes e que envolvem outros agentes do circuito: intermediários/indústrias. Para estes últimos a forma de organização do trabalho na catação não lhes interessa, desde que a sua posição no mercado não esteja ameaçada e os seus ganhos estejam assegurados pela exploração desse mesmo trabalho.

Ou seja, o direcionamento para as ações e o desenvolvimento desses empreendimentos quem dá é o mercado. Assim, os trabalhadores catadores disputam com os autônomos, buscam melhorar a produtividade e os rendimentos, mas tendem sempre a perder esse jogo, já que as regras favorecem sempre os mesmos participantes. Neste aspecto, a questão que se apresenta é a que diz respeito à orientação política e ideológica das cooperativas de catadores e de seus trabalhadores. Poderiam esses trabalhadores, mesmo participando do mercado capitalista, pautar-se em outros fundamentos ideológicos, em outros objetivos, em outras formas de relacionamento entre os trabalhadores que não estimulasse a concorrência individual ou entre os grupos de catadores e, estas novas práticas poderiam vir a colocar em questão o próprio sistema do capital?

Nesse aspecto, um papel importante de orientação político-ideológica para o cooperativismo em geral, tem sido desempenhado por diversos segmentos sociais que se orientam pelos princípios da economia solidária¹²⁸, como forma de estruturação desses empreendimentos e de transformação da própria lógica de mercado, fomentando, nesta perspectiva, novas forças produtivas e instaurando novas relações de produção, que distribuam os frutos do crescimento econômico a favor dos que se encontram marginalizados. Para Singer (2004, p.11):

A economia solidária surgiu historicamente como reação contra as injustiças perpetradas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista. Foi assim desde a primeira revolução industrial e continua sendo hoje, quando o mundo passa pela terceira. A economia solidária não

¹²⁸ De acordo com Zanin *et al* (2004), esta economia se fundamenta nos princípios do cooperativismo dos trabalhadores de Rochdale, Inglaterra, no séc. XIX e ganha expressão no Brasil em 1980, resultante da crise do emprego.

pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual.

O desenvolvimento pela via da economia solidária deve então tornar as relações de força no mercado mais favoráveis a empreendimentos que não visem, sobretudo, ao lucro. Nesta perspectiva, quando a hegemonia de mercado estiver nas mãos dos empreendimentos familiares, individuais autogestionários haverá um outro sentido para o desenvolvimento e para o progresso tecnológico, que não serão mais produtos da competição intercapitalista e passarão a visar às necessidades prioritárias da maioria (SINGER, 2004).

Os empreendimentos solidários tenderiam também a ter uma posição mais responsável com relação, por exemplo, à defesa do meio ambiente e à saúde do consumidor, assumindo em suas estratégias de ação uma orientação que estimule a cooperação em detrimento da competição. Norteados pelos princípios e valores da cooperação, pessoas e firmas tenderiam a orientar o processo de desenvolvimento para uma relação econômica solidária, contrapondo-se ao desenvolvimento capitalista orientado pela lógica do grande capital. Para Singer (2004, p11):

...a economia solidária propõe outra organização da produção, à base da propriedade social dos meios de produção. Isso não quer dizer a estatização desta propriedade, mas a sua repartição entre todos os que participam da produção social. O desenvolvimento solidário não propõe a abolição dos mercados, que devem continuar a funcionar, mas sim a sujeição dos mesmos a normas e controles, para que ninguém seja excluído da economia contra a sua vontade.

Mesmo mantendo-se como economia de mercado em que seus agentes participam livremente cooperando e competindo entre si, a economia solidária propõe a abolição do capitalismo e da sociedade de classes. Para tanto, seria necessário que a sociedade de maneira geral estabelecesse condições e tomasse medidas que evitassem que no jogo de forças, que se coloca dentro do mercado, houvesse a criação de ganhadores e perdedores. Posto que, sem desfazer as desigualdades criadas pelo jogo de mercado, que enriquece os ganhadores e empobrece os perdedores, a economia solidária não evitaria o restabelecimento da sociedade de classes e o capitalismo, que poderiam vir a ser eliminados pelos mecanismos de cooperação e solidariedade (SINGER, 2004).

Tendo como referencial básico das atividades econômicas os seres humanos, ao invés da acumulação e reprodução ampliada do capital, a economia solidária tem então procurado fundamentar as práticas, os princípios e os valores dos empreendimentos assim

caracterizados, despertando e estimulando a participação de diferentes segmentos sociais que acreditam e realizam esforços nesta direção. De acordo com Zanin (2005, p.2):

A formação da ANTEAG (Associação de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e Participação Acionária) bem como o surgimento das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) junto às Universidades e posteriormente a formação da rede universitária de ITCPs são exemplos de agentes que surgem na década de 90 para fomentar a economia solidária no Brasil.

Das organizações acima citadas, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares¹²⁹, que objetivam promover a inclusão social e o desenvolvimento humano de populações excluídas, socializando o conhecimento produzido na Universidade de forma a garantir a autogestão de empreendimentos coletivos e solidários, é o que diretamente tem apoiado as experiências organizativas de trabalhadores desempregados, informais e precarizados, incluindo-se neste rol as cooperativas de trabalhadores catadores, em um processo definido como incubação.

A incubação é um processo bastante flexível, de maneira que vai sendo aprimorado e desenvolvido de acordo com as necessidades do grupo interessado em formar empreendimentos autogestionários e solidários (ZANIN et al, 2005).

De acordo com os pesquisadores da UFSCar existem algumas etapas ou estratégias que devem ser desenvolvidas para consolidação das cooperativas. Estas etapas são passos importantes e que devem levar em conta o estágio de desenvolvimento do empreendimento, como demonstra o esquema ilustrativo das etapas/estratégias do processo de incubação da INCOOP, apresentado na Figura 10.

Da identificação do grupo a sua consolidação os passos podem variar de acordo com a situação do grupo incubado, podendo haver saltos de etapas que já foram resolvidas, por exemplo, não há necessidade de trabalhar a consolidação do grupo se este já se encontra formado. No entanto, de acordo com essa metodologia, é sempre importante verificar e trabalhar de acordo com as especificidades de cada grupo.

¹²⁹ Destacamos aqui a criação do pólo incubador de cooperativas populares, elaborado a partir de um projeto de extensão universitária, na Universidade Federal de São Carlos em 1999, que originou a Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP/UFSCar). Zanin *et al* (2004)

Figura 10 – Esquema Ilustrativo das Etapas do Processo de Incubação



Org: ZANIN et al, 2005

No que diz respeito aos grupos de trabalhadores envolvidos na cadeia da reciclagem, os catadores e os envolvidos no processo de incubação devem estar atentos às seguintes condições específicas: a) na **identificação do grupo**, torna-se necessário conhecer as várias habilidades dos trabalhadores envolvidos, pois podem ser desenvolvidos pela cooperativa além da catação, por exemplo, artesanato; b) **sensibilização para o trabalho coletivo**, o que exigirá um grande empenho da equipe da incubadora, de maneira a buscar a adaptação dos trabalhadores às características dos empreendimentos autogestionados, horários, divisão do trabalho, etc; c) para que haja a **consolidação do grupo**, torna-se necessário ainda lidar com as dificuldades de administração dos conflitos internos, a necessidade imediata de renda, cultura assistencialista e as dificuldades dos trabalhadores pensarem no coletivo, o que dificulta soluções para os problemas coletivos; d) realizar um **estudo de viabilidade econômica**, sendo imprescindível um diagnóstico do mercado, de maneira a identificar os produtos e os agentes envolvidos e as possibilidades de desenvolvimento da cooperativa, dentre outros fatores econômicos; e) deve ser realizada a **capacitação técnica**: os catadores precisam ser preparados para fazer o gerenciamento, como únicos e legítimos donos da cooperativa; f) **capacitação para autogestão**, a equipe da incubadora deve objetivar que esse grupo adquira os conhecimentos básicos para tornar-se independente; g) deve-se traçar **estratégias para consolidação**, realizando ações

externas, por exemplo: institucionalização do programa, comercialização conjunta, diversidade de atividades, comercialização conjunta, etc; h) a legalização através da obtenção dos documentos dos cooperados, elaboração do estatuto, alvará da prefeitura, etc. Todo processo deve ser feito com a participação dos cooperados de forma a torná-los independentes também para essas ações (ZANIN, 2005).

Após a inserção e a consolidação da cooperativa, não só de catadores, na sociedade, os seus membros devem ser capazes de gerenciá-la, orientando-se numa lógica que busca assegurar fundamentalmente uma opção contra os valores dominantes do capital, estabelecendo relações econômicas solidárias entre os membros da cooperativa e desta com os outros agentes dos setores em que está envolvida. Desta forma, as ações solidárias devem estender-se à sociedade como um todo.

No que diz respeito às experiências de organização de cooperativas de catadores, podemos afirmar que no âmbito interno da cooperativa pode-se sim estabelecer relações mais solidárias entre seus membros, ressaltando a importância do coletivo, a compreensão dos diferentes limites físicos que cada cooperado apresenta com relação à execução do trabalho, a repartição igualitária dos ganhos. Tudo isso depois de anos de trabalho.

Essa relação de solidariedade pode se estabelecer também com membros da comunidade em que os empreendimentos se organizam, levando a uma participação efetiva por parte destes no processo de organização e de estabelecimento destas cooperativas, aliás, sem essa colaboração muitas dessas organizações não existiriam.

No entanto, é na correlação de forças que se estabelece no circuito econômico da reciclagem, com os intermediários, indústrias e mercado em geral, que essas premissas de solidariedade tendem a desaparecer, ou seja, os catadores cooperados não podem exigir dos compradores solidariedade. Realizam a negociação com base na situação em que se encontra o mercado de recicláveis. Como vimos, sendo a base do circuito e sem poder de negociação, são os que mais perdem quando há oscilações no mercado que levam à queda dos preços, gerando para os trabalhadores uma série de problemas, o que tende a desanimá-los.

Neste processo, a solidariedade da comunidade para com os catadores e a existente entre os próprios trabalhadores cooperados tendem a ser capturadas pela lógica do mercado, à medida que explora o trabalho na catação ou coleta dos resíduos recicláveis e na sua triagem. Assim, acreditamos que a solidariedade deve ir além da organização do trabalho para a produção. Deve transformar as condições sociais e econômicas de produção

que se estruturam sob a lógica de reprodução do capital, tendo como principal objetivo a realização do trabalho como meio de satisfação e manifestação real da vida dos trabalhadores, para que o trabalho deixe de ser meio para se conseguir viver, passando a ser a manifestação da própria vida.

Desta forma, mesmo que haja a expansão dos empreendimentos solidários dentro de uma economia de mercado, como preconiza a economia solidária, não haverá transformações que livrem o trabalhador da lógica da produção de mercadorias. Isso significa que o produto do trabalho continuará a não pertencer a ele. Já que está voltado para o mercado, permanece pertencendo ao sistema do capital, como objeto estranho ao próprio trabalhador.

Mantidas a separação entre trabalhador e produto de seu trabalho e a produção voltada para o mercado, mesmo solidário, não há o desaparecimento da oposição entre trabalho e capital, que continuaria presente como contraposição genérica que dá forma às relações humanas nesse período histórico. Manter-se-iam assim intactas a sociabilidade do capital e a apropriação desigual dos produtos do trabalho humano (RANIERI, 2001).

Não há pistas de que a economia de mercado assentada na comercialização solidária romperia com a supremacia do valor de troca das mercadorias, que sustentaria como finalidade da força que subordina as necessidades e atividades de produção no capitalismo. A finalidade da produção continuaria a não ser prioritariamente a satisfação das necessidades humanas. Para a eliminação da produção do capital é necessário findar também a subordinação do valor de uso ao valor de troca, extinguindo este último.

CAPÍTULO 5. O MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL E A FORMAÇÃO DO COMITÊ REGIONAL SUDOESTE PAULISTA

A catação dos resíduos recicláveis nos lixões e pelas ruas das cidades é uma atividade marginalizada e individualizada, em que o espaço e o tempo para a sociabilidade ou troca de experiências entre os trabalhadores envolvidos com a atividade é praticamente inexistente. Nesta condição as mobilizações para a organização política e do trabalho tiveram como principais elementos ações de agentes externos a este grupo.

O processo de organização dos catadores que aqui abordaremos foi estimulado por agentes não catadores ligados à Igreja católica, que mantinham contato direto com os trabalhadores através de programas de assistência social e ações beneficentes, que sensibilizados com as condições precárias de vida/trabalho dos catadores estimularam a mobilização como maneira de transformar essa realidade. Essas ações organizativas desencadearam outras mobilizações que resultaram na criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em meados de 1999¹³⁰.

Assim, a formação do MNCR tem sua origem nas ações da Igreja católica, que através do trabalho desenvolvido com moradores de rua de algumas das capitais de estados brasileiros durante a década de 80, (a maior parte catadores carrinheiros) tinha como objetivo melhorar minimamente as condições de existência desses trabalhadores(as).

Grupos ligados à Igreja entenderam que uma melhoria efetiva na vida dos trabalhadores catadores poderia ocorrer a partir da organização do trabalho de forma coletiva, através da criação de associações e cooperativas de catadores que pudessem colocá-los em condições mais favoráveis no mercado dos recicláveis, especialmente melhorando as condições de trabalho e possibilitando o fim da exploração pelos intermediários. Para Baptista (2003, p.5):

Com a crise do emprego registrada nos anos 80 e a redemocratização do país, observa-se um grande movimento no sentido de mobilizar as populações carentes para a luta por melhores condições de vida, capitaneado por alas progressistas da Igreja Católica, do qual as Comunidades Eclesiais de Base são um dos exemplos mais marcantes. Assim, surge o que alguns autores como MIRANDA (1997) chamam de Movimentos Populares Reivindicatórios Urbanos, exemplos de estratégias populares organizadas que vão reivindicar equipamentos, serviços e recursos necessários à melhoria das condições de vida de populações carentes – favelados, habitantes de conurbações ou moradores de rua.

¹³⁰ www.movimentodoscatadores.org.br

No que se refere aos catadores de material reciclável, como a maioria deles ou era habitante de rua ou tinha vínculos sociais fortes com a rua, constantemente eles eram alvos de ações caritativas de grupos religiosos, como a distribuição de alimentos e/ou de roupas. Esses grupos de apoio mesmo reconhecendo que era necessário buscar alternativas não assistencialistas para a questão da pobreza urbana, não podiam também de uma hora para outra romper com a tradição filantrópica. Até mesmo porque a remuneração recebida pelos catadores com a venda de seus materiais para intermediários era muitas vezes insuficiente para cobrir suas despesas.

Neste contexto, algumas experiências organizativas foram implementadas dando origem às cooperativas de catadores, tais como a Cooperativa de Catadores de Papel do Sumaré (COOPAMARE) no ano de 1989, na cidade de São Paulo-SP, e a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (ASMARE), no ano de 1990.

A estratégia de organização institucionalizada dos trabalhadores catadores, mesmo buscando uma melhor inserção no circuito, tendo assim um viés de inclusão mais organizativo e não contestatório, se revela bastante interessante se pensarmos o contexto social, econômico e territorial em que vivem e sobrevivem os catadores de rua e mesmo dos lixões, nas cidades brasileiras, marcado pela indigência.

A maior parte dos trabalhadores catadores carrinheiros que atuam nas grandes capitais não tem endereço fixo. Muitos não têm nem mesmo documentos pessoais¹³¹. Neste caso, institucionalizar-se pressupõe mais que se documentar, implica em construção de um lugar que seja comum a um grupo de indivíduos que perambulam pela rua e que a partir dessa mobilização podem passar a pensar em chegar a um nível organizativo que os leve à contestação, não só das mazelas e problemas que os atingem diretamente, mas indo além, colocando em questão a própria lógica de organização da sociedade e seus processos sociais excludentes.

Desta forma, o processo de organização política pode vir a ser uma maneira de apreender, e identificar-se dentro e para além do processo de trabalho, para assim atuar eficazmente na transformação das relações sociais de produção capitalistas, que se estrutura sob a exploração do trabalho. De acordo com Antunes (1998, p. 81):

... a ação efetivamente capaz de possibilitar o salto para além do capital será aquela que incorpore as reivindicações presentes na cotidianidade do mundo do trabalho, como a redução radical da jornada de trabalho e a busca do “tempo livre” sob o capitalismo, desde que esta ação esteja

¹³¹ Ver LEGASPE, R.L. (1996)

indissoluvelmente articulada com o fim da sociedade do trabalho abstrato e a sua conversão em uma sociedade criadora de coisas verdadeiramente úteis.

Acreditamos que essa parcela da sociedade possui uma grande potencialidade contestadora, pois não tem cartão de crédito, nem dinheiro e não tem emprego. Afinal, como grande parte dos trabalhadores, só possui a própria força de trabalho. Porém, sem organização e informação não tem direção para as suas possíveis ações de reivindicação. A construção do Movimento Nacional dos Catadores se coloca, no processo organizativo, como um espaço de estabelecimento dessa sua identidade política.

Para Alexandre Camboim, representante do Rio Grande do Sul, na Comissão Nacional do Movimento dos Catadores, é no envolvimento político com o Movimento organizado que se pode construir uma identidade, aprender e criar a resistência à realidade de exclusão e miséria:

Quem de nós já parou e já olhou no espelho? E a grande maioria se olhou no espelho e viu que nós somos de pele morena, a maioria. Salvo alguns desbotados, que nem eu, que estragou pelo caminho. A maioria é de pele morena: índios, descendentes de índios, negros. Alguns brancos europeus que vieram aqui para trabalhar. Eu não sou professor, também não sou aquele que estuda. Mas agente aprendeu bastante no movimento e estamos estudando a nossa origem. Então vamos buscando uma forma de poder resgatar isso mesmo. Mas se nós somos negros índios e descendentes de outros trabalhadores, por que os nossos nomes e sobrenome é de português, ou de espanhol? Geralmente o mesmo nome de um português ou de um espanhol de uma família rica! Rapaz mas eu sou parente daquele lá, eu não sabia! Mas ele é branco e eu sou negro! Por que sou parente daquele rico? Ai você vai ver e aquele rico é rico a quatrocentos anos, a família dele já está muito tempo aqui. E nós, nós agora estamos fazendo o quê? Nós estamos fazendo o mesmo que os nossos ancestrais faziam a quinhentos, quatrocentos anos. (...) Então eu acho que a nossa identidade é essa. Podemos se olhar. E cada companheira negra tem que ter orgulho de ser descendente de um Zumbi dos Palmares! E cada índio é descendente de um Sepete Arajú, ou de outro guerreiro que lutou. E cada branco é descendente de um trabalhador pobre, que veio para cá ser escravizado e construir a riqueza desse país, que é tanta e que nós não compartilhamos dela! Então, acho que a nossa identidade, ou um pouco dela passa por aí. Mas nós sabemos que de nós hoje, tem companheiro e companheira, alguns irmãos, que a cinquenta anos ou mais estão catando e vivem na condição de indigente. Cinquenta anos catando nas ruas, nos lixões é muito tempo. Eu não sou dessa geração, mas há companheiros aqui e se não está aqui estão nos estados de onde viemos, a companheirada velha que não se aposentaram ainda. Por que não se aposentaram ainda se trabalham a tanto tempo prestando um serviço que é público e de bem para a comunidade toda? Então nós podemos ir se questionando, se questionando que vai sair coisa daí. E se for ver a quantidade de material, de lixo que é produzido no Brasil hoje, alguém falou em 154

mil toneladas mais ou menos. Isso aí é um monte de material, que nós afirmamos aqui agora nesta mesa, correndo o risco de imprecisão talvez, mas que é possível de gerar pelo menos uns 2 milhões de emprego, de trabalho, não de emprego, para os catadores auto-organizados. Dois milhões! Mas é muita coisa. Digo mais, nós temos feito experiência que a rede dos catadores não só classifica o material, não só cata na rua, não só beneficia o material reciclável, mas beneficia o orgânico também, produz parte do equipamento que utiliza para trabalhar, produz os uniformes, produz o alimento que utiliza. E esse conjunto de coisas, podemos passar essa quantidade de trabalho. Faz-se artesanato, se cria arte. (Palestra realizada no II festival Lixo e Cidadania em Belo Horizonte em 29/10/2003)

Desta forma, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, hoje, em pleno movimento, tem procurado estruturar-se e se articular em todo o território nacional, aprendendo e ensinando aos trabalhadores catadores a importância da ação política organizada. Nesse processo de contínuo aprendizado vêm amadurecendo os contatos com outros movimentos para fortalecer-se enquanto movimento social, nas palavras de Roberto Laureano da Rocha, representante de São Paulo na Comissão Nacional:

O movimento é um movimento muito novo, o Movimento dos Catadores e aos poucos nós estamos criando uma maturidade, conhecendo as coisas. Nós vamos passar agora por um momento de formação política, com esse trabalho. Nós vamos estar aí com grupos de lideranças do MST, um pouco para saber como são essas questões políticas, como eles discutem e tudo mais. Não levando bandeira de um ou de outro, mais sim a identidade do catador. Vamos começar discutir essa questão da politização, como que é tudo isso. Então a gente ainda precisa ter isso muito claro como que o movimento vai estar sendo direcionado. Nós sabemos que hoje nós não temos a pretensão de trabalhar um modelo de sindicato ou de federação. (Entrevista realizada no dia 08/06/2003)

Apesar das atuais aproximações com outros movimentos sociais, as experiências de organização anteriormente apresentadas serviram de exemplo e se espalharam por outras cidades com o apoio da sociedade civil organizada e grupos ligados à Igreja católica. Cada uma das experiências com as suas dificuldades e vitórias, tem criado uma base para a formação de um movimento social que hoje busca estruturar-se nacionalmente para disputar politicamente, no atual contexto social e histórico, melhores condições de vida para o conjunto dos trabalhadores em questão.

No entanto, necessita ainda, a nosso ver, orientar-se fortemente para outras questões mais gerais, que estão além da melhor inserção dos trabalhadores catadores no mercado, que dizem respeito à própria lógica da sociedade do capital, pois avançar politicamente

enquanto categoria nas formas de luta, pode até resultar em fortalecimento de um determinado grupo, porém, de forma mais geral fragiliza a classe trabalhadora como um todo se estiver orientada somente pelos critérios de mercado específicos. De acordo com Thomaz Júnior (2002, p.6):

Isso nos estimula a formular que a classe trabalhadora hoje, diante dos desdobramentos do complexo da reestruturação produtiva requer que a consideremos como setores integrantes: a) o conjunto dos trabalhadores que vivem da venda da sua força de trabalho; b) aqueles que se garantem com relativa *autonomia* em relação à inserção no circuito mercantil, como os camelôs; c) os trabalhadores não proprietários dos meios de produção e inclusos na informalidade, como as diferentes modalidades do trabalho domiciliar urbano e familiar na agricultura, e que são inteiramente subordinados ao mando do capital; d) da mesma forma, os camponeses com pouca terra e que se organizam em bases familiares; e) o conjunto dos trabalhadores que lutam por terra, inclusive os camponeses deterreados e; f) todos os demais trabalhadores que vivem precariamente junto às suas famílias, sob diferentes modalidades de subproletarização (temporário, *part time*, etc.), da produção e venda de artesanatos, pescadores, etc.

No sentido de ampliar e fortalecer a organização dos catadores, um das primeiras atividades nacionais de mobilização foi o Primeiro Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte (MG), em novembro de 1999. O evento foi organizado com o apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua¹³² e nele decidiu-se pela organização de um Congresso Nacional de Catadores com o objetivo de ampliar o debate e fortalecer processos organizativos. O Congresso acabou por ser realizado em 2001.

Nas palavras de Roberto Laureano da Rocha, representante de São Paulo na Comissão Nacional do Movimento dos Catadores:

O Movimento Nacional ele nasceu através do Encontro de Catadores em Belo Horizonte num primeiro momento. Em meados de noventa e nove. A partir daí os catadores viram a necessidade de se conhecer nacionalmente, enquanto Brasil. Houve então a proposta de se fazer um Congresso Nacional. A partir desse Congresso Nacional que aconteceu em junho de 2001, se encontraram 1700 catadores, delegações de todo Brasil, o Congresso aconteceu em Brasília, na Universidade de Brasília, na UNB. Esse dia foi um encontro na verdade de trocas, de saber um pouco dessa realidade dos catadores, um pouco de saber o que nós queremos como categoria profissional, o que nós estamos querendo como catadores, quais que eram os caminhos que nós íamos estar tomando. A partir daí saiu uma carta, chamada Carta de Brasília, que dá diretriz do

¹³² O Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, procura dar visibilidade ao fenômeno social da população de rua, apoiando experiências organizativas e promovendo encontros e seminários nacionais de moradores de rua e catadores de papel. Atua em parceria com a UNICEF, a CNBB e a Cáritas.

A mobilização nacional dos catadores ocorreu em junho de 2001, no Primeiro Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 e contou com participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros. No dia 7 de junho realizou-se a Primeira Marcha Nacional da População de Rua, com 3.000 participantes. Nesse evento os trabalhadores catadores apresentaram a toda a sociedade, e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, suas reivindicações e propostas de criação e direcionamento das ações governamentais e políticas de Estado para a melhoria das condições dos catadores e do povo da rua em geral. Esse documento ficou conhecido como a Carta de Brasília¹³³:

1. Em relação ao Poder executivo, propomos:

1.1 - Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.

1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.

1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.

1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.

1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.

1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que

¹³³ Disponível em: <http://www.lixo.com.br/marcha.htm>. Acesso: 29/09/2003

haja destinação de recursos do programa de Combate à Pobreza para as ações emergenciais.

2 - Em relação à cadeia produtiva:

2.1 - Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

3 - Em vista da cidadania dos Moradores (as) de Rua

3.1 - Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

3.2 - Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o direito à cidade.

3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

3.4 - Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

3.5 - Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 - Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como "saúde da família" e similares, "saúde mental", DST/AIDS/HIV e outros, instituindo "casas-abrigo" para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual será progressiva e crescente. Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias à serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

Pelo fim dos lixões!

O documento tem como principal diretriz a adoção e a consolidação de políticas públicas, nos vários níveis de governo, que possibilitem aos trabalhadores catadores acesso a programas de financiamento aos empreendimentos que visem à geração de emprego e renda e que tenham um amplo alcance, permitindo-lhes organização em associações e cooperativas instrumentalizadas para a realização do trabalho, assim como, permitindo também a reestruturação das que já existem.

Está em questão o fato de que as instâncias governamentais precisam reconhecer a condição precária em que se encontram os catadores e propiciar, sobretudo às suas organizações, possibilidades para buscar formas de financiamento para compra de máquinas que permitam aperfeiçoar o processo de trabalho e aumentar a renda, concomitantemente à implantação de políticas relativas à gestão dos resíduos sólidos urbanos que levem em consideração o trabalho dos catadores e as suas experiências nesse setor, de maneira a reconhecer a sua existência e suas propostas no momento em que se tomam decisões que os afetam, como por exemplo, a elaboração ou modificação da legislação referente aos resíduos sólidos.

O fato é que o não reconhecimento da existência dos trabalhadores catadores, como seres genericamente humanos que são, está colocado para todos os trabalhadores dentro do sistema do capital. Isto ocorre na medida em que estes se encontram equiparados a outras mercadorias que podem ser consumidas ou descartadas, no que diz respeito à exploração por parte do próprio capital. Isso porque, no metabolismo societário do capital o trabalho deixa de ser atividade criadora do trabalhador para passar a ser meio de sua própria reprodução. Deixa de ser potencialidade criadora para se estabelecer como objeto de propriedade privada do capital. Segundo Ranieri (2001, p.36):

No capitalismo, esta contraposição entre o trabalho e sua apropriação chega ao auge porque o capital é sinônimo de trabalho acumulado, trabalho morto, e pelo fato de que o trabalho é estranhado na medida em que a relação entre trabalho e trabalhador é a relação entre o capitalista e o trabalhador, momento em que, para sobreviver, o homem tem de igualar a outra mercadoria qualquer sua própria capacidade de trabalho. Este é o momento lógico do qual depende a conservação do capital.

Preso a essa lógica que conserva e reproduz o capital, o trabalho avança substancialmente como componente fundante do próprio capital, assinalando o estranhamento à medida que o trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho, que a outro pertence, sob o qual ele não tem nenhum domínio, causando o estranhamento do homem pelo próprio homem. Nas palavras de Ranieri (2001, p.62):

É a negatividade do trabalho no interior do estranhamento que leva o ser humano a estranhar-se de si mesmo. Na medida em que o trabalho estranhado rebaixa a atividade humana a mero meio de subsistência, a própria vida humana transforma-se num meio de efetivação da atividade estranhada.

Assim, os trabalhadores catadores em seu movimento reivindicatório necessitam vislumbrar o objetivo de ir além da efetivação do seu trabalho como meio de reprodução da própria lógica do capital. Devem aproveitar a sua potencialidade organizativa também para contestar os mecanismos de exploração do trabalho. Assim é fundamental traçarem estratégias nesse sentido.

É claro que há que se garantir a satisfação das necessidades materiais básicas desses trabalhadores, o que nos leva a reconhecer a importância no documento reivindicatório das propostas para políticas públicas de inclusão dos moradores de rua em programas de habitação, de saúde e criação de emprego. É fato que a situação de miséria dificulta sobremaneira ações políticas organizativas, levando à mendicância e à indigência e por vezes à criminalidade, situações que são a manifestação concreta das sobreposições das precariedades que atingem a classe trabalhadora, manifestando-se com mais crueldade sobre os que estão desempregados. Como afirma Ikuta (2003, p.40):

Todo conjunto de sub-condições de existência, estão “confinados” nas áreas mais precárias da cidade. Isto é, a sociabilidade no âmbito do capital precariza profundamente as relações do ser social, tanto fora como dentro do trabalho. “Fora” do trabalho o ser social vive mal, não em sua casa ou mora em condições sub-humanas, não tem acesso à educação, saúde, transporte, lazer, alimentação, saneamento básico de boa qualidade. E “dentro” do trabalho, o capitalismo mundializado contemporâneo estreita e restringe cada vez mais o núcleo de trabalhadores estáveis e com garantias, enquanto se intensifica a massa flutuante de trabalhadores instáveis (os sub-contratados, os trabalhadores em tempo parcial, os temporários, os da “economia subterrânea” ou “clandestino”) e os proletários excluídos do trabalho, jogados por muito tempo ou até mesmo definitivamente fora do mercado de trabalho, vivendo a *desposseção* no limite.

Porém, também a luta para organizar e transformar a situação dos trabalhadores catadores de resíduos recicláveis se manifesta, como podemos perceber, dentro das cidades, envolvendo a sociedade como um todo, mas colocando em enfrentamento direto os trabalhadores catadores, os empresários de empresas coletoras de lixo, comerciantes sucateiros e os poderes públicos locais, com intensidade e formas diferentes em cada lugar, em cada cidade.

Mudar a lógica em que se insere o catador no circuito econômico da reciclagem, desenhando uma nova territorialidade em que os trabalhadores assumam o controle de algumas ações e atividades relacionadas ao mercado dos resíduos recicláveis, às vezes implica fazer parte de um conflito local, pois a coleta seletiva aliada à organização dos trabalhadores catadores modifica de maneira substancial a forma como os municípios fazem a gestão dos resíduos sólidos, sobretudo, dos domiciliares urbanos. É neste setor que atuam as empresas privadas que prestam serviço de coleta para as prefeituras e que geralmente cobram por tonelada coletada. A coleta seletiva implica na diminuição do peso dos resíduos e, conseqüentemente, em menores ganhos para os empresários.

Há também toda uma política de gestão dos resíduos dentro das administrações municipais no Brasil que não levam em conta, na hora de apresentar soluções para problemas relativos ao gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, a presença dos catadores que sobrevivem da catação.

A participação e a sensibilização da sociedade para o problema vivido por eles é uma das metas do Movimento Nacional dos Catadores, que visa em suas ações comprometer o poder público com políticas públicas garantidoras da participação em projetos e planos, como programas de coleta seletiva, por exemplo, que envolvam modificações na estrutura de coleta e disposição dos resíduos sólidos domiciliares urbanos, compostos, em parte, por resíduos recicláveis. Para Eric Soares da Silva, representante de Pernambuco na Comissão Nacional do Movimento dos Catadores:

O que é preciso? É cativar e seduzir a sociedade. Se você chegar e dizer para qualquer cidadão: você daria o seu material reciclável para matar a fome de alguém? Ele vai dizer que daria. Só que ele não faz. E sabe por que ele não faz? Porque infelizmente os meios de comunicação muitas vezes não divulgam as cooperativas. A imprensa só divulga o catador quando tem um assassinato no lixão! A imprensa não divulga o catador na maioria das vezes que é artista plástico, que é pintor, que é cantor, que trabalha e luta. Mas se ele der uma tapa num, vai lá e diz: oi lá o bandido deu uma tapa no colega. Então, nós catadores de materiais recicláveis temos que ir para rua gritar e mostrar o nosso valor. (Palestra proferida em Audiência Pública realizada na Assembléia Legislativa Estadual de Minas Gerais. 27/10/ 2003)

De acordo com Eric esta seria a forma de estabelecer uma nova postura frente às Prefeituras Municipais e o empresariado, exigindo os direitos pelos serviços prestados.

[...] as prefeituras ao longo da história passam a impressão de que quando colocam uma prensa numa cooperativa ou numa associação. De quando dão, ou terceirizam um caminhão para essa entidade eles estão fazendo um favor aos catadores. É essa a impressão que se passa ao longo da história. Eu quero dizer que não é favor, é obrigação! E a coleta do lixo tradicional ela custa 30 mil nos pequenos municípios, até município que paga 200, 300 mil na coleta seletiva tradicional. A coleta seletiva tradicional é aquela em que se pega o lixo e se joga nos mananciais, se joga nos lixões. Recebem fortunas para recolher o material e jogá no lixão onde o catador está trabalhando. Agora [...] e o dono daquela empresa tem compromisso de bancar a campanha do Prefeito A ou do prefeito B. E cooperativa e associação de catador não banca campanha política de ninguém! É essa a nossa colocação! Os catadores de materiais recicláveis, as associações e as cooperativas devem propor, não é uma balancinha, nem um caminhãozinho é contrato de trabalho com as Prefeituras! Precisamos sentar prefeitos, empresários e catadores, eles catam o não reciclável e nós catamos o reciclável, mas temos que receber por isso. Por que de graça não dá mais para trabalhar. Ou a Prefeitura não está fazendo, porque ela capta recursos no nome dos catadores. Os projetos que vêm com recursos, vêm para assistência social dos próprios catadores, o que na maioria das vezes não acontece. Tem prefeito também que fecha o lixão para que os catadores não possam entrar. (Palestra proferida em Audiência Pública realizada na Assembléia Legislativa Estadual de Minas Gerais. 27/10/ 2003)

Neste sentido a postura de cobrança deve ser tomada pelos trabalhadores catadores junto ao poder público municipal, evitando intervenções e amarrações que levem a qualquer tipo de dependência do grupo de trabalhadores em relação às Prefeituras, de maneira a estabelecer esta relação em formas contratuais, para evitar mudanças de rumo no percurso, ou mesmo abandono do projeto idealizado quando há mudanças de pessoas no poder local.

Porém, a maior dificuldade das cooperativas/associações de catadores está ainda em conseguir apoio das administrações públicas, que tendem a não apoiar as iniciativas dos trabalhadores. Às vezes, quando apóiam, não entendem a necessidade de articular o serviço prestado pelos catadores a todo o sistema de recolha de lixo do município. As cooperativas/associações andam sempre a reboque das prefeituras, à medida que estas não assumem, por exemplo, o programa de coleta seletiva como sendo de sua responsabilidade, e que é executado pelos trabalhadores catadores.

Na visão estratégica do Movimento, torna-se necessário que os catadores organizados possam ir além da realização do serviço de coleta seletiva dos resíduos recicláveis, passando a atuar também no processo de beneficiamento desses, avançando

para formas de pré-processamento de alguns tipos de materiais, sobretudo, os que são economicamente viáveis.

Claro que o avanço na cadeia de processamento dos materiais possibilitará maiores ganhos aos trabalhadores envolvidos nestes empreendimentos. No entanto, a transformação dos materiais exige o emprego de máquinas e trabalho qualificado. Além disso, dentro da lógica de mercado, torna-se necessária a exploração de uma quantidade limitada de força de trabalho para garantir viabilidade econômica do negócio. Quanto maior o emprego de tecnologia, menor a utilização quantitativa do trabalho vivo no processo.

Essa situação hipotética coloca-se como equação difícil de se resolver, já que o grande número de trabalhadores nesse circuito está relacionado à precariedade e a técnicas rudimentares para a realização do trabalho. Assim, além da busca para a obtenção dos meios para realizar o processamento, torna-se necessário avançar em formas de gestão do empreendimento, sobretudo, no que diz respeito à exploração do trabalho, que deverá se contrapor à lógica que rege os empreendimentos capitalistas em geral, ou seja, a verticalização qualitativa da exploração do trabalho e sua diminuição quantitativa com conseqüente desemprego.

Além desse possível avanço por parte dos catadores organizados na cadeia produtiva, sem o qual não haverá maneira de mudar a situação dentro desse circuito econômico, torna-se necessário também construir a independência política do grupo de catadores organizados em cooperativa/associações, de forma que entidades que apóiam essas experiências, não acabem por assumir o controle político do grupo de catadores. Para Alexandre Camboim, representante do Rio Grande do Sul, na Comissão Nacional do Movimento dos Catadores:

Não é possível continuar assim. Assim como não é possível levantarem um galpão e nós, no nosso processo de auto organização e ter a tutela de outras forças e outras entidades nos fiscalizando o dia inteiro. Nos policiando como se fosse nosso patrão. Ou ameaça de daqui a pouco nos termos que sair daquele galpão e dar lugar para os caras. Ou para outro grupo. Aliás, se a cooperativa de vocês não funciona na linha, ou se associação de vocês não está bem organizada nos trocamos por outra. Espera aí meu irmão! Nós estamos a quarenta anos trabalhando nisso! Nossos pais, nossos avós são escravos dessa história aqui. Estão economizando dinheiro público há muito tempo. Esse galpão não é do poder público. O poder público é nosso. Vocês são funcionários temporários nosso agora! Essa é a nossa luta. Vocês são temporários e daqui a quatro anos vocês estão sujeitos a não vão estar mais aqui. Essa é a nossa lógica. O espaço é nosso! Então quando os funcionários vêm nos dizer isso, cadê a nossa identidade? Há muitos anos que nós trabalhamos no lixão ou na rua, o galpão é nosso, por um detalhe jurídico está no

nome da Prefeitura. Isso é um detalhe. Agora, com certeza sem a luta isso nunca vai ser reconhecido. Nós precisamos garantir uma nova forma de contrato. E aí nós entramos numa coisa burocrática. Papel, contrato, convênio, que nos garanta o direito de catar na rua, o direito a todo material que vai para o lixão, com uma estrutura organizada com dignidade. E que nos garanta o direito a cadeia produtiva toda! Que o resultado de um beneficiamento de um plástico, que nós vendemos a cinqüenta centavos e que beneficiado passa a ser um real, um real e cinqüenta, seja nosso e não de um empresário. Não de um empresário capitalista, mas de nós trabalhadores. Essa luta não é por capital, essa luta é contra o capital! É contra o sistema de exploração que existe aí! O nosso capital já está há muito tempo aí nós temos é que buscar, tem que buscar. Enquanto isso nós temos dito o seguinte, onde o movimento está organizado e a nossa companheirada não tem o espaço, nós só campeamos o olho assim e onde tem um espaço público sobrando nós ocupamos, ocupar os prédios onde tiver, temos que organizar para ocupar os prédios públicos. Não prédio público que está sendo utilizado é claro, mas aqueles que estão apodrecendo ali e não se usa! Os elefantes brancos, as estruturas que estão lá não se sabe para quê. Então quero dizer, isso é um direito nosso. (Palestra realizada no II festival Lixo e Cidadania em Belo Horizonte, 29/10/2003)

Desta maneira, a orientação é que os grupos de catadores procurem se estruturar da melhor forma possível para a realização do trabalho, buscando o apoio de outras entidades sem cair na dependência. No âmbito das ações políticas que objetivam a obtenção da infraestrutura básica, caberia a ocupação organizada de prédios públicos desocupados e terrenos baldios, como forma de acesso a um lugar para a instalação dos trabalhadores. Claro que esta ação deve ser pensada como um elemento dentro de um projeto reivindicatório mais amplo, no qual o lugar para instalar-se seja o passo inicial.

Neste contexto, objetivando a mobilização e as movimentações, a organização de atos políticos em várias cidades brasileiras tem sido uma forma não só de reivindicação, mas também de aprendizado para catadores, que nesses espaços socializam informações e procuram traçar estratégias comuns para fortalecer o processo organizativo, descobrindo e construindo nesse processo uma nova identidade.

Desta forma, após a marcha de Brasília, a mobilização teve continuidade, culminando com a realização do I Congresso Latino-Americano de Catadores que aconteceu em Caxias do Sul, em Janeiro de 2003¹³⁴ e teve a presença de 900 participantes de 15 estados Brasileiros, do Uruguai, Argentina e México, além de delegações de

¹³⁴ A cooperativa de Trabalhadores em Produtos Recicláveis de Presidente Prudente contou com a participação de dois representantes nesse evento.

observadores da França e do Canadá, marcando a ampliação do debate sobre o processo organizativo dos catadores para além das fronteiras do Brasil.

Roberto Laureano da Rocha, representante de São Paulo no MNCR, descreve assim as principais diretrizes que ficaram apontadas a partir do encontro foram:

Na verdade as diretrizes básicas e necessárias foram essas: a) a questão do reconhecimento da categoria; b) discutir a questão da tecnologia, o financiamento da tecnologia, discutir a tecnologia para o Movimento dos catadores, para conter toda cadeia produtiva; c) a questão de políticas públicas que colaborem e intervenções em políticas públicas que não colaborem com a questão do movimento. (Entrevista realizada no dia 08/06/ 2003)

O estabelecimento de políticas públicas voltadas para os catadores, nos diferentes níveis de governo, é uma das preocupações que comparece como central nos eventos e nos documentos políticos, já que com esse apoio ficaria mais fácil para os trabalhadores catadores obterem as infra-estruturas necessárias para realização do trabalho. A falta de máquinas como as prensas, por exemplo, inviabilizam melhores condições de negociações de preço por parte das cooperativas/associações, pois o material não enfardado é vendido por menor preço. No entanto, para a efetivação de políticas públicas desta natureza faz-se necessária a organização dos trabalhadores catadores nos diferentes estados. Sem essa pressão política organizada não haverá avanços nesse sentido. Em nível federal, o MNCR tem conseguido apoio junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome¹³⁵ neste setor.

Assim, os eventos que buscam fomentar o debate sobre a questão do trabalho no lixo nos estados são organizados pelo MNCR, mas também por outras entidades, como é o caso do Festival Lixo e Cidadania, realizado em Belo Horizonte-MG, nos anos de 2002 e 2003, organizado pela Associação dos Catadores de Papel Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE).

O II Festival Lixo e Cidadania ocorreu entre os dias 27 e 31 de outubro de 2003 em Belo Horizonte-MG. No evento foram realizadas várias atividades de cunho político. A principal delas foi a marcha que percorreu várias avenidas da cidade de Belo Horizonte até chegar à Assembléia Legislativa Estadual de Minas Gerais, onde foi realizada uma audiência pública com a participação dos catadores(Fotos: 27 e 28).

¹³⁵ Foi firmado um convênio para capacitações de catadores em todo o Brasil junto ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves
Foto 27 - Caminhada dos participantes do II Festival Lixo e Cidadania até Assembléia Legislativa Estadual de Minas Gerais, 2004



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves
Foto 28 – Audiência Pública realizada na Assembléia Legislativa Estadual de Minas Gerais, 2004

Na Audiência Pública, os deputados de Minas Gerais, junto a representantes da sociedade civil e dos catadores, debateram temas como a erradicação do trabalho nos lixões no estado de Minas Gerais e a inserção dos trabalhadores catadores em programas de coleta seletiva nos municípios mineiros.

Nesta audiência, o Secretário Estadual do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, assumiu publicamente a importância dos programas de coleta seletiva nos municípios, anunciando a existência de um projeto de lei em tramitação que prevê a instalação de Programas de Coleta Seletiva envolvendo os catadores nos municípios que forem impedir o trabalho dos catadores nos locais de disposição de lixo.

A existência do projeto de lei a ser aprovado é bastante positiva, mas, se prevê que os programas de coleta seletiva serão responsabilidade das prefeituras somente onde houver impedimento de entrada dos catadores nos lixões, isso pode levar algumas administrações a não tomarem atitude nesse sentido. Os catadores necessitam buscar saber em que moldes a lei prevê a implantação desses programas de coleta seletiva. Na verdade, devem exigir a sua participação nos processos que levam à elaboração desses projetos.

Os temas debatidos durante o evento, demonstram que há um consenso das lideranças de que se torna necessário compreender outras determinações que compõem hoje a realidade do trabalho na catação. Desta maneira, questões sócio-econômicas no mundo globalizado e as repercussões para os trabalhadores brasileiros, procurando enfatizar o debate sobre as questões postas pelo capitalismo na atualidade: reestruturação produtiva, desemprego, precarização do trabalho, desregulamentação do trabalho, novas tecnologias, novos produtos, consumo e seus reflexos sobre o meio ambiente, foram amplamente debatidas.

Os debates também foram aprofundados no sentido de melhor entender o papel desempenhado pelo trabalhador catador de materiais recicláveis no ambiente urbano, a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, a inclusão dos catadores nos programas de coleta seletiva e a relação do Estado com a sociedade civil organizada.

Dessa forma, o processo de mobilização e os atos de manifestação continuam acontecendo em várias escalas, procurando organizar os catadores, construindo espaços de sociabilidade e de aprendizagem, objetivando ainda despertar a sociedade para os problemas por eles enfrentados.

Atualmente, como uma das principais diretrizes, no intuito de fortalecer a estruturação do MNCR, vêm sendo pensados e organizados os Comitês Regionais dos Catadores de Materiais Recicláveis, como elemento fundamental nesse processo político organizativo; um processo do qual a Cooperativa dos catadores de Presidente Prudente e outros grupos organizados da região têm participado ativamente.

5.1 A Organização do Comitê Regional dos Catadores de Materiais Recicláveis do “Sudoeste Paulista”

A proposta de formação dos comitês regionais está dentro das principais deliberações do I Primeiro Congresso Latino-Americano de Catadores, realizado no Rio Grande do Sul e vem sendo referendada em outros encontros políticos dos catadores. A formação desses Comitês ficou sob a responsabilidade dos militantes presentes no Congresso, que retornariam às suas bases e iniciariam a sua organização, tendo como objetivo principal instituir, ampliar e fortalecer a base do MNCR no interior dos estados. Os Comitês Regionais ficariam ligados a uma comissão estadual, por sua vez vinculada à Comissão Nacional, formando uma estrutura política organizativa mais sólida e ampliada.

Ao retornarem do Congresso, os membros das Cooperativas de Assis, Presidente Prudente e seus respectivos apoiadores¹³⁶ deram início às ações de formação do Comitê Regional do Sudoeste Paulista, com o objetivo de levar informações e organizar os trabalhadores catadores em atividade nos municípios da região, apresentando e incentivando a participação no MNCR, procurando criar espaços para informar e debater, além da situação nacional do trabalho como catador de materiais recicláveis, as especificidades locais. Para isso contaram com apoio de diversas entidades que já vinham desenvolvendo trabalhos junto a esses grupos.

Como estratégia de fortalecimento da organização regional dos grupos de catadores do sudoeste paulista, organizou-se o primeiro Encontro Regional de Catadores da Região, no campus da Unesp/Assis (SP).

O primeiro Encontro Regional foi realizado em Assis (SP), no período de 06 a 08 de Junho de 2003, e contou com a participação de representantes de trabalhadores catadores das cidades de Assis, Ourinhos, Presidente Prudente, Rancharia, Presidente Epitácio, Santa Cruz do Rio Pardo, Marília, Paraguaçu Paulista, Cândido Mota, Platina, Maracaí, Iepê e Lupércio, além de representantes das prefeituras de vários desses municípios e das universidades envolvidas.

A estrutura do evento foi construída de maneira a abordar as questões mais gerais que envolvem o trabalhador catador, como a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos e também para conhecer as experiências organizativas que estão em andamento na região, seus problemas, dificuldades e possibilidade de organização mais ampliada entre os

¹³⁶ Os apoiadores são pessoas ligadas aos grupos de catadores organizados e que colaboram para a sua estruturação.

grupos. Neste sentido, a meta principal do encontro foi a estruturação do Comitê Regional do Movimento dos Trabalhadores Catadores (Foto 29).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves
Foto 29 - Mesa de abertura do I Encontro Regional dos Trabalhadores Catadores de Materiais Recicláveis. Assis-SP, 2003.

Durante o evento, os representantes do MNCR apresentaram a situação da organização do Movimento Estadual e Nacional dos Catadores, demonstrando o crescimento nos últimos meses devido principalmente a eventos organizativos. Foram destacadas as dificuldades no que diz respeito à difusão das informações que eram e continuam a ser grandes, pois há uma estrutura organizada de comunicação, o que não permite ações com maior coordenação e mobilização. Estabelecer meios efetivos de comunicação aparece então como umas das tarefas dos grupos organizados para melhorar a troca de informações.

A falha nessas trocas, a dificuldade dos trabalhadores das cooperativas e associações participarem das reuniões, mesmo as regionais, são elementos que dificultam o estabelecimento de agendas políticas exequíveis, daí a necessidade de se estruturar uma rede organizada na tentativa de diminuir essas dificuldades. A constituição dessa base é fundamental para que o MNCR fortaleça-se e ganhe legitimidade para agir em nome dos trabalhadores catadores. A constituição do Comitê Regional dos Trabalhadores Catadores de Materiais Recicláveis do Sudoeste do estado de São Paulo, durante o evento, foi um elemento importante nesse aspecto.

Também objetivava fortalecer as relações entre os catadores e os apoiadores. Desta forma, foram eleitos os representantes e os suplentes de cada grupo presente para compor o Comitê Regional. As instituições como universidades e prefeituras puderam indicar um membro para compor o Comitê. Essa formação permite aos catadores uma melhor articulação com outros setores da sociedade.

As prefeituras, que são também responsáveis pelo serviço de coleta de lixo e estão diretamente envolvidas com os problemas relativos aos resíduos sólidos, aparecem como colaboradoras em alguns casos.

Neste aspecto, a organização dos catadores é benéfica às administrações públicas, sobretudo se a realização do trabalho na coleta e na triagem dos resíduos recicláveis não representar custos adicionais. As tentativas mais comuns de solução para a diminuição dos resíduos e para o fim do trabalho nos lixões pelas prefeituras têm sido, como vimos, as usinas de triagem e compostagem e o fechamento dos aterros aos catadores.

Geralmente a colaboração do poder público municipal aos catadores permanece muito mais no campo das intenções, sempre esbarrando na questão da falta de dinheiro para efetivar-se concretamente, por exemplo, na construção de um centro de triagem, o que pode levar à estruturação de programas de coleta seletiva deficientes, sem infra-estrutura adequada, o que significa a realização do trabalho de catação e triagem também de forma precarizada, utilizando terrenos baldios como locais de triagem dos resíduos¹³⁷, com baixos rendimentos.

Os apoiadores, além da articulação entre os trabalhadores e o poder público e demais instituições, assessoram também do ponto de vista técnico as ações e os projetos a serem elaborados. Mas essa atuação não significa interferência. Em tese, as decisões sobre as deliberações, os encaminhamentos e a gestão das associações e cooperativas ficam por conta dos trabalhadores, não havendo interferência direta de terceiros nos empreendimentos. O fortalecimento dos grupos em suas localidades foi entendido como importante para a própria consolidação do comitê.

Como procedimento para consolidar o Comitê Regional, foi estabelecido um calendário de reuniões, que seriam realizadas nas cidades onde houvesse grupo de catadores organizados, ou em vias de organização. A intenção era criar espaços para troca de informações e de mobilização política para atuação dos catadores em seus municípios.

¹³⁷ Na cidade de Matão(SP), mulheres que ficavam sem trabalho durante a entressafra da cana organizaram a coleta seletiva e a triagem dos resíduos nesses moldes, com o conhecimento da prefeitura, mas sem nenhum apoio direto para obtenção da infra-estrutura, a não ser a permissão para ocupar um terreno público.

Na intenção de ampliar o debate, estas reuniões teriam momentos específicos para a participação de representantes das prefeituras e demais membros da comunidade interessados, além é claro, dos representantes que compunham o Comitê Regional.

5.1.1 As Reuniões do Comitê Regional dos Catadores do Sudoeste Paulista¹³⁸

As reuniões do Comitê Regional foram sendo organizadas à medida que eram demandas pelos grupos de catadores. Desta forma, a escolha do local do encontro acabava tendo como principal critério a necessidade da colaboração na organização das cooperativas/associações em seus respectivos municípios e, ainda, a aproximação do grupo local aos demais membros do próprio Comitê.

Objetivavam ainda a criação de um espaço de aproximação entre as prefeituras e os catadores, de maneira que as dificuldades e os principais problemas existentes nessa relação pudessem ser debatidos abertamente com o apoio dos demais participantes, procurando sempre construir soluções para os obstáculos que impediam os avanços dos projetos. Assim, mais do que apontar os problemas, já conhecidos, a intenção era estabelecer ações que os solucionassem, tendo como motor principal para essa transformação o trabalho organizado dos catadores.

A Reunião do Comitê Regional dos Catadores em Marília

A primeira reunião do Comitê Regional dos Catadores de Materiais Recicláveis do Sudoeste Paulista aconteceu dois meses após o I Encontro Regional e foi realizada nas dependências da Faculdade de Medicina de Marília (F.A.M.E.M.A), no dia 16/08/03.

Os debates giraram entorno do processo de organização do Comitê e em que condições estavam estruturadas as associações e cooperativas na região, expondo e discutindo também a forma e os preços alcançados na comercialização das mercadorias em cada uma das diferentes cidades.

As informações com relação à comercialização davam conta de que os tipos de materiais procurados pelos intermediários eram os mesmos nos mais diferentes lugares. Essa característica se deve claramente à demanda existente dos setores em que o processo

¹³⁸ As informações e registros contidos nos textos relativos às reuniões ocorridas nos município são frutos de nossas anotações nas reuniões e de acesso ao arquivo que contém os relatos dos eventos. Agradecemos aqui a Ednei João Garcia, membro do Comitê Regional Sudoeste Paulista pela cidade de Assis, Psicólogo formado pela FCL/Unesp de Assis.

industrial de reciclagem tem maior atuação. Essa preferência recai sobre os tipos de materiais mais valorizados : alumínio, papel/papelão, etc.

Um outro aspecto é que alguns compradores intermediários têm uma atuação regional, compram de várias grupos de catadores e pagam preços diferentes pelo mesmo tipo de mercadoria, utilizando-se sempre do argumento relativo ao custo do transporte.

As situações descritas nos parágrafos anteriores, nos permitem visualizar a estrutura do circuito da reciclagem, em que os intermediários agem regionalmente na exploração dos catadores e se vinculam às indústrias recicladoras dentro e fora do estado, de maneira a atender estas demandas.

Além dos esclarecimentos sobre as questões relativas à comercialização, foram elencados os problemas atinentes às negociações e ações políticas, tanto do processo de organização dos catadores em cidades em que isso ainda não ocorria, como também o encaminhamento das negociações no sentido de melhorar as condições onde os catadores estavam organizados ou em processo de organização.

A maior dificuldade para a mobilização dos catadores na região é a falta de estrutura para comunicação e troca de informações, além das próprias condições financeiras dos grupos organizados, que têm dificuldades para custear o deslocamento dos seus membros para a participação nas reuniões.

Desta forma, a situação precária de trabalho e os baixos rendimentos dos catadores se revelam um obstáculo para a ampliação e o fortalecimento político do grupo. Essa correlação entre precariedade e dificuldade de organização e ação política não é marca desta ou daquela categoria de trabalhadores, mas da classe trabalhadora como um todo. Para Cattani (1996, p.125), *a precarização do emprego, as exclusões, as diferenciações dos trabalhadores e o individualismo crescente sabotam a vida associativa.*

Mesmo diante das limitações os membros do Comitê regional delinearão algumas ações políticas, nessa primeira reunião, como envio de cartas a prefeitos (anexo 3) e vereadores da região, no sentido de apresentar o Comitê Regional e buscar o apoio das prefeituras como forma de colocar em pauta os problemas que os trabalhadores catadores têm enfrentado e suas reivindicações.

A Reunião do Comitê Regional em Paraguaçu Paulista

A reunião do Comitê Regional dos Catadores do Sudoeste do estado de São Paulo, realizada em Paraguaçu Paulista, aconteceu no dia 11/10/2003, contou com a presença dos

representantes do poder público municipal, de maneira que as ações e possíveis projetos da prefeitura puderam ser discutidos com a participação de representantes do Comitê Regional e da Associação União de Coleta e Manuseio de Recicláveis (AUCMAR), de Paraguaçu Paulista. Participaram também membros da Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reaproveitável de Rio Claro (COOPERVIVA) e funcionários da administração pública daquele município, convidados a falar sobre a experiência que realizavam em relação à organização dos trabalhadores catadores e da coleta seletiva.

Mas o debate principal se estabeleceu em torno da possível instalação, por parte da prefeitura, de uma usina de triagem e compostagem de resíduos sólidos no aterro de Paraguaçu Paulista, que nesse processo não havia considerado a existência da Associação União de Coleta e Manuseio de Recicláveis (AUCMAR), que contava naquele momento com 15 catadores.

A idéia defendida pelos membros do Comitê, foi de que os recursos a serem utilizados na instalação da usina de triagem e compostagem fossem revertidos para a Associação, em forma de infra-estrutura, para melhoria das condições de realização do trabalho que a Associação já desenvolvia de maneira informal.

O fato é que neste caso, como em tantos outros, a prefeitura imaginava obter ganhos com a instalação da usina de triagem e compostagem, não interessando de imediato a inserção dos catadores dentro do que se havia projetado. O debate caminhou no sentido de demonstrar os equívocos desse empreendimento, e a necessidade da participação dos catadores nas decisões relativas à gestão dos resíduos sólidos, sobretudo dos recicláveis.

Como resultado da reunião ficou estabelecido que a AUCMAR e a P.M de Paraguaçu Paulista trabalhariam em conjunto para implantarem a coleta seletiva no município, que se comprometeu em disponibilizar uma prensa (já que estava comprada para o Centro de Triagem) e algumas telhas para o barracão da AUCMAR.

A Reunião do Comitê Regional em Rancharia

Esta reunião ocorreu no município de Rancharia – SP, no dia 14 de fevereiro de 2004, contando com a participação de representantes dos municípios de Presidente Epitácio, Ourinhos, Maracaí, Assis, Presidente Prudente, Lupércio, Álvares Machado, Platina e Marília (Foto 30).



Foto; Ednei Gonçalves

Foto 30 – Participantes da rReunião do Comitê Regional, Sudoeste Paulista, em Rancharia-SP, 2004

No primeiro momento foram apresentadas pela Prefeitura Municipal de Rancharia e pelos representantes da Cooperativa dos Catadores, as questões atinentes à experiência de organização dos trabalhadores que vinha ocorrendo no município.

A partir dessa explanação, foram aprofundadas questões relativas aos ganhos indiretos da Prefeitura Municipal de Rancharia com a realização da coleta seletiva de resíduos recicláveis pelos trabalhadores da COTRACOL, ou seja: a) a soma do trabalho dos cooperados aos funcionários municipais que realizam a coleta indiferenciada, colaborando para a limpeza da cidade; b) a diminuição com gastos em reposição de peças nos caminhões da Prefeitura que realizam a coleta com a diminuição do número de viagens c) o aumento da vida útil do aterro, com a disposição menor de resíduos recicláveis, que em geral são os mais volumosos.

De acordo com a Senhora Celma Aparecida dos Santos, catadora associada a COTRACOL, no final do ano de 2003 o grupo ainda estava em fase de organização e participou do I Encontro Latino Americano de Catadores de Materiais Recicláveis e foi neste evento que alguns trabalhadores catadores de Rancharia-SP, representando a COTRACOL, puderam trocar experiências e identificar algumas semelhanças nos processos de organização e de consolidação de diversas cooperativas de catadores de cidades vizinhas, de outros estados do Brasil e demais países latino-americanos como Uruguai e Argentina.

A Senhora Celma ressaltou, ainda, as dificuldades do grupo em construir um espaço coletivo de decisões, onde todos falem, todos escutem, todos pensem e possam participar. Lembrou que no início não havia nem mesmo a comercialização conjunta; cada trabalhador vendia o seu próprio material como acontecia também nas ruas. Essa situação começou a mudar após a primeira reunião do Comitê em Marília, em que foi possível a troca de experiências outros grupos e a proposição da comercialização conjunta em Rancharia.

A mudança do trabalho individualizado e competitivo nas ruas e no lixão, para o trabalho conjunto e cooperativo, não é facilmente compreendida pelos catadores. Na maior parte dos casos que conhecemos as comparações com relação ao ritmo de trabalho e à divisão igualitária dos ganhos tornam-se motivo de desavenças entre os trabalhadores. Há sempre aqueles que acreditam que deveriam ganhar mais porque entendem que trabalham mais.

Além da dificuldade de organização coletiva há outros problemas que as cooperativas/associações vêm enfrentando, o maior deles é ao aumento do número de pessoas que estão catando os resíduos recicláveis como forma de complemento salarial, o que diminui a quantidade coleta pelos cooperados e conseqüentemente a sua renda mensal.

Este aspecto demonstra a dimensão da precarização da vida da classe trabalhadora empregada que não consegue, com apenas um salário, o mínimo necessário para sua reprodução, tendo que disputar com os desempregados os resíduos recicláveis que podem vir a ser comercializados. Desta forma, fica claro o nível precário das condições de vida dos trabalhadores com baixos salários e suas conseqüências, que vão da má alimentação às péssimas condições de moradia que atingem toda a família, que não podendo se reproduzir minimamente com o salário de quem está empregado, tem que recorrer a outros pequenos trabalhos, a *bicos*, à atividades informais, à catação dos recicláveis e mesmo ao trabalho infantil.

Além dessa concorrência, algumas empresas passaram a não disponibilizar mais os resíduos recicláveis para os catadores da COTRACOL, que têm sido entregues pelas empresas a seus funcionários, que os comercializam com sucateiros e utilizam o dinheiro para compra do “cafezinho” ou como fundo para festas.

Como forma de buscar reverter a diminuição dos ganhos das cooperativas, causados pela concorrência, foi apresentada uma proposta de articular a comercialização em rede dos resíduos recicláveis. Desta forma, as associações e cooperativas deveriam se juntar para realizar a comercialização das mercadorias mais procuradas pelo mercado. Em

tese a comercialização conjunta permitiria um ganho de escala e no preço, possibilitando fugir à ação dos intermediários, tornando possível a comercialização direta com a indústria, o que não pode ser feito em pequenas quantidades.

No entanto, para que ocorra essa comercialização conjunta, apresentam-se outras questões, por exemplo, a necessidade de uma infra-estrutura básica, esteiras, prensas e balanças instaladas em cada uma das localidades, pois sem uma triagem adequada e o enfardamento dos resíduos, não se pode fazer um transporte economicamente viável, assim, torna-se necessário fortalecer os pontos que vão estruturar essa rede.

Neste caso, o trabalho realizado pelos catadores também deverá passar por uma reestruturação caso o projeto seja implantado. Isso porque a triagem deverá seguir os mesmos padrões, evitando que os materiais triados sejam indevidamente misturados no momento em que forem os fardos agrupados. No circuito econômico hoje em funcionamento, a comercialização conjunta pode representar a possibilidade da comercialização direta com as indústrias e possibilidades de maiores ganhos, porém, representará também mais custos com transporte, por exemplo. Essa reorganização pode significar a diminuição do grau das oscilações do preço das mercadorias, mas não significará o fim da dependência do consumidor final à indústria recicladora.

Para projetar melhor essa ação, tornou-se necessária a realização de um diagnóstico da situação local e regional dos catadores organizados, destacando em que condições infra-estruturais se encontram. Desta forma, criar uma base de dados e um canal efetivo de comunicação torna-se fundamental para o sucesso das ações políticas do Comitê, pois apesar da distância relativamente pequena entre os municípios em que os trabalhadores catadores estão organizados na região, as dificuldades de comunicação são enormes. A maior parte das associações e cooperativas não tem nem mesmo telefone para contato.

A Reunião do Comitê Regional em Ourinhos

Na cidade de Ourinhos-SP, a reunião foi realizada no dia 30 de março de 2004, nas dependências do Centro do Professorado Paulista (CPP), contando com a presença de representantes dos trabalhadores catadores das cidades de Presidente Prudente, Assis, Ourinhos, Álvares Machado e Santa Cruz do Rio Pardo. (Foto 31).



Foto ;Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 31 – Abertura da reunião do Comitê Regional dos Catadores em Ourinhos (SP), 2004

De acordo com a Secretária da Assistência Social do Município, houve várias tentativas de aproximação com os catadores para propor e trabalhar as idéias de organização. Mas há resistência por parte de alguns deles em estabelecer uma conversa com a prefeitura, sobretudo porque temem que essa ação vise à retirada dos catadores do lixão e não um apoio efetivo.

De acordo com a prefeitura, a presença dos catadores no lixão de Ourinhos tem sido um dos pontos em que a administração municipal vem sofrendo maior pressão, por parte dos órgãos ambientais fiscalizadores, para que seja dada uma solução.

O debate a respeito da adequação às normas levou a proposição de que esse processo de adequação deve sempre considerar a situação dos trabalhadores catadores, que não devem ser tratados como elementos à parte no sistema de gerenciamento de resíduos sólidos do município.

Para os membros da diretoria da associação de catadores, a dificuldade de estabelecer um diálogo com a prefeitura está não só na desconfiança, mas também na falta de organização interna desse mesmo grupo, que não consegue avançar em uma proposta para apresentar, já que há críticas das mais variadas à proposta do trabalho conjunto.

As dificuldades apresentadas para a organização dos trabalhadores catadores e a falta de credibilidade na eficácia da ação organizada, não obstante a situação extremamente

precária na qual se enquadra os trabalhadores em questão, reflete um fenômeno que abrange grande parte da classe trabalhadora, que é a desmobilização política.

Nesse caso específico, os catadores não conseguem perceber a enorme riqueza que a sua situação de miséria cria e como esta riqueza é apropriada por outros. Os que percebem não conseguem meios para se fortalecerem e colocarem em pauta as reivindicações que deverão ser levadas à frente, como forma de pressionar os que controlam todo o circuito econômico em que estão envolvidos. Do mesmo modo, têm dificuldades para despertar os demais trabalhadores para a construção de soluções para os problemas que os atingem.

Essa dificuldade organizativa encontra explicação na situação de extrema exclusão vivida por esses trabalhadores, que em situação de miséria absoluta são forçados a entender como fator decisivo para as suas ações a obtenção de um ganho em dinheiro que lhes permita continuar sobrevivendo. Nessa situação, entendem ser perda de tempo parar de trabalhar para discutir assuntos referentes à sua organização coletiva, baseando-se no trabalho individual praticado nos lixões. Entendem a possibilidade de trabalho conjunto como união entre concorrentes, o que geraria a impossibilidade de obter melhores rendimentos. Essa postura inviabiliza as ações conjuntas, seja política ou de trabalho, que nessa perspectiva tem sempre a conotação de ter que dividir com o coletivo e não de somar.

Um outro aspecto debatido foi o de que as condições de exclusão dos catadores e as dificuldades infra-estruturais das cooperativas/associações têm frustrado as tentativas do Comitê de conhecer melhor a situação regional para fortalecer as ações. A geração de dados sobre as condições em que se encontram as cooperativas e associações, no que diz respeito a número de membros, condições de trabalho, quantidade comercializada e relação com o poder público municipal tem sido difícil, pois alguns grupos não conseguiram gerar e sistematizar essas informações. Esta situação diminui sobremaneira o potencial para se traçar ações conjuntas.

A Reunião do Comitê Regional dos Catadores em Presidente Prudente - SP

A reunião do Comitê Regional ocorreu em Presidente Prudente na Faculdade de Ciências e Tecnologia/Unesp, no dia 22/05/2004 e contou com a participação de cem pessoas, entre trabalhadores catadores organizados de Presidente Prudente e região, representantes do Poder Público, sindicatos e da comunidade em geral (Foto 32).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 32 – Mesa formada pelos representantes dos catadores na quinta reunião do Comitê Regional, 2004

Os representantes da Prefeitura Municipal lembraram a importância de continuar expandindo o programa de coleta seletiva para outras áreas da cidade. Porém, destacaram que apesar do apoio dado até agora pela Prefeitura, os trabalhadores da Cooperlix devem tomar a frente do processo, o que significa arcar com os custos referentes à estruturação da cooperativa buscando outras fontes de apoio.

Essa posição de que os Cooperados devem arcar com os custos da realização do serviço é defendida por várias prefeituras, sempre objetivando não ter gastos com a instalação dos programas de coleta seletiva que incluam os catadores. O argumento utilizado é que esses empreendimentos devem ter sustentabilidade e não necessitem de ajuda financeira. No entanto, o serviço prestado pelos cooperados, a coleta de resíduos sólidos recicláveis, não é cobrado dos munícipes nem da prefeitura não havendo em vários casos nenhuma contrapartida.

Um aspecto importante a ser ressaltado nessa concepção é o fato de a prefeitura não assumir para si o programa de coleta seletiva com a participação dos catadores. Aqui, como em vários outros casos, o programa aparece como sendo de responsabilidade dos trabalhadores, desconectado do sistema de limpeza pública. Essa postura alimenta uma relação informalizada de realização desse serviço, ou seja, não há nenhum contrato legal entre associações/cooperativas e prefeituras que delimite quais são as atribuições e direitos nesse caso. A nosso ver, um contrato formal diminuiria a fragilidade dessa

relação entre a cooperativa e a prefeitura municipal, posto que os trabalhadores não podem permanecer expostos à mudanças estimuladas por crises políticas enfrentadas pelas administrações.

A questão da realização da comercialização conjunta entre as cooperativas e associações da região, foi novamente abordada. No entanto, a proposta continua não encontrando viabilidade para a execução já que faltam os meios de estruturação dessa rede.

Outro aspecto a ser considerado na perspectiva da comercialização conjunta é a quantidade, em peso, dos resíduos recicláveis coletados pelos trabalhadores catadores nas diferentes cidades (Tabela 17). Em geral, essas quantidades são pequenas e levariam um período de tempo relativamente longo para que houvesse um acúmulo que justificasse o transporte. Além disso, os catadores necessitam quase que de imediato do dinheiro obtido com a comercialização e não conseguem manter as mercadorias estocadas por muito tempo. A comercialização é geralmente feita a cada quinze dias, ou de acordo com a quantidade acumulada de material.

TABELA 17 - Quantidade Mensal de Materiais Recicláveis Comercializados pelas Cooperativas e Associações Mensalmente, 2004.

Cooperativa/Associação	Quantidade/Coletada Comercializada
Ourinhos	8 a 10 Toneladas mês
Assis	(+ ou -) 28 Toneladas mês
Rancharia	De 4 a 5 Toneladas mês
Pres. Prudente	16 Toneladas mês
Pres. Epitácio	Não informou
Álvares Machado	12 a 16 Toneladas mês

Fonte: Cooperativas e Associações, 2004

A partir dos dados apresentados pode-se traçar uma variação também dos ganhos obtidos por cada um dos grupos, que além da quantidade coletada, guarda relação com os preços praticados nas diferentes cidades, levando-se em conta o tipo do material, a separação e a prensagem que são trabalhos realizados pelos cooperados/associados e que agregam valor à mercadoria no momento da comercialização.

A diferença de renda fruto da quantidade/tipo/preço pago pelo material, acaba por impactar fortemente a situação de cada grupo, pois o precário nível de organização do trabalho, a não utilização de ferramentas adequadas e os materiais de baixa qualidade, resultam em um baixo rendimento mensal, trazendo sérias complicações para a

reprodução do trabalhador catador, implicando muitas vezes no abandono da cooperativa/associação e no retorno à catação individual.

Com o objetivo de reverter essa situação, além da comercialização conjunta, os trabalhadores discutem a possibilidade de realização do pré-processamento de alguns materiais por parte das cooperativas ou associações. Para os catadores esse avanço mudaria a situação no que diz respeito não só à renda mensal, mas também à condição dos trabalhadores no circuito da reciclagem, lembrando que o controle do processo de transformação dessa mercadoria os colocaria numa posição privilegiada frente aos atravessadores na cadeia produtiva.

A viabilização da proposta esbarra também na falta de recursos financeiros, colocando para os catadores a necessidade de agir politicamente para o estabelecimento de políticas públicas e financiamentos voltados para esses empreendimentos. Uma outra fonte de recursos para essa estruturação poderiam ser as próprias prefeituras, que financiariam esses empreendimentos dentro de um sistema de gestão integrado dos resíduos sólidos no município.

A Reunião do Comitê Regional dos Catadores em Álvares Machado (SP)

Esta reunião foi realizada no dia 17 de Julho de 2004. Estiveram participando do evento cerca de cem trabalhadores catadores pertencentes às cooperativas/associações da região: Álvares Machado, Presidente Prudente, Presidente Epitácio, Nantes, Rancharia, Ourinhos, Assis, Pirapozinho, Cândido Mota e vários representantes de Prefeituras, de Universidades e ONG's da região.

Os trabalhadores da Associação Reciclando Para a Vida (de Álvares Machado), expuseram os seus históricos de vida, destacando as suas trajetórias, experiências de trabalho e de desemprego e a busca da sobrevivência através do trabalho de catação no lixão e a esperança de melhores condições de vida após a fundação da Associação. Para esses trabalhadores o maior problema para consolidar o grupo estaria na dificuldade de entender a divisão e o tempo de trabalho, o ritmo de cada um no dia-a-dia da Associação. Alguns membros acreditam que trabalham mais em relação aos outros, não achando justo receberem o mesmo valor. Esse problema vem sendo contornado com a discussão aberta entre os associados, que procuram no debate construir referenciais que permitam entender a importância do trabalho de cada um para o coletivo, independentemente da velocidade com que desenvolvem as ações.

Mas o principal ponto de discussão dessa reunião foi a Carta de Princípios dos Catadores dentro do Movimento Nacional (anexo 2).

A necessidade da elaboração de uma Carta de Princípios surgiu nos encontros realizados em vários estados, que apontaram a importância de se ter um documento de referência e que desse um norteamento de ações e posturas às entidades organizadas. Esse documento deveria dar parâmetros para as ações políticas e profissionais dos trabalhadores catadores organizados.

O debate entre os presentes levou a algumas pequenas modificações no documento. As mudanças se concentraram nos itens que direcionavam a forma como deverão ser estabelecidas as possíveis parcerias com outras entidades, como por exemplo, as Prefeituras Municipais (Foto 33).



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves
Foto 33 - Reunião dos grupos para debate da Carta de Princípios do Movimento Nacional dos Catadores, 2004

Estes momentos de debates conjuntos e a respeito de questões que não estão restritas ao trabalho nas cooperativas/associações, mas à possibilidade de organização política reivindicatória coloca para os trabalhadores catadores elementos que permitem criar uma identidade coletiva, que não se restringe à atividade da catação, mas vai além, alcançando a identidade no processo reivindicatório, fato que não encontra espaço para acontecer no trabalho individualizado, nas ruas e nos lixões.

Essas formas de atuação podem criar um terreno fértil que permita a concretização de ações políticas radicalmente transformadoras, não só para os trabalhadores catadores,

mas para os trabalhadores precarizados e desempregados em geral. Para Antunes (1998, p.90): *Sua condição de despossuído e excluído o coloca potencialmente como um sujeito social capaz de assumir ações mais ousadas, uma vez que esses segmentos sociais não têm mais nada a perder no universo da sociabilidade do capital.*

Nesta perspectiva de contínua organização é que a Carta de Princípios aponta também para a importância das reuniões regionais no processo organizativo do MNCR, de forma a fortalecer as ações políticas em outras escalas. A demonstração dessa potencialidade foi a realização do II Encontro Latino Americano de Catadores de Materiais Recicláveis, em janeiro de 2005 em Caxias do Sul -RS, que contou com a participação de 25 representantes do Comitê Sudoeste Paulista.

5.2 O II Congresso Latino-Americano de Catadores

O II Congresso Latino-Americano de Trabalhadores Catadores ocorreu de 23 a 25 de Janeiro de 2005, no Ginásio Municipal Celso Morbach, no centro da cidade de São Leopoldo - RS – Brasil, tendo como tema: “Não há fronteiras para os que exploram. Não deverá haver para os que lutam”, sintetizando o objetivo de aproximação e organização dos trabalhadores catadores latino-americanos.

O principal objetivo é a troca de experiências entre os trabalhadores catadores organizados nos diferentes países da região. As falas dos trabalhadores catadores de outros países da América Latina sinalizaram situações muito parecidas com as do Brasil. Ou seja, a realidade dos trabalhadores catadores que estão inseridos no circuito da reciclagem de resíduos sólidos também é marcada por intensa precarização do trabalho e pela exploração por parte de comerciantes, em alguns casos também pela repressão da polícia e das administrações municipais.

Um outro aspecto apresentado e que destacamos, diz respeito ao fato de que o número de trabalhadores catadores vem aumentando em todos os países, sobretudo nas grandes cidades. Segundo os dados apresentados, em Buenos Aires, capital Argentina, o número de *cartoneros*, passou de 800 em 1990 para 2.400 em 1999, quando foi realizado o último censo. Há a hipótese de que esse número se deve ao aprofundamento da crise econômica e social que o país atravessou.

As raízes das crises econômicas que assolam os países latino-americanos, atingindo com toda a força a classe trabalhadora estão na adoção de modelos políticos econômicos

adotados nas últimas décadas, baseados na abertura da economia e na intensa liberalização do mercado, com repercussão direta no mercado de trabalho. Para Salama (1999, p.11):

Nos últimos anos, o Brasil, a Argentina e o México estiveram comprometidos com um modelo econômico similar: uma expansão do PIB cada vez mais dependente da entrada de capitais; um crescimento das desigualdades, tanto entre as rendas do trabalho e as do capital quanto, dentro destas, entre os trabalhadores qualificados e as dos não qualificados; um índice de desemprego crescente e uma expansão significativa dos empregos precários em relação aos existentes nos anos 80.

Neste contexto de crescimento da pobreza, o pouco que se consegue de avanço no sentido de melhorar as condições de vida e de trabalho dos catadores ocorre quando há ações organizadas, como afirmou o representante dos trabalhadores catadores da Argentina. No entanto, ainda são poucas as experiências de catadores organizados nos países latino-americanos que tiveram representantes no evento. Destes, podemos destacar os trabalhadores catadores do Brasil, que apresentam o maior número de experiências de organização coletiva.

A situação das grandes cidades da América Latina, com relação à produção, transporte e sobretudo, destinação dos resíduos, também foi um tema abordado. De acordo com os palestrantes, o lixo é um dos maiores problemas para as administrações das capitais dos países latinos, isso porque sua geração vem crescendo de forma descontrolada e não há locais tecnicamente preparados para a disposição dos resíduos.

Neste contexto, o trabalho infantil nos lixões foi apontado como a situação mais degradante e denunciado como uma realidade presente em todos os países latinos que estiveram representados no evento. As crianças estão trabalhando nos lixões e também nas ruas, sozinhas ou acompanhando os pais, que por não terem onde deixá-las as levam consigo, como afirmaram os representantes do Chile, Brasil e Uruguai.

O trabalho da mulher na catação dos recicláveis foi também destacado de maneira a ressaltar que grande parte da força de trabalho envolvida com a catação é formada por mulheres na América Latina. Neste sentido, Salama (1999), afirma que umas das principais causas do aumento do trabalho feminino e infantil na América Latina está na redução substancial dos rendimentos das famílias, que procuram com a inserção de mais membros no mercado de trabalho, suprir ou minimizar estas perdas. Para Carvalhal (2004, 49), *o aumento de postos de trabalho tendo à frente as mulheres se dá às custas da ausência de registro e à base de rendimentos menores do que os percebidos pelos homens.*

No que diz respeito às questões ambientais, foram apresentados e debatidos temas relativos ao Protocolo de Kyoto, procurando esclarecer o que significa esse documento, os avanços e as dificuldades para se alcançar os objetivos nele proposto, como a diminuição da emissão de gás carbônico para atmosfera, sem a adesão do país que emite a maior quantidade de poluentes no mundo, os Estados Unidos (EUA).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos brasileira também foi discutida, destacando-se a importância da participação ativa dos trabalhadores catadores para fazer valer na lei os seus direitos, de maneira a colocar-se no centro desse debate. Foi enfatizado que sem a presença organizada dos trabalhadores catadores no processo de estabelecimento do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, pode-se instituir uma lei que seja prejudicial à atuação dos catadores no circuito econômico que envolve a reciclagem de resíduos.

Outros temas importantes foram abordados, entre eles: a) a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o impacto na vida dos catadores, procurando destacar o modelo neoliberal da política econômica brasileira e da América Latina, que tem levado a exclusão de grande parte da população ao acesso aos bens para satisfação das necessidades básicas à sobrevivência humana, destacando-se a necessidade da resistência organizada do trabalhadores a esse projeto; b) o protagonismo dos trabalhadores catadores na gestão da cadeia produtiva de reciclagem. Sobre esse tema Alexandre Camboim (Coordenador Nacional do MNCR), procurou apresentar a atuação dos trabalhadores catadores no mercado da reciclagem, salientando que os mesmos estão envoltos em uma lógica de exploração e exclusão que não permite àquele que trabalha garantir a sua sobrevivência, e que por outro lado enriquece uma pequena parcela (os atravessadores e as indústrias ligadas à reciclagem em toda a América Latina) ressaltando a importância dessa união latino-americana dos catadores para transformar a realidade em que vivem. Nas palavras de Sílvio Rodríguez, delegado Colombiano:

En Mexico nos dicen pepenadores, en Perú y Ecuador, minadores, en Colombia, recicladores, en Uruguay, clasificadores, En Argentina, Paraguay y Chile, cartoneros, en Brasil catadores, en la India, cirujas y en general somos basuriegos. Pero somos unos mismos, somos los pobres, somos los que reciclamos, somos los que limpiamos el mundo de la basura del consumo. ¿Y qué queremos? Queremos reconocimiento económico, social y ambiental e para lograrlo necesitamos tener las manos en la basura, la cabeza, fuera de la basura”

A última atividade para o encerramento do II Congresso Latino Americano de Catadores, foi a participação na Marcha de Abertura do V Fórum Social Mundial em Porto

Alegre (Foto 34), em que o MNCMR juntou-se a outros movimentos sociais para protestar contra a lógica excludente e destrutiva do modo capitalista de produção em todo o mundo.



Foto: Marcelino Andrade Gonçalves

Foto 34 - Marcha de abertura do V Fórum Social Mundial em Porto Alegre, 2005

Como resultado desse evento, a direção do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis acredita que haverá um fortalecimento da organização dos catadores na América Latina e a expansão das organizações das cooperativas e associações de catadores, sobretudo porque o evento tornou-se não só informativo, mas um espaço de formação para esses trabalhadores, ajudando-os a entender e participar melhor das idéias contrárias ao individualismo e à competição, como propõe a carta de princípios e objetivos do MNCR (anexo 3), passando a perceber que o apoio mútuo entre os trabalhadores(as), no dia-a-dia das lutas e a solidariedade de classe com os outros movimentos sociais, podem transformar as suas vidas para além do local de trabalho.

5.3 A Reterritorialização do Trabalho: do Lixo aos Resíduos Recicláveis

As ações que aqui apresentamos e das quais temos participado, nos têm permitido apreender um pouco mais sobre a situação e as transformações nas condições de trabalho dos catadores em alguns municípios do da UGRHI - Pontal do Paranapanema e também em outras regiões.

Durante a nossa pesquisa temos participado do processo de organização desses trabalhadores, de maneira a colocar à disposição dos mesmos as informações de que dispomos. É claro que temos também aprendido muito e construído conjuntamente, o que leva a apresentarmos situações como a de Álvares Machado¹³⁹, que aparece em nosso trabalho (capítulo 1) como tendo catadores no local de disposição do lixo e que já comparece neste capítulo como Associação organizada, o mesmo para Rancharia.¹⁴⁰ Em todos os casos a nossa participação se deu em um coletivo, envolvendo várias entidades e as mais diferentes pessoas.

É importante destacarmos, aqui, que a organização dos trabalhadores catadores em associações e/ou cooperativas junto à participação no Comitê Regional dos Catadores tem criado um espaço de construção de conhecimento e de atuação política que permite estabelecer uma nova territorialidade do trabalho com os resíduos recicláveis em algumas cidades. Temos a clareza de que não são experiências redentoras e que se encontram socialmente envoltas em uma série de contradições. No entanto, acreditamos também que esses fatos estabelecem uma base mínima para construção de uma (nova) sociabilidade entre esse grupo de trabalhadores e deles com os demais trabalhadores e demais setores da sociedade, potencializando um repensar do contexto no qual estamos todos inseridos.

Se o trabalho como catador no lixão não permitia construir uma identidade mínima entre os trabalhadores, o processo de organização das cooperativas e associações de catadores e do Comitê Regional tem trazido a possibilidade de juntarmos diferentes pessoas e grupos de diversas cidades para debater e pensar sobre soluções para problemas que são comuns ou particulares, no sentido de procurar apontar e construir soluções para as diferentes questões que para nós se colocam.

As pequenas mudanças a que estamos assistindo na configuração territorial do trabalho dos catadores são um aspecto importante a ser ressaltado, pois trazem em si não só uma transformação na estrutura e na forma da organização do trabalho de catação e triagem de resíduos recicláveis. Alteração que não só se materializa nos barracões de triagem, nos caminhões utilizados na coleta seletiva, nas músicas que anunciam o serviço, mas também sinalizam para o potencial transformador de um grupo de trabalhadores que até então estava esquecido a alguns quilômetros de distância dos centros urbanos, dentro dos lixões municipais.

¹³⁹ Em Álvares Machado temos apoiado a Associação Livre para Meio Ambiente (ALMAM) na organização dos trabalhadores e ajudado tecnicamente na implantação do programa de coleta seletiva.

¹⁴⁰ Em Rancharia temos trabalhado com a Secretaria da Assistência Social e com a Associação de Catadores.

A nova territorialidade acaba possibilitando condições para construção de uma nova identidade e um novo sentido de vida para alguns desses trabalhadores, permitindo a ampliação dos momentos de sociabilidade e as trocas de experiências entre os grupos, situações difíceis de ocorrer no atribulado dia-a-dia dos lixões. Ao construir essa nova territorialidade estamos levantando as bases para nossa própria reconstrução. E como afirma Santos (2000, p. 96 e 97):

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre as quais ela flui. Quando se fala em território deve-se pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem.

Desta forma, afirmamos que as transformações sociais adquirem mais força à medida que ganham expressão territorial, ou seja, que se expressam territorialmente, fazendo dessa nova forma um instrumento a mais no sentido de construir e alcançar o objetivo desejado. Mas como podemos observar no caso dos catadores de resíduos recicláveis, esta nova configuração não elimina as contradições próprias do movimento da sociedade, mas lhes colocam outros elementos.

O movimento que trouxe os trabalhadores catadores do lixão para dentro das cidades baseia-se, quase que totalmente na mesma lógica que os tinha colocado fora do espaço urbano, no lixão, ou seja, a lógica do sistema produtor de mercadorias.

Neste sentido, a participação no mercado dos resíduos recicláveis se dá seguindo as regras que regem a compra e a venda das demais mercadorias e nesse caso específico, está sob o comando e controle das grandes indústrias recicladoras. Mas esse novo território propicia aos trabalhadores catadores que participem de um processo coletivo de construção de conhecimento, permitindo melhores condições para entender e se ver na lógica em que estamos todos inseridos, exercitando, intragrupo, a solidariedade contrária à lógica do mercado.

A principal vocação desses novos territórios estabelecidos pelos catadores em vários municípios tem sido a da construção de conhecimento para ação, seja nas reuniões internas nas associações ou nas reuniões do Comitê Regional. Assim, a nossa pesquisa se revela e encontra sentido quando discutimos as questões que comparecem para o coletivo a

partir dos conhecimentos geográficos, ou seja, quais são os elementos, as determinações e as relações sociais e políticas que estão por trás da territorialidade que assume o fenômeno em questão. Reconhecer e identificar essas mediações nos possibilita colaborar e enriquecer o debate de idéias.

Conhecer melhor os agentes, as ações e a situação estrutural do problema que queremos resolver de maneira a alcançar os objetivos propostos tem se mostrado para nós um exercício extremamente enriquecedor do ponto de vista teórico e político, nos ajudando a demarcar no campo da Geografia e da política a nossa posição no que diz respeito ao desvendamento da realidade e à transformação da sociedade, sem desprezarmos as contradições que nos envolvem.

Contradições que se apresentam quando o processo de organização política dos catadores aponta muito mais para um rearranjo organizativo do trabalho, que ao levar os catadores a sua formalização faz com que os custos disso recaiam sobre o próprio trabalhador. No entanto, o contato e a relação com outros grupos sociais em movimento podem levar as ações políticas reivindicatórias e contestatórias para além da forma e do lugar do trabalho dos catadores, o que nos permitiria agir também no processo social de exclusão e não só em uma das suas manifestações mais cruéis, que é o trabalho no lixo e o desperdício gerado pelo consumo desigual e descontrolado.

Acreditando nisso, percebemos que se torna cada vez mais importante para os trabalhadores catadores, nas cooperativas e também como movimento social, buscar a interlocução com outros agentes sociais, com outros trabalhadores organizados pertencentes a outros movimentos sociais, partidos etc, para que desta forma possam, mais do que ampliar alianças políticas, estabelecer novos elementos para moldar sua identidade enquanto movimento, servindo de referência e de interlocutor para os trabalhadores catadores e não-catadores que permanecem fora do processo organizativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capital encontra no processo de exploração do trabalho o terreno fértil para sua contínua e ampliada reprodução. Quanto mais esse processo se acelera, quanto mais prosperam suas forças, mais a miséria se abate sob o trabalho. Não obstante os avanços tecnológicos que propiciam a diminuição quantitativa do trabalho na produção das mercadorias, mais dependentes se tornam os trabalhadores por estarem inseridos na lógica do capital. O desemprego causado pela reestruturação produtiva e pelas novas tecnologias no processo produtivo tende a crescer junto às novas formas de exploração do trabalho precário.

Desta forma, à medida que cresce o poder do capital pelas mãos dos trabalhadores, aumenta a pobreza para os que vivem do trabalho. À medida que aumenta a produtividade, cresce o desemprego e o desperdício do que é produzido, pois como o sentido da produção de mercadorias é a reprodução ampliada do capital, diminuir a vida útil destas é forçar o consumismo e acelerar o movimento de reprodução. Um dos resultados desse processo é a crescente geração de resíduos e dos problemas causados pelo lixo em todo mundo. Contraditoriamente, cresce também o número de pessoas que não consomem o suficiente para sua sobrevivência. No Brasil apesar de todos os problemas causados pela geração de resíduos e o descarte de lixo, milhões de pessoas vivem na miséria.

É neste contexto que observamos o crescimento dos índices de reciclagem de alguns tipos de resíduo no Brasil, que longe de representar uma tomada de consciência da sociedade com relação ao lixo, tem como elemento principal para esse aumento o trabalho de catação realizado nos lixões e nas ruas das cidades brasileiras, base de sustentação de um circuito econômico que tem como principal demandante as indústrias de reciclagem, que tendem a continuar crescendo à medida que as condições para reprodução do capital nesse ramo continuem favoráveis. A ampliação dos tipos de resíduo a serem recuperados seguirá essa mesma lógica, inclua-se também a manutenção da precariedade do trabalho na catação como fator fundante desse mecanismo.

Um trabalho realizado em condições extremamente degradantes e marcado pelos baixos rendimentos obtidos pelos catadores, que em alguns casos não conseguem receber o suficiente para se alimentar. No entanto, nessa condição de miséria, garantem os ganhos de outros agentes como os atravessadores e os empresários que controlam o processo de industrialização, cuja garantia do lucro está fortemente assentada na utilização desse

verdadeiro exército de trabalhadores, na recuperação dos resíduos sem nenhum custo contratual. A indústria de reciclagem obtém o fruto do trabalho dos catadores sem necessariamente tê-los como empregados ou força de trabalho.

Esse seu poder varia de acordo com a complexidade do circuito econômico, podendo mudar de um tipo de material para outro. Como exemplo temos o plástico, em torno do qual se estruturam várias pequenas empresas de processamento, o que já não acontece, por exemplo, na siderurgia ou na reciclagem dos metais. Porém, claro está que nenhuma destas indústrias recicladoras está livre das oscilações do mercado nacional e internacional, das situações econômicas que levem a diminuição do consumo e a conseqüente queda na geração de resíduos, ou ainda da alta do custo de importação de alguns materiais. No entanto, se houver diminuição dos lucros dessas empresas, o prejuízo tende a ser repassado com rapidez a todos os envolvidos no circuito, atingindo com maior força os trabalhadores que vivem da catação, que verão os preços pagos pelos atravessadores despencarem.

A precarização do trabalho do catador se faz então fato marcante nesse circuito econômico. Quanto mais precária a situação em que se realiza essa atividade, quanto mais próximo ao limite da sobrevivência ela se estabelecer, maior será a lucratividade do capital aplicado nesse setor. O trabalho do catador nos lixões é simplesmente um meio que, se não produz diretamente valor, ajuda a recuperar para o circuito econômico os valores que haviam se transformado em lixo. Assim, como elemento que atua entre o processo que gera desperdício e o que se ocupa da revalorização de algumas mercadorias, o trabalhador catador é colocado no mesmo patamar que o lixo e ali muitas vezes se confunde com ele.

Além dos elementos mencionados, o circuito econômico, que envolve a reciclagem e que ganha a sua expressão territorial mais visível na atividade dos trabalhadores catadores, envolve ainda os poderes públicos dos municípios, que, como vimos, estão inclinados a buscar a solução mais rápida, mas nem sempre a de menor custo para os problemas relacionados ao lixo e aos trabalhadores catadores. Geralmente as intervenções são pontuais e não consideram a complexidade dos problemas.

Em alguns casos, para o fim do trabalho da catação nos lixões, a solução adotada é o cercamento e a expulsão dos trabalhadores, uma medida que diminui os problemas das prefeituras com órgãos ambientais fiscalizadores, relegando aos catadores a sua própria sorte. Utilizando-se do discurso de que há uma obrigatoriedade de fazer cumprir a lei, as

prefeituras se eximem de qualquer responsabilidade com os transgressores, que nestes casos são os catadores. Sem dúvida essa será uma tendência das administrações públicas para lidar com esse problema, sobretudo porque não dispõem de pessoal capacitado para pensar alternativas e querem resolver rapidamente o problema. Desta forma, sem organização e ação política para reivindicar outra postura por parte das administrações públicas, os catadores não poderão ter acesso nem mesmo ao trabalho no lixo.

Ainda como alternativa para solução dos problemas causados pelo lixo e pelo trabalho da catação nos locais de disposição, a instalação de usinas de triagem e compostagem apareceu como um fato redentor. Estimuladas pelas promessas de ganhos com a venda do lixo, pelas propagandas dos vendedores a respeito das benesses desse empreendimento, várias prefeituras adquiriram essas estruturas que deveriam tornar possível a melhora das condições de trabalho com o lixo, mas mostraram-se ineficientes e deficitárias.

Na tentativa de que sejam diminuídos os prejuízos, algumas prefeituras tendem à uma “associação” com catadores para que as usinas sejam mantidas. A administração municipal geralmente se responsabiliza pela manutenção e os catadores ficam incumbidos de realizar o trabalho de triagem. Esse verdadeiro lixão mecanizado permite à prefeitura fugir da sua responsabilidade legal junto aos trabalhadores. Sem pagar salários ou os encargos trabalhistas diminui o prejuízo, mantém os trabalhadores em condições precárias e proclama à sociedade que apresentou uma solução viável para estes. A transferência das usinas para os catadores nesses moldes tem sido a saída para as prefeituras para livrarem-se de parte dos problemas.

Para os catadores, trabalhar nas usinas não os livra de continuarem mantendo contato direto com o lixo, já que o mecanismo para triagem na separação dos recicláveis é parecido com o que ocorre no lixão. Enquanto o trabalho de triagem dos resíduos não for associado a uma ação prévia de descarte e coleta seletiva não haverá mudanças nessa condição de trabalho com o lixo.

Desta forma, seja na relação com os empresários do setor ou com o poder público municipal, os trabalhadores catadores, como elo mais fraco desse sistema, sofrem as conseqüências mais duras das mudanças que envolvem o setor, seja diretamente no trabalho de catação quando o poder público intervém fechando os locais de disposição dos resíduos, ou pela diminuição dos ganhos quando o mercado se arrefece. Com objetivo de

transformar esta situação, os processos de organização política e de trabalho dos catadores são ações que se revelam de grande importância.

A tendência à organização dos trabalhadores catadores em cooperativas/associações coloca um novo elemento no mercado de resíduos recicláveis, o que implica também em uma nova territorialidade e em modificações no processo de trabalho na atividade da catação, acabando por trazer mudanças para o funcionamento da coleta de lixo domiciliar urbano quando a organização destes está associada à instalação de um programa de coleta seletiva de resíduos recicláveis domiciliares.

As experiências organizativas envolvendo catadores e programas de coleta seletiva de recicláveis vêm se expandindo, sendo um fenômeno presente em diversas cidades brasileiras, com diferentes especificidades, mas quase sempre com os objetivos de melhorar as formas de recuperação dos recicláveis, diminuindo os problemas causados pelo lixo no âmbito municipal e melhorando as condições de trabalho dos catadores.

Porém, essa relação que parece poder se estabelecer em interesses mútuos entre catadores e prefeituras mascara na verdade objetivos conflitantes. Por um lado, elas precisam dar respostas à sociedade local para os problemas que envolvem os catadores e o lixo, sem que isso se reverta em custos, por outro, os catadores buscam melhorar as suas condições de trabalho, organizando-se e propondo os programas de coleta seletiva. Mas, sem condições financeiras para estruturarem-se buscam apoio da prefeitura para isso.

Como resultado desse impasse é que surgem várias dificuldades para as consolidações das cooperativas/associações e dos programas de coleta seletiva, dando margem a situações em que tudo acaba sendo estruturado precariamente, com prejuízo para os catadores: programas de coleta seletiva em que não há descarte seletivo; catadores com crachá que permitem a coleta seletiva dentro dos lixões; cooperativas/associações que não têm sede e triam os resíduos em quintais baldios.

Esses fatos demonstram a necessidade de organização dos trabalhadores catadores não só como grupo para execução do trabalho, mas como coletivo que apresenta ou quer discutir um projeto mais amplo. Do contrário serão envolvidos em situações que tendem a maquiagem e não a solucionar a questão.

O mesmo acontece com relação à participação no mercado dos recicláveis. As cooperativas/associações de catadores bem estruturadas, que representam uma mudança na organização do processo de trabalho, se inserem no mercado local dos recicláveis sem

modificá-lo radicalmente, havendo grandes dificuldades de romper com as amarras que prendem os catadores na relação comercial com intermediários que compram grandes quantidades, mesmo que nessa relação passem a obter, às vezes, melhor preço pelas suas mercadorias. A propensão é o estabelecimento de uma disputa no campo da catação dos recicláveis dentro das cidades, entre os trabalhadores organizados coletivamente e os que trabalham de forma individual.

No caso das cidades onde a organização dos catadores ocorre concomitantemente a programas de coleta seletiva há também a concorrência com os catadores esporádicos, ou com pessoas que não praticavam essa atividade, mas passam a fazê-la à medida que percebem a relativa facilidade de recolher os resíduos recicláveis nas portas das residências para posteriormente comercializá-los. Para o intermediário essa disputa não significa nenhum tipo de problema.

Desta maneira, a saída desta situação para os trabalhadores catadores não está só na nova forma de organização do trabalho e em uma inserção diferenciada na atividade da catação. Para uma transformação real das suas condições se faz necessária a ampliação do debate com outros segmentos da sociedade e a disseminação do conhecimento entre os grupos, organizados ou não, de forma que possam criar condições para pensar para além das condições de realização do trabalho, colocando em questão as próprias estruturas sociais que geram e mascaram a pobreza.

No que diz respeito à organização para ações políticas mais amplas, a formação de cooperativas/associações pode ser um passo importante. Isso porque ao passar a debater coletivamente sua própria inserção no circuito econômico da reciclagem, entendendo as formas de organização e exploração do trabalho dos catadores, podem-se juntar informações e passar a construir uma base teórica que permita o entendimento de questões mais amplas do processo social que os envolve.

Assim, a organização político-social dos trabalhadores catadores pode se estender para além das paredes das cooperativas e chegar às ruas e às portas daqueles que os vêem, mas não os enxergam. Uma ação política que pode fazer com que se dissipem as amarras que fazem com que grande parte da sociedade não perceba a situação em que estes trabalhadores se encontram.

Ressaltamos aqui a importância da organização do Movimento Nacional dos Catadores, como elemento importante para ampliação do debate com a sociedade sobre a situação dos trabalhadores e, ainda, como potencializador das condições de mobilização

dos próprios trabalhadores, de forma que possam exigir das instâncias de poder políticas sociais inclusivas, que sirvam de apoio à transformação dessa realidade.

Mas para que haja a efetivação dessa organização como movimento social, torna-se necessário consolidar a relação com suas bases políticas, que são trabalhadores, melhorando a troca e a fluidez das informações para o debate e tomada de decisões. Do contrário, cria-se o risco de estabelecer-se uma via de mão única em que as posições são tomadas e executadas de cima para baixo.

Mesmo diante desse contexto social em que o jogo de forças apresenta contradições infundáveis, acreditamos que os trabalhadores catadores, que representam um dos aspectos da sociedade desigual, destrutiva e geradora de desperdício, podem ser sujeitos de ações transformadoras se ampliarem as suas exigências para além do local e das condições de trabalho. Juntando-se a outros grupos socialmente organizados, poderão colocar em questão a essência do destrutivismo e do desperdício, podendo assim vislumbrar a alternativa anti-capital.

Neste sentido, os catadores precisam perceber e colocar para toda a sociedade as contradições que envolvem o negócio da reciclagem, explicitando, por exemplo, que para o capital, o processo de reciclagem é um meio de reprodução ampliada, que nada tem a ver com a proteção ambiental, mas que se apropria dessa faceta. Deixando claro que quando há diminuição dos ganhos, a utilização dos resíduos recicláveis como matéria-prima deixa de ser atraente, o capital volta a sua atenção para a exploração de matéria-prima virgem, independentemente dos impactos que isso poderá causar para o meio ambiente.

Há ainda um outro elemento, que é a taxa de diminuição da vida útil das mercadorias que são produzidas para durarem menos ou para serem descartadas. Daí, mesmo com o crescimento dos índices de reciclagem dos materiais não há diminuição da exploração de matéria-prima virgem para produção de novas mercadorias. O consumo destrutivo continua a acelerar e a demandar por uma produção também destrutiva.

A taxa de utilização decrescente não fica restrita às mercadorias produtos do trabalho, atinge todas as outras de maneira geral, incluindo-se a própria força deste, que como qualquer outra mercadoria poder ser subutilizada, aprofundando a precarização das condições de trabalho.

Desta forma, mesmo entendendo que a reciclagem dos materiais desempenha um papel importante na diminuição dos problemas relativos ao lixo, acreditamos que deveríamos trabalhar para a redução da quantidade de resíduo gerada, seja pela reutilização

dos objetos, pela diminuição do consumo por parte daqueles que podem consumir, posto que grande parte dos brasileiros não tem renda para isso, seja pela resistência à situações como a obsolescência de objetos ainda em condições de uso, contraposição ao apelo do consumismo. Situação que nos coloca o problema de trabalhar pela redução do consumo por parte de alguns e lutar para que tantos outros possam praticá-lo, de forma a satisfazer suas necessidades básicas.

Na solução dessa equação está a mudança do próprio modo de produção vigente, que estabelece padrões inaceitáveis de consumo para alguns e relega outros à miséria absoluta.

O fato é que, mesmo que haja todo um aparato ideológico, político, econômico e midiático que sustenta a atual forma do sistema produtor de mercadorias, nos impressiona a maneira de como escapa, para muitos, a contradição entre a crescente produção e o aumento da exclusão de camadas cada vez maiores da sociedade do acesso aos bens produzidos, o que deixa claro que para o sistema do capital não importa nada, além da sua reprodução ampliada.

Desta forma, no circuito econômico que envolve todas as ações voltadas para a reciclagem dos materiais no Brasil, sobretudo no que diz respeito ao trabalho sob o capital, temos um duplo desperdício: o trabalho morto incorporado nos resíduos descartados e o trabalho vivo dos catadores, que são forçados a ir para os locais de disposição de lixo. O trabalho vivo dispensado buscando o trabalho morto descartado para continuar a dar vida ao sistema que os execra.

A imensa quantidade de trabalho incorporado nos objetos que são descartados não desperta nos trabalhadores, nem na sociedade em geral, nenhum tipo de indignação ao que se refere a esse fato. Isso porque, esta mesma sociedade e mesmo aqueles que trabalharam diretamente na produção dessas mercadorias não vêem nelas outro sentido do que aquele já realizado, ou seja, como mercadoria foi produzida e cumpriu seu papel enquanto valor de troca. A relação do trabalhador com o produto de seu trabalho é a forma de realização do capital. O produto de seu trabalho não lhe pertence, portanto, não lhe interessa o que com ele seja feito. Não há razão para se questionar o porquê de se produzir para desperdiçar, para jogar no lixo.

O mesmo se aplica aos trabalhadores catadores nos lixões, expulsos ou impedidos de participar do mercado de trabalho formal pelo capital, que dada a quantidade da oferta da mercadoria força de trabalho podem escolher o que consumir, sendo obrigados a ir

literalmente para os lixões. Mesmo sendo seres humanos que em si manifestam a vida, com todo seu potencial, não podem realizá-lo sem que seja como potencialidade a serviço do capital. São assim dispensados e todo seu poder criativo deverá ser utilizado para procurar no meio do lixo o que ainda pode voltar a mover o sistema produtor de mercadorias.

Neste sentido as questões relativas à geração de resíduos e descarte de lixo e à miséria não podem ser resolvidas se abordarmos somente o fenômeno aparente, acreditando que solucionaremos a questão agindo somente nas manifestações dos problemas. Torna-se necessário atuar na transformação dos processos que os geram, que dão a eles uma conformidade que parece correta a partir da observação superficial.

Falar do trabalho no lixo e do próprio lixo sem abordar a lógica do sistema produtor de mercadorias não nos permitirá pensar em ações transformadoras que darão um outro sentido à produção e ao consumo, que não a própria reprodução do capital. Procurar entender o trabalho precário na catação, sem discutir as mediações e conflitos existentes entre capital e trabalho, nos levará a ações paliativas e que tendem a ajustar os conflitos e não aprofundá-los na busca de suas superações.

Para reversão desse quadro, devemos reorientar o sentido do trabalho e da produção/reprodução para que se volte verdadeiramente à satisfação das necessidades humanas, sem distinção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA EUROPÉIA DO AMBIENTE. **Sinais Ambientais 2004: Atualização da Agência Européia do Ambiente.** Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004.

AGUDELO, H. Globalização, mercado de trabalho e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil. In: **O mundo do trabalho e a política.** Maringá: EDUEM, 2000. p. 11 - 32

ALVES, G. **O novo e (precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: BOITEMPO, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** Campinas: Cortez, 1998.

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: BOITEMPO, 1999.

BAPTISTA, S. G. Del. Rozália. **O trabalho reciclado: a institucionalização da atividade dos catadores de papel no Brasil como estratégia de legitimação e de inclusão social.** mimeo, 2003.

BARCIOTE, M. L. **Coleta seletiva e minimização de resíduos sólidos urbanos: uma abordagem integradora.** TESE. São Paulo. Faculdade de Saúde Pública da USP, 1994.

BERNARDO J. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores.** São Paulo: Boitempo, 2000.

BERRIOS, M.R. O Lixo Nosso de Cada Dia. In: J. O; Braga, R. e Carvalho, de F.P. (organizadores). **Manejo de Resíduos: Pressuposto para a Gestão Ambiental.** Rio Claro: LPM - Deplan-IGCE-Unesp/Campus de Rio Claro, 2002.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa.** São Paulo: Boitempo, 1999.

BRUNHOFF, S. de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo.** São Paulo: UNESP, 1991.

CAMPO FILHO, M.C. O processo de urbanização visto no interior das cidades brasileiras: a produção, apropriação e consumo do seu espaço. In: **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

CAMPOS, O. De J; BRAGA R. (orgs) **Manejo de resíduos: pressupostos para gestão ambiental**. Rio Claro: deplan-IGCE/Unesp, 2002.

CARVALHAL, T, B. **A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente/SP**. Presidente Prudente: Centelha, 2004.

CARVALHAL, M. D, **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos**. Tese. Presidente Prudente/Unesp, 2004.

CATTANI, A.D. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CAVALCANTI, C. **Viabilidade do setor informal**. Recife: SUDENE, 1983.

CAVALCANTI, C. & DUARTE, R. **À procura de espaço na economia urbana: o setor informal de Fortaleza**. Recife: SUDENE/ FUNDAJ, 1980.

CAVALCANTI, C. & DUARTE, R. **O setor informal de Salvador: dimensões, natureza, significado**. Recife: SUDENE/ FUNDAJ, 1980.

CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS: **Plano Nacional de Planejamento e Ordenamento Territorial**. Lisboa: CEG, 2004. mimeo

CETESB, São Paulo (Estado). **Inventário Estadual de resíduos sólidos domiciliares: relatório de 2002**. SãoPaulo: CETESB, 2002.

CETESB, São Paulo (Estado). **Inventário Estadual de resíduos sólidos domiciliares: relatório de 2003**. SãoPaulo: CETESB, 2004.

CETESB, São Paulo (Estado). **Inventário Estadual de resíduos sólidos domiciliares: relatório de 2004**. SãoPaulo: CETESB, 2004.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Comunicação da comissão ao conselho, ao parlamento europeu, ao comitê econômico e social europeu e ao comitê**

das regiões para uma estratégia temática sobre ambiente urbano. Bruxelas: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM -CEMPRE. **Pesquisa Ciclosoft.** Disponível em: <http://www.cempre.org.br>. acesso em 10/05/2004

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM -CEMPRE. **CEMPRE Informa** Nº 61.JANEIRO/FEVEREIRO -2002. Disponível em: <http://www.cempre.org.br>. acesso em 24/02/2004.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM -CEMPRE. **Brasil ocupa boa posição no cenário mundial de reciclagem.** Informativo Número 75 - Maio / Junho 2004. acesso em 8/06/2004. Disponível em: <http://www.cempre.org.br>.

DEDECCA, C.S., BALTAR, P.E. DE A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **In: Estudos Econômicos.** São Paulo: v. 27, N. especial, 1997. p. 65 - 84

ERTHAL, R. O comércio informal em Niterói-RJ. **In: Anais do 4^o Congresso Brasileiro de Geógrafos.** São Paulo: L.2, v.1, Julho, 1984. p. 180 - 86

FIQUEIREDO, P. J. M. **A sociedade do lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental.** Piracicaba:UNIMEP, 1995.

FRANCO GARCIA, M.. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **In: Revista Pegada.** Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), V.3. Número Especial, agosto de 2002. p. 67 – 82.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável.** Campinas: Unicamp, 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Reciclagem de latas conquista a classe média.** Caderno Cotidiano. Pág. C 4, 2004. Mariana Viveiros.

FORBES, D.K. O emprego e o setor informal. **In: Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 288 - 296.

GALLO, Z; PIZA MARTINS; L.A. de T; PERES, M.T.M. Pobreza, meio ambiente e economia solidária: o caso de Piracicaba. **In: Revista FAE**. Curitiba, v.8, n.1, jan./jun. 2005. p.39-50.

GINO, E.L.S., GARCEZ, L.M.A., SILVA, S.R.M. **Os catadores que sobrevivem do lixo no município de Presidente Prudente**. Presidente Prudente, Instituição Toledo de Ensino, 1999. Monografia.

GONÇALVES, J. L. (Coord) **Experiências de coleta seletiva**. São Paulo: Pastoral de Rua, 2002. (Coleção Gestão Integrada de Resíduos sólidos Urbanos)

GONÇALVES, J. L. (Coord) **Metodologia para organização social dos catadores**. São Paulo: Pastoral de Rua, 2002. (Coleção Gestão Integrada de Resíduos sólidos Urbanos)

GONÇALVES, M. A. **A Territorialização do trabalho informal: um estudo a partir dos catadores de papel/papelão e dos camelôs em Presidente Prudente – SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2000.

GONZALES, P. (org). **Empresa social e globalização: administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente**. São Paulo: ANTEAG, 1998.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, A. **A formação dos intelectuais**. Lisboa: M.Rodrigues Xavier, 1972. (Coleção 70)

GRIMBERG, E; BLAUTH, P. Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores. In: **POLIS**. São Paulo: Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, N° 31, 1998.

IKUTA, K. F. **A questão da moradia para além das quatro paredes: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente**. Presidente Prudente. Dissertação de Mestrado – FCT/UNESP, 2003.

INSTITUTO DO COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL. **Perfil Sectorial – Embalagens, 2002.** Lisboa: ICEP, 2002

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **População Residente em Portugal – Censo 2001.** Portugal: INE, 2003. www.ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. **Retrato territorial de Portugal.** Lisboa: INE, 2004

INSTITUTO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS. **Resíduos Sólidos urbanos: Concepção, Construção e explorações de tecnossistemas.** Lisboa: INR, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE RESÍDUOS. **A recolha porta-a-porta no Sistema de recolha diferenciada de resíduos sólidos urbanos.** Lisboa: ISCTE, 2002.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** São Paulo: PAZ E TERRA, 1995.

KRON, V. **Estudo da viabilidade econômica de usina de compostagem de lixo.** Dissertação de Mestrado. FCA/Unesp/ Botucatu, 1987.

LAFARGUE, P. **Direito a Preguiça.** São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

LEAL, A.C; THOMAZ JR, A; GONÇALVES, M. A; ALVES N. **Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos em Presidente Prudente-SP: Desenvolvimento de Metodologias para Coleta Seletiva, Beneficiamento do Lixo e Organização do Trabalho.** Relatório Técnico e de Pesquisa. Presidente Prudente, FCT/Unesp/ FAPESP, 2002.

LEAL, A.C; THOMAZ JR, A; GONÇALVES, M. A. **A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem.** Anais do 9 Encontro de Geógrafos de la América Latina: Mérida, México, 2003.

LEAL, A. C; *et all.* **Resíduos Sólidos no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente:** Centelha, 2004.

LEITE.M. de P. **Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEITE. T. M. de C. **Análise do mercado brasileiro de reciclagem de resíduos sólidos urbanos e experiências de coleta seletiva em alguns municípios paulistas.** Tese. Rio Claro Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, 2001.

LEITE. T. M. de C. **Reciclagem de resíduos sólidos no Brasil.** Anais do IX Ecuentero de Geógrafos de América Latina. Mérida, México, 2003.

LEFEBVRE, H. **Para compreender o pensamento de Karl Marx.** Lisboa: Editora Pax, 1981.

LEGASPE, R.L. **Reciclagem: a fantasia do eco-capitalismo. Um estudo sobre a reciclagem promovida no centro de São Paulo observando a economia informal e os catadores.** São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FFLCH, USP, 1996.

LEMOS, J. **Estudo do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos no Município de Presidente Bernardes – São Paulo.** Presidente Prudente, FCT/Unesp, 2004.

LOGAREZZI. A. Contribuições conceituais para o gerenciamento de resíduos sólidos e ações de educação ambiental. In: LEAL, A. C; *et all.* **Resíduos Sólidos no Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente:** Centelha, 2004, p. 219 - 246

LOPES, M. **Isenção do IPI vai ajudar a reciclagem.** Notícias Fiesp. www.fiesp.com.br. Acesso dia 20/01/2003.

MACHADO da SILVA, L. **Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade.** In: **Tempo e presença**, nº269, ano 15, maio/junho, Cedi, RJ, 1993. p.31-34

MALAGUTTI, M. L. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salário.** São Paulo: Boitempo, 2000.

MARTIN, J.Y. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia.** AGB/Seção Presidente Prudente, n.19/20, p. 26-41, 1997.

MARX, K. **Trabalho Assalariado e Capital.** São Paulo: Global, 1980.

- MARX, K. **O capital: crítica a economia política.** São Paulo: Cultura Nova, 1988.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, K. **Manuscritos Econômicos – Filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MASI, De D. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial.** Rio de Janeiro: Ed José Olympio; Ed UNB, 1999.
- MATTOSO, J. **O Brasil desempregado.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- MAZZINI, E.J.T. **De Lixo em Lixo, em Presidente Prudente (SP). Novas Áreas, Velhos Problemas.** Pres. Prudente: UNESP, 1997.
- MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social.** São Paulo: Ensaio, 1987(Cadernos Ensaio).
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002.
- MINISTÉRIOS DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE. **Levantamento e Caracterização do Saneamento Básico na Regional Lisboa e Vale do Tejo.** Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. Ministério das Cidades, Lisboa, 2003.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE. **Estratégia nacional para redução dos resíduos urbanos Biodegradáveis destinados aos Aterros.** Secretaria do Meio Ambiente: Lisboa, 2003.
- MIZIARA, R. **Nos rastros dos restos: as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo.** São Paulo: EDUC, 2001.
- MORAES, S. P. **A função do catador de lixo na gestão de resíduos: o lixo como instrumento de resgate social.** 2003. mimeo.
- MOREIRA, R. **O discurso do avesso (para a crítica da Geografia que se ensina).** Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

MOREIRA, R. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço e do trabalho. **In: Rev. Ciência Geográfica, , (Seção Bauru/AGB), Ano VI-Vol II, nº16 vol. Maio/Agosto 2000. p.04 - 08.**

MOREIRA, R. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. **In: Rev. Ciência Geográfica, (Seção Bauru/AGB), Ano VII-Vol III, nº20 . Setembro/Dezembro 2001. p.10 - 13.**

MOURA. L. **Los hombres basura.** Bilbao/Espanha: Iralka, 1997.

NARDIN, M; PROCHNIK, M; CARVALHO, M, E, de. Usinas de reciclagem de lixo: aspectos sociais e viabilidade econômica. **In: BNDES, Um Banco de Idéias - 50 Anos Refletindo o Brasil.** Brasília: Governo Federal, 2002.

O GLOBO. Pintou Sujeira. **Caderno de Economia.** 13/11/2005, p.31

ORTIGOZA, S. A. G. **De consumo dirigido a consumo sustentável: uma abordagem geográfica da questão.** Anais do IX Ecuentro de Geógrafos de América Latina. Mérida, México, 2003

PAULA LEITE, de M. **Trabalho e Sociedade em Formação: mudanças produtivas e atores sociais.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PINTO, C.; LOPES, V. **Gestão de Resíduos - Estudo do impacte ambiental associado a diferentes Cenários de gestão.** Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2004. Relatório Final

QUAINI. M. **Marxismo e geografia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUEIRÓS, M.V. De. A Gestão dos Resíduos em Portugal: **in: O desafio ambiental: as políticas e a participação dos atores.** Tese: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/ FLUL: 2001.

QUERCUS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. **Parecer sobre a gestão de resíduos em Portugal para Auditoria da OCDE.** Lisboa: Quercus, 2000.

RANIERI, J. **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2001.

RIBAS, A.D. *et.al.* Marxismo e Geografia: paisagem e espaço geográfico – uma contribuição para o entendimento da sociedade contemporânea. **IN: Caderno Prudentino de Geografia.** AGB/Seção Presidente Prudente: Presidente Prudente, nº21, 1999.

RIBAS, A.D. **Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP): uma “leitura” a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal).** Presidente Prudente: UNESP (Dissertação de Mestrado), 2002.

RIBAS, A.D. MST, Cooperativismo E Território: Dinâmica E Contradições. **In: THOMAZ, JR.(org) Geografia e Trabalho no Século XXI.** Presidente Prudente-SP: CEGeT/Centelha, 2004.

RIBEIRO, J.C. **A geografia da escravidão no território do capital.** (Dissertação de Mestrado), Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2001.

RIBEIRO, J.C. Geografia do trabalho e desenvolvimento desigual e combinado dos espaços mundiais. **In: Revista Pegada.** Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), V.3. Número Especial, agosto de 2002. p. 140 - 149.

RIPARDO, S. Termômetro da economia, venda de papelão cresce acima da expectativa. **In: Folha on Line.** Data do acesso 12/04/2004 - 15h55 . [www.http://: folha.com.br](http://folha.com.br)

ROCHA NETO, J.M. Fragmentos espaciais do novo mundo do trabalho. In: **Revista Múltipla.** UPIS: Ano VI –vol.06 –nº 10, Brasília, Junho de 2001.

RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana.** São Paulo: HUCITEC, 1998.

SALAMA, P. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 1999.

SADER, E. Trabalhadores do mundo no final do século. In: **praga: revista de estudos marxistas nº1.** São Paulo: Boitempo, 1997, p. 27 - 44.

SALAMA, P. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 1999.

SANCHES, S. P. **O comércio de rua e o trabalho informal no bairro do Brás – SP**. Monografia. Depto de Geografia. Rio Claro/Unesp, 1997.

SANTOS, M. **O espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Por uma economia Política da Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE. **Estratégia Nacional para a Redução dos Resíduos Urbanos Biodegradáveis destinados aos Aterros**. Lisboa: Ministério das Cidades Ordenamento do Território e Ambiente, 2003.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE SÃO PAULO. **Resíduos sólidos e meio ambiente no estado de São Paulo**. São Paulo: SEMA, 1993.

SCARLATO, F.C; PONTIM, J.A. **Do nicho ao lixo**. São Paulo: Atual, 1992.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP, nº 51, 2004. p. 7 - 21

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986.

SOCIEDADE PONTO VERDE. **Reciclagem Hoje: retomadores acreditados-2003**. Lisboa: SPV, 2003

THOMAZ Jr, A. *Leitura' Geográfica e Gestão Político-Territorial na Sociedade de Classes. Boletim Gaúcho de Geografia*, n.24. Porto Alegre: AGB/Porto Alegre, 1998.

THOMAZ Jr, A. **Território em transe** . Actas del Seminario Internacional sobre perspectivas de desarrollo en Iberoamerica. Santiago de Compostela: Servicio del Publicaciones e Intercambio Científico, 1999.

THOMAZ Jr. A. Reflexões introdutórias sobre a questão ambiental para o trabalho e para o movimento operário nesse final de século. **In: Revista Ciência Geográfica, Ano VI-Vol II, nº16 vol. Maio/Agosto 2000a. p.15 - 21**

THOMAZ Jr, A. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? **Revista Eletrônica do II Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000. ISSN 1138 – 9788. <http://www.ub.es/geocrit/thomazjr.htm>

THOMAZ Jr, A. Por uma geografia do trabalho. **PEGADA**, Revista Eletrônica: CEGeT, (Número especial) 2002a.<http://www2.prudente.unesp.br/ceget/pegada/pegesp2.htm>

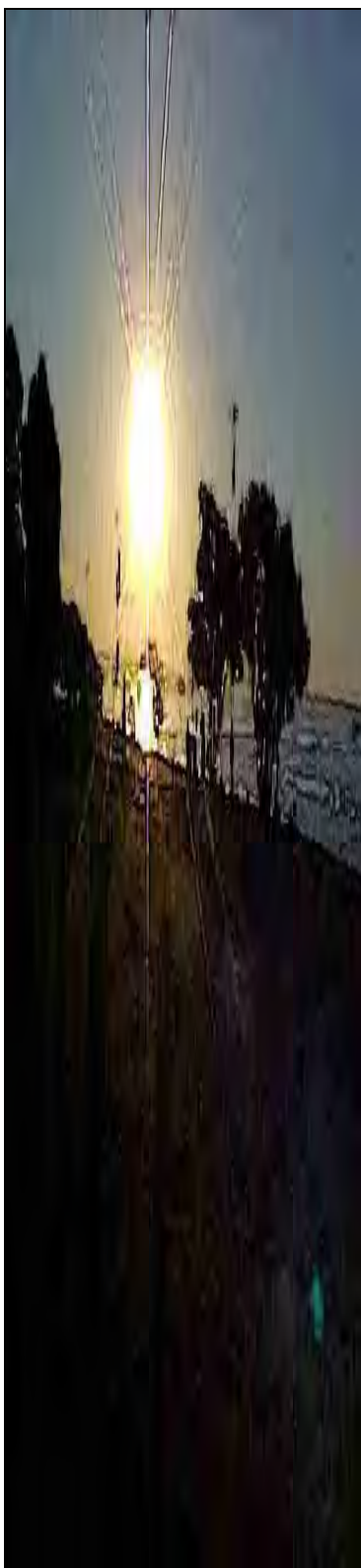
THOMAZ Jr, A. O mundo do trabalho e as transformações territoriais:os limites da leitura geográfica. **PEGADA**, Revista Eletrônica: CEGeT, 2002b. ISSN 16763025. <http://www2.prudente.unesp.br/ceget/pegada/peg2n3.htm>

THOMÉ JUCÁ, J.F. **Disposição Final dos Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil**. 5º Congresso Brasileiro de Geotecnia Ambiental. REGEO'2003 – Porto Alegre, RS, 2003.

UNIÃO EUROPÉIA. **III Quadro Comunitário de Apoio: Programa operacional do ambiente 2000 – 2006**. UE:Portugal, 2000.

VILAS BOAS, R. Quem são os donos das ruas? (Conflitos e negociações com o comércio ambulante na gestão municipal de Luíza Erundina (1989 –1992)). **In: Conflitos e negociações na disputa pela cidade**. São Paulo: Pólis, 1995. (Publicações Pólis 23)

ZANIN, M; SHIMBO, I; AMORIN D. **A economia solidária e formas de organização de empreendimentos na cadeia da reciclagem**. São Carlos, 2005. mimeo.



APÊNDICE

Apêndice - Questionário

LEVANTAMENTO SÓCIO – ECONÔMICO

1. IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Estado Civil: Casado (a) () Solteiro (a) () Divorciado/Separado ()
Outros ()

Naturalidade _____ Idade _____

Sexo: Masculino () Feminino ()

Endereço: _____ Nº _____ Bairro _____

2. SITUAÇÃO DE MORADIA:

Casa Própria () Aluguel () Cedida () Mora com parentes () No lixão ()

Tempo de moradia no local _____

3. QUADRO FAMILIAR:

3.1 Quantas pessoas moram na casa

Nome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Cursando	Possui Documentos
					CPF
					RG
					TÍTULO
					CTPS
					CERT. DE NASCIMENTO

4. FONTE DE RENDA:

4.1 A família depende da renda do trabalho no lixão exclusivamente () Sim () Não

Nome	Atividade no Lixão			Outras fontes de renda				
	Exclusiva	Parcial	Renda	Quais	Fixa		Valor	
					Sim	Não		
Renda mensal total da família							R\$	

4.2 O que vocês retiram do lixão?

4.3 Vocês vendem o que retiram do lixão? () Sim () Não

Onde? _____ Quem compra? _____

Qual preço? _____ Qual forma de recebimento ? _____ A família consome algum produto encontrado no lixão? _____

5. SITUAÇÃO PROFISSIONAL:

5.1 O que você e os demais membros de sua família faziam antes de virem trabalhar no lixão?

NOME	PROFISSÃO	TEMPO DE SERVIÇOS	MOTIVO DA SAÍDA

5.2 Motivo da vinda para i lixão:

NOME	DESEMPREGO	RENDA FAMILIAR	LIBERDADE DE HORÁRIO	FALTA DE OPORTUNIDADE	OUTROS

5.3 Acompanha o lixão ? Sim () Não () Há quanto tempo? _____

5.3 Qual o meio de transporte que utiliza para ir até o lixão?

- Nenhum a pé ()
- Bicicleta ()
- Carroça ()
- Ônibus ()
- Carona ()
- Veículo próprio ()

6. SITUAÇÃO DE SAÚDE

6.1 Alguém na família tem algum problema de saúde que exige acompanhamento médico e/ou medicação constante? Sim () Não ()

Quem? _____ Qual o problema? _____ Que medicação utiliza? _____ Como adquire o medicamento? _____ Como faz o acompanhamento? _____ Outras Observações: _____

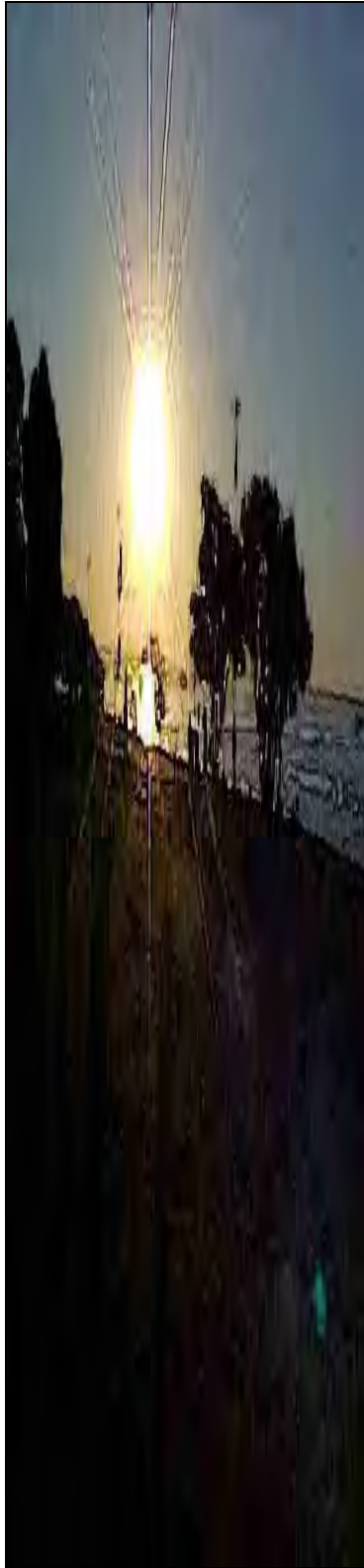
7. PROGRAMAS ASSISTENCIAIS:

7.1 Alguma criança participa de projetos ou serviços da Prefeitura Municipal ou alguma instituição social?

Sim () Não () Qual o projeto ou serviço? _____

7.2 A família participa de algum projeto ou serviço assistenciais da Prefeitura Municipal ?

Sim () Não () Qual o projeto ou serviço? _____ Há quanto tempo? _____ Quais os membros da família? _____



ANEXOS

Anexo I - Questionário Carta para os prefeitos

Carta para os prefeitos dos municípios representados no Comitê.

Assis, 1 de Setembro de 2003

Prezado Senhor:

As dificuldades, cada vez maiores de inserção no mundo do trabalho, têm levado muitas pessoas a buscarem na catação de materiais recicláveis uma forma de obter trabalho e renda.

Esses trabalhadores, os catadores, diante das inúmeras dificuldades que encontram para desenvolver suas atividades, vêm se organizando nos municípios (em associação ou cooperativa) e também nas regiões, nos estados, inclusive em nível nacional, no Movimento de Catadores.

Para que se organizem, diversas instituições - universidades, igreja, ONGs e poder público - têm contribuído prestando-lhes assessoria. A cada município, evidentemente, corresponde uma realidade, por exemplo: em Assis, a Cooperativa já constituída, resultou de uma ação conjunta da Cáritas Diocesana e da Unesp com o apoio do poder público local. Recentemente a COOCASSIS (Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis) e Prefeitura firmaram convênio, no qual a COOCASSIS vem operacionalizando a esteira de triagem e as prensas do Parque de Triagem e Compostagem de Lixo. Em Santa Cruz do Rio Pardo, o grupo que se auto organizou obteve apoio do poder público na construção de uma estrutura física adequada à triagem, enfardamento, armazenamento e comercialização dos materiais.

Em diversos outros municípios a organização dos catadores já foi deflagrada. Espera-se que os resultados sejam tão bons quanto os acima citados.

Reconhecendo a importância que tais apoios têm na organização dos catadores e na melhora de suas condições de vida, o *Comitê Regional dos Catadores de Materiais Recicláveis do Sudoeste Paulista* toma a iniciativa de contatar Sua Excelência, para se apresentar e solicitar o apoio que a causa merece.

Este Comitê, composto por catadores e apoiadores dos municípios que participaram do I Encontro Regional de Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em junho do presente ano na Unesp de Assis, tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento social, político e econômico dos catadores e de suas cooperativas ou associações.

Aproveitamos o ensejo para enviar nossos protestos de estima e consideração.

Secretaria do
Comitê Regional dos Catadores de Materiais Recicláveis do
Sudoeste Paulista

Email: coopcatador@assis.unesp.br

COOCASSIS - Av. Mário De Vito – 594 - Parque Universitário - 19800 000-Assis - SP.

Exmo. Senhor
Prefeito Municipal de.....

Anexo II - Proposta da Carta de Princípios Éticos



Proposta da Carta de Princípios Éticos das Cooperativas, Associações e Grupos em organização do Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras de Material Reciclável.

1 - COM RELAÇÃO À CATEGORIA:

- Assumir o trabalho e o nome da categoria de Catador de Materiais Recicláveis como profissão.
- Ter conhecimento da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), que reconhece e descreve a atuação do Catador de Materiais Recicláveis no mercado de trabalho.
- Ser um profissional Catador(a) da Material Reciclável organizado em uma Cooperativa, Associação ou Grupo que seja auto gestor e orientado pelos princípios da Economia Solidária.

2- COM RELAÇÃO AOS COMPANHEIROS(AS) DE TRABALHO:

- Ser solidário a todos os catadores (as) em sua organização e crescimento.
- Participar de atos e ações que promovam a inclusão social de catadores(as) que vivem do trabalho nas ruas e lixões
- Respeitar e manter um relacionamento de companheirismo e solidariedade, sem discriminação, com aqueles catadores(as) que ainda não estão organizados e com os catadores moradores de rua
- Respeitar os Pontos de Coleta dos Catadores (as) organizados e não organizados.

3- COM RELAÇÃO ÀS COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES E GRUPOS EM PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO:

- As Cooperativas, Associações e Grupos em processo de organização devem: Ser compostas e dirigidas exclusivamente por Catadores(as) de Materiais Recicláveis.
- Basear a organização de sua atividade produtiva nos princípios da Economia Solidária.
- Desenvolver práticas solidárias, incentivando a troca de experiências relacionadas a formas de produção, comercialização, tecnologia, modelos de administração e gestão.
- Manter em suas sedes sociais a simbologia do Movimento Nacional dos Catadores(a) através de bandeiras, uniformes, grafite etc.

- Manter um espaço de formação e informação para todos os Catadores(a) participantes das Cooperativas, Associações e Grupos para apresentar e discutir as ações e objetivos do Movimento Nacional dos Catadores no nível municipal, regional, estadual e nacional.
- Ocupar-se com a capacitação contínua de seus sócios para o trabalho, criando programas internos para a sua segurança, saúde e desenvolvimento social dos mais pobres e necessitados.
- Aceitar e incluir entre seus sócios, de maneira prioritária, os catadores de lixões ou de rua avulsos em situação de exploração que queiram participar do processo de capacitação para cooperar-se.

4- COM RELAÇÃO AO TRABALHO.

- Manusear de maneira organizada, limpa e segura os resíduos nas ruas e galpões. Estar consciente do valor e da utilidade pública dos serviços prestados pelo desempenho da sua atividade profissional, que proporciona benefícios econômicos e ambientais para toda a sociedade.
- Zelar pela saúde e preservação ambiental evitando a prática e impedindo atos que possam comprometer ou prejudicar a vida em sociedade.
- Não praticar qualquer ato que, direta ou indiretamente, possa prejudicar os legítimos interesses de sua categoria profissional.
- Proceder de maneira idônea no exercício de sua atividade profissional, prevenindo acidentes, evitando situações ou exposições a riscos à saúde pessoal, familiar ou pública.
- Comercializar os recicláveis com compradores que dão um destino ambientalmente adequado aos materiais e que não utilize mão de obra infantil.
- Respeitar os acordos entre grupos sobre a distribuição de pontos e áreas de coleta, levando em conta a necessidade de sobrevivência de todos e a localidade histórica e prioritária dos catadores nas regiões das cidades.

5- COM RELAÇÕES AS PARCERIAS.

- Estabelecer parcerias e acordos que contribuam com a comunidade, com a categoria como um todo e que sejam ambientalmente responsáveis.
- Estabelecer parcerias em que os parceiros se comprometam com os catadores(a) de Materiais Recicláveis através de um termo de compromisso.
- Ter como critério para o estabelecimento de parcerias com universidades ou centros de pesquisa: a contribuição efetiva que os projetos possam trazer para o desenvolvimento das Cooperativas, Associações e Grupos de Catadores(as) e a garantia do repasse dos resultados da pesquisa para os grupos.
- Divulgar solidariamente para a rede das Cooperativas Associações e Grupos ligados ao Movimento Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis informações sobre parcerias, projetos de financiamento, etc.

- Buscar informações sobre a idoneidade e (ética) dos que propõem parcerias, sua trajetória e se estão de acordo com os conceitos e princípios do movimento dos Catadores(a) de Material Reciclável.

6. COM RELAÇÃO AS POLÍTICAS PUBLICAS E ATOS PÚBLICOS

- Comprometer-se com a luta para o desenvolvimento e reconhecimento da categoria, participando e contribuindo nas discussões e ações do Movimento Municipal, Regional, Estadual e Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.
- Participar das discussões para a construção de Políticas Públicas nos âmbitos Municipal, Estadual e Nacional tendo como referência a postura do Movimento Nacional de Catadores(as) expressa na Carta de Brasília, Carta de Caxias e demais documentos construídos em âmbito Nacional ou Regional.
- Criar meios para estabelecer trocas de informações sobre Políticas Publicas entre as Cooperativas, Associações e Grupos ligados ao Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis, promovendo uma rede de discussão e articulação entre elas.
- Garantir que todo Ato Público que tenha a participação do Movimento Nacional com sua simbologia seja aprovado pelo Comitê Regional e que as informações sejam encaminhadas à Secretaria Nacional Itinerante.
- As articulações de Políticas Publicas e manifestações não deverão ter ligação religiosa ou partidária

Anexo III - Declaração de Princípios e Objetivos do MNCR

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO MNCR

ARTIGO 1° - O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR, trabalha pela 'auto-gestão e organização'¹ dos catadores através da constituição de Bases Orgânicas, em que a 'participação' de todos os(AS) catadores(AS) que querem ajudar a construir a luta de seus direitos, seja um direito internamente garantido, mas também um dever do catador como Base Orgânica, com um critério de democracia direta² em que todos tem voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo;

ARTIGO 2° - O MNCR tem na 'ação direta popular'³ bem como em outras formas organização um princípio e método de trabalho, que rompe com a apatia, a indiferença e a acomodação de muitos companheiros(as), que parta desde a construção inicial dos galpões e sua manutenção, não esperando que caia tudo pronto do céu, e até as mobilizações nas grandes lutas contra a privatização do saneamento básico e do lixo, contribuindo para a preservação da natureza, mas também lutando pelo devido reconhecimento e valorização da profissão dos catadores ;

ARTIGO 3° - O MNCR busca garantir a 'independência de classe'⁴ em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas também lutando pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados, desde a execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garanta o controle da cadeia produtiva, firmando com os poderes públicos contratos que nos garantam o repasse financeiro pelo serviço prestado a sociedade, e cobrando das empresas privadas, produtora industrial dos resíduos o devido pagamento pela nossa contribuição na reciclagem.

ARTIGO 4° - No MNCR, ao contrário do individualismo e da competição, buscamos o 'apoio mútuo'⁵ entre os companheiros(as) catadores(as) , e praticando no dia a dia das lutas a 'Solidariedade de Classe'⁶ com os outros movimentos sociais, sindicatos e entidades brasileiras e de outros países. E desta forma ir conquistando "o direito à cidade", local para trabalho e moradia digna para todos, educação, saúde, alimentação, transporte e lazer, o fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, mas com a transferência dos catadores para galpões com estruturas dignas, com coleta seletiva que garanta a sustentação de "todas as famílias", com creches e escolas para as crianças.

O catador organizado, jamais será pisado!

Pela construção do Poder Popular!

Viva o MNCR !!!

Significado dos nossos princípios:

¹ "Auto-gestão" é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas equipamentos de produção. Auto-gestão é o modo de organizar o trabalho sem

padrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores.

² "Democracia direta" é forma de decisão tomada pela participação coletiva e responsável da base. Uma decisão pode ser feita por consenso ou por maioria de votos, mas sempre deve respeitar antes de tudo a exposição das idéias e o debate.

³ "Ação direta" é um princípio e método que carrega o sentido do protagonismo do povo auto organizado, ou seja é o povo que deve fazer diretamente as transformações, com o exercício de suas próprias forças, união, organização e ação, sem viver esperando para que os outros façam por nós, que caia do céu como um milagre ou um presente, sem que nos esforcemos para isso;

A ação direta pode ser da pessoa para o grupo, do grupo para a base, da base para o movimento, e do movimento para a sociedade;

⁴ "A independência de Classe" é o princípio histórico que orienta a luta do povo na busca pela nossa verdadeira emancipação das estruturas que nos dominam; Significa que a união do povo, nossa luta e organização, não pode ser dividida por diferenças partidárias, nem se deixar manipular ou corromper pelas ofertas que vem das classes dominantes, governos e dos ricos;

Não significa ignorar as diferenças, sabemos que elas existem e são saldáveis, porem estas, não podem ficar acima do movimento a ponto de dividido. O acordo com este princípio é o que pode contribuir para que não sofreremos manipulações futuras;

⁵ O "Apoio Mútuo" ou Ajuda Mútua é o princípio que orienta nossa atitude para a prática que contribui para a construção da solidariedade e da cooperação, é contrario aos princípios da competição, do egoísmo, do individualismo e da ganância;

⁶ A "Solidariedade de Classe" é o princípio histórico da união de todos os pobres. Sabemos que a sociedade que vivemos está dividida em classes: pobres e ricos, Opressores e oprimidos, os que mandam e os que obedecem. Nosso povo faz parte das classes Oprimidas, como um setor dentro delas, porem existem vários outros setores de classes oprimidas pelo sistema capitalista, como: os sem terra, os sem teto, os índios, os negros e quilombolas, os trabalhadores assalariados, etc. É importante compreendermos isso pois em nossa luta sozinhos, não venceremos, a verdadeira vitória só pode ocorrer com uma profunda transformação da sociedade, ou seja, onde não existam mais ricos ou pobres, opressores e oprimidos, mas sim liberdade e igualdade. Para construirmos essa nova sociedade temos que construir na luta a "solidariedade com todos os setores das classes Oprimidas".

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)